

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TALITA DE SOUSA NASCIMENTO

**UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA NO ESTADO DO
MARANHÃO NOS ANOS 2000 E 2010: construção do Índice de Pobreza Municipal para o
Maranhão (IPMM)**

São Luís
2013

TALITA DE SOUSA NASCIMENTO

**UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA NO ESTADO DO
MARANHÃO NOS ANOS 2000 E 2010: construção do Índice de Pobreza Municipal para o
Maranhão (IPMM)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas
Curso da Universidade Federal do
Maranhão para obtenção do grau de
Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Ozanira
da Silva e Silva.

São Luís
2013

Nascimento, Talita de Sousa

Uma análise multidimensional da pobreza no estado do Maranhão nos anos 2000 e 2010: construção do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM) /Talita de Sousa Nascimento, São Luís, 2013.

195 f.

Orientadora: Dr^a. Maria Ozanira da Silva e Silva.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Universidade Federal do Maranhão, 2013.

1. Pobreza – indicador sintético 2 Pobreza- Maranhão I. Título.
CDU 314.114: 33-058.34(812.1)

TALITA DE SOUSA NASCIMENTO

**UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA NO ESTADO DO
MARANHÃO NOS ANOS 2000 E 2010: construção do Índice de Pobreza Municipal para o
Maranhão (IPMM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ozanira Silva e Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos Almada Lima
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Geraldo Di Giovanni
Universidade Estadual de Campinas

À minha família, por sempre acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso grande Deus, *exaltar-te-ei, ó Senhor, porque tu me exaltaste* (Sl 30.1).

Aos meus pais, Ismael e Nilsilene que nunca mediram esforços na luta pela concretização dos meus sonhos e por sempre me acharem capaz de alcançá-los.

Aos meus irmãos, Ismael Júnior e Késia, pelo companheirismo e incentivo durante toda a minha vida. Essa vitória também é de vocês.

Aos meus avós maternos, vovó Nilda e Cassé, e paternos, vovó Joana e vovô Raimundo. Aos tios e tias: Isaías, Lígia, Maria, Marilene, Marline, Nildete, Nilson Júnior, Nilza, Nonato, Vânia, Rui, Simone, Walber (em memória), e demais familiares, pelas palavras de bênçãos proferidas sobre a minha vida. Hoje as vejo se concretizando.

Às amigas, Elizabeth, Maíres, Aldely, Deusamar, pela amizade sincera, apesar da distância. Com todas vocês pude entender o provérbio: *em todo tempo ama o amigo e na angústia nasce o irmão* (Provérbios 17.17).

Ao meu melhor amigo, à melhor companhia que já tive nos últimos 25 anos, o homem da minha vida: Dionatan Carvalho. Pelo afeto, respeito, admiração, companheirismo, consultoria (rs) e, sobretudo, pelo seu amor por mim, *apesar de tudo*. Posso afirmar, sem medo de errar, que essa dissertação não teria sido possível sem vc, por isso, essa conquista é nossa! Obrigada, meu amor, por ser a pessoa que *eu preciso*.

A todas as minhas irmãs em Cristo Jocilene, Iran, Elenir, Maximiana, Elineth, Olenilda, Berenice, Weslene, dentre outros, pelas orações. Em particular ao pastor Daniel Matos e à sua esposa, Almerinda Chaves, pelo carinho.

À Profa. Dra. Maria Ozanira Silva e Silva, por ter me dado a honra de ser sua orientanda, e por aceitar o desafio de construir essa dissertação. Sua competência é indizível e sua dedicação à pesquisa é, deveras, contagiante, por isso, sempre é um prazer ouvi-la.

Aos professores do PPGPP, por compartilharam um pouco do seu vasto conhecimento. Em especial, à Profa. Dra. Valéria Almada Lima, pelas inúmeras contribuições a esse trabalho.

À Izabel, Fabrícia, Edson, Augusto e Fábio, minhas palmas de ouro para todos vocês.

Ao prof. Ms. Felipe de Holanda, meu eterno orientador, pelo incentivo ao ingresso no Mestrado e pelo constante apoio.

Ao IMESC, na pessoa do presidente Fernando Barreto e do diretor Sadick Nahuz, por abrirem as portas para o início da minha vida profissional.

Ao GAEPP, grupo de pesquisa que possibilitou ampliar minha vida acadêmica.

Sempre haverá pobres e necessitados no meio do povo.

Deuteronômio 15.11c (NTLH)

RESUMO

Análise multidimensional da pobreza no estado do Maranhão. A fonte de dados foi o Censo Demográfico dos anos 2000 e 2010. Para melhor apurar o fenômeno procedeu-se à elaboração de um indicador sintético denominado Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM). Primeiro, procedeu-se ao levantamento das principais abordagens explicativas do fenômeno da pobreza e das principais formas de medição. Optou-se então pela abordagem multidimensional da pobreza para fins de mensuração do fenômeno sem, contudo, abrir mão da abordagem estrutural para compreender suas determinações e formas de superação. Decidiu-se, por um indicador sintético por ele levar em conta um maior número de indicadores. Em seguida, fez-se uma descrição da metodologia do Índice e foram explanados os resultados obtidos tanto para o Índice como para as seis dimensões que o compõem. As principais conclusões que se chegaram com a construção do IPMM foram: a) houve uma redução pobreza tanto no estado do Maranhão como em todos os municípios, quando comparados os anos 2000 e 2010; b) o desempenho dos municípios não foi homogêneo; c) que o grau de pobreza mostra-se mais intenso na escala municipal do que na estadual; d) as dimensões que mais avançaram foram acesso ao conhecimento, desenvolvimento infantil e carências habitacionais e as que menos avançaram foram acesso ao trabalho e escassez de recursos. Logo, a evolução da pobreza nos municípios do Maranhão na primeira década dos anos 2000 não decorreu de fatores endógenos ao padrão de crescimento exibido pela economia maranhense nesse período.

Palavras-chave: Pobreza. Indicador sintético. Maranhão.

ABSTRACT

Multidimensional analysis of poverty in the state of Maranhão. The data source is the Census of 2000 and 2010. In order to further investigate the phenomenon, we proceeded to the elaboration of an indicator called multidimensional Municipal Poverty Index for Maranhão (IPMM). First, we proceeded to the survey of the main explanatory approaches of the phenomenon of poverty and the main forms of measurement. It was then decided by multidimensional approach to poverty measurement purposes of the phenomenon, but without compromising the structural approach to understand their decisions and ways of overcoming. We decided to choose a multidimensional indicator due to the fact that it takes into account a larger number of indicators. Then, we described the methodology of the Index and the results have been described for both the index and for the six dimensions that comprise it. The main conclusions that came with the construction of IPMM were: a) there was a reduction in poverty both in the state of Maranhão as in all other cities, as we compare the years 2000 and 2010, b) the performance of municipalities was not homogeneous, c) the degree of poverty seems to be more intense at the municipal level than at state d) the most advanced dimensions were: access to the knowledge, child development and housing needs, whereas the least advanced were: access to work and lack of resources. Thus, the evolution of poverty in the municipalities of Maranhão in the first decade of the 2000s was not the result of endogenous factors to the growth pattern exhibited by the economy of Maranhão in this period.

Keywords: Poverty. Synthetic Indicator. Maranhão

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM).....	58
Diagrama 1- Dimensões do Índice de Pobreza Familiar (IPF).....	59
Quadro 1 – Componentes e indicadores da dimensão Vulnerabilidade.....	60
Quadro 2 – Componentes e indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento.....	61
Quadro 3 – Componentes e indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho.....	63
Quadro 4 – Componentes e indicadores da dimensão Escassez de Recursos.....	64
Quadro 5 – Componentes e indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil.....	65
Quadro 6 – Componentes e indicadores da dimensão Carências Habitacionais.....	66
Mapa 1 – IPMM para os anos 2000 e 2010.....	69
Mapa 2 – Dimensão Vulnerabilidade – 2000 e 2010.....	82
Mapa 3 – Dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000 e 2010.....	89
Mapa 4 – Dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000 e 2010.....	97
Mapa 5 – Dimensão Acesso ao Trabalho – 2000 e 2010.....	104
Mapa 6 – Dimensão Escassez de Recursos – 2000 e 2010.....	113
Mapa 7 – Dimensão Carências Habitacionais.....	120
Diagrama 2 -Dimensões do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM).....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dimensões do IPMM – 2000 e 2010.....	80
Gráfico 2 – Componentes da dimensão Vulnerabilidade – 2000 e 2010	83
Gráfico 3 – Indicadores do componente fecundidade – 2000 e 2010	84
Gráfico 4 – Indicadores do componente atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens – 2000 e 2010.....	85
Gráfico 5 – Indicadores do componente dependência demográfica – 2000 e 2010.....	86
Gráfico 6 – Pirâmide etária do estado do Maranhão – 2000	87
Gráfico 7 – Pirâmide etária do estado do Maranhão – 2010	87
Gráfico 8 – Componentes da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000 e 2010.....	88
Gráfico 9 – Indicadores do componente trabalho precoce e mortalidade infantil – 2000 e 2010	90
Gráfico 10 – Indicadores do componente acesso à escola – 2000 e 2010.....	91
Gráfico 11 – Indicadores do componente trabalho precoce – 2000 e 2010	93
Gráfico 12 – Indicadores do componente progresso escolar – 2000 e 2010	94
Gráfico 13 – Componentes da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000 e 2010	98
Gráfico 14 – Indicadores do componente analfabetismo – 2000 e 2010.....	99
Gráfico 15 – Indicadores do componente escolaridade – 2000 e 2010.....	100
Gráfico 16 – Indicador do componente qualificação profissional – 2000 e 2010.....	102
Gráfico 17 – Componentes da dimensão Acesso ao Trabalho – 2000 e 2010	105
Gráfico 18 – Indicador do componente disponibilidade de trabalho – 2000 e 2010.....	106
Gráfico 19 – Indicador do componente qualidade do posto de trabalho – 2000 e 2010	107
Gráfico 20 – Indicadores do componente remuneração – 2000 e 2010	108
Gráfico 21 – Crescimento real acumulado do PIB (volume) – Brasil, Nordeste e Maranhão –2000 a 2010	109
Gráfico 22 – Composição média das exportações maranhenses por complexos – 2000 a 2010.....	111
Gráfico 23 – Componentes da dimensão Escassez de Recursos – 2000 e 2010	114

Gráfico 24 – Composição da fonte de rendimentos no estado do Maranhão – 2000 e 2010.....	118
Gráfico 25 – Componentes da dimensão carências habitacionais – 2000 e 2010.....	121
Gráfico 26 – Indicadores do componente Propriedade – 2000 e 2010.....	122
Gráfico 27 – Indicadores dos componentes Espaço domiciliar, Abastecimento de água, Acesso à saneamento e Acesso à coleta de lixo 2000 e 2010	123
Gráfico 28 – Indicadores do componente acesso a energia elétrica 2000 e 2010	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IPMM e dimensões – 2000	70
Tabela 2 – IPMM e dimensões – 2010.....	74
Tabela 3 – 15 maiores IPMM e 15 menores IPMM – 2000 e 2010.....	78
Tabela 4 – Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Maranhão –2000 a 2012	101
Tabela 5 – População do Brasil, Nordeste e Maranhão por situação do domicílio – 1970 a 2010	107
Tabela 6 – Taxas médias anuais de variação real do Valor Adicionado Bruto e do número de pessoas ocupadas e elasticidade ocupação/valor adicionado – Brasil e Maranhão (2000 a 2009).....	110
Tabela 7 – Principais países destino das exportações maranhenses – 2001 a 2010.....	111
Tabela 8 – Aposentadorias e BPCs concedidas no Maranhão – 2000 a 2011	116
Tabela 9 – Benefícios do Programa Bolsa Família concedidos no maranhão – 2004 a 2010	117
Tabela 10 – Distribuição de pessoas por segmentos de rendimento no Maranhão.....	118
Tabela 11 – Massa de rendimentos por classes de rendimento (em R\$ mil)	126
Tabela 12 – Valores PBF e BPC	127
Tabela 13 – Transferências Constitucionais para os municípios do Estado do Maranhão (em R\$ Mil) – 2000 a 2010	127

LISTA DE SIGLAS

a.a. -	ao ano
BPC -	Benefício de Prestação Continuada
BR -	Brasil
BSP -	Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância
BVCE -	Benefício Variável de Caráter
BVG -	Benefício Variável à Gestantes
BVJ -	Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
BVN -	Benefício Variável à Nutrizes
CadÚnico -	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
Cedeplar -	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEPAL -	Comissão Econômica para a América Latina
CNAE -	Classificação Nacional de Atividade Econômica
CNE/CEB-	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Corecon -	Conselho Regional de Economia do Maranhão
DERSE -	Departamento de Estudos Setoriais e Regionais
DIEESE -	Departamento Intersindical de Estatísticas de Estudos Socioeconomicos
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
FGV -	Fundação Getúlio Vargas
FIES -	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FPE -	Fundo de Participação dos Estados
FPM -	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB -	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GACE - Grupo de Análise da Conjuntura Econômica do Maranhão

GAEPP - Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDE - Índice de Desenvolvimento Econômico

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDM - Índice de Desenvolvimento Municipal

IDS - Índice de Desenvolvimento Social

IES - Índice de Exclusão Social

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPF - Índice de Pobreza Familiar

IPFB - Índice de Pobreza Familiar Brasileiro

IPFM - Índice de Pobreza Familiar Maranhense

IPFN - Índice de Pobreza Familiar Nordeste

IPH - Índice de Pobreza Humana

IPM - Índice de Pobreza Multidimensional

IPMM - Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão

JMTV - Jornal do Maranhão 1ª edição

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MA - Maranhão

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MPAS - Ministério da Previdência Social

NE - Nordeste

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OPHI - Oxford Poverty and Human Development Initiative

p.p. - Ponto(s) Percentual(s)

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PBF - Programa Bolsa Família

PBSM - Plano Brasil Sem Miséria

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC - Paridade do Poder de Compra

PPD - pessoa portadora de deficiência

PQD - Programa de Qualificação de Docentes

ProUni - Programa Universidade para Todos

PTR - Programa de Transferência de Renda

RMV - Renda Mensal Vitalícia

Seas - Secretaria de Assistência Social

SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais

SM - Salário Mínimo

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNICEF - O Fundo das Nações Unidas para a Infância

VA - Valor Adicionado

WDI - World Development Indicators

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONCEPÇÕES TEÓRICAS E FORMAS DE MEDIÇÃO DA POBREZA	23
2.1	Antecedentes históricos sobre os estudos da Pobreza	23
2.2	Abordagem Estrutural	27
2.3	Abordagem Liberal / Neoliberal	32
2.4	Pobreza como fenômeno Multidimensional e Complexo: da abordagem das necessidades básicas à abordagem das capacitações	37
2.5	Mensuração da Pobreza	43
2.5.1	Linha de Pobreza	43
2.5.2	Indicador Social.....	46
3	ÍNDICE DE POBREZA MUNICIPAL PARA O MARANHÃO (IPMM)	56
3.1	Proposta Metodológica	56
3.2	Análise da pobreza no Maranhão através do IPMM nos anos 2000 e 2010	67
4	CONCLUSÃO	130
	REFERÊNCIAS	133
	ANEXOS.....	140

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, mais precisamente, desde os anos 1980, a temática da pobreza tornou-se um assunto recorrente na pauta de estudos desenvolvidos por organismos internacionais, governos, bem como no meio acadêmico e em organizações civis.

Nesse período, verificou-se que o conceito científico sobre o fenômeno da pobreza evoluiu em direção a uma abordagem multidimensional e complexa. Para compreender as implicações dos novos desdobramentos do capitalismo sobre os indicadores de pobreza, além da renda, passou-se a utilizar indicadores sociais e a agregar esses indicadores em forma de índices sintéticos (através dos mais diversos métodos de agregação), a fim de identificar e mensurar a pobreza de forma mais abrangente. Através dessas medidas, pode-se ter uma visão sistemática da dinâmica da pobreza nas esferas global, nacional, regional, estadual e municipal.

Os indicadores internacionais mais conhecidos são: o Índice de Desenvolvimento Humano¹ (IDH), criado em 1990, e o Índice de Pobreza Multidimensional² (IPM), criado em 2010, ambos elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);

¹ O IDH foi elaborado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen com o objetivo de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 trouxe uma mudança no cálculo do IDH. Em virtude, disso não se pode comparar o novo IDH com aqueles divulgados em relatórios anteriores. O índice manteve suas características principais — varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano) e engloba três aspectos essenciais do desenvolvimento humano: conhecimento, saúde e padrão de vida digno. Dos três subíndices que compõem o IDH, apenas o de longevidade não passou por alterações: continua sendo medido pela expectativa de vida ao nascer. No subíndice de renda, o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, que contabiliza a renda conquistada pelos residentes de um país, incluindo fluxos internacionais, como remessas vindas do exterior e ajuda internacional, e excluindo a renda gerada no país, mas repatriada ao exterior. No subíndice de educação, houve mudanças nos dois indicadores. Sai a taxa de analfabetismo, entra a média de anos de estudo da população adulta; para averiguar as condições da população em idade escolar, em vez da taxa bruta de matrícula passa a ser usado o número esperado de anos de estudos (PNUD, 2010).

² O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) foi criado com o objetivo de substituir o Índice de Pobreza Humana (IPH). O IPM tinha como objetivo fornecer um retrato mais amplo que o IDH sobre as pessoas que vivem com dificuldades nos países mais pobres.

O IPM aponta privações em educação, saúde e padrão de vida — as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — e pode ajudar a canalizar os recursos para o desenvolvimento de forma mais eficaz. Lançado pelo PNUD em conjunto com o centro de pesquisas *The Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), o IPM integra a 20ª edição do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), divulgado em 2010. As três dimensões do IPM se subdividem em dez indicadores: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida). Uma família é multidimensionalmente pobre se sofre privações em, pelo menos, 30% dos indicadores (cada divisão vale um terço; estes pesos são divididos proporcionalmente pelo número de indicadores analisados em cada uma delas). Quanto maior o IPM, maior é o nível de pobreza multidimensional entre os 104 países avaliados. (PNUD, 2010).

o *The World Development Indicators*³ (WDI), formulado pelo Banco Mundial; e o *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe*⁴, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

No Brasil, os índices sintéticos mais divulgados são: o “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo: Dinâmica Social dos Anos 90⁵”, coordenado por Aldaíza Sposati; o “Índice de Desenvolvimento Econômico e Social⁶”, formulado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) do Governo do Estado da Bahia; o “Mapa do Fim da Fome⁷”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); o “Atlas da Exclusão Social no Brasil⁸”, organizado por Marcio Pochmann e Ricardo Amorim; e o “Mapa da exclusão social do Brasil⁹”, de José Lemos.

³ O Banco publica anualmente o Relatório do Desenvolvimento Mundial (*World Development Indicators - WDI*). O WDI é uma compilação anual de dados sobre o desenvolvimento. Inclui aproximadamente 800 indicadores, respeitantes a 209 economias, em mais de 90 tabelas organizadas em 6 secções: Panorama do Mundo, Gente, Meio Ambiente, Economia, Estados e Mercados e Vínculos Globais. (BANCO MUNDIAL, 2011)

⁴ O *Anuário Estadístico de América latina e Caribe*, publicado anualmente pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), é uma das principais referências de fontes de dados sociais, econômicos e ambientais da região. (CEPAL, 2011)

⁵ O Índice de Exclusão/Inclusão Social (IEX), elaborado sob a coordenação de Aldaíza Sposati, usa 47 variáveis denominadas de “utopias”, agregadas em quatro grandes áreas: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade. A pesquisa utiliza uma metodologia de análise geoespacial e tratamento matemático-computacional das informações em ambiente de Sistema de Informação Georeferenciado (SIG), que permite identificar “o lugar” dos dados nas distintas áreas da cidade além da criação de um Índice de Exclusão (IEX), que possibilita classificar os níveis de qualidade de vida nos diversos distritos de São Paulo.

⁶ Construído desde 1996 e inicialmente denominado Classificação dos Municípios Baianos, o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social é uma publicação bianual da SEI. Este indicador, que classifica os 417 municípios do Estado segundo critérios sociais e econômicos, é utilizado para orientar os programas de desenvolvimento do Estado.

⁷ O “Mapa do Fim da Fome” é elaborado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. O trabalho busca trazer ao cidadão comum os principais conceitos envolvidos na mensuração da miséria e é ilustrado com um conjunto amplo de mapas e tabelas abertos em nível de municípios, estados e de suas mesorregiões (FGV, 2011).

⁸ Nos volumes um e dois do Atlas da Exclusão Social no Brasil, publicados em 2003, os autores utilizaram os dados dos censos do IBGE dos anos 1960, 1980 e 2000 para identificar nos estados e nos 5.507 municípios brasileiros, a concentração de pobres e excluídos. Os autores apresentam os resultados em 41 mapas (nacionais e regionais), dando forma a uma verdadeira geografia da exclusão social no Brasil. Por meio do cruzamento de diferentes indicadores relacionados ao padrão de vida (grau de pobreza dos chefes de família, taxa de emprego formal e desigualdade de renda), ao conhecimento (taxa de alfabetização da população acima de cinco anos e média de escolaridade dos chefes de família) e ao risco juvenil (porcentagem de jovens na população e número de homicídios por 100 mil habitantes), os autores conceberam o índice de exclusão social. Esse índice varia de zero a um, sendo que as piores condições estão próximas de zero, ao passo que as melhores situações estão próximas de um. Ao todo, foram lançados cinco volumes contemplando estudos sobre a exclusão social no Brasil.

⁹ O Índice de Exclusão Social (IES) elaborado nesse trabalho objetivou identificar os padrões de pobreza, entendida como exclusão social nos 5.506 municípios dos 26 estados brasileiros e nos 19 distritos do Distrito Federal. Para construir o IES, utilizam-se 5 indicadores, a saber: percentagem da população do município (ou distrito) que sobrevive em domicílios particulares que está privada de água tratada; percentagem da população do município ou distrito privada de saneamento; percentagem da população do município ou distrito privada do serviço de coleta de lixo; percentagem da população maior de 10 anos com no máximo 1 ano de escolaridade; percentagem da população que sobrevive em domicílios particulares, cuja renda pessoal diária é de no máximo um dólar por dia. A fonte de dados foi o Censo Demográfico do ano 2000. (LEMOS, 2008)

Elaborado no Maranhão, há o “Índice de Desenvolvimento Municipal” (IDM), construído pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). O IDM é uma publicação anual e está na terceira edição. A primeira foi publicada em 2010 com dados referentes ao ano de 2008. Ele é composto por 50 indicadores distribuídos em dois grandes grupos: a) Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE); e b) Índice de Desenvolvimento Social (IDS) (IMESC, 2012).

Todos os esforços para construção de índices de pobreza são bastante válidos para qualquer que seja a localidade, principalmente, em regiões com indicadores socioeconômicos tão precários como o Maranhão. Para se ter uma ideia, o Maranhão se configura como um dos estados mais pobres da Federação. Em 1995, tinha a maior taxa de pobreza absoluta¹⁰ (77,8% da população), seguido pelo Piauí (75,7%) e Ceará (70,3%). Em 2008, o primeiro lugar passou a ser ocupado por Alagoas (56,6%), o segundo ficou com o Maranhão (55,9%) e em terceiro lugar estava o Piauí (52,5%) (IPEA, 2010a).

Os dados do Censo 2010 revelaram que no Maranhão 1,7 milhões de pessoas têm renda mensal de até R\$ 70,00 (25,8% da população)¹¹. É o Estado com maior percentual de pessoas nessa condição e o terceiro maior em termos absolutos – em primeiro lugar, está a Bahia com 2,4 milhão e em segundo, o Ceará com 1,5 milhão de pessoas (IBGE, 2011).

No Maranhão, também vigoram as rendas per capita mais baixas do Brasil, além de uma considerável carência no acesso a serviços básicos. Desde 2002 até 2009, o PIB per capita do Maranhão permaneceu no 26º lugar no *ranking* por Unidade da Federação, passando, em 2010, para 27ª posição¹² (IMESC, 2012).

De acordo com os dados preliminares do Censo 2010, apenas 26,7% dos domicílios maranhenses têm banheiro com rede geral de esgoto ou fossa séptica e apenas 55,8% têm coleta de lixo. No que tange à educação, 20% da população são analfabetos e 67,9% da população de jovem/adulta do Estado não têm instrução ou têm ensino médio incompleto (IBGE, 2012).

O Maranhão apresenta como característica de suas finanças públicas um elevado grau de dependência (divisão do total das transferências pelo total das receitas). Em relação às transferências federais para o estado, tem-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

¹⁰ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) adota uma linha de pobreza absoluta de ½ salário mínimo.

¹¹ População residente em domicílios particulares permanentes.

¹² Apesar do crescimento de 8,7% do PIB no ano de 2010, houve uma redução no PIB per capita, explicada basicamente pela elevação de 3,2% da população do estado (6,4 milhões 2009 para 6,6 milhões em 2010) decorrente do aumento da migração (impulsionada pelos novos investimentos realizados no estado).

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE) como as principais. Para os municípios, o FUNDEB e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são as mais significativas¹³. Some-se a isso o grande peso das transferências diretas de renda nos rendimentos das famílias do estado. Para se ter uma ideia, em 2012, um total de 951,6 mil famílias recebiam o Bolsa Família no Maranhão, repasse anual de R\$ 1,4 bilhão (BRASIL, 2012). Considerando que a média de moradores por domicílios, baseada no Censo 2010 é de 4,1, chega-se a uma quantidade de 3,9 milhões de pessoas que dependem direta ou indiretamente desse benefício (59,5% da população total do estado).

Tendo em vista o quadro socioeconômico maranhense, a construção de um Índice sintético de pobreza para os municípios do Maranhão (com um grau de desagregação em três níveis), mostra-se de capital importância para compreender a dinâmica social e econômica do estado.

Este trabalho, então, consiste na elaboração de um Índice sintético da pobreza para os 217 municípios do estado do Maranhão, tomando como fonte de dados os Censos Demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010. Denominou-se o índice de Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM).

Optou-se pela construção de um índice sintético e não por linhas de pobreza para analisar a persistente situação de miséria, que aflige todo o estado, com o intuito de revelar o quão intensa é a pobreza no estado, nas mais diversas formas de carências.

O Índice sintético proposto pretende ampliar um esforço de mensurar para entender e problematizar a situação de pobreza no estado do Maranhão, iniciado em meados de 2009, quando do ingresso no Grupo de Análise da Conjuntura Econômica do Maranhão¹⁴ (GACE). Procurou-se buscar parâmetros para avaliar a evolução da pobreza no estado, o que impôs o desafio de construir um índice sintético de pobreza para o Maranhão, Nordeste e Brasil, a partir dos dados das PNADs de 1993 a 2008, como trabalho de conclusão de curso¹⁵

¹³Enquanto para o Estado o FPE é a transferência com maior volume de recursos, no âmbito municipal o FUNDEB passou a ser mais significativo que o FPM a partir do ano de 2009.

¹⁴O GACE é um grupo de pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pelo professor mestre em economia e doutorando em Políticas Públicas Felipe Macedo de Holanda. Atualmente, o GACE está com suas atividades paralisadas.

¹⁵ As principais conclusões a que se chegou com a monografia foram que: a) houve uma redução da pobreza na década de 2000, quando comparada com a de 1990, tanto para o Maranhão como para o Nordeste e para o Brasil, contudo a intensidade da pobreza permaneceu maior no Maranhão; b) as dimensões que mais avançaram foram: carências habitacionais, desenvolvimento infantil e acesso ao conhecimento. E, as dimensões com menor progresso foram: acesso ao trabalho e escassez de recursos; c) tendo em vista o ínfimo progresso das dimensões acesso ao trabalho e escassez de recursos, pode-se inferir que a melhoria no grau de pobreza não decorreu de

em fins do ano de 2010, intitulado: *Evolução da pobreza no Maranhão: análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no período de 1993 a 2008*¹⁶.

Após a concretização da monografia, surgiu a inquietação de formular e de analisar a dinâmica da pobreza de forma mais desagregada, em nível municipal. Os recentes dados do Censo Demográfico do ano de 2010 trouxeram à tona essa possibilidade. Após o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, engajei-me no Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza¹⁷ (GAEPP), onde recebi incentivo para dar prosseguimento ao projeto.

É importante citar que o presente estudo foi apoiado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos¹⁸ (IMESC), por ser uma contribuição original na área do combate à pobreza, na medida em que servirá tanto para analisar a dinâmica da pobreza nos municípios maranhenses, como para diagnosticar a situação social destes municípios, a fim de traçar ações estaduais de combate à pobreza. E, neste último caso, o IPMM servirá como umas das ferramentas de diagnóstico para o *Plano Brasil Sem Miséria*¹⁹ na sua versão estadual no Maranhão, alcunhado de *Viva Oportunidades*²⁰.

fatores endógenos ao estado, ou seja, a evolução da pobreza no Maranhão não foi fruto de fatores endógenos ao padrão de crescimento exibido pela economia maranhense no período. Esteve, sim, apoiada, em grande parte, na elevação das transferências de renda para a população, para o Estado e para os municípios e, também, na grande valorização do salário mínimo nos anos 2000.

¹⁶ Monografia vencedora do prêmio Rosa Mochel de Economia, edição 2001, promovido pelo Conselho Regional de Economia do Maranhão (Corecon-MA).

¹⁷ O GAEPP foi fundado em 1996. É um Grupo interdisciplinar que congrega professores de diversos Departamentos Acadêmicos e alunos de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. É vinculado ao Departamento de Serviço Social, articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e integra o Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa organizado pelo CNPq. Desenvolve atividades de pesquisa, de consultoria, assessoria e capacitação de recursos humanos, privilegiando as seguintes temáticas: pobreza, trabalho e políticas sociais, centrando-se na análise e avaliação de Políticas Públicas. São, portanto, temas relevantes para estudos do GAEPP: pobreza e políticas públicas direcionadas à pobreza; trabalho e políticas de geração de emprego e renda; programas de transferência de renda; políticas sociais, com especial ênfase à política de assistência social e metodologia de análise e avaliação de políticas públicas. (GAEPP, 2013).

¹⁸ O IMESC é uma autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Maranhão. Atualmente, assumo um cargo de confiança no IMESC, como chefe do Departamento de Estudos Setoriais e Regionais (DERSE). O IMESC possui grandes parcerias, tanto com Secretarias Estaduais, como com Órgãos Federais e com outros Institutos de Pesquisas nacionais. Uma dessas parcerias é com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Como funcionária do IMESC, essa parceria facilitou o acesso a algumas informações e dados importantes para a elaboração desta dissertação.

¹⁹ O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado pelo governo Dilma Rousseff, em Junho de 2011, e tem a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. O Plano Brasil Sem Miséria é executado pela União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e com a sociedade. A atuação do Plano acontece através de três eixos: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

²⁰ O Programa Viva Oportunidades foi lançado, em setembro de 2012, pelo Governo do Estado do Maranhão através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (SEDES). O objetivo principal do Programa é *promover a inclusão social e produtiva através de oportunidades de capacitações, acesso ao crédito, trabalho e renda para os que vivem em situação de extrema pobreza*. A meta principal é *tirar, nos próximos três anos, 1 milhão de pessoas da faixa da extrema pobreza no Maranhão, com redução significativa, saindo de mais de 20% para menos de 10% até 2015*. (MARANHÃO, 2012).

O IPMM foi inspirado no Índice de Pobreza Familiar²¹ (IPF), elaborado por Barros et al (2006). Diferentemente do O IPF, que foi construído a partir das informações²² disponibilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o IPMM foi construído a partir de informações do Censo demográfico. Elaborado em nível familiar, o IPF teve como principal objetivo medir a intensidade da pobreza das famílias e identificar as famílias pobres do estado do Rio de Janeiro a partir de diversos indicadores. O IPMM não tem a finalidade de identificar “quem são os pobres” do estado, mas sim de medir a “intensidade da pobreza”, no Maranhão e nos seus 217 municípios, nos anos de 2000 e de 2010.

O IPMM leva em conta seis dimensões: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infantil e carências habitacionais. Cada dimensão é formada por componentes, estes, por sua vez, são constituídos por indicadores, que variam de acordo com as dimensões²³.

Por tudo o que já foi explanado, pode-se afirmar que o IPMM constitui um importante instrumento no processo de formulação, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais, por ser a síntese de 40 indicadores de distintas naturezas em âmbito municipal. Dessa forma, poder-se-á identificar e problematizar a situação da pobreza do Maranhão na esfera municipal.

Este trabalho se desdobra em quatro capítulos, contando com esta introdução. O primeiro capítulo trata das concepções e formas de mensuração da pobreza. Nessa seção, fez-se um levantamento das principais abordagens explicativas do fenômeno da pobreza e das suas principais formas de medição. No que se refere às abordagens, primeiramente, realizou-se um resgate histórico, a fim de se entender que o fenômeno da pobreza é uma questão que remonta as primeiras organizações da sociedade. Logo em seguida, explanaram-se as três principais abordagens explicativas do fenômeno da pobreza, presentes tanto na literatura nacional como na internacional. As abordagens levantadas foram: a Abordagem Estrutural, a Abordagem Liberal/Neoliberal e a Abordagem da Pobreza como um fenômeno Multidimensional e Complexo. Optou-se pelas Abordagens Multidimensional e Estrutural. A primeira como inspiração para a construção do Índice e a segunda para compreender suas

²¹ O Índice de Pobreza Familiar (IPF) foi elaborado sob a coordenação de Ricardo Paes de Barros quando convidado pela Secretaria de Assistência Social (Seas) do Rio de Janeiro para formular um índice a partir do qual fosse possível identificar as famílias pobres utilizando o Cadastro Único (BARROS et al, 2006).

²² A escolha das dimensões e seus respectivos pesos constituem a fase precípua de elaboração de um indicador sintético de pobreza. Nesta fase, eminentemente pragmática e empírica, a disponibilidade e confiabilidade das informações devem ser devidamente atestadas (BARROS, 2006, p. 9).

²³ A metodologia do IPMM será abordada na seção 3.1.

formas expressão de superação. No que se refere às formas de medição da pobreza, também foram levantadas as principais: linha de pobreza e indicador social. Como este trabalho tem como objetivo principal a construção de um índice sintético da pobreza, utilizou-se como inspiração a teoria dos indicadores sociais.

No terceiro capítulo, tratou-se do Índice proposto neste trabalho, o Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM). Primeiro, fez-se uma descrição da metodologia do IPMM, contemplando a inspiração do Índice, a composição, a estrutura e a forma de cálculo. Depois, se apresentaram os principais resultados obtidos tanto para o IPMM como para cada uma das seis dimensões. Constatou-se, a partir dos resultados, que houve uma redução da pobreza tanto no âmbito estadual como em todos os 217 municípios. Nos municípios, todavia, a redução não foi homogênea. Enquanto alguns registram um significativo avanço, outros apresentaram apenas uma sensível melhora. Em se tratando das dimensões, muitos municípios regrediram. As dimensões em que mais municípios regrediram foram as relacionadas aos meios (acesso ao trabalho e escassez de recursos). E as que eles mais progrediram foram aquelas relacionadas aos fins (desenvolvimento infantil e carências habitacionais).

Por fim, a conclusão, em que se constatou que a melhoria no grau de pobreza no estado e nos municípios do Maranhão não decorreu dos padrões endógenos ao modelo de crescimento do estado. Esteve, sim, atrelada às ações como a política de valorização do salário mínimo, nas transferências constitucionais e nos Programas de Transferência de Renda (tanto nos repasses monetários como nas condicionalidades). Prova disso é o bom desempenho das dimensões desenvolvimento infantil e carências habitacionais e o mau desempenho do acesso ao trabalho e da escassez de recursos.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA

Inexiste uma única forma de se caracterizar o fenômeno da pobreza. Ela pode ser analisada sob várias perspectivas teóricas ou abordagens encontradas na literatura sobre essa temática. As diversas abordagens decorrem de diferentes perspectivas teóricas e de formulações desenvolvidas por grupos sociais, a partir de dados das realidades prevaletentes em determinados contextos históricos. Como afirma Silva (2002, p. 74):

[...] não se pode falar de solidez e estabilidade do conceito de pobreza no tempo e no espaço, sendo ilusório pensar numa definição “científica”, objetiva e universal. O que se identifica, na literatura, são conceitos desenvolvidos por grupos sociais a partir de uma dada concepção sobre a realidade social, o que significa que o conhecimento da pobreza só existe através de representações dominantes e contraditórias em confronto, numa dada sociedade, num determinado momento histórico.

Em consonância com esse pensamento, Dedeca (2012, p. 17) fala que a situação de pobreza não apresenta um caráter absoluto, pelo contrário, é dinâmica, uma vez que a sua identificação está estreitamente relacionada com o nível de desenvolvimento socioeconômico e com os valores coletivos morais e éticos, eleitos pela sociedade.

É importante também ter em vista que, conforme assinala Soto (2003), expressões como “pobres” e “pobreza” são usadas com frequência nas ciências sociais, mesmo nem sempre se fazendo o uso da precisão que impõe a linguagem científica. Todavia, “al mismo tempo su utilización puede realizarse desde diferentes matrices teóricas que privilegian diversos aspectos del fenómeno a que hace referencia el concepto utilizado o priorizan distintas dimensiones en el análisis de la realidad de la que forma parte.” (SOTO, 2003, p. 6). Tendo isso em vista, ressalta a autora, se faz necessário um profundo conhecimento desses conceitos.

Por isso, neste capítulo, fez-se um levantamento das principais abordagens explicativas do fenômeno da pobreza e das principais formas de medição, mas, precedendo estes dois pontos, realizou-se um pequeno resgate histórico, a fim de se evidenciar a persistência da pobreza desde as primeiras organizações da sociedade.

2.1 Antecedentes históricos sobre os estudos da Pobreza

A pobreza e suas mazelas não são fenômenos novos, pelo contrário, sempre estiveram presentes na história da humanidade. Pode-se, facilmente, encontrar relatos no

decorrer da história que demonstram sua ocorrência, a despeito do povo, civilização ou período, por ser um fenômeno antigo. A forma com que ela foi encarada no decorrer da história “permite que se perceba a evolução que o seu conceito obteve, partindo de uma definição mais restritiva para uma definição mais abrangente e complexa”. (LACERDA, 2009, p. 28).

Lacerda (2009, p. 28) expõe que, na antiguidade, havia uma determinação divina para a explicação da existência de “ricos” e “pobres”, a predestinação divina que estava relacionada à classe social, por isso os indivíduos não ousavam questioná-la. Essa forma de explicar a pobreza foi muito propagada pela Igreja Católica, durante a Idade Média, a fim de facilitar seu domínio sobre as camadas mais desfavorecidas e garantir a manutenção das regalias da nobreza e do clero.

Já nesses períodos a pobreza era vista como ausência de condições materiais (leia-se terras e riquezas) que permitissem ao indivíduo desfrutar de uma vida confortável, considerando-se os padrões da época. Mais do que isso, ela corroborava o domínio dos senhores sobre os servos e os vassallos – no caso da época feudal – pois as possibilidades de desempenhar outras atividades eram praticamente inexistentes para esses últimos. (LACERDA, 2009, p. 28).

A autora continua pontuando que, na Europa, durante o século XIV, uma quantidade cada vez maior de pessoas passou a viver nessa situação desfavorável, assolada por epidemias, desabrigo e miséria generalizada. Até então, a caridade cristã (mais precisamente, a caridade católica) era a encarregada pela assistência aos “desfavorecidos”. Entretanto, com a elevação do número de “desfavorecidos”, ficaram evidentes as limitações desse único tipo de auxílio, ainda mais diante das tensões sociais que estavam surgindo²⁴. Foi nesse contexto que a monarquia britânica instituiu, em 1388, a Lei dos Pobres, considerada como uma das primeiras políticas sociais implementadas no mundo. A Lei dos Pobres tinha um caráter muito mais punitivo do que protetor. Refletia uma espécie de “caça aos vagabundos”, em que “todos aqueles são de corpo e capazes de elaborar atividades laborais” eram obrigados ao trabalho (CODES, 2005, p. 17). Todavia, a Lei não se mostrou eficiente e eficaz no alcance de seus objetivos e “as temidas ‘vagabundagem’ e mendicância não foram

²⁴ Em 1351, a Grã-Bretanha, sob o reinado de Eduardo III, se deparava não só com o extermínio de, aproximadamente, um terço de sua população pela Peste Negra, mas também com o desafio econômico de enfrentar uma crônica escassez de braços para trabalhar nas fazendas, implicando aumentos dos salários. Surge daí a estreita relação entre assistência social e trabalho, que vai constituir um imperativo categórico no capitalismo.

Nesse mesmo ano, a Lei dos Trabalhadores foi instituída na Grã-Bretanha, com o objetivo de controlar as relações de trabalho, a qual, três anos depois, foi reforçada pela Lei dos Pobres, de 1388. Essa Lei, conforme Fraser (1984), não apenas procurava fixar os salários, mas também evitar que a mobilidade dos trabalhadores entre paróquias propiciasse a elevação dos mesmos. (PERREIRA, 2011, p. 62).

debeladas por essa forma de controle social que incluía surras, mutilações e queimaduras com ferro e brasa nos andarilhos, embora estes, àquela época, não fossem tão numerosos como se fazia crer” (PERREIRA, 2011, p. 62).

No decorrer do tempo, a Lei dos Pobres foi sofrendo algumas alterações, até que em 1601, foi reeditada como uma *nova Lei dos Pobres*. Numa implícita tentativa de gestão administrativa dos grupos a serem atendidos, os pobres foram classificados em:

Pobres impotentes (idosos, enfermos crônicos, cegos e doentes mentais) que deveriam ser alojados nas *Poor-houses* ou *almshouses* (asilos ou hospícios); *pobres capazes para o trabalho*, ou *mendigios fortes*, que deveriam ser postos a trabalhar nas chamadas *workhouses*; e os *capazes para o trabalho, mas que recusavam fazê-lo* (os corruptos), que deveriam ser encaminhados para reformatórios ou casas de correção. (PERREIRA, 2011, p. 64).

Devido à dificuldade de gerir a Lei dos Pobres de 1601, a assistência a três categorias de pobres convergiu para apenas um tipo de atendimento, as *Workhouses* “para onde passou a ser encaminhada toda e qualquer espécie de pobre: o *impotente*, o *sem trabalho* e o *indolente* (ou corrupto)”. (PERREIRA, 2011, p. 66).

Em 1782, após severas críticas sociais, foi criada a *Lei Gilbert*, uma emenda de dispositivos da Lei dos Pobres, “que aboliu a *assistência interna* (nas *Workhouses*) e estimulou a prática da *assistência externa*” (PERREIRA, 2011, p. 66).

Essa ação ensejou o aumento da mobilidade social, e no último quartil do século XVIII, a população já havia aumentado muito. E em um contexto de intensificação do processo de industrialização, assistiu-se ao “desmoronamento de um sistema de proteção social previsto para funcionar em sociedades pré-industriais” (PERREIRA, 2011, p. 67).

Como mazelas da industrialização, assistiu-se à escassez de alimentos, decorrente dos conflitos bélicos e das péssimas colheitas, que passou a afetar não só os impotentes e os desempregados, mas também os empregados, os quais passaram a receber um subsídio como complementação de salários. A iniciativa mais conhecida foi instaurada em 1795 e ficou conhecida como *Sistema Speenhamland*. “O diferencial da política representada pelo chamado Sistema *Speenhamland*, foi que, com ela, se instituiu a ideia de direito do trabalhador (e não só do incapaz) à proteção pública” (PERREIRA, 2011, p. 68). Todavia, os avanços pararam por aí.

Em 1834, houve uma reforma radical na Lei dos Pobres, desta vez, à luz do ideário liberal. De todas as recomendações em que se basearam a essa nova reforma, três merecem destaque por se tornarem base desse novo sistema: o princípio da menor elegibilidade, a internação nas *Workhouses*, e a centralização administrativa (PERREIRA,

2011, p. 76). Para por em prática o princípio da menor elegibilidade, teve-se que fazer uma distinção, até hoje muito utilizada: a diferença entre pobre e indigente.

Teóricos imponentes da época, como David Ricardo e Thomas Malthus, repeliavam qualquer tipo de assistência aos pobres, por acharem que isso interferiria no bom funcionamento do sistema econômico (RICARDO, 1982; MALTHUS, 1982 apud LACERDA, 2009). A pobreza era geralmente associada à preguiça, à indisposição ao trabalho, à má índole do indivíduo, salvo aqueles casos de incapacidade física e/ou mental, que impossibilitavam o indivíduo a trabalhar. Por isso, o auxílio aos pobres era visto como incentivo ao vício, além de livrá-los da responsabilidade de sustentar suas famílias.

Lacerda (2009, p. 29) aponta que além dos argumentos supracitados, os empregadores da época tinham interesse de que tanto o número de beneficiários como o de benefícios fosse o menor possível, para evitar uma pressão salarial em pleno processo de industrialização. A contrapartida dos patrões consistia basicamente em fornecer pão e algum auxílio monetário, que fosse o suficiente para garantir apenas a sobrevivência do trabalhador. Foi, então, que se iniciaram as pesquisas de nutricionistas com o objetivo de definir a quantia mínima necessária, que garantisse a sobrevivência dos pobres (CODES, 2005). “O indivíduo ou família que não conseguisse atender aos requerimentos nutricionais mínimos necessários à sua sobrevivência era definido como pobre” (LACERDA, 2009, p. 29).

De acordo com Codes (2005, p. 21), os primeiros trabalhos de nutricionistas foram realizados na Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, por volta de 1890, dando início “a um novo estágio de trabalho relativamente mais científico sobre a questão da pobreza, que veio a se prolongar pelo século XX”.

No caso europeu, questões relacionadas a desigualdades sociais e à pobreza evidenciaram-se

[...] a partir do esgotamento do modelo da “sociedade salarial”, uma construção histórica que tinha sido capaz de integrar e oferecer melhores condições de vida à classe trabalhadora. O funcionamento de tal sociedade contava com o apoio do Estado de Bem-Estar, através do qual se pôde estabelecer um tipo de “propriedade social”, ou seja, um modo de garantir o acesso aos direitos sociais de cidadania. A relevância do Estado de Bem-Estar enquanto suporte do referido modelo de sociedade reside no fato de que, além de ser o ente responsável pela garantia daqueles direitos, tal Estado desempenhou um papel fundamental para a organização da sociedade nos moldes modernos: foi a partir da sua Constituição, com a provisão das proteções sociais, que se instauraram os modos de coesão e regulação social vigentes a partir do século XX, estabelecendo-se assim um modo de encaminhamento da questão social” (CASTEL, 1998, apud CODES, 2005, p. 18).

A crise do fordismo e as modificações, no sistema capitalista, que dela decorreram a partir de 1970, provocaram o arrefecimento do Estado do Bem-Estar. Teve início, desde

então, um período de reestruturação econômica e reajustamento político e social conhecido como “Acumulação Flexível”²⁵, que se estende até os dias atuais. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual (HARVEY, 1992).

As implicações dessa reestruturação industrial para o mundo do trabalho, que fizeram com que o fenômeno da pobreza adquirisse uma posição de destaque na sociedade europeia, foram a proliferação da precarização do trabalho e do desemprego.

[...] podemos evidenciar que o mundo do trabalho sofreu transformações em função de um novo paradigma técnico-produtivo e do acirramento da competição intercapitalistas nas economias avançadas. A passagem do modelo taylorista-fordista para novas formas de produção e de gestão de mão-de-obra impõe uma nova base de conhecimento para o exercício da atividade laboral, buscando profissionais capazes de se adaptarem às exigências do mercado de trabalho. Porém essas mudanças vieram acompanhadas de um excedente de mão-de-obra, sendo apresentadas por formas de desemprego e subemprego (trabalho precário, autônomo ou sub-remunerado) com crescimento também do setor informal da economia. (FERREIRA, 2008, p. 17).

No que se refere aos países em desenvolvimento,

[...] a preocupação com a pobreza acentuou-se com a verificação de que centenas de milhões de pessoas que viviam em situação de miséria. Particularmente nos casos daqueles que estavam se tornando independentes após o colonialismo, a perplexidade diante das crescentes realidades de pobreza em massa esvaeceu as esperanças advindas dos incentivos dados pelos programas e teorias de “modernização” então em vigor. (CODES, 2005, p. 19).

Em fins do século XX, a temática da pobreza já era recorrente nos demais países europeus e nos países em desenvolvimento, quando se constatou que o crescimento econômico não vinha acompanhado de melhorias das desigualdades sociais e da situação de pobreza. A partir de então, o tema passou a ter centralidade na pauta dos governos nacionais e dos debates acadêmicos. (CODES, 2005).

²⁵ Harvey (1992, p. 140) explica que a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego, no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram, cada vez mais, a difusão imediata dessas decisões em um espaço cada vez mais amplo e variegado.

2.2 Abordagem Estrutural

A abordagem estrutural busca a explicação para o fenômeno da pobreza em fatores externos ao indivíduo, contrapondo-se, desse modo, às abordagens culturalistas²⁶ que se baseiam em fatores internos para explicar a pobreza. Os adeptos da abordagem estrutural entram em desacordo com os culturalistas, ao negarem a existência de uma cultura específica com uma lógica própria que causa a pobreza e, sobretudo, ao rejeitarem a explicação da pobreza por causas internas, ou seja, por deficiências individuais transmitidas de geração a geração. Assim, para os defensores da abordagem estrutural, o comportamento dos pobres seria consequência e não causa da pobreza (PAUGAM, 2003, p. 51).

Os pobres são afastados, parcial ou definitivamente, do mercado de trabalho não por uma decisão própria ou por desinteresse pelos valores da sociedade em geral. Pelo contrário, na realidade, acontece que “[...] na ausência de renda estável, de poder e de instrução, [os pobres] reconhecem que suas chances de promoção social são comprometidas e que estão condenados a viver por mais ou menos tempo em um contexto cultural no limite da exclusão social.” (PAUGAM, 2003, p. 52).

É no campo marxista que a Abordagem Estrutural tem seu principal expoente:

El núcleo sobre el problema de la pobreza en la sociedad capitalista está presente en la obra de Marx desde los Manuscritos hasta *El Capital*. Se puede identificar a lo largo de sus trabajos científicos del movimiento de la sociedad diferentes núcleos teórico-metodológicos concretos explicativos del concepto. (SOTO, 2003, p. 7).

Marx, em suas análises, se contrapôs ao pensamento dominante da época, que reduzia o fenômeno da pobreza, principalmente, “a una situación de carencia de una parte de la población, autonomizando la producción del problema del movimiento de la sociedad como um todo” (SOTO, 2003, p. 6). As teorias dominantes²⁷ apresentavam as relações sociais burguesas (as relações de produção, a divisão do trabalho, o crédito, o dinheiro, etc.) como categorias fixas, eternas, imutáveis. Desse modo,

Para comprender la pobreza en la sociedad capitalista es necesario entender desde una perspectiva de totalidad el movimiento histórico que le da vida. Entendiendo la

²⁶ A Abordagem Culturalista da pobreza explica a pobreza a partir de fatores internos ao indivíduo. Os defensores dessa abordagem identificam as causas da pobreza em fatores objetivos, como o desemprego, todavia, o cerne da abordagem está em posturas morais tradicionais. O pobre é considerado diferente e inferior, uma vez que suas origens, ações e atitudes são consideradas reprodutoras da pobreza dos adultos e de seus filhos. (KATZ, 1989 apud SILVA 2002, p. 77).

²⁷ Karl Marx faz uma análise de fatos econômicos, elaborados de maneira vulgar por representantes da Economia Política e apresentados por eles como “neutros” e “objetivos”. Marx submete esses fatos a uma análise científica a partir de uma perspectiva de totalidade histórica. O processo de vulgarização, analisado por Marx, se dá no momento em que a Economia Política deixa de explicar a sociedade e passa a justificá-la (SOTO, 2003, p. 7).

pobreza misma como una construcción social transitoria y mutable, fruto y parte del movimiento de la sociedad capitalista (SOTO, 2003, p. 8, grifo da autora).

Soto (2003, p. 9) enfatiza que as relações fundamentais da sociedade formam sempre um todo, logo, para compreender a pobreza é necessário entender a sociedade como um todo. Compreender que a pobreza exige conhecer as condições materiais de existência dos homens, os definindo não como expectadores de se suas histórias, mas como autores e atores, ao mesmo tempo, de seu próprio drama.

Em uma perspectiva estrutural, as categorias que servem de base para a explicação da pobreza são: exploração; desigualdade; exército industrial de reserva; e alienação.

A ideia central é que a exploração é inerente ao modo de produção capitalista. O trabalhador, expropriado dos meios de produção, tem, como única forma de assegurar sua sobrevivência, a venda da sua força de trabalho. Fato que só pode se efetivar no mercado quando seu trabalho “[...] sirve para hacer que los medios de producción funcionen como capitales; es decir, cuando reproduce su propio valor como nuevo capital y suministra, con el trabajo no retribuido, una fuente de capital adicional” (SOTO, 2003, p. 12).

Essa relação converge para uma concentração dos meios de produção sob o controle de um restrito número de detentores. Eis aí, a lei absoluta sobre a qual se assenta o regime de acumulação capitalista: a produção da mais valia. A mais valia nada mais é do que a apropriação pelo capitalista do excedente não pago ao trabalhador durante o processo de produção.

No capitalismo, a força de trabalho é indispensável ao processo de reprodução do capital. “A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele. [...]. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado.” (MARX, 1996, p. 714).

Junto com o aumento do capital, aumenta também a massa de ‘pobres trabalhadores’, a saber, trabalhadores assalariados, cuja força de trabalho se transforma em uma crescente força explorada a serviço do crescimento do capital, “lo que los fuerza para sobrevivir y reproducirse a ‘eternizar su supeditación al propio producto de su trabajo, personificado em el capitalista” (SOTO, 2003, p. 12).

Na produção de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a base econômica da sociedade, a base concreta à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (MARX, 1977, p. 2).

É a partir dessa relação antagônica e dependente que a pobreza é reproduzida

como condição fundamental para a própria reprodução do capital. Antagônica, porque temos, de um lado, uma pequena parcela que detém o controle da produção e, de outro, uma maioria explorada, em um processo de acumulação que vem acompanhado da miséria e exploração do trabalhador. Dependente, porque, como afirma Ferreira (2008, p. 25), o trabalhador se vê inserido nesse processo de expansão do capital sem muitas alternativas de assegurar sua sobrevivência, a não ser a venda de sua força de trabalho; e o modo de produção capitalista tem, na exploração dessa força de trabalho, a fonte de valorização do seu capital por meio do contínuo processo de produção da mais valia, configurando, na realidade, uma relação de dupla dependência.

Com o próprio funcionamento, o processo capitalista de reprodução reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim as condições de exploração do trabalhador. Compele sempre o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver, e capacita sempre ao capitalista comprá-la, para enriquecer. (MARX, 1996, p. 672).

O mecanismo de produção e acumulação capitalista se encarrega de realizar, constantemente, a adaptação às necessidades de exploração do capital. Isso se expressa no crescimento de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva²⁸, destituídos de camadas cada vez mais extensas de exércitos de trabalhadores em atividade ou parados. (SOTO, 2003, p. 12).

Esse contingente de trabalhadores é explicado pelo recuo na oferta global de trabalho, decorrente do contínuo aumento da produtividade do trabalho: “[...] o sistema capitalista produz e mantém uma população desempregada ou parcialmente empregada, que permanece constantemente à disposição do processo de acumulação.” (FERREIRA, 2008, p. 26). Dessa forma, têm-se dois extremos, em um está a acumulação de riqueza, e em outro está a acumulação de miséria, expressando o caráter antagônico da acumulação capitalista, como lei absoluta da riqueza social (SOTO, 2003, p. 40).

Ao desenvolver o conceito de superpopulação relativa, Marx analisa também as camadas mais inferiores desse contingente, denominada por ele de *pauperismo*. O pauperismo

²⁸ Marx (1996, p. 743), apresenta a superpopulação relativa sob três formas:

- a) *População flutuante*, representada pelos empregados temporários que ora são atraídos, ora repelidos pela incorporação e repulsão do sistema econômico, conforme o movimento da escala de produção;
- b) *População latente*, formada pela mão de obra liberada do meio rural, como consequência da penetração do capital no campo, que tenta se inserir no proletariado urbano industrial;
- c) *População estagnada*, representada pelo contingente supérfluo, na grande indústria e na agricultura, e por aqueles advindos de ramos em decadência, como o artesanato. É constituída pelos trabalhadores que se ocupam em atividades irregulares, os quais sobrevivem com uma remuneração mínima e são submetidos a atividades que exigem enorme dispêndio de energia. Tem, como características peculiares, a longa jornada de trabalho e os pequenos salários.

representa o “[...] mais profundo sedimento da superpopulação relativa” (MARX, 1996, p. 746), composto pelos inaptos ao trabalho, como órfãos e filhos de indigentes, e pelos incapazes de trabalhar. A assistência a essas pessoas cabe ao Estado, não para tirá-las da miséria, mas para manter a ordem social:

Las clases dominantes se tienen que hacer cargo de esta porción del proletariado mediante la caridad pública (La cual adopta diferentes modalidades, desde intervenciones de la iglesia a intervenciones estatales). Así este tipo de medidas institucionales persiguen un triple interés: evitar que las condiciones miserables de capas de las clases trabajadoras se vuelva en contra de los intereses generales de la burguesía, bajar y neutralizar el nivel de conflicto social, y preservar las condiciones fundamentales en las que se basa la sociedad, en este sentido, estas medidas de caridad pública, no suprimen la pobreza, a lo sumo la limitan. (SOTO, 2003, p. 15).

Para Marx (1996), é a manutenção do exército industrial de reserva que vai regular o nível dos salários:

Em seu conjunto, os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial. (MARX, 1996, p. 739).

E ao tratar do salário, Marx desenvolve o conceito de alienação, uma consequência direta do processo de produção e reprodução, no qual o trabalho não só produz mercadoria em geral, mas produz a si mesmo como mercadoria, a qual, necessariamente, se vê obrigado a vender, gerando uma aparência de “troca equivalente”. A forma como essa questão se apresenta, disfarça o trabalho alienado da classe trabalhadora apropriado pela classe capitalista, base da acumulação capitalista:

La clase capitalista entrega constantemente a la clase obrera, em forma de dinero, la asignación de una parte del producto creado por la segunda y apropiado por la primera. El obrero devuelve estas asignaciones a la clase capitalista no menos constantemente, privándose así incluso de la parte de su propio producto que a él Le corresponde. (MARX, 1986 apud SOTO 2003, p. 16).

A Abordagem Estrutural conclui que a pobreza é fruto do modo de produção capitalista em que há a exploração do homem pelo capital, que as relações de produção da sociedade moderna não têm um caráter simples, ou seja, não compõem uma unidade, mas são contraditórias, a saber, as mesmas relações que produzem a riqueza também produzem a pobreza. Somente a superação do modo de produção capitalista, através de um processo revolucionário em que aconteça a supressão das classes sociais, culminaria com a extinção da exploração e, por fim, da pobreza. Em virtude disso, essa perspectiva teórica tem se mostrado como a principal fonte de inspiração da luta histórica dos trabalhadores por direitos sociais.

2.3 Abordagem Liberal / Neoliberal

A abordagem Liberal/Neoliberal pode ser entendida como a atual expressão da ideia de *subsistência*²⁹ que surgiu na Inglaterra, aproximadamente, aos anos de 1890, quando se iniciaram as pesquisas de nutricionistas com o objetivo de definir a quantia mínima necessária, que garantisse a sobrevivência dos pobres.

A ideia de subsistência não ficou restrita à Grã-Bretanha, acabou sendo exportada para outros estados membros do império britânico, e passou a fundamentar a estruturação de planos de desenvolvimento e a exercer influência sobre práticas científicas e políticas nacionais e internacionais, por todo século XX. Podem-se citar, como exemplos de sua influência, as medidas estatísticas de descrição das condições sociais, adotadas primeiramente dentro de países e, pouco tempo depois, aplicadas por agências internacionais, como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI. (CODES, 2005, p. 22).

Sob a ótica da abordagem liberal, o fenômeno da pobreza tem motivações exclusivamente econômicas. Como analisa Ferreira (2008):

A pobreza, pela perspectiva neoliberal, está vinculada à obtenção de um certo nível de renda monetária. Por essa abordagem, a pobreza estaria definida pela falta (ou insuficiência) de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física. Assim, ela seria vista somente por um ângulo, a partir de fatores exclusivamente econômicos. (FERREIRA, 2008, p. 28).

O crescimento econômico recebe grande ênfase nesse enfoque, pois é considerado o promotor de novas oportunidades, que possibilitariam aos pobres superar a insuficiência de renda e assim sair da situação em que se encontram. Nesse contexto, o mercado assume a posição de promotor do desenvolvimento e o Estado se mantém na condição de agente complementar do mercado (FERREIRA, 2008).

Silva (2002) argumenta ainda que, para o Liberalismo, a causa da pobreza encontra-se nos próprios pobres, os quais, por serem incapazes de competir no mercado, só poderão sair dessa situação através do crescimento econômico, caracterizado como o indutor do progresso social. Por isso, as ações de combate à pobreza devem ser admitidas somente

²⁹Apesar de até hoje muitos países se apoiarem no conceito de subsistência (que corresponde à noção de pobreza absoluta), esse é alvo de algumas críticas. A principal delas é que as necessidades humanas não são entendidas como estritamente físicas. Outra crítica diz respeito à definição das necessidades alimentares, que se mostra mais problemática do que alguns cientistas sociais assumem. Pois, na realidade, as necessidades alimentares são socialmente determinadas. “Argumenta-se que as pessoas não são apenas organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos. Eles não são só consumidores de bens materiais, mas produtores daqueles bens e participantes ativos de complexos círculos sociais.” (CODES, 2005, p. 22).

quando focalizadas para amenizar a extrema pobreza e a pobreza absoluta.

A partir dessa visão [liberalismo], a expropriação, a exploração e a opressão social não existem, sendo a exclusão (diga-se pobreza) explicada por motivos pessoais: inabilidade, falta de sorte, preguiça, ou seja: a destituição é considerada como voluntária e determinada pelas incapacidades de os indivíduos competirem no jogo do livre mercado. Por conseguinte, as desigualdades sociais e a pobreza só serão superadas a longo prazo, com o progresso social, percebido como mera decorrência do crescimento econômico, sendo admitido apenas o desenvolvimento de políticas focalizadas para minorar a extrema pobreza ou pobreza absoluta. (SILVA, 2002, p. 82).

A abordagem Liberal é composta por várias doutrinas diferentes, entre as quais, se destacam o liberalismo de matizes radical e social. Mas, o ponto central das análises liberais, independentemente da vertente, é a focalização das causas da pobreza no próprio indivíduo e o reconhecimento do mercado como o local natural onde acontece o suprimento das carências econômicas e sociais (SILVA, 2002).

Dessa forma, Salama e Valier (1994), ao analisarem os fundamentos filosóficos e doutrinários dos programas de combate à pobreza, baseados nas doutrinas do liberalismo econômico, que norteiam as recomendações dos grandes organismos internacionais e das políticas de alguns países subdesenvolvidos, afirmam que o liberalismo se constitui:

[...] de uma composição eclética de diversas doutrinas liberais, cujos pólos principais são o liberalismo radical de Hayek que recusa qualquer ideia de contrato social, e o papel do Estado é de descartar tudo o que venha perturbar a ordem espontânea do mercado, e do liberalismo social de Rawls que atribui ao Estado uma ação preventiva ou redistributiva para corrigir certos efeitos de mercado, admitindo, portanto a possibilidade de um contrato social e a necessidade de adotar políticas, embora como mal necessário. (SALAMA E VALIER, 1994 apud SILVA, 2002, p. 82).

Os princípios básicos que norteiam o Liberalismo radical e social, de acordo com Silva (2002, p. 82), são: “[...] o papel determinante do mercado na formação da sociedade, a apologia do fetichismo da mercadoria, as desigualdades enquanto criações individuais e a exclusão individual”.

Hayek (1985), em seu liberalismo radical, enaltece as relações comerciais como essenciais na sociedade por considerar que essas garantem a existência e a manutenção do elo social. Então, o mercado se situa como o local onde as relações sociais se efetivam.

Os benefícios advindos do conhecimento acumulado por outros, e entre eles todos os progressos da ciência, chegam até nós por meio de canais fornecidos e dirigidos pelo mecanismo do mercado. Devemos ao vínculo econômico até mesmo o grau em que podemos participar dos esforços estéticos ou morais desenvolvidos pelos homens em outras partes do mundo. (HAYEK, 1985, p. 136).

O mercado seria regido não por normas de condutas deliberadas pelas pessoas

nele inseridas, mas por motivações individuais e egoístas. Dessa forma, cada indivíduo poderia “[...] beneficiar-se com a habilidade e o conhecimento de outros, cuja existência até mesmo podia ignorar e cujos objetivos podiam ser totalmente diversos dos seus.” (HAYEK, 1985, p. 131). E nisto consiste a fonte de coesão da sociedade, no “[...] fato de auxiliarmos na consecução dos objetivos de outras pessoas sem compartilhá-los ou mesmo conhecê-los, e no intuito exclusivo de alcançar nossos próprios objetivos.” (HAYEK, 1985, p. 132).

A atuação do Estado se restringiria ao fornecimento daqueles serviços que chegam para a totalidade da população, pois tais serviços necessitam de recursos para serem oferecidos. Agindo somente nesse ponto, o Estado não comprometeria a harmonia do mercado (HAYEK, 1985).

No liberalismo social de Rawls (1981), o mercado também constitui o centro das relações sociais. Mas, diferentemente do Liberalismo radical, as pessoas firmariam um contrato social entre si, sendo que dele participariam todos que tivessem os mesmos interesses e aí estabeleceriam os fundamentos da sociedade. Cabe destacar que ninguém reconhece sua posição na sociedade, pois estaria situado atrás de um véu de ignorância.

Presumo, então, que as partes não sabem certos tipos de particularidades. Antes de mais nada, ninguém reconhece seu lugar na sociedade, sua posição de classe ou *status* social; nem sabe sua fortuna na distribuição de dotes e habilidades naturais, sua inteligência e força, e assim por diante. Nem, de novo, ninguém conhece sua concepção do bem, as particularidades do seu plano reacional de vida, ou até as características especiais da sua psicologia, tais como sua aversão ao risco ou inclinação ao otimismo ou pessimismo. Além disto, presumo que as partes não conhecem as circunstâncias especiais da sua própria sociedade, isto é, não sabem sua situação econômica ou política, ou o nível de civilização e cultura que foram capazes de atingir. As pessoas na posição original não têm informação sobre qual geração pertencem. (RAWLS, 1981, p. 119).

Pelo fato de os indivíduos ignorarem sua posição social e os distintos lugares que ocupam na sociedade, eles acabam formando “[...] um conceito de justiça social como uma norma universal.” (FERREIRA, 2008, p. 31). Essa noção de justiça social está apoiada nos princípios de liberdade e equidade.

O princípio da liberdade rege que “[...] cada pessoa deve ter a mais ampla liberdade, sendo que esta deve ser igual a dos outros e a mais extensa possível, na medida em que seja compatível com uma liberdade similar de outros indivíduos.” (RAWLS, 1981, p. 67). O autor, ainda, ressalta que as liberdades básicas que os cidadãos devem desfrutar, para que a sociedade possa ser considerada justa, são de forma geral: liberdade política associada à liberdade de expressão e reunião; liberdade de consciência e de pensamento; liberdade pessoal associada ao direito à propriedade; e liberdade de não ser preso arbitrariamente e de não ser

retido fora das situações definidas pela lei (RAWLS, 1981, p. 68).

O princípio da equidade diz que as desigualdades econômicas e sociais devem estar organizadas, de tal forma, que todos sejam beneficiados e que sejam ligadas a posições e órgãos abertos a todos (RAWLS, 1981). Segundo o autor, esse princípio se aplica à distribuição de renda e de bens, além de aplicar-se também aos propósitos de organização, que se utiliza de diferenças na autoridade e na responsabilidade ou na corrente de comando. O autor também afirma que:

Quanto à distribuição de bens e rendas, ela não deve ser necessariamente igualitária, deverá sempre ser de forma a dar a maior vantagem possível para todos, sendo que, ao mesmo tempo, as posições das autoridades e dos órgãos de comando devem ser acessíveis a todos. (RAWLS, 1981, p. 68).

Para Rawls (1981), o princípio da equidade não pode anteceder o princípio da liberdade, de modo que um ganho de equidade não pode ser preferível a uma perda de liberdade. Por isso, as desigualdades deveriam existir desde que existam ganhos por parte dos desfavorecidos, mesmo que esses ganhos sejam ínfimos. Então, para ele, a injustiça consiste na desigualdade que não traz benefício para todos.

Tendo em vista a permanência das desigualdades, a pobreza sempre estaria presente na sociedade e, nesse contexto, o sucesso das pessoas estaria diretamente relacionado às suas capacidades e empenho individuais.

No que se refere ao mercado, Rawls (1981) o expõe como o fundamento da ordem social, apesar de não estarem incluídas de forma explícita na sua obra, as “liberdades básicas”, o que mais tarde Sen (2000) denominou de “liberdade formal”. Isto se justifica pelo fato de o mercado se apresentar como o local de satisfação de todas as necessidades econômicas e sociais dos indivíduos, possibilitando o exercício de suas liberdades. Pois, o homem, descrito pelo autor, é motivado unicamente pela busca do ganho, sendo o mercado de trabalho o principal meio para alcançar seus anseios.

A atuação do Estado se daria no sentido de atenuar os efeitos negativos do mercado. “O Estado garantiria renda mínima para aqueles grupos que ficaram à margem dos benefícios.” (FERREIRA, 2008, p. 33), o que só agravaria a situação dos pobres, pois, de acordo com Hayek (1985, p. 166), “as tentativas de ‘corrigir’ os resultados do mercado com vistas à ‘justiça social’ provavelmente causariam mais injustiça, na forma de novos privilégios, entraves à mobilidade e frustração de esforços”.

Em fins da década de 1970 e início de 1980, a partir da derrocada do socialismo real e do arrefecimento do *welfare State*, tem-se o desenvolvimento do Neoliberalismo.

Embora, a rigor, não possa ser considerado nem um liberal clássico nem um Neoliberal, Milton Friedman é o principal expositor do núcleo de argumentação que vem sendo repetida pelos neoliberais (DRAIBE, 1993). Em sua obra *Capitalismo e Liberdade* (1984), encontra-se a ideia central dessa doutrina: a liberdade individual.

A essência da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas, sujeito somente à obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo. Este ponto de vista implica a crença da igualdade dos homens num sentido; em suas desigualdades noutra. Todos os homens têm o mesmo direito à liberdade. Este é um direito importante e fundamental precisamente porque os homens são diferentes, pois um indivíduo quererá fazer com suas liberdades coisas diferentes das que são feitas por outros; e tal processo pode contribuir mais do que qualquer outro para a cultura geral da sociedade em que vivem muitos homens. (FRIEDMAN, 1984, p. 177).

Tendo o Neoliberalismo a liberdade como princípio basilar, no plano econômico, ela se expressa na afirmação do mercado “como instância mediadora societal elementar e insuperável” e, na esfera política, na defesa do Estado mínimo, sendo a pequena atuação do Estado a única alternativa viável para a democracia (FONTENELE, 2007, p. 103).

A atuação do Estado em uma sociedade livre, de acordo com Friedman (1984, p. 31), restringir-se-ia a “[...] prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado e garantir o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, não se submetiriam a ela”. Na área econômica, a ação do Estado se daria como reguladora dos conflitos entre a liberdade de se associar e a liberdade de competir, na definição dos direitos de propriedade e na responsabilidade pelo sistema monetário.

Já as ações governamentais desenvolvidas a partir de programas sociais, enquanto provimento de renda, bens e serviços, são encaradas como intervenções estatais, que põem em risco o interesse e as liberdades individuais, “[...] sendo uma coerção da liberdade de escolha.” (SILVA, 2002, p. 83).

É importante destacar, assim como o faz Draibe (1993), que apesar dos adeptos ao neoliberalismo utilizarem (sem a devida clareza e nitidez) os argumentos de Friedman, o Neoliberalismo não dispõe de um corpo teórico específico, capaz de distingui-lo de outras correntes de pensamento político. É antes um *discurso* e uma conjunto de regras, práticas de ação (ou de recomendações), conhecidas como Consenso de Washington³⁰, particularmente

³⁰ Em 1990, o Fundo Monetário Internacional (FMI) passou a recomendar, oficialmente, adoção de um conjunto integrado de elementos, antes esparsos e oriundos de fontes diversas, voltados para promover o ajustamento econômico de países na América Latina. Esse conjunto de medidas foi fundamentado em um texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e por ele denominado Consenso de Washington. O Consenso de Washington foi caracterizado como neoliberal por reunir economistas latino-

referidas a governos e a reformas do Estado e das suas políticas, em um contexto de pós-guerra (DRAIBE, 1993).

Enfim, pode-se dizer que a explicação da pobreza pela Abordagem Liberal/Neoliberal segue basicamente três princípios: a) defesa do livre funcionamento do mercado como local onde a pobreza pode ser superada; b) renda como principal indicador da pobreza; e c) a pobreza como decorrência de fatores pessoais e, por isso, voluntária e associada à incapacidade de as pessoas se integrarem aos mercados. Então, a superação da pobreza só se daria no longo prazo, com o progresso social, acontecendo através do crescimento econômico e de políticas focalizadas e residuais. As desigualdades, entretanto, sempre estariam presentes (FERREIRA, 2008).

2.4 Pobreza como fenômeno Multidimensional e Complexo: da abordagem das necessidades básicas à abordagem das capacitações

A evolução do pensamento científico sobre a pobreza aponta para uma abordagem complexa e multidimensional do fenômeno. A questão da pobreza não é mais tomada apenas como insuficiência de renda refletida na necessidade mínima de assegurar a reprodução meramente física do indivíduo em situação de carência. No decorrer do século XX, a questão foi tomando um caráter mais científico, se somando ao conceito, noções como necessidades básicas, e os estudos foram direcionados para abordagens de cunho mais social. (CODES, 2005).

O conceito de necessidades básicas ganhou evidência por volta dos anos 1970, quando a pobreza assume um caráter multifacetado e passa a incluir dois grupos de elementos. O primeiro corresponde às necessidades de consumo privado, que são basicamente: alimentação, vestuário e residência. O segundo diz respeito às necessidades correspondentes aos serviços sociais, que tem um caráter privado para a família e coletivo para as comunidades de famílias. São elas: saneamento básico, água potável, saúde, educação, transporte público, acesso à cultura e outros mais. Essas necessidades básicas assumem

americanos adeptos dessa visão econômica, assim como funcionários do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Governo norte-americano. Para Williamson, o Consenso de Washington, deveria representar o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina. Na verdade, deveria ser uma receita para a retomada do crescimento depois da crise dos anos de 1970 e 1980. As dez recomendações eram as seguintes: abertura cambial; privatização de estatais; redução dos gastos públicos; disciplina fiscal; reforma tributária; desregulamentação; estímulo aos investimentos estrangeiros diretos; juros de mercado; câmbio de mercado; e direto a propriedade intelectual.

caráter universal, ou seja, todos os cidadãos em todo mundo, independente da cultura, têm o direito ao atendimento dessas necessidades. Codes (2005) chama a atenção para o fato de que tais necessidades têm um caráter econômico, o que significa que elas podem ser quantificadas monetariamente e atendidas de forma progressiva, conforme o aumento do ritmo de crescimento da economia. Todavia, a ideia de necessidades básicas deve ser situada no panorama geral do desenvolvimento econômico e social de uma nação (ROCHA, 2003). Nessa perspectiva, o conceito assumiu um papel relevante em diversos planos nacionais e relatórios internacionais.

No âmbito conceitual, como exposto, as necessidades básicas não apresentam controvérsias: são universais, compartilhadas por pessoas de distintas culturas e civilizações. No campo empírico, a dificuldade reside no estabelecimento de critérios para a escolha dos itens a serem incluídos na pesquisa (CODES, 2005).

[...] as necessidades essenciais são consideradas universais, compartilhadas por pessoas de distintas culturas e civilizações; de naturezas físicas e psíquicas, entende-se que elas podem ser satisfeitas a partir de modalidades econômicas variadas. A existência do consenso em torno de algumas necessidades sociais também acaba por chamar atenção para o seu caráter relativo. Uma vez que a distribuição e a estrutura dos recursos variam nacional e internacionalmente, a satisfação das necessidades humanas se dá de modo diferente em cada situação. Dessa forma, essa abordagem abre espaço para a discussão sobre a feição relativa inerente ao fenômeno: mesmo aquelas necessidades consideradas absolutas ou essenciais, que devem ser satisfeitas independentemente de comparações contextuais, não estão livres do componente relativo da pobreza. (CODES, 2005, p. 25).

Quanto mais o conceito de pobreza se amplia em direção ao suprimento das necessidades básicas sociais, mais se torna necessário desenvolver uma complexa combinação de crescimento (no caso da subsistência, apenas este seria a solução), redistribuição, reorganização do comércio e de outras relações institucionais, assim como a reconstrução de aspectos tradicionais, sob novas formas de associação para superação do problema. Reforça-se, em meio a esses consensos, a atenção para o caráter relativo das necessidades básicas (CODES, 2005).

A pobreza relativa é estabelecida por comparação. Não se trata apenas da ampliação de variáveis para avaliar o conceito. O fenômeno é encarado como um estado de carência, relativamente, a outras situações. Ser pobre significa não possuir meios necessários para viver, de modo satisfatório, na sociedade em que vive. As privações podem ocorrer em qualquer área da vida, trabalho, lar, vizinhança e família:

Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar

papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade. Deve-se salientar que as privações podem ocorrer em quaisquer ou todas as esferas da vida – no trabalho, domínio que provê os recursos determinantes para que os indivíduos se posicionem em outras dimensões da vida; no lar, na vizinhança e na família; enfim, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados. (CODES, 2005, p. 27).

É introduzida, com esse conceito, a relação entre pobreza e cidadania. A pobreza é entendida como a negação dos direitos da cidadania. De acordo com Telles (1999, apud CODES, 2005, p. 129):

[...] no horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o “pobre”, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de negação de direitos.

E, para encarar o problema, devem-se criar sociedades mais igualitárias, sendo esse o parâmetro para se avaliar o desenvolvimento das nações.

Tendo em vista as diferenças entre os países, os distintos níveis de desenvolvimento assim como as diferenças culturais, a elaboração do conceito de pobreza nos diversos países demanda que sejam levadas em conta todas essas especificidades (CODES, 2005). Perspectiva que é corroborada pelo fato de as sociedades terem passado por rápidas mudanças. Por isso, os conceitos, antes aplicados a determinadas realidades, podem não ser mais suficientes para explicar as situações atuais. O avanço dessa linha de pensamento enfatiza o problema da pobreza como questão social, apresentando o fenômeno como um desdobramento da preocupação com as desigualdades sociais.

Essa nova forma de pensar insere a pobreza no campo da justiça social e tem uma inspiração liberal. Abordagem que recebeu destacada contribuição do economista indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998. Ela baseia-se na concepção de Justiça de John Rawls (1981), que é uma das mais importantes teorias contemporâneas de justiça, cujo princípio basilar é “a prioridade da liberdade formal”. Todavia, a abordagem de Sen mostra avanços em relação à Teoria Liberal: Sen procura demonstrar que, para muitas finalidades avaliativas, o “espaço” apropriado não é o das liberdades formais, mas o das liberdades substantivas³¹ (SEN, 2000, p. 94). Essa maneira de apreender a pobreza leva em

³¹ *Liberdade Formal*: direitos individuais, ou seja, liberdade que cada um tem de não ser tolhido no exercício de suas faculdades ou de seus direitos, exceto nos casos em que a lei determina. São liberdades sociais básicas, cujo gozo o cidadão tem o “direito” de ver assegurado por tribunais ou órgãos administrativos. *Liberdade Substantiva*: incluem, entre outras, capacidades elementares como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura, bem como as liberdades associadas, como saber ler, escrever e contar, ter participação política, liberdade de expressão, entre outros (SEN, 2000, p. 75).

conta a liberdade, “[...] vista sob a forma de capacidades individuais para fazer coisas que uma pessoa com razão valoriza.” (SEN, 2000, p.74).

A tônica sobre as liberdades humanas vem de encontro às abordagens mais tradicionais sobre o desenvolvimento, nas quais as liberdades dos indivíduos estão condicionadas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elevação das rendas privadas, industrialização, inovações tecnológicas ou modernização social. Outros fatores passam a ser considerados importantes na determinação das liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade, como as “[...] disposições sociais e econômicas (por exemplo, serviços de educação e saúde) e os direitos civis (a exemplo do direito de participar de discussões e averiguações públicas).” (SEN, 2000, p. 17).

As liberdades são focalizadas não simplesmente como os fins almejados pelo desenvolvimento, mas também como principais meios de alcançá-lo. Nessa perspectiva instrumental³², cinco tipos de liberdades recebem uma atenção especial de Sen (2000), são elas: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e segurança protetora.

Sen (2000) afirma que o fator gerador da fome e da miséria não é a falta de bens e sim a ausência de capacidades de obtê-los. Analisando as propostas desse autor, Salama e Destremau (2001) concluem que, para Sen, a noção de bem-estar tem a ver com estar-bem. A vida passa a ter centralidade na mensuração do padrão de vida e não simplesmente a posse de bens.

Por isso, a abordagem de Sen (2000), sobre as capacidades, realiza uma ligação direta entre capacidades e *funcionamentos*³³. A capacidade de *funcionar* de cada indivíduo toma centralidade na análise do autor, pois ela reflete as realizações efetivas das pessoas. “A capacidade é, assim, um conjunto de vetores de *funcionamentos* alternativos entre os quais a pessoa pode escolher.” (FERREIRA, 2008, p. 36).

De fato, ‘escolher por si só pode ser considerado um funcionamento valioso, e obter um x quando não há alternativa pode, sensatamente, ser distinguido de escolher x quando existem alternativas substanciais. Jejuar não é a mesma coisa que ser forçado a passar fome. Ter a opção de comer faz com que jejuar seja o que é: escolher não comer quando se poderia ter comido. (SEN, 2000, p. 96).

Os funcionamentos contabilizados para a análise de Sen (2000, p. 95) vão desde

³² Em seu livro, *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), Amartya Sen traz a abordagem da expansão da liberdade como (1) *o fim primordial* e (2) *o principal meio* do desenvolvimento, chamando-os, respectivamente, o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento.

³³ O conceito de *funcionamentos* reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter (SEN, 2000, p. 95).

aqueles de natureza física, como estar bem nutrido, adequadamente vestido, morar bem e evitar morbidade, até a consecução de objetivos sociais mais complexos, como participar da vida em comunidade.

O bem-estar de uma pessoa pode ser considerado em relação à qualidade [...] de sua existência. Viver pode ser considerado como um conjunto de “funcionamentos” ligados entre si, consistindo em ser e ter. [...]. Os funcionamentos pertinentes podem variar em coisas tão elementares quanto: ser alimentado de maneira adequada, ter boa saúde, prevenir-se contra riscos inevitáveis de morbidade e mortalidade prematura [...], até mesmo em realizações mais complexas, como ser feliz, ter respeito a si próprio, participar da vida comunitária, etc. [...]. Intimamente ligada à noção de funcionamentos encontra-se a noção da capacidade de funcionar. Ela representa diversas combinações de funcionamentos (seres e teres) que a pessoa pode realizar. A capacidade é, assim, um conjunto de vetores de funcionamentos, que reflete a liberdade de uma pessoa de levar um ou outro tipo de vida. Da mesma maneira que uma suposta “combinação orçamentária” representa, no campo de mercadorias, a liberdade de uma pessoa comprar cestas de produtos, a “combinação de capacidades” reflete, no campo dos funcionamentos, a liberdade de uma pessoa escolher entre existências diversas. (SEN, 2000 apud SALAMA E DESTREMAU, 2001, p. 79, tradução dos autores).

Apesar do avanço no pensamento acerca da pobreza, Sen (2000) não abandona a ideia de que uma das principais causas da pobreza é a baixa renda, já que ela pode ser considerada o fator preponderante na causa da privação de capacidades de um indivíduo:

Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. (SEN, 2000, p. 109).

Mesmo reconhecendo que a insuficiência de renda tem influência direta na condição de pobreza, Sen (2000, p. 109) levanta alguns aspectos, que fortalecem os argumentos em favor da adoção de capacidades, como padrão para se avaliar o fenômeno da pobreza. No primeiro aspecto, ele afirma que a abordagem das capacidades é mais relevante porque “[...] concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas *instrumentalmente*)”. O outro aspecto que o autor julga importante é que “[...] existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades)”. Há ainda, segundo o autor, o fato de que a “[...] relação instrumental entre baixa renda e baixa produtividade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional)”.

De acordo com Sen (2000), esse último aspecto é de fundamental importância

quando se examinam ações públicas de combate à pobreza e desigualdade. São citados pelo autor quatro argumentos, considerados relevantes, a serem levados em conta no contexto prático de formulação de políticas. Em primeiro lugar, ele cita que a relação entre renda e capacidade é seriamente afetada pela idade da pessoa (a exemplo das diferentes necessidades dos idosos e dos muito jovens); pelos diferentes papéis sociais e sexuais (entram aqui as distintas obrigações familiares, impostas pelos costumes e as obrigações especificamente maternas); pela localização residencial urbano/rural (em que pesam os riscos de inundações ou secas, a insegurança nos bairros pobres e muito populosos, em algumas cidades); pelos riscos epidemiológicos (muitas regiões são acometidas por doenças endêmicas) e ainda sobre diversas situações, em que não se pode ter controle ou o ter de forma limitada.

No segundo argumento, o autor enfatiza que é possível que haja certo “acoplamento” de desvantagens entre privação de renda e dificuldade de converter renda em funcionamentos. A idade, incapacidade e doenças são exemplos de desvantagens que diminuem a capacidade dos indivíduos de conseguirem renda. Ao mesmo tempo, essas desvantagens revelam-se como dificuldades para transformar renda em capacidades, uma vez que pessoas em idade avançada, acometidas por doenças graves, demandam mais renda – para assistência, prótese, tratamento – para executar os mesmos funcionamentos. Por isso, a “pobreza real” (privação de capacidades) pode ser bem mais acentuada do que parece ser quando analisada apenas no espaço da renda. Nas formulações de políticas públicas de assistência aos idosos – e a outros grupos em situações similares – esse é um tipo de preocupação que deve ser levado em conta.

O terceiro argumento diz que a distribuição desigual da renda entre os componentes da família pode acarretar privações, que não seriam detectadas, se apenas o critério da renda fosse adotado. Por exemplo, na Ásia e África é comum priorizar os interesses dos meninos em detrimento das necessidades das meninas. Nesse caso, as privações de capacidades das meninas são detectadas nas maiores taxas de mortalidade, subnutrição, morbidez, negligência médica, etc..

O quarto argumento usado por Sen (2000), em favor da abordagem das capacidades, é que privações relativas de renda podem ocasionar privações absolutas de capacidades. Esse fato é observado, principalmente, em países ricos onde mesmo as pessoas que auferem uma renda absoluta mais elevada que a média do padrão mundial podem estar em uma situação de desvantagem no seu país. Em países mais abastados, adquirir bens e serviços para realizar os mesmos funcionamentos sociais demanda mais renda.

Por tudo o que foi exposto, Sen (2000) afirma que a abordagem da pobreza, com foco nas capacidades, mostra-se mais vantajosa por trazer uma análise mais completa do fenômeno:

O que a abordagem da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins. [...]. As privações são vistas em um nível mais fundamental – mais próximos das demandas informacionais da justiça social. Daí a relevância da perspectiva da pobreza baseada na capacidade. (SEN, 2000, p. 112).

No que diz respeito ao desenvolvimento e crescimento econômico, Sen (2000) afirma que a importância do crescimento econômico não consiste na sua busca como um fim em si, simplesmente pela elevação das rendas privadas, mas como uma fonte de financiamento da seguridade social e na intervenção governamental ativa por parte do Estado. O foco no crescimento econômico está na expansão de serviços sociais possibilitados por ele.

Com essa análise sobre as diferentes abordagens da pobreza, ficou evidente que, no decorrer das últimas duas décadas, o modo de caracterizá-la se ampliou em direção a uma percepção mais complexa do fenômeno.

A vantagem da abordagem multidimensional é que ela permite que se leve em conta, na busca da compreensão do fenômeno da pobreza, uma grande quantidade de problemas, tanto em termos de suas causas como consequências. Entretanto, a dificuldade dessa abordagem fica por conta das diversas carências e fatores socioeconômicos que estão interligados e associados a ela. Além disso, Silva (2012, p. 70) aponta como limite da abordagem multidimensional:

[...] o elevado grau de operacionalização [...] e, sobretudo, o limite estrutural quando a pobreza é considerada numa formação social capitalista que intrinsecamente se baseia na exploração e distribui de modo desigual as condições que podem possibilitar a geração de capacidades nos indivíduos.”

Por isso, no desenvolvimento da presente dissertação, adota-se a abordagem de pobreza compreendida em uma perspectiva multidimensional, para fins de mensuração do fenômeno, mas sem abrir mão da abordagem estrutural, para compreender suas determinações e formas de superação.

2.5 Mensuração da Pobreza

O campo teórico sobre a pobreza é vasto, como já visto. Mas, “[...] para que as

concepções teóricas sobre a pobreza possam ser refletidas em pesquisas empíricas, devem-se encontrar maneiras que viabilizem a transição da discussão conceitual às investigações de situações reais.” (CODES, 2005, p. 45). Para que se realize essa transição, faz-se necessária a utilização de variáveis observáveis, que expressem devidamente o que foi afirmado na teoria. Esse é o maior desafio das formas de mensuração da pobreza.

2.5.1 Linha de Pobreza

Conforme descreve Codes (2005), não se constitui uma tarefa fácil a operacionalização das abordagens da pobreza. As escolhas a serem levadas em conta nesse processo e a decisão de como valorá-las é uma etapa primordial para se alcançar o fim desejável.

Apesar de não ser uma regra, a renda e outros indicadores de satisfação das necessidades básicas são amplamente usados na investigação empírica do fenômeno da pobreza.

Tal ponto de vista reflete a noção de que o fenômeno [da pobreza] pode ser bem caracterizado a partir de atributos objetivos do status econômico do indivíduo, ou seja, da posse, ou disponibilidade de recursos adequados em relação às necessidades que devem ser satisfeitas. Definições como essa, de raízes econômicas, justificam-se pelo argumento de que a falta de recursos é altamente correlacionada com outras carências concomitantes, impostas pela pobreza que não são tão facilmente quantificáveis. Assim, a inadequação de recursos é vista como *proxy*³⁴ razoável para o grupo completo de atributos que compõem o fenômeno. (CODES, 2005, p. 46).

A correlação entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físico é o principal argumento teórico para a utilização da renda, no estabelecimento de linhas de pobreza ou, melhor dizendo, para mensurar o nível de vida de uma sociedade (ROCHA, 2003). Como diz Codes (2005, p. 47), “[...] a utilização da renda como forma de medir a pobreza em uma sociedade consiste, na verdade, em uma tentativa de refletir a capacidade de consumo das famílias”.

Em sociedades modernas e monetizadas, a fixação de uma linha de pobreza é um critério, frequentemente, utilizado para avaliar a satisfação das necessidades das pessoas:

Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de

³⁴ Variáveis indicadoras de pobreza são aquelas que representam diretamente um dado conceito de privação. Uma *proxy*, por sua vez, é uma variável que, supostamente, é estreitamente correlacionada com aqueles indicadores. Como tais, *proxys* são representações indiretas dos conceitos de pobreza ou privação (CODES, 2005).

atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. (ROCHA, 2003, p. 12).

O uso da renda para mensurar a pobreza, todavia, apresenta algumas dificuldades. A principal delas é que as pessoas acabam subestimando suas rendas, quando repassam suas informações, o que termina por superestimar a pobreza.

Como alternativa à utilização da renda na pesquisa empírica, é apresentado o consumo familiar:

Justifica-se que o nível de consumo é um parâmetro mais estável do que a renda e, portanto, pode retratar de maneira mais fidedigna o padrão de vida de uma família. Assim, a renda e o consumo familiar são apresentados como modos alternativos de mensuração da pobreza, uma vez que se calcam em aspectos distintos do cotidiano familiar para aferir o mesmo conceito. (CODES, 2005, p. 47).

Apesar das vantagens da adoção do consumo em relação à renda para avaliar o padrão de pobreza, ambos se apresentam como indicadores intercambiáveis de bem-estar. Todavia, o consumo mostra mais dificuldades de mensuração do que a renda, pois, atribuir um nível de consumo a uma família é uma ação bem mais complexa que atribuir fontes de rendas.

Além disso, a autora ratifica que um argumento, a favor da utilização da renda como melhor indicador de bem-estar, é o fato de que medidas de renda são mais comuns do que medidas sobre consumo.

Então, a renda coloca-se como uma dimensão padrão para se medir a pobreza. Para tanto, o principal modo de operacionalizar essa variável é através de metodologias de determinação de linhas de pobreza, que têm como foco principal distinguir pobres de não pobres (CODES, 2005). A partir dessa metodologia, é determinado um nível de renda abaixo do qual os indivíduos são considerados pobres. O nível de renda estabelecido deve ser considerado suficiente para suprir as necessidades básicas das pessoas (indivíduos ou famílias), que podem ser entendidas tanto pelo padrão de consumo considerado minimamente aceitável (quando se refere à mensuração da pobreza absoluta), como pelo padrão inferior ao necessário para ter uma condição de vida considerada aceitável na comunidade (no caso da pobreza relativa) (MARTINI, 2009).

Segundo Martini (2009, p. 18), a vantagem do critério da linha de pobreza consiste em “não apenas exigir menor volume de dados para a análise empírica, mas também de permitir a definição de medidas de intensidade da pobreza, entendidas como distâncias numéricas da situação de cada indivíduo em relação à linha de pobreza”.

No que diz respeito à definição de políticas públicas de bem-estar, a mensuração pelo critério da linha de pobreza tem três aplicações principais:

Primeiro, quando as linhas de pobreza são aplicadas a indivíduos ou famílias, fornece um critério para elegibilidade em relação a programas sociais focalizados. Segundo, quando são aplicadas a regiões geográficas, servem como um critério para a definição da prioridade de investimentos públicos. Terceiro, quando são aplicadas a populações específicas dentro de uma sociedade, servem como um critério para a definição de estruturas de políticas específicas contra a pobreza. (MARTINI, 2009, p. 18).

Apesar das vantagens da adoção da linha de pobreza como critério de mensuração, Martini (2009) cita argumentos de vários autores (MENCHER, 1967; HOFFMANN, 1998; SCHWARTZMAN, 2007; SEN 1976, 1979) que apontam algumas deficiências, quando apenas a renda é usada como critério para se avaliar a pobreza. O primeiro argumento é que a renda não abarca a totalidade dos indicadores que expressam a qualidade de vida das famílias, uma vez que não leva em conta, por exemplo, a saúde dos seus membros. O segundo é que as definições de linhas de pobreza, baseadas no valor monetário necessário ao suprimento das necessidades básicas, não têm como se isentar de alguma forma de arbitrariedade. O terceiro argumento pontua que a renda familiar não se mostra um indicador estatisticamente confiável, por conter: informações inexatas fornecidas pelas próprias famílias; por ser volátil no curto prazo, como decorrência dos ciclos econômicos; por estar sujeita a variações devido à inflação; além de se pressupor uma repartição igual dentro dos domicílios, o que não é em todo verdade. Em quarto lugar, a sobrevivência das famílias pobres é muito dependente de rendimentos não monetários, advindos, por exemplo, de transferências, autoconsumo e doações, que não são devidamente computados nas pesquisas. A quinta deficiência está no fato de que o custo de vida varia bastante, nas diversas regiões geográficas, por isso a comparação das linhas de pobreza tem alguns problemas, ou seja, não há apenas um nível mínimo para a totalidade da população. Em último lugar, é importante levar em conta que o comportamento dos consumidores está em constante mudança e isso afeta na definição de um patamar mínimo de renda que garanta a satisfação das necessidades básicas de todos os indivíduos.

Mesmo com todas as críticas às limitações da mensuração da pobreza pelas Linhas de pobreza, Grusky; Kanbur, 2004 (apud MACHADO, 2007) chama a atenção para um fato interessante. A autora afirma que a mensuração da pobreza “ainda é predominantemente baseada na renda, mesmo entre aqueles que adotam uma postura mais ampla em relação ao fenômeno”. Tal afirmação pode ser corroborada ao se analisar as

políticas públicas voltadas para a erradicação da miséria no Brasil, que apesar de alçarem a bandeira da multidimensionalidade, têm a transferência de renda como principal dimensão e o nível de renda como critério privilegiado de elegibilidade do público-alvo.

Todavia, por mais que a renda se apresente como principal forma de identificação dos pobres e não pobres, medir a intensidade da pobreza apenas pelo enfoque da renda não é um método satisfatório, uma vez que a pobreza passou a ser encarada como um problema complexo e multifacetado.

2.5.2 Indicador Social

A intervenção governamental crescente no combate à pobreza e a implementação de políticas com o propósito de diminuir as desigualdades, atuando no oferecimento de serviços públicos, subsídios e outros benefícios, que não se refletem através da renda, serviu de impulso para as abordagens que utilizam indicadores sociais no lugar da renda como medida de bem-estar (ROCHA, 2003, p. 18).

Os indicadores sociais já possuem um papel importante na discussão política e social do cotidiano nacional e internacional. Políticos, organizações não governamentais, lideranças populares, jornalistas, dentre outros, utilizam de forma frequente os indicadores sociais, para acompanhar e avaliar os avanços e retrocessos das condições de vida da população (LIMA, 2006).

Jannuzzi (2001) ao conceituar os indicadores sociais, ressalta a sua importância enquanto um importante instrumento tanto acadêmico (teórico) como político (pragmático):

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social e substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (JANNUZZI, 2001, p. 15).

Dito isso, pode-se afirmar que os indicadores sociais são importantes instrumentos para subsidiar o poder público nas ações de planejamento e formulação de políticas sociais nas diversas esferas do governo. Podem ser usados pela sociedade civil como ferramentas de monitoramento das condições de vida e bem-estar da população, além de permitirem, à academia, o estudo e aprofundamento sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diversos fenômenos sociais. (JANNUZZI, s.d.a).

No âmbito mais pragmático, “o Indicador Social é um instrumento operacional

para o monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas”. No âmbito acadêmico, o Indicador Social se mostra como o “elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos observados” (JANNUZZI, 2001).

Todavia, é necessário fazer um uso racional do indicador social. É preciso ter em mente que a realidade social não pode, simplesmente, ser resumida a um número para, a partir daí, se buscar todas as respostas para o que está ocorrendo em uma dada sociedade:

Ainda que haja indicadores cuja identificação com o conceito é quase tautológica, como no caso dos indicadores de mortalidade (mortalidade infantil, mortalidade materna etc.) e outros indicadores demográficos, esse não é caso geral nas Ciências Sociais Aplicadas. E, no entanto, parece estar se consolidando em uma prática corrente a substituição do conceito indicado pela medida supostamente criada para “operacionalizá-lo”, sobretudo no caso de conceitos abstratos complexos como Desenvolvimento Humano, Condições de Vida, Qualidade de Vida ou Responsabilidade Social. Embora definidos muitas vezes de forma bastante abrangente, os conceitos são operacionalmente banalizados como se os indicadores e índices criados fossem a expressão exata, mais válida ou ideal dos conceitos indicados. Assim, por exemplo, a avaliação da melhoria das condições de vida ou desenvolvimento humano em países, regiões e municípios reduz-se a uma apreciação da variação do indicador construído. Não havendo modificação no indicador não haveria eventuais avanços ou retrocessos das condições de vida ou desenvolvimento humano, ainda que, fossem realizados (ou deixados de fazer) esforços de políticas para mudança social em uma dimensão não contemplada pela medida. (JANNUZZI, s.d.a)

É importante estabelecer uma importante distinção entre, de um lado, os indicadores sociais e, de outro, as estatísticas públicas levantadas pelos Censos Demográficos, pesquisas amostrais ou coletadas, nos registros administrativos de Ministérios, Secretarias de Estado e Prefeituras. As estatísticas públicas são dados ainda não trabalhados, na forma bruta, sem qualquer ligação com uma teoria social ou uma finalidade programática, preparadas apenas, em parte, para o uso na explicação empírica da realidade:

Os eventos vitais, por exemplo, como óbitos e nascimentos, ou dados administrativos provenientes do Censo Escolar, como o número de alunos ou professores estão ainda em um estágio preliminar (bruto ou intermediário) para utilização efetiva. Mas são úteis para construção de indicadores que permitam uma apreciação mais contextualizada e comparativa (no tempo e no espaço) da realidade social, como taxas de natalidade, taxa de evasão escolar, razão aluno/professor etc (JANNUZZI, 2001, p. 16).

A principal diferença entre o indicador social e a estatística pública é o conteúdo presente, isto é, o “valor contextual” da informação do primeiro (JANNUZZI, 2001).

Enfim, os indicadores sociais podem se referir tanto à população como um todo, como a determinados grupos sócio demográficos, variando de acordo com a intenção da pesquisa. Podem ser expressos em “taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classe

e também por cifras absolutas”. (JANNUZZI, 2001, p. 16).

Algumas propriedades devem acompanhar o processo de construção de um Indicador Social. Tendo por base Jannuzzi (2001), podem-se dividir essas propriedades em dois grupos distintos: propriedades básicas e propriedades complementares.

As propriedades básicas são aquelas que devem ser levadas em conta na construção de todo e qualquer Indicador Social. São elas: *relevância social*, *validade* e *confiabilidade*. (JANNUZZI, 2001).

A “*relevância social* da temática à qual o indicador se refere é, com certeza, um atributo fundamental para justificar sua produção e legitimar seu emprego no processo de análise, formulação e implementação de políticas”. Nos tempos hodiernos, pode-se citar, por exemplo, a centralidade da questão do emprego que “vem legitimando a construção de indicadores de mercado de trabalho cada vez mais específicos e geograficamente mais representativos”. Nos países subdesenvolvidos, os crônicos problemas de exclusão e desigualdade social, associados às restrições de recursos públicos, dentre outras carências, “têm levado ao levantamento de estatísticas públicas e à construção de indicadores mais específicos sobre a intensidade de pobreza, níveis de carência, acesso a bens e serviços públicos, etc.” Portanto, a relevância social é, sobretudo, historicamente determinada. A pertinência de sua produção é “resultante da agenda de discussão política e social de cada sociedade ao longo de sua trajetória.” (JANNUZZI, 2001, p. 26).

A *validade* de um indicador é sua capacidade de representar, com maior proximidade possível, a realidade que deseja medir e modificar, ou melhor, é a capacidade de o indicador representar, de fato, o conceito abstrato que se propõe a “substituir” ou “operacionalizar”. Por exemplo, o percentual de famílias com rendimento *per capita* abaixo de um salário mínimo é um indicador mais adequado para quantificar o contingente de pobres de uma população do que o PIB *per capita*.

A *confiabilidade* de um indicador é uma propriedade relacionada diretamente com a “qualidade do levantamento dos dados usados no seu cômputo” (JANNUZZI, 2001, p. 27). Os indicadores devem ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação. As medidas mais confiáveis são aquelas coletadas pelas agências públicas, sob a forma de pesquisas amostrais, que se utilizam de um corpo técnico treinado e relativamente estável. Isso não quer dizer que essas pesquisas sejam cem por cento confiáveis, todavia, são fontes que já adquiriram um alto grau de confiabilidade, devido ao cuidado com a qualidade das informações.

As propriedades complementares dos indicadores sociais são importantes, sobretudo, para fins de monitoramento da realidade social. São principalmente: *cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade, comunicabilidade, factibilidade, periodicidade, desagregabilidade e historicidade*. (JANNUZZI, 2001)

Na construção de indicadores sociais, busca-se sempre uma “boa *cobertura* espacial e populacional, que sejam representativos da realidade empírica em análise.” (JANNUZZI, 2001, p. 28). Os Censos Demográficos são as fontes com maior cobertura nacional, por isso permitem produzir indicadores com alto grau de confiabilidade. Mas, há também indicadores de cobertura parcial que são de capital importância para o planejamento público do país, como aqueles produzidos através dos registros administrativos do Ministério do Trabalho, que fornecem estatísticas do mercado de trabalho formal brasileiro, desagregáveis até o âmbito municipal.

A *sensibilidade* de um indicador representa sua capacidade de refletir tempestivamente as mudanças, decorrentes das intervenções ocorridas. “É, pois, a propriedade que está intimamente relacionada à validade e confiabilidade de um Indicador Social.” (JANNUZZI, 2001, p. 28). Na avaliação de impacto de um determinado programa de erradicação de doenças específicas, por exemplo, o indicador da taxa de morbidade específica das doenças combatidas seria bem mais sensível que a taxa de mortalidade por estas mesmas causas – em um contexto em que ambos sejam plenamente confiáveis.

A *especificidade* de um indicador é sua capacidade de “refletir alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse.” (JANNUZZI, 2001, p. 29). Essa propriedade está diretamente ligada à consistência interna das dimensões, componentes e variáveis que constituem o indicador social. É imprescindível nos indicadores compostos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que são formados por indicadores sociais simples.

A *inteligibilidade* refere-se à transparência da metodologia usada na sua construção. Ademais, qualquer pessoa deve sentir-se apta a verificar a boa aplicação das regras de uso dos indicadores (obtenção, tratamento, formatação, difusão, interpretação).

A *periodicidade* que confere uma instabilidade ao indicador e sua capacidade de ser obtido a custos módicos são critérios fundamentais a serem levados em conta na construção de um Indicador Social.

A *desagregabilidade* é a capacidade de representação regionalizada de grupos sociodemográficos, considerando que a dimensão territorial se apresenta como um

componente essencial na implementação de políticas públicas.

A *historicidade* de um indicador é a possibilidade de estabelecimento de séries históricas estáveis, que permitam monitoramentos e comparações, “de modo a poder cotejar o valor presente com situações do passado, inferir tendências e avaliar efeitos de eventuais políticas sociais implementadas.” (JANNUZZI, 2001, p. 31).

É indispensável ter em vista que, dadas as características do Sistema de Estatísticas Públicas do Brasil, é muito difícil conceber indicadores sociais que possuam todas essas qualidades, cabendo ao analista, ponderar os *trade-offs*³⁵ do uso das diferentes medidas possíveis de serem elaboradas:

Na prática, nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais inteligível; nem sempre o mais claro é o mais sensível; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas essas qualidades é passível de ser obtido na escala espacial e periodicidade requerida. Além disso, poucas vezes se poderá dispor de séries históricas plenamente compatíveis de indicadores para a escala geográfica ou grupo social de interesse. (JANNUZZI, 2001, p. 31).

Contudo, mesmo que a disponibilidade de indicadores sociais para seu devido uso, no diagnóstico da realidade social empírica ou na análise da mudança social, esteja diretamente ligada à oferta e às características das estatísticas públicas existentes, isso não isenta o pesquisador ou formulador de políticas da missão de avaliar o grau de aderência dos indicadores disponíveis às propriedades elencadas acima.

Quanto à classificação, pode-se afirmar que a literatura existente aponta mais de uma dezena de formas de classificação dos Indicadores Sociais. Neste trabalho, é adotada a seguinte classificação³⁶: *natureza, área temática, complexidade, objetividade e subjetividade, gestão do fluxo de implementação e avaliação de desempenho*. (BRASIL, 2010).

Quanto à *natureza*, os indicadores podem ser: econômicos, sociais e ambientais. Os indicadores econômicos se referem à economia do país como um todo, não apenas à esfera pública. Foram os primeiros a serem produzidos, por isso possuem uma teoria geral mais sólida. No setor governamental, são utilizados na gestão das políticas fiscal, monetária, cambial, comércio exterior, desenvolvimento e outras; no setor privado, subsidiam decisões de planejamento estratégico, investimentos, contratações, concorrência, entrada ou saída de

³⁵ O *trade-off* representa um conflito de escolha, é uma decisão na qual se precisa abrir mão de uma coisa em função de outra. De forma simples, pode-se dizer que quando um requisito melhora, o outro piora. Por exemplo: no projeto de um automóvel não dá para o conceito do produto ser, ao mesmo tempo, velocidade e também capacidade de transportar cargas. Quanto mais cargas o automóvel transportar, mais lento ele será. (TOTAL QUALIDADE, 2010)

³⁶ Esta classificação foi extraída do guia metodológico sobre Indicadores Sociais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do ano de 2010.

mercados etc. Os indicadores sociais se referem ao nível de bem-estar geral e à qualidade de vida da população, como: saúde, educação, trabalho, renda, segurança, habitação, transporte, aspectos demográficos, dentre outros. E, os indicadores ambientais compreendem quatro dimensões: ambiental, social, econômica e institucional, que demonstram o progresso alcançado na direção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2010).

A classificação segundo a *área temática* é a mais comum. Os indicadores podem ser classificados em diferentes temas: demografia, educação, saúde, mercado de trabalho, qualidade de vida, habitação, infraestrutura urbana, segurança e justiça, renda e pobreza, e meio ambiente (JANNUZZI, 2001).

Na classificação segundo a *complexidade*, os indicadores podem ser: simples (analíticos) ou compostos (sintéticos). Os indicadores simples, denominados também de analíticos, são construídos a partir de uma estatística social específica, referida a uma dimensão social elegida, como taxa de evasão escolar e taxa de desemprego. Os indicadores compostos, também chamados de indicadores sintéticos ou ainda índices sociais, derivam de operações realizadas com indicadores analíticos e tendem a retratar o comportamento médio de uma mesma ou diferentes dimensões sociais elegidas. Várias instituições internacionais e nacionais elaboram indicadores sintéticos, a exemplo, pode-se citar o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A classificação segundo a *objetividade e subjetividade* tem proximidade com o caráter quantitativo ou qualitativo de um indicador. Os indicadores objetivos referem-se a eventos concretos da realidade social; são indicadores em geral quantitativos, construídos a partir de estatísticas públicas ou registros administrativos disponíveis nos ministérios. São exemplos: percentual de domicílios com acesso à rede de água, taxa de desemprego, taxa de evasão escolar, etc. Os indicadores subjetivos ou qualitativos são utilizados para captar sensações ou opiniões. Utilizam-se técnicas como pesquisas de opinião, grupo focal ou grupo de discussão. São exemplos de indicadores subjetivos: índice de confiança nas instituições, notas avaliativas sobre o desempenho do governo, etc. (BRASIL, 2010).

A classificação a seguir é relevante para a *gestão do fluxo de implementação* de Programas: indicadores *insumo, processo, produto e resultado*³⁷. Permite separar os indicadores de acordo com a sua aplicação nas diferentes fases do ciclo de gestão. Os

³⁷ Essa classificação nem sempre é tão precisa quanto parece, principalmente quando os objetivos não são muito específicos. Dependendo do contexto um mesmo indicador pode ser classificado em tipos diferentes, ou seja, uma medida tipicamente de processo (atendimentos por hora, por exemplo.) pode, dependendo do objetivo que se quer atingir (qualidade de atendimento, por exemplo), ser classificada como de resultado.

indicadores-insumo (*input indicators*) são indicadores *ex-ante* ao fato, têm relação direta com os recursos a serem alocados, ou seja, correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros, equipamentos alocados e outros a serem utilizados pelas ações do governo; como exemplo, tem-se: médicos por mil habitantes e gasto *per capita* com educação. (BRASIL, 2010).

Os indicadores-processo ou fluxo (*throughput indicators*) são indicadores *in curso* ou intermediários que traduzem o esforço empreendido na obtenção dos resultados, ou seja, “traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional na alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicadores-insumo) para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (indicadores-produto).” (JANNUZZI, 2001, p. 23). Por exemplo: o percentual de atendimento de um público alvo e o percentual de liberação dos recursos financeiros.

Os indicadores-produto (*outcome* ou *output indicators*) medem o alcance das metas físicas. São medidas *ex-postfacto*, que expressam as entregas de produtos ou serviços ao público-alvo do programa. São exemplos: esperança de vida ao nascer, proporção de crianças fora da escola, percentual de quilômetros de estradas entregues. E, por fim, os indicadores-resultado ou impacto (*impact indicators*), que possuem uma natureza abrangente e multidimensional, têm relação com a sociedade como um todo e medem os efeitos das estratégias governamentais de médio e longo prazo. Na maioria dos casos, estão associados aos objetivos setoriais e de governo. São exemplos: o Índice Gini de distribuição de renda e o PIB *per capita*.

O último sistema de classificação aqui adotado é também de especial interesse no processo de formulação de políticas públicas, com foco maior na *avaliação* de recursos alocados e dos resultados alcançados. Segundo essa ótica, os indicadores podem ser de: economicidade, para medir os gastos envolvidos na obtenção dos insumos; eficiência, para medir a produtividade; eficácia, para apontar o grau com que um Programa atinge suas metas; e efetividade, que mede os efeitos positivos ou negativos na realidade que sofre intervenção, e se os efeitos estiveram aquém ou além do planejado. (BRASIL, 2010).

Foram explanados, até aqui, os conceitos de Indicador Social, suas principais propriedades e classificações. Todavia, é indispensável que se levante também as limitações dos indicadores, pois, assim como afirma Lemos (2008, p. 97), a construção de um Indicador Social “é, antes de tudo, um procedimento reducionista, à medida que objetiva compactar em um número (o índice) toda a complexidade de um conceito”.

É preciso ter em mente que “indicadores são abstrações, representações,

simplificações de uma dada realidade, portanto são suscetíveis aos vieses de quem produziu, coletou e/ou interpretou” (BRASIL, 2010). Por isso, deve-se ter uma visão crítica sobre essas medidas.

Deve-se atentar também que o indicador, como o próprio nome revela, apenas aponta, assinala, indica. Contudo, são comuns casos em que o foco das ações seja deslocado da realidade com que se deseja trabalhar para o indicador escolhido para representá-la. Há casos até em que primeiro se escolhe o indicador, para depois associá-lo a um problema ou demanda. Como escrevem Jannuzzi e Guimarães (2005, p. 5), efetua-se, dessa forma, a substituição do todo pela parte. Ainda segundo os autores, a “reificação” da medida, em detrimento do conceito, tem outro desdobramento muito preocupante sobre o campo da formulação de políticas, que é o de reforçar a tendência de encará-la como isenta de valores ideológicos ou políticos, como se na sua construção, não intervissem orientações teóricas e opções metodológicas dos seus proponentes.

Quando os conceitos são complexos, não se pode simplesmente reduzir a gestão de uma política ou programa à apreciação de um indicador sintético. O IDH, por exemplo, que é o indicador com maior aceitação internacional, é resultado da ponderação de três temas distintos (economia, saúde e educação) e, através da aglutinação deles, busca-se melhor representar o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país. Porém, na sua composição há, por um lado, um conceito mais sensível às variações conjunturais e de prazo mais curto (PIB *per capita*), e por outro, conceitos estruturais menos sensíveis e de prazo mais longo de evolução (saúde e educação). Assim, uma variação anual positiva do IDH, decorrente do aumento do PIB *per capita* pode, por exemplo, camuflar uma estagnação ou até um retrocesso nas outras dimensões estruturais dos demais indicadores (saúde e educação). Dependendo do contexto e dos objetivos estabelecidos, deve-se ter cautela na adoção de índices, pois, se por um lado, muito bem identificam áreas de ação prioritária, por outro, não expressam problemas ou dimensões específicas. (BRASIL, 2010).

Como afirma Jannuzzi (2001, p. 320), os Indicadores Sociais são insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do processo de formulação e implementação das políticas públicas, sejam elas programas de qualificação de mão de obra, projetos de expansão da infraestrutura urbana, ações focalizadas de distribuição de alimentos, garantia de renda mínima ou até mesmo erradicação da miséria. Cada fase do processo de formulação e implementação da política social requer o emprego de indicadores específicos, cada qual trazendo elementos e subsídios distintos para bom encaminhamento do processo. Cada

aspecto de uma política pública – recursos empregados, métodos de alocação de recursos, resultados – deve ser avaliado através de indicadores adequados.

Por isso, optou-se, neste trabalho, pela elaboração de um índice sintético e municipal. Sintético, pela possibilidade de ser desagregável em vários aspectos da realidade (vulnerabilidade, conhecimento, trabalho, desenvolvimento infantil, escassez de recursos e condições habitacionais), a fim de atender às mais diversas áreas. Municipal, por ser onde “o povo deposita suas esperanças”³⁸, ou seja, é na esfera municipal onde as políticas são efetivadas.

³⁸ Expressão tirada do artigo “É na esfera municipal que o povo deposita suas esperanças”, publicado no site da União de Municípios da Bahia. Disponível em: <<http://www.upb.org.br/uniao-dos-municipios-da-bahia/informativos-e-noticias/index.php?id=5077&pag=5>>.

3 ÍNDICE DE POBREZA MUNICIPAL PARA O MARANHÃO (IPMM)

Dada a complexidade e o caráter histórico do fenômeno da pobreza, dificilmente, se chegará a um consenso sobre o seu conceito. Na realidade, não há motivos para procurá-lo. O que se percebe é que há um direcionamento para uma compreensão multidimensional e complexa. Por isso, a forma de mensurá-la também tem seguido um percurso mais abrangente. Apesar da preponderância das linhas de pobreza para se identificarem “quantos são os pobres”, outras construções metodológicas têm sido desenvolvidas para se analisar a pobreza para além da renda, levando em consideração as mais diversas formas de carências. Em virtude disso, optou-se pela construção de um Índice sintético para se analisar a pobreza no estado do Maranhão, o qual foi denominado Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM).

3.1 Proposta metodológica do IPMM

O IPMM foi inspirado no Índice de Pobreza Familiar³⁹ (IPF), elaborado por Barros et al (2006). O IPF foi construído a partir das informações⁴⁰ disponibilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Construído em nível familiar, teve como principal objetivo medir a intensidade da pobreza das famílias e identificar as famílias pobres do Estado do Rio de Janeiro a partir de diversos indicadores.

O IPF é constituído por seis dimensões, 26 componentes e 48 indicadores:

Tudo se passa como se fizéssemos 48 perguntas às famílias, as quais devem responder sim ou não. Cada sim é computado como uma necessidade insatisfeita, uma carência ou uma fonte de vulnerabilidade e, portanto, leva a que o indicador de pobreza aumente a pontuação da família na direção de um maior grau de pobreza. (BARROS et al, 2006, p. 16).

No cálculo do IPMM, mantiveram-se as seis dimensões, porém o número de componentes e indicadores passou para 23 e 40, respectivamente.

No que se refere ao método de cálculo, mais especificamente, à escolha dos pesos, Barros adverte que:

³⁹ O Índice de Pobreza Familiar (IPF) foi elaborado sob a coordenação de Ricardo Paes de Barros quando convidado pela Secretaria de Assistência Social (SEAS) do Rio de Janeiro para formular um índice a partir do qual fosse possível identificar as famílias pobres, utilizando o Cadastro Único (BARROS et al, 2006).

⁴⁰ A escolha das dimensões e seus respectivos pesos constituem a fase precípua de elaboração de um indicador sintético de pobreza. Nesta fase, eminentemente pragmática e empírica, a disponibilidade e confiabilidade das informações devem ser devidamente atestadas (BARROS, 2006, p. 9).

A escolha dos pesos depende da utilização específica que se deseja dar ao indicador sintético. Quando o objetivo é obter um indicador geral de pobreza, a melhor opção é utilizar as preferências da sociedade. Na ausência de informações sobre a natureza dessa preferência, uma opção é tratar todas as dimensões e seus componentes de forma simétrica (BARROS, et al, 2006, p. 23).

Esse mesmo método⁴¹ também foi adotado no IPMM. Durante o cálculo, foi atribuído o mesmo peso: a) a todos os indicadores de cada componente de uma mesma dimensão; b) a todos os componentes de uma mesma dimensão; e c) a cada uma das seis dimensões que compõem o índice. Assim, o indicador sintético fica definido a partir dos indicadores básicos via:

$$S = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 \left[\frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right) \right]$$

Em que B_{ijk} denota o i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, e n_{jk} o número de componentes da k -ésima dimensão, e n_{jk} o número de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão. Dessa expressão decorre imediatamente que:

$$S = \sum_{k=1}^6 \sum_{j=1}^{m_k} \sum_{i=1}^{n_{jk}} \frac{B_{ijk}}{6 \cdot m_k \cdot n_{jk}}$$

E, portanto,

$$W_{ijk} = \frac{1}{6 \cdot m_k \cdot n_{jk}}$$

Assim, conforme ilustra essa expressão, indicadores básicos de componentes distintos apresentam, geralmente, pesos distintos, na medida em que o número de indicadores por componentes e o de componentes por dimensão não são idênticos. De fato, o peso de um indicador depende do componente e da dimensão a que pertence.

Implicitamente, essa expressão também gera indicadores sintéticos de pobreza específicos para cada um dos componentes de cada dimensão, S_{jk} , assim como para cada uma das dimensões, S_k , via:

⁴¹ O método explicado a seguir, bem como as fórmulas, foi extraído de (BARROS, et al, 2006, p. 23).

$$S_{jk} = \frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk}$$

e

$$S_k = \frac{1}{m_k} \sum_{i=1}^{m_k} S_{jk} = \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right)$$

Tem-se também que:

$$S = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 S_k$$

Em outras palavras, o indicador sintético de cada componente, S_{jk} , é a média aritmética dos indicadores utilizados para representá-lo. Da mesma forma, o indicador sintético de cada dimensão, S_k , é a média aritmética dos indicadores sintéticos de seus componentes. Por fim, o indicador sintético global, S , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.

A ponderação do Índice foi elaborada de forma que o grau de pobreza varie entre 0 (sem qualquer traço de pobreza) e 100 (absolutamente pobres) (BARROS et al, 2006, p.16). A seguir, a **Figura 1** ilustra o esquema do IPMM.

Figura 1 – Esquema do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM)

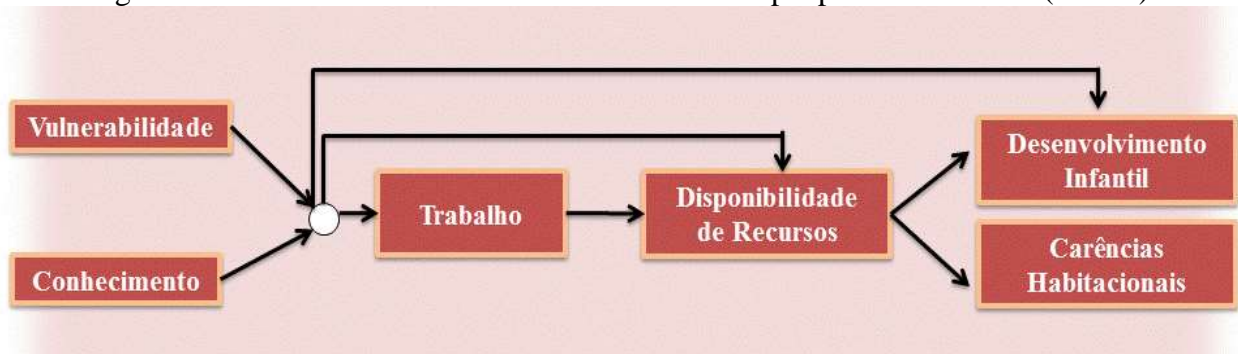


As seis dimensões analisadas por Barros et al (2006), a partir dos dados da PNAD, foram: a) vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) escassez de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) carências habitacionais. Com essa seleção, todas as

dimensões mais básicas da pobreza puderam ser consideradas diretamente, com exceção das condições de saúde, que foram computadas indiretamente, na dimensão carências habitacionais.

Em consonância com a abordagem da pobreza como privação de capacidades, formulada por Sen (2000), cada uma das dimensões representa, em parte, “[...] a falta de acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em parte, a existência de necessidades básicas insatisfeitas, isto é, fins que não puderam ser alcançados.” (BARROS et al, 2006, p. 16). Para melhor visualizar a inter-relação entre as dimensões, foi elaborado o **Diagrama 1**, o qual partiu das dimensões mais ligadas ao acesso aos meios às mais relacionadas à consecução dos fins.

Diagrama 1 – Dimensões do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM)



Fonte: Barros et al (2006)

Uma das características do IPF é a sua construção em forma de indicadores em cascata. Assim, mesmo com os indicadores tendo o mesmo peso, pode-se dar mais ênfase a determinados indicadores.

Ressalta-se que, apesar do Índice sintético proposto, denominado Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM), ser baseado no IPF, há algumas diferenças, resultantes de adaptações realizadas durante o processo de construção. Consistem em modificações metodológicas, em decorrência da mudança da fonte dos dados, da PNAD para o Censo e da necessidade de adaptar o Índice à realidade maranhense.

As principais semelhanças entre o IPF e o IPMM são: a) a utilização de base de dados oficial do IBGE; b) a agregação em dimensões, componentes e indicadores; c) os indicadores em cascata; d) a utilização de médias aritméticas simples para o cálculo dos componentes, dimensões e do Índice propriamente dito; e e) a forma de ponderação entre 0 (famílias sem qualquer traço de pobreza) e 100 (famílias absolutamente pobres).

Diferente do IPF, o IPMM não foi calculado para cada família do Estado do

Maranhão. Ele foi formulado para os municípios como um todo. Por isso, não se identificou “quem são os pobres”, mas sim a “intensidade da pobreza” nos municípios. Outra característica do IPMM é comparabilidade em três níveis: estado com municípios, municípios com municípios e o município com o mesmo município na linha do tempo.

É feita, a seguir, uma descrição de cada uma das seis dimensões utilizadas na formulação do IPMM (vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infantil e carências habitacionais), bem como dos seus respectivos componentes e indicadores.

A **Vulnerabilidade** das famílias é o total de recursos adicionais demandados para a satisfação de suas necessidades básicas, quando comparado com uma família padrão. A vulnerabilidade de uma família é diretamente proporcional à presença de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos, “[...] na medida em que cresce o volume de recursos *per capita* necessários para a satisfação de suas necessidades básicas.” (BARROS et al, 2006, p. 17). Essa conclusão coaduna com o pensamento de Sen (2000) de que a relação entre renda e capacidade de uma pessoa é seriamente afetada por sua idade.

A dimensão Vulnerabilidade possui quatro componentes e oito indicadores, como mostra o **Quadro 1**

Quadro 1 – Componentes e indicadores da dimensão Vulnerabilidade

Componentes	Indicadores
Fecundidade	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano
	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3. Presença de criança
	V4. Presença de criança ou adolescente
	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem
Atenção e cuidados especiais com idosos	V6. Presença de idoso
Dependência demográfica	V7. Ausência de cônjuge
	V8. Metade ou menos dos membros encontram-se em idade ativa

O componente *Fecundidade* é constituído por dois indicadores:

V1 – Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano. Filhos nascidos vivos de mulheres de 10 anos ou mais de idade, no período de referência de 12 meses, dividido pelo total de mulheres de 10 anos ou mais de idade da população.

V2 – Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos. Filhos nascidos vivos de mulheres de 10 anos ou mais de idade, no período de referência de 24 meses, dividido pelo total de mulheres de 10 anos ou mais de idade.

Os indicadores em cascata podem ser encontrados nos indicadores V1–V2, em que as mulheres, que tiveram filhos no último ano, são contabilizadas duas vezes.

O componente *Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens* é formado por três indicadores:

V3 – *Presença de criança*. Total de pessoas com até 10 anos de idade, dividido pelo total de pessoas da população.

V4 – *Presença de criança ou adolescente*. Total de pessoas com até 17 anos de idade, dividido pelo total de pessoas da população.

V5 – *Presença de criança, adolescente ou jovem*. Total de pessoas com até 24 anos de idade, dividido pelo total de pessoas da população.

Da mesma forma que no componente anterior, os indicadores V3–V5 são do tipo cascata, a fim de que as crianças tenham peso três vezes maior que os jovens, mesmo quando o peso de todos os indicadores é igual.

O componente *Atenção e cuidados especiais com idosos* é composto por um indicador:

V6 – *Presença de idoso*. Total de pessoas com 60 anos ou mais de idade, dividido pelo total de pessoas da população.

O componente *Dependência demográfica* é composto por dois indicadores:

V7 – *Ausência de cônjuge*. Total de chefes de família sem cônjuge, dividido pelo total de chefes de família.

V8 – *Metade ou menos dos membros encontram-se em idade ativa*. Total de domicílios em que metade ou menos da metade dos membros não está em idade ativa, dividido pelo total de domicílios.

O **Acesso ao Conhecimento**, segundo Barros et al (2006), encontra-se entre os meios mais importantes que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades. Essa dimensão contém três componentes e seis indicadores, como mostra o **Quadro 2**, a seguir.

Quadro 2 – Componentes e indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento

Componentes	Indicadores
Analfabetismo	C1. Jovem e adulto analfabeto
	C2. Jovem e adulto analfabeto funcional
Escolaridade	C3. Jovem e adulto com fundamental incompleto
	C4. Jovem e adulto com secundário incompleto
	C5. Adulto sem educação superior
Qualificação profissional	C6. Trabalhador sem qualificação média ou alta

O componente *Analfabetismo* é constituído por dois indicadores:

C1 – Jovem e Adulto analfabeto. Total de jovens e adultos⁴² que não sabem ler e escrever, dividido pelo total de jovens e adultos.

C2 – Jovem e Adulto analfabeto funcional. Total de jovens e adultos com até quatro anos de estudo, dividido pelo total de jovens e adultos. No Censo de 2000, foi calculada a variável “anos de estudos”. Todavia, no Censo 2010, ela não foi calculada. Para chegar a essa variável no ano de 2010, consideraram-se os adultos com os seguintes cursos mais elevados: creche, pré-escolar (maternal e jardim de infância), classe de alfabetização; alfabetização de jovens e adultos (com ensino fundamental incompleto); antigo primário (elementar); ensino fundamental ou 1º grau (da 1ª a 3ª série/ do 1º ao 4º ano); e ensino fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano).

Os dois indicadores do analfabetismo são do tipo cascata (*C1* e *C2*), já que todas as pessoas, com menos de quatro anos de estudo, são também analfabetas.

O componente *Escolaridade* é formado por três indicadores:

C3 – Jovem e Adulto com fundamental incompleto. Total de jovens e adultos com fundamental incompleto, dividido pelo total de jovens e adultos.

C4 – Jovem e Adulto com secundário incompleto. Total de jovens e adultos com secundário incompleto, dividido pelo total de jovens e adultos.

C5 – Adulto sem educação superior. Total de adultos sem educação superior, dividido pelo total de adultos.

O componente *Qualificação Profissional* possui apenas um indicador:

C6 – Trabalhador sem qualificação média ou alta. Total de pessoas ocupadas, que possuíam no máximo ensino fundamental, dividido pelo total de pessoas ocupadas.

O **Acesso ao Trabalho** representa a oportunidade que uma pessoa dispõe de utilizar sua capacidade produtiva. É na realidade, segundo Barros et al (2006), um dos casos mais típicos de oportunidade para utilização dos meios:

Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não é uma política eficaz. Assim, tão importante quanto garantir que elas tenham acesso aos meios de que necessitam é dar-lhes a oportunidade de usá-los. Por exemplo, a importância de dar a uma pessoa os conhecimentos necessários para que ela desempenhe uma determinada função será dramaticamente reduzida caso ela não venha a ter a oportunidade de realizá-la. (BARROS et al, 2006, p. 19).

A dimensão Acesso ao Trabalho tem três componentes e cinco indicadores.

⁴² Admitiram-se como adultas as pessoas de 25 a 59 anos de idade.

Quadro 3 – Componentes e indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho

Componentes	Indicadores
Disponibilidade de trabalho	T1. Pessoas desocupadas
Qualidade do posto de trabalho	T2. Pessoas ocupadas no setor informal T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
Remuneração	T4. Rendimento menor 1 salário mínimo T5. Rendimento menor 2 salários mínimos

O componente *Disponibilidade de trabalho* possui um indicador:

T1 – Pessoas desocupadas. Total de pessoas desocupadas, dividido pelo total de pessoas economicamente ativas da população.

O componente *Qualidade do posto de trabalho* tem dois indicadores:

T2 – Pessoas ocupadas⁴³ no setor informal. Total de pessoas ocupadas sem carteira assinada, dividido pelo total de pessoas ocupadas da população.

T3 – Pessoas ocupadas em atividade agrícola⁴⁴. Total de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, dividido pelo total de pessoas ocupadas da população.

O componente *Remuneração* tem dois indicadores. Foram usados indicadores do tipo cascata nesse componente para dar maior ênfase à extrema pobreza. Percebe-se que se *R2* for verdadeiro, *R1* também o é:

T4 – Rendimento menor que 1 salário mínimo⁴⁵. Total de pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento menor que um salário mínimo, dividido pelo total de pessoas de dez anos ou mais de idade ocupadas da população.

T5 – Rendimento de até dois salários mínimos. Total de pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento menor que um dois salários mínimos, dividido pelo total de pessoas de dez anos ou mais de idade ocupadas da população.

A dimensão **Escassez de Recursos**, medida através da renda familiar *per capita*, mostra-se como um recurso fundamental na mensuração da pobreza, uma vez que a maioria

⁴³Admitiu-se a mesma classificação do IBGE para as pessoas ocupadas: a) a pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou b) pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana. Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de: ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) na produção de bens ou serviços; ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) no serviço doméstico; ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; e ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

⁴⁴Para classificar a atividade em agrícola, utilizou-se o código de atividade da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

⁴⁵ Nesse caso, utilizou-se o salário mínimo vigente no respectivo ano.

dos bens e serviços necessários à satisfação das necessidades básicas de uma família pode ser adquirida no mercado. Nesse sentido,

Embora a origem dos recursos não seja relevante para a satisfação das necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela dos recursos que é gerada autonomamente e da que é recebida como transferência de outras famílias ou do próprio governo. (BARROS et al, 2006, p. 20).

Essa dimensão é composta por três componentes.

Quadro 4 – Componentes e indicadores da dimensão Escassez de Recursos

Componentes	Indicadores
Extrema pobreza	R1. Renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza
Pobreza	R2. Renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências

Componente *Extrema pobreza*:

R1 – Renda domiciliar per capita inferior à linha da extrema pobreza. Total de domicílios com renda familiar per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo⁴⁶, dividido pelo total de domicílios.

Componente *Pobreza*:

R2 – Renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza. Domicílios com renda familiar per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, dividido pelo total de domicílios.

R3 – Maior parte da renda advém de transferências. Total de pessoas com mais de 50% do rendimento domiciliar proveniente de aposentadoria ou pensão de instituto de previdência oficial (federal, estadual ou municipal) e de transferência direta de renda, dividido pelo total de domicílios.

O **Desenvolvimento Infantil** é uma dimensão importante pelo fato de que todas as sociedades buscam conceder às suas crianças oportunidades para o seu pleno desenvolvimento (BARROS et al, 2006, p. 20).

Essa dimensão possui três componentes e nove indicadores, como mostra o **Quadro 5**, a seguir.

⁴⁶ Nessa dimensão, utilizou-se como base o salário mínimo do ano de 2000 (R\$ 151,00). Para se chegar ao salário de 2010, fez-se uma atualização, inflacionado R\$ 151,00 pelo IPCA, acumulado de 2000 a 2009, e chegou-se a um valor de R\$ 287,84.

Quadro 5 – Componentes e indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil

Componentes	Indicadores
Trabalho precoce	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando
Acesso à escola	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola
Progresso escolar	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto
Mortalidade infantil	D8. Mãe com filho que já tenha morrido D9. Mãe que teve filho nascido morto

O componente *Trabalho precoce* possui dois indicadores:

D1 – Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando. Total de pessoas com até 14 anos de idade, ocupadas, dividido pelo total de pessoas com até 14 anos de idade.

D2 – Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando. Total de pessoas com até 17 anos de idade, ocupadas, dividido pelo total de pessoas com até 17 anos.

Os indicadores *D1* e *D2* são do tipo cascata para dar maior peso às crianças menores de 14 anos trabalhando do que aos adolescentes menores de 17 anos.

O componente *Acesso à escola* tem três indicadores, com dois deles do tipo cascata (*D4* e *D5*) para dar maior ênfase à evasão escolar de adolescentes de sete a 14 anos do que entre jovens de 15 a 17 anos.

D3 – Criança de 0-6 anos fora da escola. Total de crianças de zero a seis anos de idade, que não frequentavam a escola, dividido pelo total de crianças de zero a seis anos de idade da população.

D4 – Pessoas de 7-14 anos fora da escola. Total de pessoas de sete a 14 anos de idade que não frequentavam a escola, dividido pelo total de pessoas de sete a 14 anos de idade da população.

D5 – Pessoas de 7-17 anos fora da escola. Total de pessoas de sete a 17 anos de idade, que não frequentavam a escola, dividido pelo total de pessoas de sete a 17 anos de idade da população.

O componente *Progresso escolar* tem quatro indicadores:

D6 – Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto. Total de pessoas de dez a 14 anos de idade analfabetas, dividido pelo total de pessoas de dez a 14 anos de idade da população.

D7 – Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto. Total de pessoas de 15 a 17 anos de idade analfabetas, dividido pelo total de pessoas de 15 a 17 anos de idade da população.

D8 – Mãe com filho que já tenha morrido. Total de filhos tidos no período de referência de 12 meses e já falecidos, dividido pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade que tiveram filhos.

D9 – Mãe que teve filho nascido morto. Total de filhos tidos nascidos mortos, dividido pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade que tiveram filhos.

A dimensão **Carências Habitacionais** apesar de não incluir todos os aspectos relevantes para se avaliar as condições habitacionais, não considerando a falta de segurança, a falta de separação das funções entre os cômodos disponíveis, a natureza do entorno, a distância da escola e do centro de saúde mais próximos, dentre outros, é a mais extensa e mostra-se de fundamental importância para se avaliar a pobreza. Além disso, as carências habitacionais estão estreitamente ligadas às condições de saúde (BARROS et al, 2006, p. 21)

Essa dimensão é formada por sete componentes e 12 indicadores, como mostra o **Quadro 6**, abaixo.

Quadro 6 – Componentes e indicadores da dimensão Carências Habitacionais

Componentes	Indicadores
Propriedade	H1. Domicílio não é próprio
	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido
Espaço domiciliar	H3. Domicílio com até 3 cômodos
Acesso a abastecimento de água	H4. Acesso inadequado a água
Acesso a saneamento	H5. Esgotamento sanitário inadequado
Acesso a coleta de lixo	H6. Lixo não é coletado
Acesso a energia elétrica	H7. Sem acesso a eletricidade
	H8. Não tem ao menos a um dos itens: televisão ou rádio
	H9. Não tem ao menos a um dos itens: televisão, rádio ou geladeira

O componente *Propriedade* tem dois indicadores em forma de cascata, que servem para dar maior peso aos domicílios não próprios:

H1 – Domicílio não é próprio. Total de domicílios que não são próprios, dividido pelo total de domicílios do município.

H2 – Domicílio não é próprio nem é cedido. Total de domicílios que não são próprios nem cedidos, dividido pelo total de domicílios do município.

Componente *Espaço domiciliar*:

H3 – Domicílios com até três cômodos: Total de domicílios com até três

cômodos⁴⁷, dividido pelo total de domicílios.

Componente *Abastecimento de água*:

H4 – Acesso inadequado à água. Total de domicílios sem rede geral de abastecimento de água, dividido pelo total de domicílios.

Componente *Acesso a saneamento*:

H5 – Esgotamento sanitário inadequado. Total de domicílios, que não escoamento de esgoto ligado à rede geral do esgoto ou pluvial e nem à fossa séptica, dividido pelo total de domicílios.

Componente *Coleta de lixo*:

H6 – Lixo não é coletado. Total de domicílios, que não tinham o lixo coletado por serviço de limpeza nem por caçamba de serviço de limpeza, dividido pelo total de domicílios.

O componente *Acesso à energia elétrica* é constituído por cinco indicadores:

H7 – Sem acesso a eletricidade. Total de domicílios, que não tinham energia elétrica, dividido pelo total de domicílios.

H8 – Não tem ao menos um dos itens: rádio ou televisão. Total de domicílios, que não tinham rádio ou televisão, dividido pelo total de domicílios.

H9 – Não tem ao menos um dos itens: rádio, televisão ou geladeira. Total de domicílios, que não tinham rádio ou televisão, dividido pelo total de domicílios.

Uma vez descrita a metodologia, serão apresentados no subitem a seguir, os resultados do IPMM. Além do Índice propriamente dito, serão apresentados também os resultados desagregados por dimensões, componentes e indicadores, a fim de se analisar a pobreza nas suas mais diversas faces e identificar onde os municípios mais avançaram e retrocederam.

3.2 Análise da pobreza no Maranhão através do IPMM nos anos 2000 e 2010

Inicialmente, é importante deixar claro que o IPMM varia de 0 a 100. Quanto mais próximo de 100, maior o grau de pobreza (uma vez que ele expressa a pobreza pelo viés da ausência). Tendo essa informação em vista, para melhor visualizar a dinâmica dos municípios, optou-se pela espacialização do Índice no **Mapa 1** (as cores vermelho e laranja

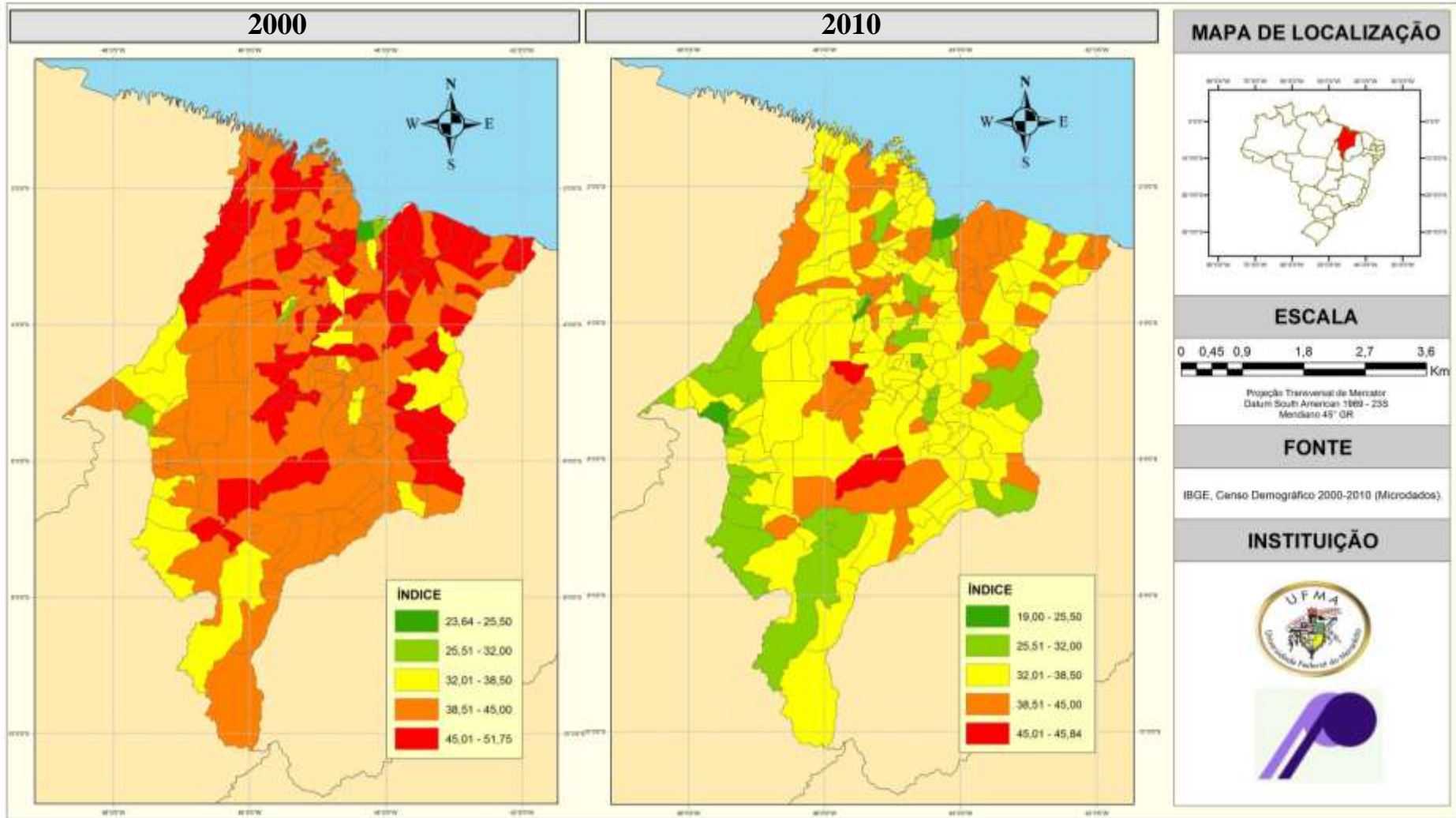
⁴⁷O IBGE considerou cômodo ou parte de um domicílio a dependência do domicílio particular permanente coberta por um teto e limitada por paredes, inclusive banheiro e cozinha de uso exclusivo dos moradores, bem como a existente na parte externa do prédio que era parte integrante do domicílio. Não foram considerados como cômodo os corredores, alpendres, varandas abertas e também as garagens, depósitos e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais.

são as piores situações e os tons de verde são as melhores). Para facilitar a comparação, utilizou-se o mesmo intervalo de frequência⁴⁸ para os dois anos.

É perceptível que houve uma diminuição no grau de pobreza nos municípios. Em 2000, a maior parte estava em vermelho ou laranja (de 38,51 a 51,75). Em 2010, a predominância é da cor amarela (32,01 - 38,50), observando-se poucos de cor laranja e apenas dois municípios que permaneceram em vermelho (Marajá do Sena e Fernando Falcão). No outro extremo, nota-se que, em 2000, apenas cinco municípios estavam com as cores verdes: São Luís, Imperatriz, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Santa Inês (19,00 - 32,0). Em 2010, o total de municípios com essas cores subiu para 34. No geral, todos os municípios passaram para intervalos imediatamente superiores, com exceção de Marajá do Sena e Fernando Falcão.

⁴⁸ As expressões *intervalo de frequência*, *distribuição de frequência* e *intervalo de classe* têm a mesma conotação.

Mapa 1 – IPMM para os anos 2000 e 2010



A Tabela 1 abaixo mostra os valores do IPMM e das suas dimensões para o Estado e para todos os municípios, no ano de 2000.

Tabela 1 – IPMM e dimensões – 2000

(Continua)

Municípios	Ordem 2000	IPMM 2000	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Escassez de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Carencias Habitacionais
Maranhão	-	37,33	20,73	68,18	38,44	38,29	14,25	44,10
Açailândia	8º	32,76	20,11	70,15	31,88	25,69	11,82	36,89
Afonso Cunha	192º	47,13	22,27	80,31	44,55	56,63	17,09	61,90
Água Doce do Maranhão	186º	46,68	20,94	83,39	44,46	53,05	20,14	58,10
Alcântara	90º	42,33	21,10	74,31	42,85	48,88	13,45	53,40
Aldeias Altas	171º	45,79	21,43	80,38	46,53	48,75	16,85	60,78
Altamira do Maranhão	124º	44,09	21,65	77,09	46,22	47,56	14,98	57,03
Alto Alegre do Maranhão	149º	44,97	20,54	81,91	49,21	48,90	17,82	51,47
Alto Alegre do Pindaré	136º	44,40	21,97	83,17	43,70	44,66	19,34	53,57
Alto Parnaíba	52º	40,48	22,42	73,27	44,15	39,99	14,08	48,99
Amapá do Maranhão	164º	45,55	23,27	83,92	43,15	39,75	18,35	64,82
Amarante do Maranhão	122º	43,87	21,93	79,22	44,79	46,11	15,54	55,66
Anajatuba	169º	45,69	21,57	79,26	43,26	52,27	15,02	62,76
Anapurus	100º	43,07	21,52	75,14	45,26	45,79	16,18	54,54
Apicum-Açu	119º	43,85	22,69	79,81	38,30	49,90	16,06	56,35
Araguanã	128º	44,28	20,85	80,63	45,35	54,70	14,55	49,59
Araioses	196º	47,31	21,13	84,44	45,92	53,15	20,72	58,52
Arame	129º	44,28	21,96	82,79	40,99	42,36	20,93	56,66
Arari	23º	37,72	19,87	70,93	39,36	37,72	11,72	46,71
Axixá	70º	41,30	21,50	67,81	41,99	47,05	11,33	58,15
Bacabal	13º	34,76	20,52	67,63	37,42	37,29	13,91	31,76
Bacabeira	58º	40,70	21,66	74,87	40,37	44,50	10,85	51,94
Bacuri	131º	44,30	23,87	77,02	42,51	49,18	15,39	57,82
Bacurituba	160º	45,46	21,68	79,92	43,24	49,83	13,82	64,27
Balsas	9º	33,35	21,66	65,68	32,83	30,39	13,55	35,97
Barão de Grajaú	39º	39,66	19,70	72,44	39,85	43,97	14,04	47,99
Barra do Corda	44º	39,82	20,95	75,40	41,21	42,39	15,98	42,97
Barreirinhas	163º	45,52	22,69	79,98	41,83	51,00	19,76	57,86
Bela Vista do Maranhão	84º	42,08	21,94	80,40	42,13	49,52	13,81	44,67
Belágua	217º	51,75	25,73	86,10	48,06	62,11	20,15	68,38
Benedito Leite	88º	42,28	19,50	79,53	46,67	44,69	12,70	50,58
Bequimão	143º	44,63	20,64	72,65	44,30	55,81	11,25	63,14
Bernardo do Mearim	97º	42,73	19,90	79,54	46,05	40,64	13,75	56,51
Boa Vista do Gurupi	121º	43,87	24,49	78,21	43,57	45,63	10,95	60,39
Bom Jardim	148º	44,90	21,21	82,43	46,23	49,31	20,60	49,62
Bom Jesus das Selvas	92º	42,39	21,58	81,66	42,15	39,11	16,52	53,33
Bom Lugar	183º	46,48	20,68	80,90	50,74	52,66	16,64	57,25
Brejo	116º	43,73	20,82	74,90	44,07	53,56	15,16	53,90
Brejo de Areia	210º	48,57	22,75	83,73	48,56	51,09	19,76	65,52
Buriti	179º	46,25	22,40	78,17	46,27	50,74	17,44	62,50
Buriti Bravo	115º	43,72	21,26	77,62	44,79	48,47	14,94	55,24
Buriticupu	62º	40,82	21,10	79,83	37,45	34,76	18,41	53,40
Buritirana	142º	44,63	21,51	80,33	45,42	48,52	15,52	56,46
Cachoeira Grande	208º	48,39	25,08	82,18	46,21	52,07	15,48	69,35
Cajapió	191º	47,12	21,98	79,02	46,65	54,46	16,81	63,82
Cajari	180º	46,27	23,00	78,34	44,40	49,07	15,58	67,23
Campestre do Maranhão	30º	38,90	20,88	74,74	40,07	39,32	12,22	46,18
Cândido Mendes	105º	43,18	21,25	76,17	43,01	40,46	16,49	61,72
Cantanhede	173º	46,00	23,21	75,58	49,61	58,76	14,74	54,10
Capinzal do Norte	114º	43,66	21,00	79,95	46,20	47,62	17,15	50,05
Carolina	19º	36,62	21,42	68,71	38,24	36,75	15,09	39,51
Carutapera	94º	42,47	23,80	75,82	40,51	43,68	13,10	57,94
Caxias	21º	36,82	20,83	69,45	38,70	39,47	14,96	37,54
Cedral	31º	39,08	20,67	69,58	41,53	43,33	10,89	48,49

Fonte: IBGE

Tabela 1 – IPMM e dimensões – 2000

(Continuação)

Municípios	Ordem 2000	IPMM 2000	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Escassez de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Carencias Habitacionais
Central do Maranhão	162º	45,48	23,63	77,73	44,89	47,65	16,10	62,92
Centro do Guilherme	214º	49,77	21,26	86,28	49,67	57,96	18,82	64,67
Centro Novo do Maranhão	193º	47,17	22,62	84,41	44,52	42,30	19,63	69,57
Chapadinha	87º	42,27	21,50	75,28	43,59	45,11	16,22	51,92
Cidelândia	61º	40,78	20,66	76,24	44,54	36,59	13,93	52,75
Codó	57º	40,67	21,45	76,10	41,37	45,39	17,89	41,83
Coelho Neto	25º	38,29	20,76	75,46	38,02	39,97	15,29	40,24
Colinas	93º	42,44	21,86	75,17	42,79	43,81	16,79	54,25
Conceição do Lago-Açu	158º	45,36	22,16	84,83	38,01	44,92	22,15	60,08
Coroatá	98º	42,80	20,96	77,29	44,15	48,54	17,97	47,87
Cururupu	29º	38,87	21,49	71,29	37,07	39,56	12,23	51,60
Davinópolis	35º	39,17	21,88	76,21	38,11	39,04	11,90	47,88
Dom Pedro	14º	35,15	20,10	70,77	37,45	29,70	14,19	38,70
Duque Bacelar	152º	45,15	22,72	76,93	45,70	49,54	19,45	56,57
Esperantinópolis	76º	41,59	20,49	77,60	44,32	44,07	16,09	46,96
Estreito	16º	35,90	20,97	70,38	35,98	32,78	13,53	41,79
Feira Nova do Maranhão	203º	47,71	21,59	83,22	50,60	45,72	15,84	69,27
Fernando Falcão	216º	50,33	23,09	88,81	44,45	50,41	24,04	71,21
Formosa da Serra Negra	209º	48,45	21,18	81,21	46,91	56,09	17,46	67,83
Fortaleza dos Nogueiras	42º	39,77	20,92	71,40	40,70	42,97	11,72	50,92
Fortuna	68º	41,09	20,59	76,38	42,99	45,69	16,34	44,58
Godofredo Viana	83º	41,97	21,25	76,70	37,75	44,80	14,47	56,86
Gonçalves Dias	82º	41,92	20,56	80,21	44,05	39,46	17,85	49,39
Governador Archer	85º	42,16	20,95	76,70	45,97	43,83	15,89	49,62
Governador Edison Lobão	26º	38,34	20,51	75,16	42,16	38,91	11,00	42,31
Governador Eugênio Barros	110º	43,48	21,27	78,73	44,45	47,36	16,51	52,53
Governador Luiz Rocha	101º	43,09	20,62	81,85	44,67	45,91	16,55	48,92
Governador Newton Bello	205º	47,84	21,70	84,85	46,88	52,41	18,92	62,28
Governador Nunes Freire	120º	43,85	21,84	80,94	41,69	40,10	18,95	59,61
Graça Aranha	78º	41,69	20,31	77,38	45,02	42,51	15,72	49,22
Grajaú	45º	39,87	22,35	74,33	39,09	38,44	16,00	49,02
Guimarães	33º	39,13	20,78	63,46	40,39	47,58	11,09	51,46
Humberto de Campos	187º	46,74	23,22	78,27	42,73	52,53	18,34	65,33
Icatu	154º	45,16	23,55	78,18	37,18	53,24	12,47	66,32
Igarapé do Meio	126º	44,21	21,82	81,58	43,74	47,65	17,55	52,94
Igarapé Grande	41º	39,70	19,90	73,27	45,90	42,78	13,15	43,21
Imperatriz	2º	25,89	19,47	57,70	27,54	21,45	9,13	20,05
Itaipava do Grajaú	174º	46,02	22,20	85,53	41,91	42,25	19,94	64,29
Itapecuru Mirim	38º	39,54	22,51	70,14	40,43	43,40	13,46	47,28
Itinga do Maranhão	11º	34,08	19,89	73,46	32,67	27,35	13,88	37,23
Jatobá	36º	39,18	20,89	80,89	39,02	28,64	16,08	49,58
Jenipapo dos Vieiras	211º	48,71	22,25	83,70	47,17	52,51	21,83	64,82
João Lisboa	27º	38,43	21,00	75,62	39,89	34,95	13,43	45,68
Joselândia	99º	43,04	21,14	78,92	39,03	50,56	17,33	51,24
Junco do Maranhão	157º	45,25	21,65	81,65	44,01	46,43	16,05	61,72
Lago da Pedra	69º	41,22	20,95	76,13	41,42	40,23	15,84	52,78
Lago do Junco	113º	43,62	20,29	77,45	45,46	49,05	16,36	53,13
Lago dos Rodrigues	102º	43,14	20,71	77,41	45,59	45,79	15,43	53,89
Lago Verde	182º	46,44	22,24	81,69	47,33	51,17	15,05	61,17
Lagoa do Mato	197º	47,41	20,08	82,90	49,01	54,23	16,16	62,09
Lagoa Grande do Maranhão	201º	47,55	21,95	80,73	44,95	50,69	19,53	67,46
Lajeado Novo	81º	41,88	20,52	80,80	45,34	36,35	14,23	54,01
Lima Campos	53º	40,52	19,71	77,34	43,65	41,28	15,28	45,87
Loreto	103º	43,16	20,82	74,41	44,08	48,92	15,36	55,38
Luís Domingues	43º	39,77	22,38	70,00	38,23	41,13	12,01	54,89
Magalhães de Almeida	132º	44,34	20,73	78,35	45,30	54,09	17,71	49,88
Maracaçumé	66º	41,08	21,53	76,72	38,11	37,46	17,14	55,54

Fonte: IBGE

Tabela 1 – IPMM e dimensões – 2000

(Continuação)

Municípios	Ordem 2000	IPMM 2000	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Escassez de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Carencias Habitacionais
Marajá do Sena	204°	47,82	22,60	86,66	42,96	43,19	21,67	69,84
Maranhãozinho	195°	47,29	21,45	83,15	47,14	54,23	18,54	59,21
Mata Roma	109°	43,47	21,19	77,58	45,75	51,40	14,83	50,05
Matinha	75°	41,57	20,70	71,01	42,95	46,62	12,37	55,80
Matões	156°	45,25	21,22	80,45	44,96	45,56	20,12	59,19
Matões do Norte	206°	47,90	21,72	82,56	46,53	54,28	18,02	64,31
Milagres do Maranhão	181°	46,36	21,46	82,97	46,72	44,47	18,10	64,46
Mirador	125°	44,10	21,75	79,88	45,31	46,94	15,84	54,87
Miranda do Norte	18°	36,60	20,50	70,38	38,35	34,26	11,77	44,34
Mirinzal	56°	40,65	22,55	65,30	42,33	44,63	11,94	57,13
Monção	144°	44,68	23,28	78,91	42,79	46,96	17,88	58,27
Montes Altos	96°	42,71	20,52	75,53	45,87	46,38	12,25	55,70
Morros	161°	45,47	23,23	75,50	42,96	52,73	14,51	63,91
Nina Rodrigues	138°	44,45	22,65	69,69	46,12	54,23	16,20	57,84
Nova Colinas	151°	45,02	21,80	73,78	43,49	58,18	14,60	58,28
Nova Iorque	95°	42,57	20,44	74,69	43,22	47,13	19,59	50,33
Nova Olinda do Maranhão	104°	43,18	21,19	75,54	45,95	45,09	17,67	53,63
Olho d'Água das Cunhãs	73°	41,48	19,83	77,95	43,71	44,23	17,20	45,97
Olinda Nova do Maranhão	141°	44,59	21,36	75,82	46,70	48,67	13,12	61,87
Paço do Lumiar	3°	26,95	19,35	46,11	27,94	23,36	8,82	36,14
Palmeirândia	145°	44,70	21,35	77,16	45,97	51,43	13,94	58,37
Paraibano	34°	39,15	19,36	78,23	40,98	38,92	13,63	43,77
Parnarama	172°	45,94	21,27	82,01	45,69	50,67	18,87	57,16
Passagem Franca	146°	44,78	20,87	78,82	45,80	47,66	17,98	57,56
Pastos Bons	54°	40,53	20,11	73,88	41,45	46,99	13,09	47,66
Paulino Neves	207°	48,28	24,08	80,17	41,86	57,64	18,60	67,31
Paulo Ramos	170°	45,69	22,01	80,78	44,97	47,33	18,00	61,06
Pedreiras	6°	32,46	19,32	65,16	36,72	33,41	12,88	27,27
Pedro do Rosário	212°	48,98	22,29	82,99	47,88	52,00	19,24	69,46
Penalva	117°	43,75	22,01	76,85	44,04	47,52	14,66	57,39
Peri Mirim	167°	45,64	20,68	73,69	46,27	52,24	15,20	65,80
Peritoró	177°	46,21	21,39	81,23	46,25	48,35	19,76	60,27
Pindaré-Mirim	20°	36,64	21,16	69,41	38,17	42,91	11,80	36,38
Pinheiro	32°	39,11	20,45	68,37	39,71	40,92	12,31	52,89
Pio XII	107°	43,31	21,07	78,56	45,23	49,15	18,70	47,18
Pirapemas	134°	44,38	22,10	76,74	45,94	50,57	16,87	54,03
Poção de Pedras	86°	42,19	19,35	75,86	48,03	47,74	15,09	47,06
Porto Franco	10°	33,67	20,94	67,77	35,53	26,22	12,69	38,87
Porto Rico do Maranhão	37°	39,53	20,27	74,19	39,92	42,81	10,96	49,04
Presidente Dutra	12°	34,68	19,82	69,14	38,10	33,08	15,11	32,83
Presidente Juscelino	194°	47,22	22,50	80,72	42,14	54,44	17,54	66,00
Presidente Médici	46°	40,06	21,02	73,90	42,19	38,02	11,75	53,47
Presidente Sarney	198°	47,42	22,81	83,14	44,19	47,43	20,36	66,58
Presidente Vargas	176°	46,08	24,30	76,48	49,50	53,07	15,67	57,44
Primeira Cruz	130°	44,29	23,44	74,96	40,13	47,04	15,87	64,30
Raposa	22°	36,99	21,00	70,62	33,52	35,06	12,26	49,47
Riachão	74°	41,55	21,55	75,96	43,41	44,65	15,07	48,68
Ribamar Fiquene	60°	40,76	20,73	76,54	39,14	41,55	13,21	53,40
Rosário	28°	38,50	21,94	65,82	40,13	44,82	12,08	46,23
Sambaíba	127°	44,23	22,09	75,12	42,45	52,03	13,61	60,05
Santa Filomena do Maranhão	137°	44,42	22,00	83,20	45,93	46,15	18,20	51,03
Santa Helena	91°	42,38	21,59	75,90	40,33	42,83	15,56	58,09
Santa Inês	5°	30,58	20,41	64,96	31,31	32,08	11,40	23,30
Santa Luzia	140°	44,51	22,14	82,64	45,56	44,40	19,73	52,61
Santa Luzia do Paruá	80°	41,86	21,35	76,03	44,18	43,16	15,01	51,41
Santa Quitéria do Maranhão	147°	44,81	22,19	78,50	45,69	47,86	17,53	57,10
Santa Rita	79°	41,85	21,70	71,92	41,75	48,02	11,94	55,80
Santana do Maranhão	215°	50,20	22,69	85,58	48,34	56,07	21,48	67,05

Fonte: IBGE

Tabela 1 – IPMM e dimensões – 2000

(Conclusão)

Municípios	Ordem 2000	IPMM 2000	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Escassez de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Carencias Habitacionais
Santo Amaro do Maranhão	213°	49,62	23,62	81,71	44,78	60,25	16,73	70,60
Santo Antônio dos Lopes	67°	41,09	20,27	78,62	43,03	41,88	16,45	46,27
São Benedito do Rio Preto	168°	45,67	22,07	75,57	47,49	56,28	17,03	55,58
São Bento	64°	40,99	20,95	70,76	43,92	45,18	12,54	52,60
São Bernardo	123°	44,07	21,69	75,39	47,74	53,63	15,54	50,47
São Domingos do Azeitão	59°	40,74	20,92	75,21	42,62	44,11	12,50	49,09
São Domingos do Maranhão	40°	39,70	21,03	78,68	41,16	36,63	16,27	44,43
São Félix de Balsas	108°	43,46	19,29	79,84	44,57	38,71	15,88	62,48
São Francisco do Brejão	24°	38,08	19,64	77,04	43,32	35,89	11,69	40,93
São Francisco do Maranhão	189°	47,01	20,33	80,02	47,89	52,04	18,13	63,67
São João Batista	165°	45,59	19,80	73,69	45,35	57,27	11,22	66,20
São João do Carú	188°	46,86	22,53	84,50	43,04	45,23	22,38	63,48
São João do Paraíso	72°	41,47	20,50	73,48	43,64	39,58	14,05	57,59
São João do Soter	202°	47,63	21,50	84,54	46,43	51,89	18,26	63,17
São João dos Patos	17°	36,40	19,89	70,95	38,74	37,64	14,54	36,61
São José de Ribamar	4°	29,96	19,83	53,77	29,40	29,85	8,98	37,92
São José dos Basílios	118°	43,85	21,20	81,33	46,41	43,24	17,14	53,76
São Luís	1°	23,64	18,58	42,73	26,00	20,85	8,32	25,35
São Luís Gonzaga do Maranhão	185°	46,61	20,93	80,70	47,44	50,36	19,65	60,60
São Mateus do Maranhão	65°	41,01	21,36	76,99	39,68	42,81	16,89	48,34
São Pedro da Água Branca	49°	40,18	21,77	77,04	43,76	35,38	13,15	50,00
São Pedro dos Crentes	112°	43,60	20,52	78,18	44,59	46,52	15,17	56,65
São Raimundo das Mangabeiras	55°	40,54	20,70	71,63	42,37	42,73	14,68	51,12
São Raimundo do Doca Bezerra	166°	45,59	21,57	80,84	43,50	47,17	19,21	61,25
São Roberto	190°	47,07	21,57	84,11	45,72	52,55	22,71	55,72
São Vicente Ferrer	150°	45,01	21,87	75,40	42,93	49,87	17,24	62,77
Satubinha	178°	46,25	20,67	82,55	47,25	50,74	19,95	56,32
Senador Alexandre Costa	139°	44,49	21,71	78,53	45,14	44,75	16,83	59,97
Senador La Rocque	71°	41,38	21,33	79,26	44,42	44,22	14,33	44,75
Serrano do Maranhão	153°	45,15	22,24	82,12	45,04	47,45	12,00	62,08
Sítio Novo	106°	43,22	21,68	77,21	44,24	41,72	16,08	58,41
Sucupira do Norte	135°	44,39	20,68	76,68	46,68	48,22	15,45	58,66
Sucupira do Riachão	111°	43,57	20,09	81,12	45,53	45,29	14,97	54,43
Tasso Fragoso	63°	40,86	22,19	71,59	42,98	43,66	14,40	50,33
Timbiras	200°	47,49	21,95	82,29	45,77	53,55	21,31	60,09
Timon	7°	32,62	20,14	66,97	33,15	32,24	13,14	30,06
Trizidela do Vale	15°	35,85	19,76	74,21	37,15	36,62	12,49	34,87
Tufilândia	155°	45,19	21,64	82,97	46,84	56,23	13,79	49,68
Tuntum	89°	42,32	21,00	78,91	44,47	45,36	16,22	47,96
Turiaçu	175°	46,06	23,11	81,99	41,99	48,49	16,74	64,05
Turilândia	199°	47,43	20,23	84,33	44,89	48,89	21,06	65,18
Tutóia	133°	44,35	22,19	78,37	39,76	51,13	16,51	58,15
Urbano Santos	159°	45,42	21,99	75,22	45,73	55,97	16,16	57,47
Vargem Grande	184°	46,53	22,83	81,31	46,07	52,45	17,94	58,57
Viana	47°	40,16	21,18	69,44	41,36	44,64	12,40	51,95
Vila Nova dos Martírios	51°	40,42	20,28	79,64	42,89	38,22	14,42	47,06
Vitória do Mearim	50°	40,38	22,08	73,54	40,89	39,85	17,07	48,84
Vitorino Freire	77°	41,69	20,73	76,83	43,64	41,05	16,02	51,85
Zé Doca	48°	40,18	21,00	75,33	41,00	41,98	14,42	47,34

Fonte: IBGE

A seguir, a **Tabela 2** mostra os valores do IPMM e das suas seis dimensões referentes ao ano de 2010. Nota-se que todos os municípios registraram melhorias e que houve muitas mudanças no ranking, principalmente, entre as piores colocações.

Tabela 2 – IPMM e dimensões – 2010

(Continua)

Municípios	Ordem 2010	IPMM 2010	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Escassez de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Carencias Habitacionais
Maranhão	-	30,54	18,28	55,43	35,86	30,67	9,46	33,52
Açailândia	8º	26,67	17,44	55,05	30,46	18,33	8,19	30,55
Afonso Cunha	143º	37,51	19,56	65,34	40,95	50,96	8,16	40,09
Água Doce do Maranhão	171º	38,99	18,08	74,14	42,44	48,20	11,90	39,17
Alcântara	109º	36,19	18,32	59,56	41,82	44,71	9,35	43,37
Aldeias Altas	192º	39,70	19,75	73,50	44,71	44,98	13,75	41,54
Altamira do Maranhão	103º	36,08	17,64	66,37	40,13	46,74	10,29	35,34
Alto Alegre do Maranhão	97º	35,78	18,76	69,80	43,72	40,47	9,54	32,40
Alto Alegre do Pindaré	163º	38,44	19,32	69,31	46,06	49,90	8,93	37,14
Alto Parnaíba	58º	33,82	19,39	61,47	41,89	33,05	9,28	37,82
Amapá do Maranhão	170º	38,99	20,06	69,19	44,57	43,20	11,97	44,94
Amarante do Maranhão	130º	37,05	20,29	67,17	45,43	38,16	10,49	40,79
Anajatuba	162º	38,33	17,90	66,27	46,06	48,82	9,26	41,64
Anapurus	106º	36,14	18,39	65,09	44,52	39,83	10,54	38,46
Apicum-Açu	104º	36,09	18,87	65,46	40,98	34,52	9,12	47,57
Araguanã	145º	37,64	18,11	66,96	43,65	45,19	8,83	43,11
Araioses	178º	39,20	18,45	72,90	44,02	47,80	10,30	41,68
Arame	194º	39,95	19,79	72,62	45,94	49,16	13,08	39,08
Arari	29º	31,40	17,69	59,93	38,39	34,14	8,91	29,35
Axixá	41º	32,79	18,89	52,34	41,82	38,87	7,35	37,47
Bacabal	12º	27,74	18,58	53,86	34,94	23,46	8,80	26,78
Bacabeira	30º	31,70	18,48	58,38	37,64	32,65	10,04	33,00
Bacuri	146º	37,67	19,80	65,82	46,23	38,96	9,65	45,58
Bacurituba	180º	39,29	19,87	64,84	44,75	51,73	6,25	48,30
Balsas	7º	25,68	18,18	49,76	27,89	15,67	9,15	33,44
Barão de Grajaú	27º	31,16	17,22	62,50	35,68	32,72	8,91	29,96
Barra do Corda	55º	33,70	18,45	62,71	39,38	34,69	10,34	36,60
Barreirinhas	155º	37,99	19,53	67,00	42,54	42,46	10,93	45,46
Bela Vista do Maranhão	176º	39,15	19,40	68,96	44,82	39,41	10,80	51,51
Belágua	206º	41,01	20,25	68,41	45,70	60,62	13,59	37,49
Benedito Leite	123º	36,70	17,26	69,89	43,82	48,20	8,23	32,82
Bequimão	156º	38,06	18,55	59,10	44,33	46,70	9,61	50,09
Bernardo do Mearim	45º	32,98	17,15	61,84	47,18	33,41	7,51	30,82
Boa Vista do Gurupi	100º	35,96	21,30	63,59	38,89	37,67	8,66	45,66
Bom Jardim	161º	38,30	19,58	71,25	45,37	41,91	10,58	41,13
Bom Jesus das Selvas	134º	37,14	18,20	71,45	42,30	40,32	11,49	39,06
Bom Lugar	184º	39,51	17,38	69,60	52,53	46,02	9,52	41,99
Brejo	126º	36,84	18,97	65,91	41,28	48,15	9,09	37,64
Brejo de Areia	175º	39,15	18,25	73,17	46,35	36,33	12,77	48,02
Buriti	196º	40,17	20,34	67,04	46,62	53,64	11,06	42,33
Buriti Bravo	96º	35,74	18,78	66,10	42,36	38,45	10,15	38,61
Buriticupu	101º	36,01	19,13	69,58	40,77	36,59	10,75	39,25
Buritirana	85º	35,14	19,01	63,32	43,58	36,82	10,15	37,98
Cachoeira Grande	215º	42,69	19,50	68,45	47,51	57,53	14,38	48,79
Cajapió	202º	40,69	19,64	64,45	48,42	55,76	12,09	43,77
Cajari	208º	41,46	19,41	67,48	45,92	53,71	11,07	51,14
Campestre do Maranhão	13º	27,92	17,88	59,40	31,17	17,98	8,01	33,08
Cândido Mendes	152º	37,90	19,05	66,48	42,38	42,64	10,54	46,31
Cantanhede	135º	37,16	18,89	63,69	44,22	49,84	10,85	35,46
Capinzal do Norte	122º	36,64	17,84	67,14	41,80	46,06	10,21	36,79
Carolina	21º	30,10	18,47	58,11	35,56	27,24	9,40	31,81
Carutapera	99º	35,95	19,51	64,29	42,86	36,01	9,03	43,99
Caxias	17º	29,68	18,85	56,56	35,30	27,29	10,30	29,75
Cedral	84º	35,13	18,41	57,64	44,96	41,88	9,06	38,82

Fonte: IBGE

Tabela 2 – IPMM e dimensões – 2010

(Continuação)

Municípios	Ordem 2010	IPMM 2010	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Escassez de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Carencias Habitacionais
Central do Maranhão	147º	37,67	21,02	63,24	45,11	42,93	9,38	44,36
Centro do Guilherme	138º	37,33	18,22	66,98	42,78	38,53	12,66	44,79
Centro Novo do Maranhão	172º	39,02	19,28	70,94	40,84	37,17	12,12	53,74
Chapadinha	74º	34,76	19,23	60,57	39,29	38,47	11,46	39,56
Cidelândia	40º	32,56	18,30	63,73	38,49	27,84	8,63	38,39
Codó	38º	32,48	19,71	63,10	39,18	33,87	10,70	28,35
Coelho Neto	51º	33,54	19,11	63,88	39,19	34,94	10,92	33,20
Colinas	107º	36,14	19,13	65,10	42,87	37,88	11,69	40,18
Conceição do Lago-Açu	169º	38,78	20,13	73,85	44,50	39,84	11,24	43,14
Coroatá	86º	35,19	18,81	66,80	43,35	41,20	9,69	31,30
Cururupu	70º	34,51	19,18	61,94	41,72	32,64	8,46	43,13
Davinópolis	18º	29,78	19,20	58,07	33,64	25,46	8,07	34,24
Dom Pedro	26º	30,77	18,08	61,46	38,63	25,66	8,41	32,35
Duque Bacelar	129º	37,04	19,83	67,41	43,90	49,78	10,83	30,52
Esperantinópolis	83º	35,08	18,51	64,99	47,36	38,35	9,96	31,30
Estreito	11º	27,27	17,63	56,44	24,30	19,01	11,31	34,96
Feira Nova do Maranhão	173º	39,08	18,33	67,53	46,20	48,49	10,82	43,08
Fernando Falcão	216º	45,42	18,52	80,52	51,09	58,95	14,73	48,69
Formosa da Serra Negra	189º	39,61	18,23	65,53	45,54	50,67	10,94	46,78
Fortaleza dos Nogueiras	33º	31,91	18,11	58,76	38,53	29,85	7,17	39,02
Fortuna	76º	34,86	18,50	63,31	39,77	37,74	10,07	39,74
Godofredo Viana	64º	34,26	17,38	60,20	42,33	32,17	9,32	44,17
Gonçalves Dias	117º	36,34	18,49	69,11	42,84	43,78	9,63	34,18
Governador Archer	61º	33,89	18,31	66,11	43,30	37,09	8,22	30,32
Governador Edison Lobão	15º	28,85	18,31	60,44	35,15	19,83	8,61	30,76
Governador Eugênio Barros	98º	35,93	19,03	68,15	41,94	39,97	12,12	34,40
Governador Luiz Rocha	115º	36,32	18,11	66,22	44,13	44,30	10,31	34,83
Governador Newton Bello	177º	39,18	19,14	73,71	48,79	38,37	11,64	43,41
Governador Nunes Freire	80º	34,95	19,80	65,40	43,16	34,45	9,37	37,53
Graça Aranha	93º	35,48	17,71	65,23	43,39	41,77	9,36	35,41
Grajaú	48º	33,26	19,48	64,54	38,53	28,38	11,26	37,39
Guimarães	73º	34,70	19,75	54,17	43,60	41,46	7,87	41,36
Humberto de Campos	209º	41,48	21,23	68,37	46,22	54,90	9,77	48,40
Icatu	200º	40,52	19,25	64,92	48,04	50,88	9,48	50,56
Igarapé do Meio	94º	35,52	20,08	64,18	41,52	36,31	10,77	40,25
Igarapé Grande	39º	32,53	16,70	60,97	45,39	30,70	10,05	31,34
Imperatriz	2º	20,63	17,13	41,58	24,36	11,61	6,75	22,36
Itaipava do Grajaú	207º	41,15	19,34	73,46	48,88	51,23	12,18	41,79
Itapecuru Mirim	62º	33,92	19,12	61,61	39,50	39,17	10,17	33,94
Itinga do Maranhão	22º	30,36	18,07	62,32	36,53	24,66	9,28	31,29
Jatobá	119º	36,52	18,23	67,23	41,89	43,22	12,17	36,38
Jenipapo dos Vieiras	212º	41,89	19,29	73,20	47,14	52,87	15,77	43,06
João Lisboa	16º	29,08	18,42	55,73	34,14	23,31	8,63	34,26
Joselândia	121º	36,57	18,21	69,53	42,08	42,65	10,82	36,16
Junco do Maranhão	59º	33,82	18,74	65,45	38,98	33,44	12,76	33,55
Lago da Pedra	92º	35,45	18,62	66,06	42,19	34,18	10,63	41,01
Lago do Junco	110º	36,23	18,17	66,80	44,76	40,80	11,36	35,47
Lago dos Rodrigues	63º	34,12	17,85	62,83	42,66	39,16	8,74	33,48
Lago Verde	78º	34,90	19,58	68,78	44,62	33,58	10,60	32,26
Lagoa do Mato	124º	36,72	16,96	68,33	42,36	40,50	8,99	43,18
Lagoa Grande do Maranhão	204º	40,81	18,72	77,08	48,22	46,45	15,07	39,30
Lajeado Novo	65º	34,34	17,78	64,18	40,87	37,44	8,89	36,87
Lima Campos	57º	33,75	17,71	66,48	41,84	34,70	9,34	32,43
Loreto	75º	34,80	18,07	63,61	40,74	43,31	8,18	34,88
Luís Domingues	88º	35,33	18,54	57,31	39,30	41,09	8,45	47,28
Magalhães de Almeida	111º	36,24	17,37	64,73	46,16	47,84	10,29	31,07
Maracaçumé	54º	33,65	19,79	62,61	39,84	30,08	9,67	39,90

Fonte: IBGE

Tabela 2 – IPMM e dimensões – 2010

(Continuação)

Municípios	Ordem 2010	IPMM 2010	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Escassez de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Carencias Habitacionais
Marajá do Sena	217°	45,84	18,53	80,14	51,26	61,10	12,81	51,22
Maranhãozinho	91°	35,45	16,75	66,31	44,59	39,64	11,83	33,61
Mata Roma	102°	36,06	18,86	61,69	41,75	45,31	10,33	38,46
Matinha	81°	35,03	18,50	56,28	42,19	39,30	10,11	43,78
Matões	137°	37,31	19,88	69,91	41,48	43,86	10,49	38,26
Matões do Norte	185°	39,51	16,97	70,04	47,97	49,48	10,04	42,58
Milagres do Maranhão	199°	40,40	19,35	74,07	49,31	49,67	10,05	39,93
Mirador	198°	40,37	18,57	67,69	44,96	54,86	10,98	45,14
Miranda do Norte	19°	29,78	16,60	55,68	36,29	28,68	8,70	32,74
Mirinzal	53°	33,62	19,29	56,47	42,95	33,44	7,36	42,18
Monção	164°	38,57	20,13	69,08	44,59	42,79	10,11	44,70
Montes Altos	90°	35,43	18,20	60,38	45,19	41,49	8,54	38,77
Morros	190°	39,63	19,63	65,45	45,02	47,44	12,68	47,54
Nina Rodrigues	165°	38,66	20,11	60,87	42,96	52,96	11,71	43,34
Nova Colinas	114°	36,31	18,89	60,97	42,25	44,48	8,78	42,52
Nova Iorque	71°	34,54	19,05	65,76	42,94	36,06	9,59	33,84
Nova Olinda do Maranhão	72°	34,59	18,67	64,38	42,95	32,52	7,11	41,91
Olho d'Água das Cunhãs	82°	35,04	17,42	66,55	41,24	35,28	10,84	38,91
Olinda Nova do Maranhão	151°	37,85	19,14	60,83	44,09	52,25	9,79	41,03
Paço do Lumiar	3°	21,62	16,35	34,85	26,45	15,92	6,86	29,28
Palmeirândia	188°	39,60	19,72	67,30	49,08	49,46	9,34	42,72
Paraibano	56°	33,72	17,41	66,08	39,59	38,17	9,17	31,92
Parnarama	149°	37,74	18,73	70,13	41,23	46,27	11,53	38,52
Passagem Franca	125°	36,82	18,59	70,54	45,91	41,99	9,23	34,64
Pastos Bons	69°	34,49	19,01	61,81	43,00	39,28	9,19	34,62
Paulino Neves	203°	40,75	20,38	67,05	47,19	49,83	11,88	48,18
Paulo Ramos	131°	37,09	18,30	68,69	45,09	38,59	10,10	41,74
Pedreiras	10°	26,86	18,01	52,18	35,01	23,28	9,14	23,51
Pedro do Rosário	210°	41,72	20,49	70,37	46,32	48,35	11,96	52,85
Penalva	112°	36,24	19,90	63,73	42,87	37,17	9,50	44,28
Peri Mirim	144°	37,61	18,18	60,44	44,15	46,87	8,47	47,54
Peritoró	157°	38,10	20,04	67,21	41,36	50,62	8,78	40,57
Pindaré-Mirim	31°	31,70	19,69	55,45	40,44	30,72	8,47	35,43
Pinheiro	25°	30,76	18,65	56,66	37,22	28,98	9,33	33,72
Pio XII	116°	36,33	19,17	69,80	42,00	38,12	12,66	36,25
Pirapemas	153°	37,94	19,91	63,38	44,69	49,26	11,48	38,93
Poção de Pedras	108°	36,16	17,59	68,18	44,01	39,54	9,64	38,01
Porto Franco	9°	26,83	17,50	52,16	31,32	18,66	8,35	33,01
Porto Rico do Maranhão	36°	32,19	18,43	57,67	41,46	36,81	7,37	31,38
Presidente Dutra	14°	28,81	17,25	56,31	36,00	23,51	9,78	29,99
Presidente Juscelino	187°	39,59	20,52	60,07	46,29	56,35	9,69	44,60
Presidente Médici	43°	32,95	18,56	58,34	45,79	41,48	7,41	26,11
Presidente Sarney	197°	40,35	20,53	70,80	46,13	42,84	9,67	52,14
Presidente Vargas	179°	39,27	20,16	60,12	45,24	51,14	10,65	48,29
Primeira Cruz	211°	41,79	20,11	70,28	45,34	55,41	9,69	49,90
Raposa	20°	29,90	18,30	55,82	37,74	23,03	7,49	37,03
Riachão	105°	36,13	18,56	67,05	42,49	40,65	10,12	37,93
Ribamar Fiquene	35°	32,14	18,19	60,69	39,43	30,87	8,10	35,55
Rosário	24°	30,77	18,37	53,11	36,86	29,21	9,21	37,85
Sambaíba	140°	37,39	18,89	67,18	47,34	37,70	12,21	41,00
Santa Filomena do Maranhão	191°	39,67	18,29	72,00	52,80	54,80	7,81	32,32
Santa Helena	127°	36,91	19,52	64,65	44,04	34,11	11,47	47,65
Santa Inês	5°	25,24	18,51	50,34	29,98	19,72	9,09	23,81
Santa Luzia	148°	37,70	19,58	68,63	43,66	41,56	11,71	41,05
Santa Luzia do Paruá	37°	32,31	18,41	62,44	39,54	26,99	10,28	36,18
Santa Quitéria do Maranhão	158°	38,19	19,44	67,05	46,20	43,38	12,37	40,69
Santa Rita	50°	33,47	18,52	59,69	40,40	34,69	9,36	38,14
Santana do Maranhão	195°	40,11	18,60	72,03	45,81	59,60	9,23	35,41

Fonte: IBGE

Tabela 2 – IPMM e dimensões – 2010

(Conclusão)

Municípios	Ordem 2010	IPMM 2010	Vulnerabilidade	Acesso ao Conhecimento	Acesso ao Trabalho	Escassez de Recursos	Desenvolvimento Infantil	Carencias Habitacionais
Santo Amaro do Maranhão	213º	42,03	19,48	70,32	46,01	52,68	10,65	53,05
Santo Antônio dos Lopes	79º	34,90	17,38	65,76	43,76	38,39	8,28	35,85
São Benedito do Rio Preto	201º	40,61	20,59	66,02	46,25	52,96	13,01	44,81
São Bento	87º	35,32	17,63	58,35	44,11	43,07	9,91	38,86
São Bernardo	136º	37,17	18,83	65,23	44,15	43,12	11,21	40,48
São Domingos do Azeitão	113º	36,26	18,85	62,76	41,80	43,48	10,63	40,01
São Domingos do Maranhão	77º	34,85	17,66	65,68	44,48	39,87	9,22	32,21
São Félix de Balsas	183º	39,43	17,41	68,13	42,97	46,93	10,65	50,47
São Francisco do Brejão	42º	32,89	18,40	64,55	39,31	28,28	9,54	37,25
São Francisco do Maranhão	182º	39,41	17,92	73,14	44,51	49,41	12,65	38,83
São João Batista	167º	38,75	18,37	57,42	46,53	56,38	7,63	46,22
São João do Carú	168º	38,77	19,86	73,84	44,41	41,57	11,86	41,06
São João do Paraíso	67º	34,41	18,49	59,92	42,33	32,49	11,07	42,17
São João do Soter	174º	39,15	20,44	75,20	45,67	46,62	11,12	35,83
São João dos Patos	28º	31,32	17,56	63,73	36,64	29,42	9,66	30,93
São José de Ribamar	4º	22,37	16,82	39,41	27,20	15,53	6,84	28,40
São José dos Basílios	133º	37,11	18,13	67,43	48,29	46,48	9,23	33,13
São Luís	1º	18,99	16,48	32,92	23,36	13,14	6,62	21,43
São Luís Gonzaga do Maranhão	141º	37,40	18,49	69,97	44,37	43,10	10,91	37,58
São Mateus do Maranhão	68º	34,42	19,07	65,50	40,02	34,55	10,56	36,85
São Pedro da Água Branca	34º	31,95	19,32	62,40	38,35	27,43	8,79	35,41
São Pedro dos Crentes	47º	33,23	17,43	61,21	39,59	31,74	10,91	38,51
São Raimundo das Mangabeiras	32º	31,78	18,64	60,40	38,94	30,74	8,67	33,29
São Raimundo do Doca Bezerra	159º	38,19	17,73	71,81	45,39	47,58	10,86	35,79
São Roberto	150º	37,80	17,49	72,16	44,95	49,16	12,09	30,96
São Vicente Ferrer	154º	37,98	19,09	59,93	44,52	47,99	9,30	47,08
Satubinha	205º	40,91	18,61	75,30	49,00	51,36	12,58	38,58
Senador Alexandre Costa	132º	37,09	19,85	68,71	41,90	40,52	11,26	40,30
Senador La Rocque	44º	32,99	19,15	63,75	40,82	31,69	9,95	32,59
Serrano do Maranhão	214º	42,65	21,49	69,95	45,55	57,37	10,37	51,16
Sítio Novo	160º	38,23	17,70	66,08	44,50	46,98	11,65	42,48
Sucupira do Norte	139º	37,34	17,98	63,00	45,16	46,07	10,64	41,20
Sucupira do Riachão	128º	37,00	18,18	69,01	45,27	38,20	10,32	41,00
Tasso Fragoso	60º	33,87	19,79	63,08	39,60	34,63	10,02	36,08
Timbiras	193º	39,75	18,86	72,10	44,28	50,22	13,11	39,96
Timon	6º	25,64	17,61	54,03	29,77	19,16	8,23	25,01
Trizidela do Vale	23º	30,69	18,13	61,03	38,61	28,12	9,80	28,45
Tufilândia	89º	35,42	20,95	66,80	41,14	38,02	7,31	38,29
Tuntum	120º	36,53	18,07	67,52	46,14	41,91	10,88	34,65
Turiaçu	186º	39,54	20,16	65,46	42,77	45,98	9,65	53,25
Turilândia	181º	39,31	20,48	72,13	46,36	39,42	10,73	46,72
Tutóia	142º	37,49	19,48	68,66	41,57	37,30	11,79	46,14
Urbano Santos	118º	36,48	19,89	61,15	41,19	42,75	11,19	42,73
Vargem Grande	166º	38,75	19,10	68,61	44,29	47,94	12,05	40,51
Viana	66º	34,37	18,76	58,53	42,51	35,64	11,31	39,48
Vila Nova dos Martírios	52º	33,59	17,94	64,87	44,76	24,96	11,12	37,91
Vitória do Mearim	46º	33,21	18,72	63,47	38,84	37,74	8,96	31,51
Vitorino Freire	95º	35,69	18,49	66,39	41,33	37,31	10,12	40,51
Zé Doca	49º	33,36	18,62	61,93	39,28	31,81	10,24	38,30

Fonte: IBGE

De fato, todos os municípios apresentaram melhor IPMM, em 2010, relativamente a 2000. Todavia, alguns registraram uma melhora bem modesta. Para expressar tal fato, colocaram-se na **Tabela 3** os 15 municípios com maior grau de pobreza e os quinze com menor grau, em cada ano.

Tabela 3 – 15 maiores IPMM e 15 menores IPMM – 2000 e 2010

Ordem	2000		2010	
	Municípios	IPMM	Municípios	IPMM
1	Belágua	51,75	Marajá do Sena	45,84
2	Fernando Falcão	50,33	Fernando Falcão	45,42
3	Santana do Maranhão	50,20	Cachoeira Grande	42,70
4	Centro do Guilherme	49,77	Serrano do Maranhão	42,65
5	Santo Amaro do Maranhão	49,62	Santo Amaro do Maranhão	42,04
6	Pedro do Rosário	48,98	Jenipapo dos Vieiras	41,89
7	Jenipapo dos Vieiras	48,71	Primeira Cruz	41,79
8	Brejo de Areia	48,57	Pedro do Rosário	41,72
9	Formosa da Serra Negra	48,45	Humberto de Campos	41,49
10	Cachoeira Grande	48,39	Cajari	41,46
11	Paulino Neves	48,28	Itaipava do Grajaú	41,15
12	Matões do Norte	47,90	Belágua	41,01
13	Governador Newton Bello	47,84	Satubinha	40,91
14	Marajá do Sena	47,82	Lagoa Grande do Maranhão	40,81
15	Feira Nova do Maranhão	47,71	Paulino Neves	40,76
203	Trizidela do Vale	35,85	Governador Edison Lobão	28,85
204	Dom Pedro	35,15	Presidente Dutra	28,81
205	Bacabal	34,76	Campestre do Maranhão	27,92
206	Presidente Dutra	34,68	Bacabal	27,75
207	Itinga do Maranhão	34,08	Estreito	27,28
208	Porto Franco	33,67	Pedreiras	26,86
209	Balsas	33,35	Porto Franco	26,83
210	Açailândia	32,76	Açailândia	26,67
211	Timon	32,62	Balsas	25,69
212	Pedreiras	32,46	Timon	25,65
213	Santa Inês	30,58	Santa Inês	25,25
214	São José de Ribamar	29,96	São José de Ribamar	22,37
215	Paço do Lumiar	26,95	Paço do Lumiar	21,62
216	Imperatriz	25,89	Imperatriz	20,64
217	São Luís	23,64	São Luís	19,00

Fonte: IBGE

Em 2000, Belágua era o município mais pobre do estado, seguido por Fernando

Falcão e Santana do Maranhão. Em 2010, o primeiro lugar foi assumido por Marajá do Sena, Fernando Falcão continuou em segundo e o terceiro lugar ficou com Cachoeira Grande (**Tabela 3**).

Dentre os 15 municípios que se encontravam entre os mais pobres em 2000, sete saíram desse ranking por apresentarem uma significativa melhora no IPMM. Foram eles: Santana do Maranhão (ocupava o 3ª posição em 2000 e caiu para 23ª em 2010), Centro do Guilherme (de 4º para 80º), Brejo de Areia (de 8º para 43º), Formosa da Serra Negra (de 9º para 29º), Matões do Norte (de 12º para 33º), Governador Newton Bello (13º para 41º), Feira Nova do Maranhão (de 15º para 45º). Já os municípios com melhoras pouco expressivas e que passaram a compor esse ranking foram: Serrano do Maranhão (4º), Primeira Cruz (7º), Humberto de Campos (9º), Cajari (10º), Itaipava do Grajaú (11º), Satubinha (13º) e Lagoa Grande do Maranhão (14º).

Dentre os 15 com menor grau de pobreza, os municípios de São Luís, Imperatriz, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Santa Inês permaneceram nas primeiras posições. Apenas três municípios saíram desse ranking: Trizidela do Vale, Dom Pedro e Itinga do Maranhão. Os três que os substituíram foram: Governador Edison Lobão, Campestre do Maranhão e Estreito.

A maior dinâmica entre os municípios mais pobres é decorrente da maior sensibilidade desses municípios frente às políticas públicas, devido ao seu alto grau de pobreza. Pode-se dizer também que a maior dinâmica entre os municípios mais pobres é resultado das diferentes formas com que as políticas públicas são implantadas e geridas nesses municípios⁴⁹. Como exemplo, citam-se os municípios de Belágua, Santana do Maranhão e Centro do Guilherme, os quais saíram do ranking dos 15 mais pobres no ano de 2010, e os municípios de Fernando Falcão e Marajá do Sena, os quais assumiram as piores colocações em 2010.

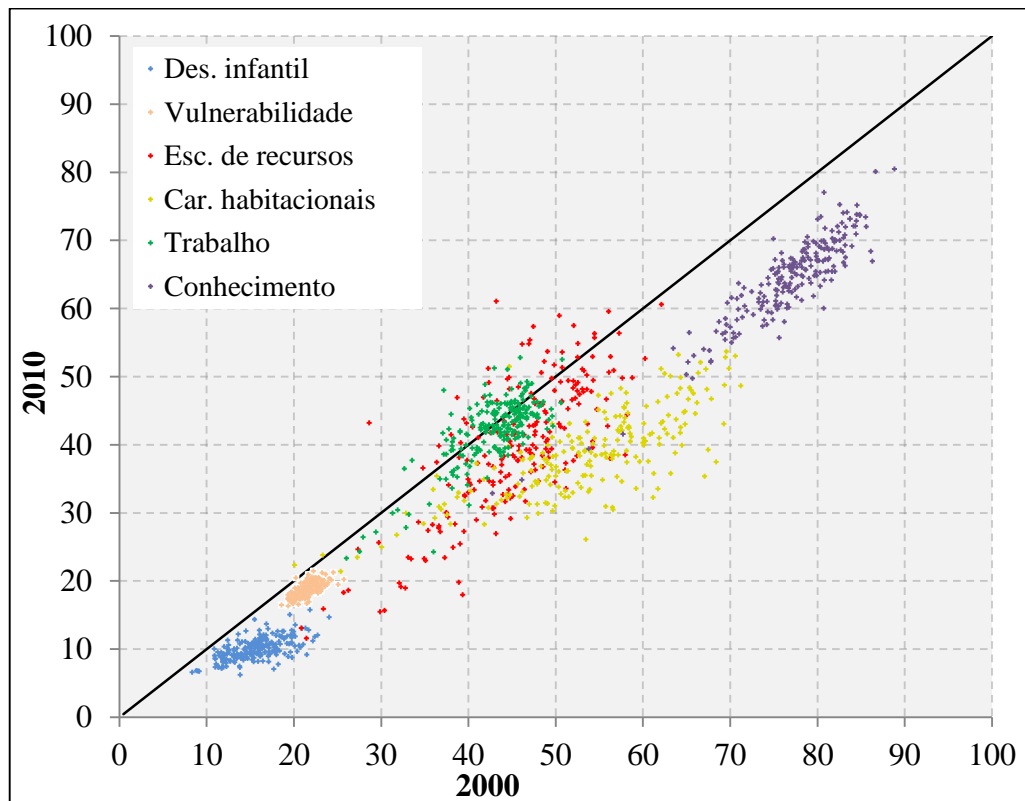
A melhora dos primeiros deu-se, principalmente, nas dimensões Acesso ao Conhecimento e Carências Habitacionais. Belágua e Santana do Maranhão foram os municípios que mais melhoraram na dimensão Carências Habitacionais, especificamente no acesso ao abastecimento de água: em 2000, 98,6% dos domicílios de Belágua e 99,8% dos domicílios de Santana não tinham abastecimento de água adequado. Em 2010, os percentuais caíram para 6,1% e 19,3%, respectivamente. O município de Centro do Guilherme apresentou

⁴⁹ Esse último aspecto não será abordado diretamente neste trabalho.

uma melhora significativa no Acesso ao Conhecimento, pois foi o município que mais reduziu o percentual de jovens/adultos analfabetos funcionais, de 87,1% para 54,5%.

No **Gráfico 1**, está descrito o comportamento dos 217 municípios em cada uma das seis dimensões⁵⁰. A partir da análise desse gráfico, podem-se destacar três pontos principais: i) As dimensões ocupam lugares diferentes no gráfico, ou seja, os valores das dimensões variam bastante entre si; ii) As dimensões com menores valores são também as com menor dispersão; iii) Nas dimensões Desenvolvimento Infantil e Acesso ao Conhecimento, todos os municípios apresentaram melhora, enquanto na dimensão Vulnerabilidade apenas um município regrediu e, nas dimensões Acesso ao Trabalho, Escassez de Recursos e Carências Habitacionais, muitos municípios regrediram.

Gráfico 1 – Dimensões do IPMM – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

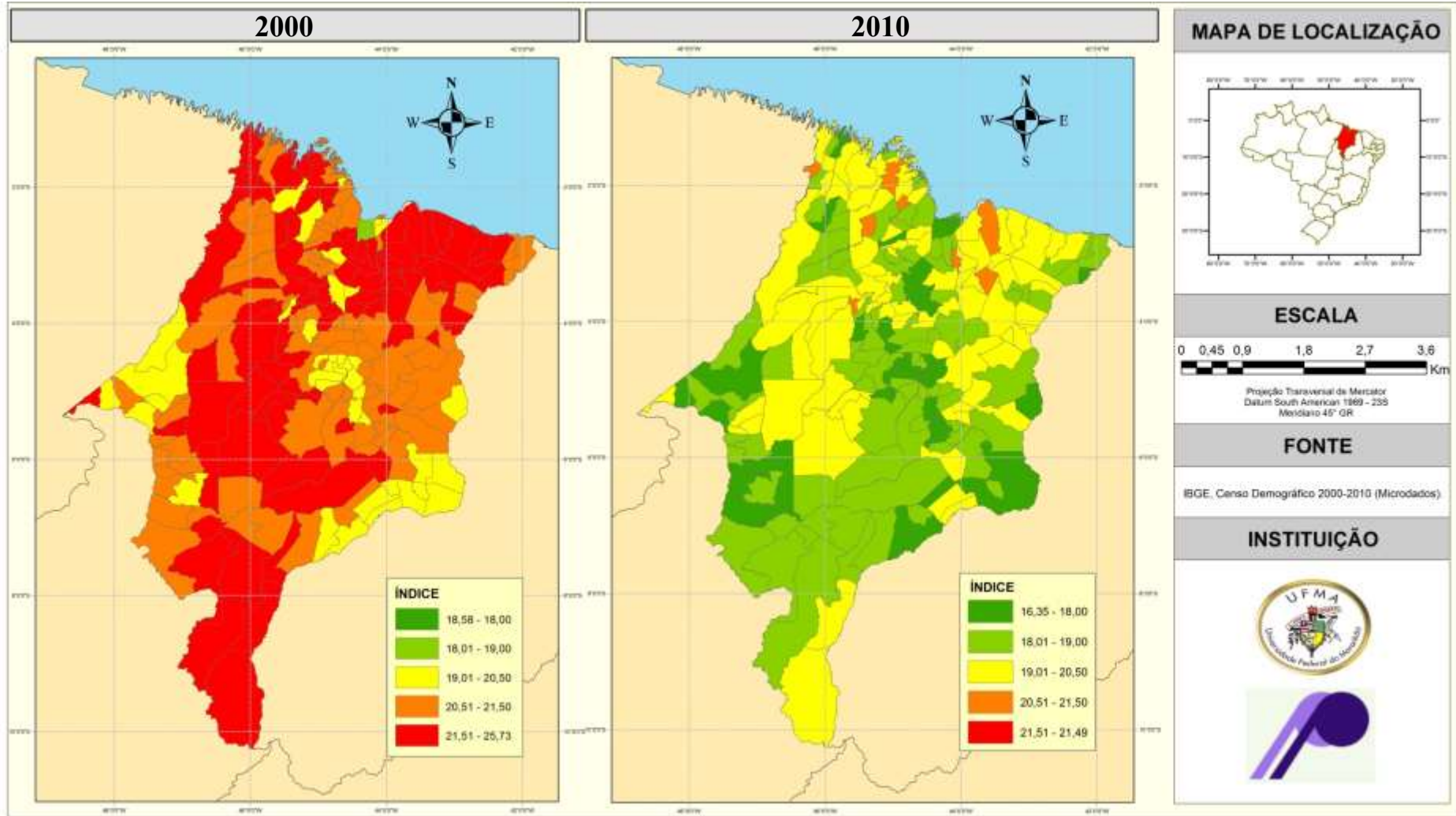
⁵⁰O diagrama de dispersão é um gráfico, no qual, pontos no espaço cartesiano XY são usados para representar, simultaneamente, os valores de duas variáveis quantitativas, medidas em cada elemento do conjunto de dados. O diagrama de dispersão é usado, principalmente, para visualizar a relação/associação entre duas variáveis, mas também é muito útil para: comparar o efeito de dois tratamentos no mesmo indivíduo e verificar o efeito tipo antes/depois de um tratamento. O objetivo da utilização do diagrama de dispersão, neste trabalho, é *verificar o efeito antes/depois de um tratamento*. O eixo X do gráfico representa os valores dos municípios no ano de 2000 e o eixo Y os valores em 2010. As dimensões que apresentam pontos acima da diagonal indicam que, no ano de 2010, o valor do município na dimensão foi superior ao valor registrado em 2000, ou seja, houve uma piora do município. Através desse gráfico, mede-se também a dispersão da observação, quanto mais juntos estiverem os pontos, menor é a dispersão e, quanto mais separadas, maior a dispersão.

A seguir, fez-se a análise do desempenho de cada dimensão, na seguinte ordem: Vulnerabilidade, Desenvolvimento Infantil, Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho, Escassez de Recursos e Carências Habitacionais.

O **Mapa 2**, a seguir, mostra a espacialização da dimensão **Vulnerabilidade**, nos anos 2000 e 2010. Mesmo sabendo que apenas um município não registrou melhora (Turilândia), o Mapa 2 mostra que mais dois municípios (Nova Iorque e Pastos Bons) não passaram para o intervalo superior.

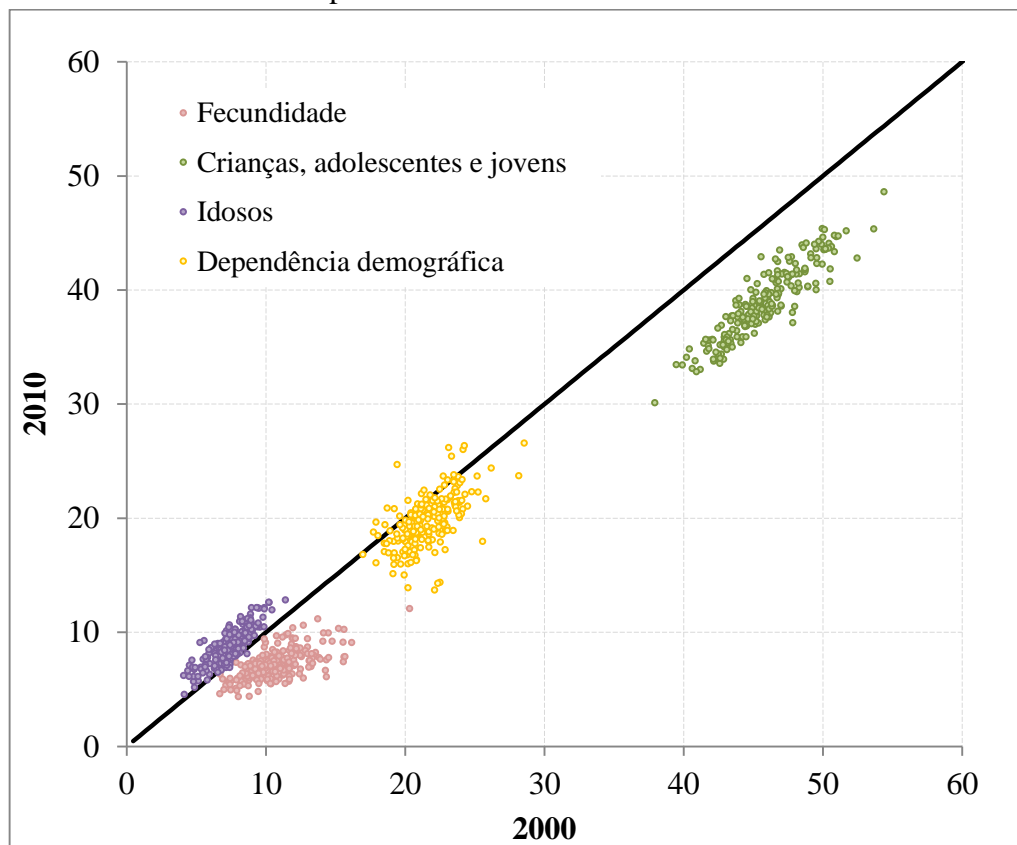
A dimensão Vulnerabilidade compreende quatro componentes (fecundidade; atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; atenção e cuidados especiais com idosos; e dependência demográfica) e oito indicadores.

Mapa 2 – Dimensão Vulnerabilidade – 2000 e 2010



Os valores dos componentes dessa dimensão, nos anos 2000 e 2010, podem ser visualizados no **Gráfico 2**, abaixo. Observa-se que no componente *fecundidade* apenas um município regrediu (Boa Vista do Gurupi) e que no componente que mede a *presença de crianças adolescentes e jovens*, todos os municípios apresentaram melhores valores em 2010. Já no componente *presença de idosos*, somente sete municípios melhoraram e no componente *dependência demográfica*, 31 municípios pioraram.

Gráfico 2 – Componentes da dimensão Vulnerabilidade – 2000 e 2010

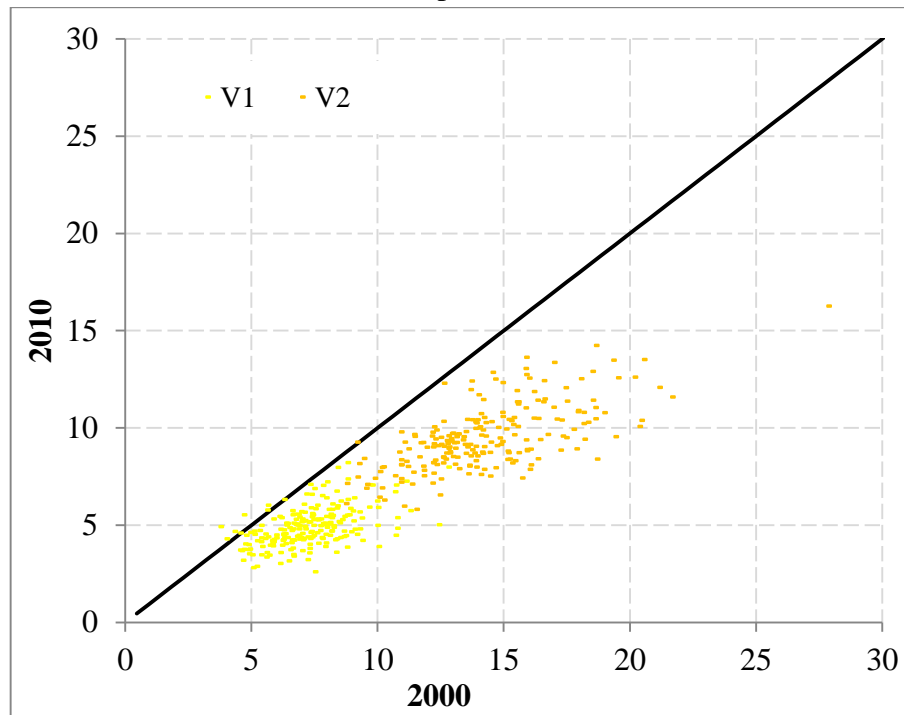


Fonte: IBGE

O **Gráfico 2** mostra os indicadores⁵¹ do componente *fecundidade* (V1. mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano; V2. mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos). Na maioria dos municípios, houve uma redução no percentual de mulheres que tiveram filhos. Os únicos que apresentaram elevação foram: Trizidela do Vale, São Félix de Balsas, Bom Jardim, Vila Nova dos Martírios, Bernardo do Mearim, Cândido Mendes, São Roberto e Buriti Bravo.

⁵¹ Os indicadores são expressos em percentual.

Gráfico 3 – Indicadores do componente fecundidade – 2000 e 2010



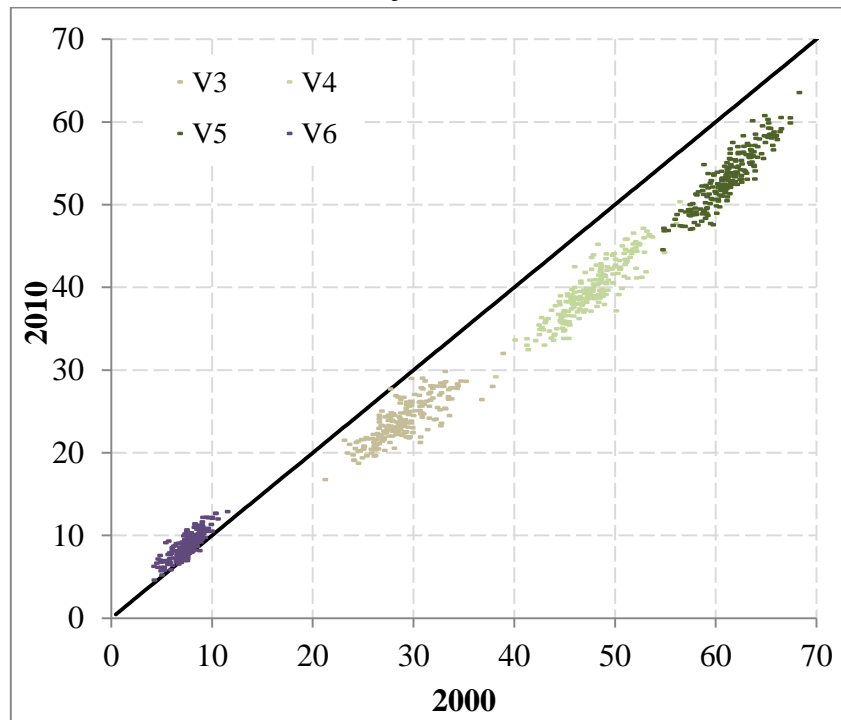
Fonte: IBGE

Como consequência da queda da fecundidade, há uma diminuição do número relativo de crianças, adolescentes e jovens na população. Isso fica claro ao observar os indicadores do componente *atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens* (V3. presença de criança; V4. presença de criança ou adolescente; V5. presença de criança, adolescente ou jovem) no **Gráfico 4**. Apenas em Turilândia, houve elevação no percentual de crianças (V3), nos demais indicadores (V4 e V5), todos os municípios registraram queda. Já no componente que mede a presença de idoso (V6), a maioria dos municípios registrou elevação e apenas sete diminuíram seu percentual (Pio XII, Miranda do Norte, Olinda Nova do Maranhão, Arari, Bom Jesus das Selvas, Carolina e Loreto).

O envelhecimento da população caracteriza-se como principal consequência da redução da fecundidade. De acordo com João Alberto Carvalho⁵², “quando a fecundidade cai, diminui-se proporcionalmente o número de jovens e aumenta-se a população idosa. O envelhecimento demográfico tem a ver com o declínio da fecundidade.” (GLOBO UNIVERSIDADE, 2010).

⁵² Professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG).

Gráfico 4 – Indicadores do componente atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens – 2000 e 2010

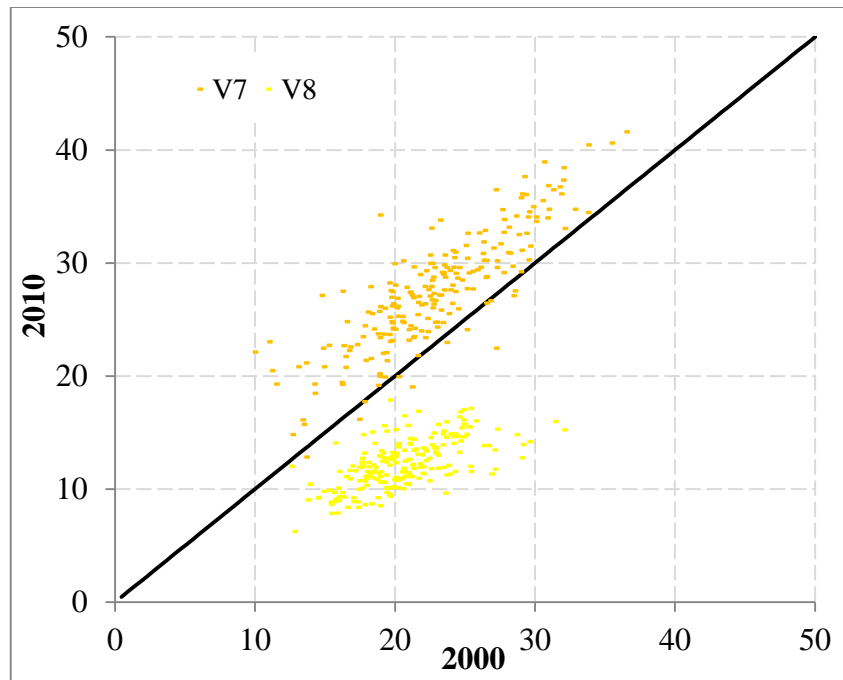


Fonte: IBGE

Por fim, o componente *dependência demográfica*, que possui dois indicadores (V7. ausência de cônjuge e V8. metade ou menos da metade dos membros encontra-se em idade ativa). No componente como um todo, apenas 31 municípios regrediram. Ao analisar os indicadores da *dependência demográfica*, constatou-se que o bom resultado do componente deveu-se principalmente ao indicador V8, pois, no indicador V7, quase todos retrocederam (com exceção de Buriti Bravo, Bom Lugar, Nina Rodrigues, Belágua, Godofredo Viana, Miranda do Norte, São Roberto, Anajatuba, Matões do Norte e Bernardo do Mearim).

A elevação do percentual de chefes de família sem cônjuge, apurada no indicador V7, subiu de 26,4% para 31,4% no estado. Quanto ao indicador que apura se metade ou menos da metade dos membros dos domicílios encontra-se em idade ativa (que passou de 18,3% para 10,6%), pode-se inferir que a sua redução foi impactada, diretamente, pela queda na taxa de fecundidade e conseqüente redução do número de crianças nas famílias.

Gráfico 5 – Indicadores do componente dependência demográfica – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

O envelhecimento da população brasileira é algo que já vem sendo constatado nos últimos anos. Como decorrência, tem-se assistido ao aumento da população potencialmente ativa⁵³, apta a trabalhar, e a elevação de uma parcela da população que, por muito tempo, foi pouco significativa, os idosos. (IBGE, 2012).

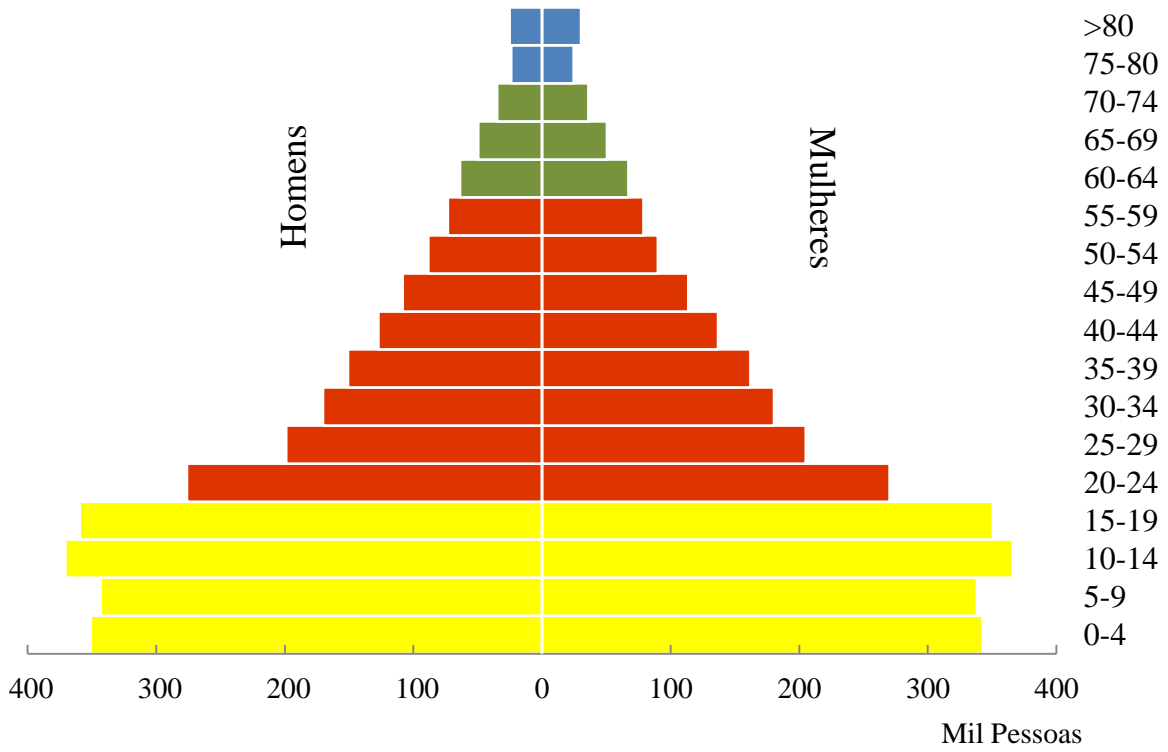
O estado do Maranhão está seguindo a tendência nacional. Ao analisar a pirâmide etária do estado nos anos 2000 a 2010 (**Gráficos 6 e 7**, a seguir), pode-se apreender que houve uma redução na quantidade de pessoas até 15 anos e uma elevação nas faixas etárias a partir de 20 anos, ou seja, tem crescido, também, a população potencialmente ativa no Maranhão. Por conseguinte, observou-se no estado um significativo crescimento no número de idosos com 60 anos ou mais, que passou de 405,9 mil (7,2% da população) para 576,7 mil (8,6%).

Essa mudança demográfica se deve a vários fatores, dentre os quais, podem-se citar:

O controle de muitas doenças infectocontagiosas e potencialmente fatais, sobretudo a partir da descoberta dos antibióticos, dos imunobiológicos e das políticas de vacinação em massa; diminuição das taxas de fecundidade; queda da mortalidade infantil, graças à ampliação de redes de abastecimento de água e esgoto e da cobertura da atenção básica à saúde; acelerada urbanização e mudanças nos processos produtivos, de organização do trabalho e da vida (MINAYO, 2000 apud FERNANDES; SANTOS, 2007).

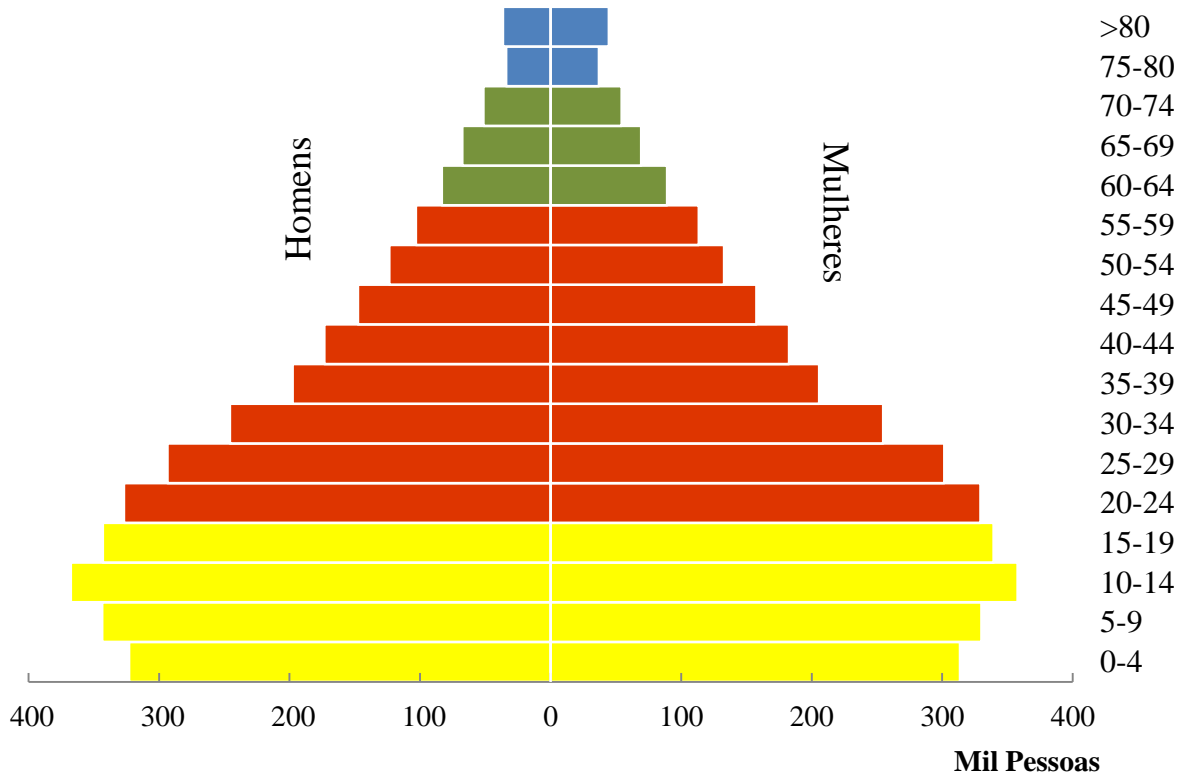
⁵³ População potencialmente ativa: 15 a 64 anos de idade. (IBGE, 2013)

Gráfico 6 – Pirâmide etária do estado do Maranhão – 2000



Fonte: IBGE

Gráfico 7 – Pirâmide etária do estado do Maranhão - 2010

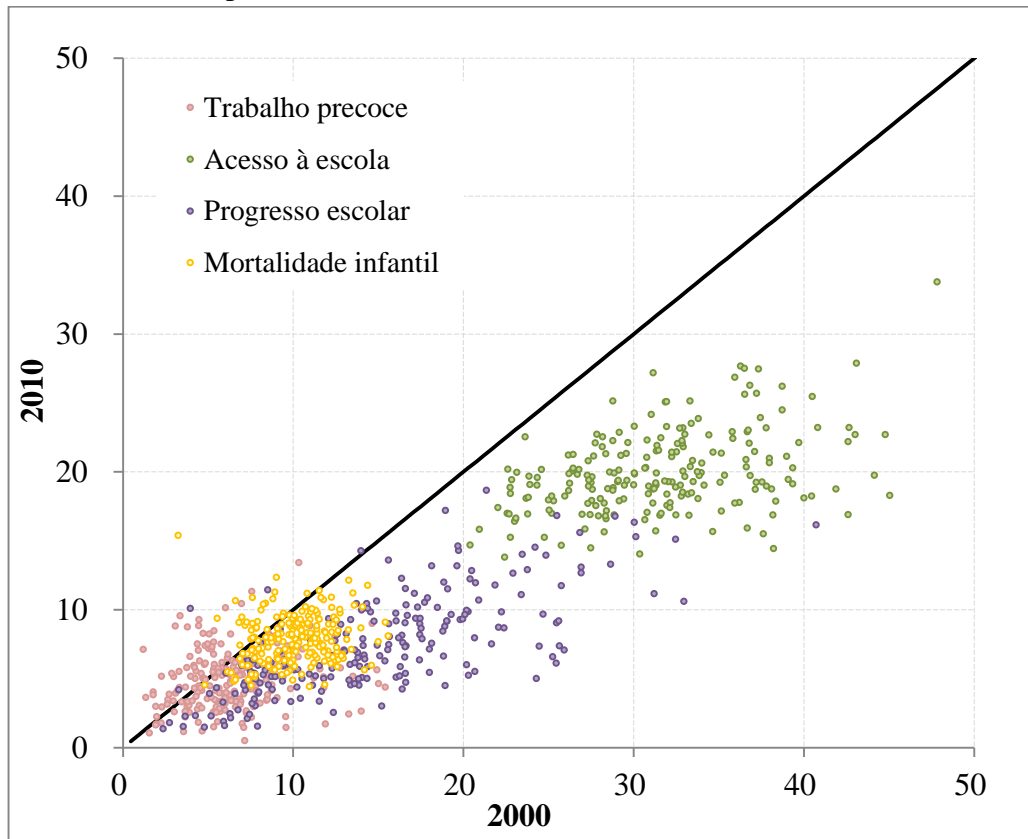


Fonte: IBGE

Apesar das melhoras, acredita-se que ainda há muito a ser feito pelos idosos. Embora as políticas voltadas para esse segmento sejam formal e legalmente asseguradas, através da Política Nacional do Idoso⁵⁴, as atuações institucionais ainda são tímidas, limitando-se a ações isoladas. (FERNANDES E SANTOS, 2007).

A dimensão **Desenvolvimento Infantil** está representada no **Mapa 3**, a seguir. É perceptível que todos os municípios apresentaram melhora. Essa dimensão compreende quatro componentes (*Trabalho precoce*, *Acesso à escola*, *Progresso escolar* e *Mortalidade infantil*) e nove indicadores. O componente *Acesso à escola* apresenta os maiores valores e o componente com maior dispersão é o *Progresso escolar*. O **Gráfico 8**, logo abaixo, mostra os valores dos componentes nos anos 2000 e 2010.

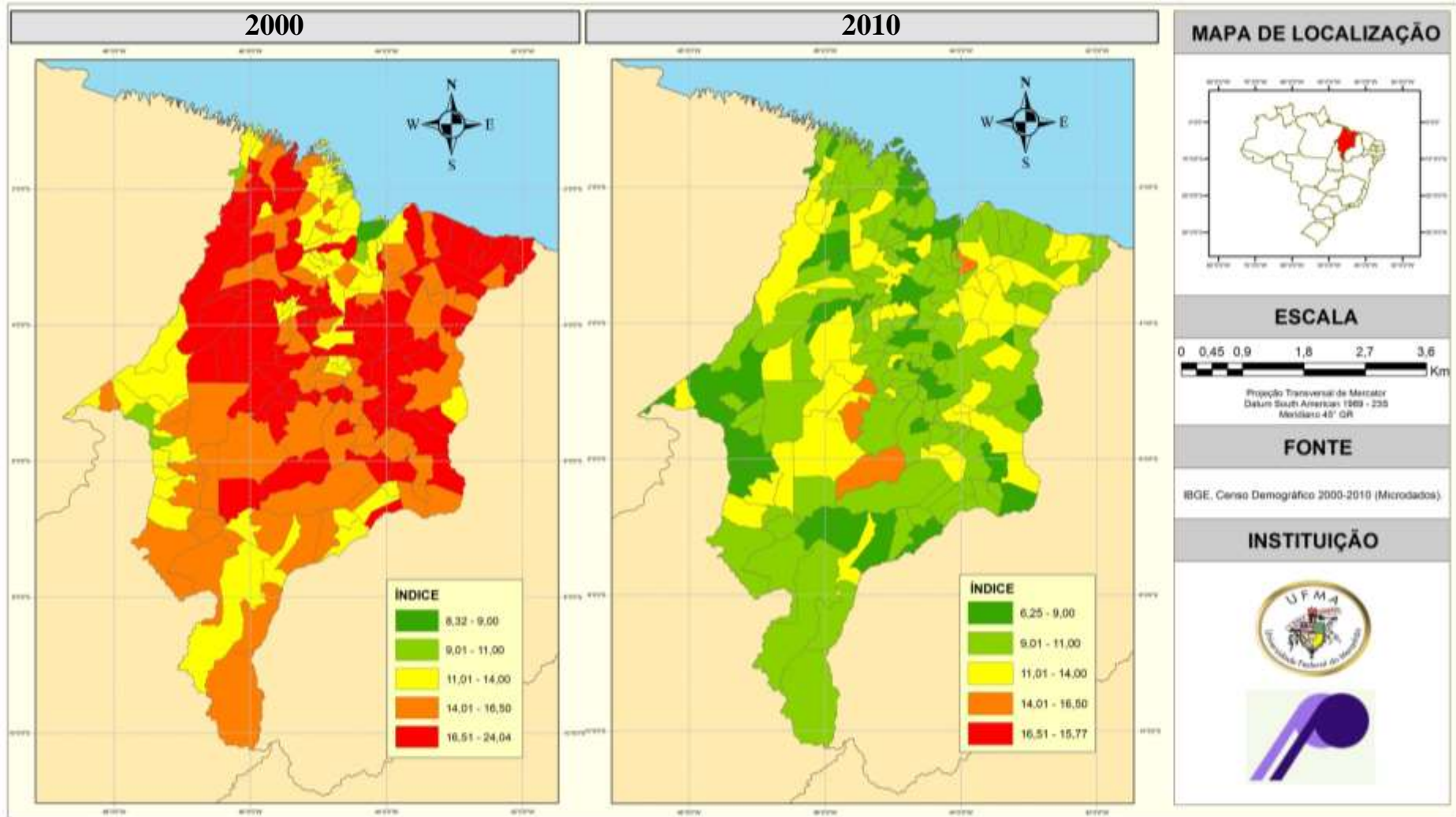
Gráfico 8 – Componentes da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

⁵⁴ Instituída pela Lei 8.842/94, regulamentada em 3/6/96 através do Decreto 1.948/96.

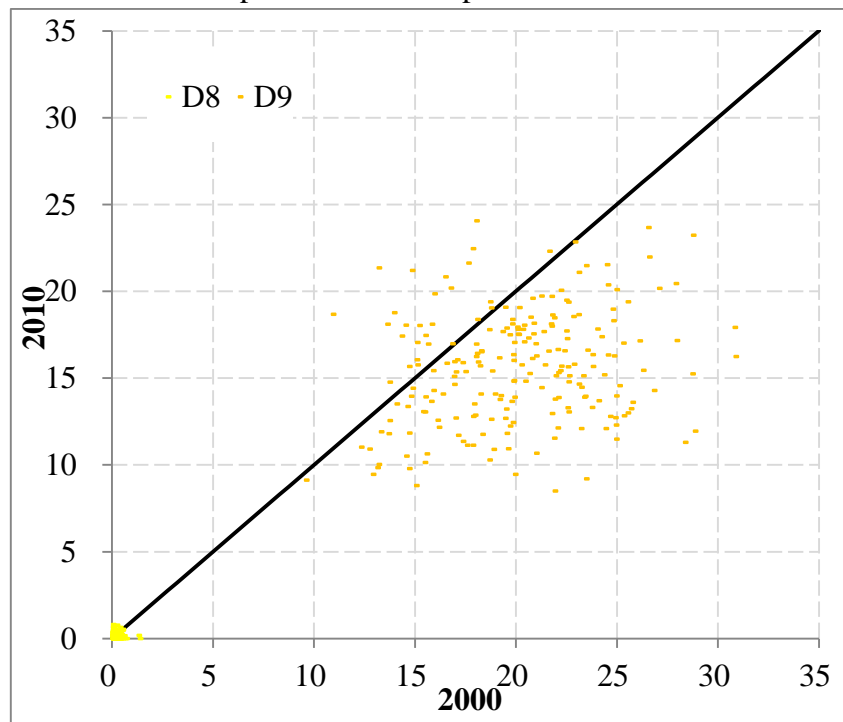
Mapa 3 – Dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000 e 2010



No que se refere ao *Acesso à escola*, todos os municípios melhoraram. Já no *Progresso escolar*, quatro municípios retrocederam (Serrano do Maranhão, Cajari, Bequimão e Santa Quitéria do Maranhão). No *Trabalho precoce*, 67 municípios regrediram (os municípios, com maiores variações negativas, foram: Junco do Maranhão, Sambaíba, Lagoa Grande do Maranhão, Riachão, Morros, Tutóia e Igarapé Grande). No componente *Mortalidade infantil*, 28 municípios retrocederam (os municípios, com maiores variações negativas, foram: Cachoeira Grande, São Francisco do Brejão, Presidente Vargas, Belágua, Duque Bacelar e Lagoa do Mato).

O componente *Mortalidade infantil* expressa a mortalidade entre crianças tanto ao nascer como no primeiro ano de vida. Os indicadores desse componente estão representados no **Gráfico 9** (D8. mãe com filho que já tenha morrido e D9. mãe que teve filho nascido morto).

Gráfico 9 – Indicadores do componente trabalho precoce e mortalidade infantil – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

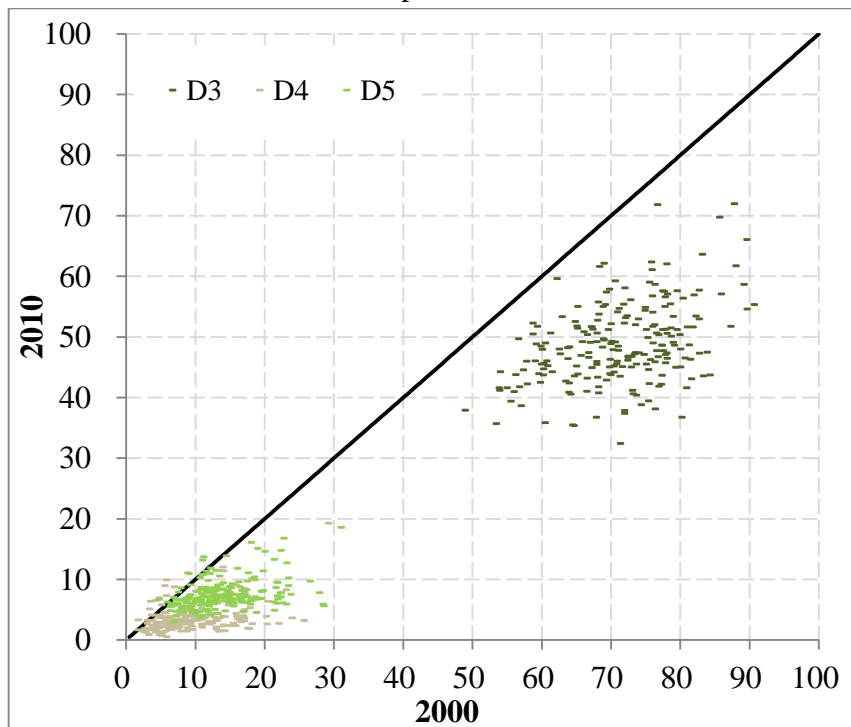
Percebeu-se que o indicador D8 apresenta um comportamento bem volátil, isso porque muitos municípios, que não registraram morte de crianças com até 12 meses em 2000, passaram a registrá-la em 2010, e vice-versa. Por exemplo, em 2000, 111 municípios registraram morte de crianças (com o limite máximo de 1,33% em Lajeado Novo). Já em 2010, 141 municípios registraram morte de crianças (com limite máximo de 0,81% em

Cajapió).

No indicador que mede os filhos nascidos mortos (D9), muitos municípios apresentaram melhoras significativas. Entretanto, 45 municípios regrediram (o mais significativo foi Cachoeira Grande que passou de 6,44 % para 30,41%).

O *Acesso à escola* mede o percentual de crianças de 0 a 17 anos fora da escola (D3. criança de 0 – 6 anos de idade fora da escola; D4. criança de 7 – 14 anos de idade fora da escola; D5. criança de 7 – 17 anos de idade fora da escola). O **Gráfico 10**, logo abaixo, mostra os três indicadores. Embora nas faixas de 0 – 6 anos o número de crianças fora da escola tenha recuado, o percentual de crianças nessa situação ainda é muito elevado. Para se ter ideia, os municípios com menor indicador são Presidente Médici (32,4%) e Pindaré-Mirim (35,4%), e os mais elevados são Feira Nova do Maranhão (72,0%) e São Pedro dos Crentes (71,8%). Ao todo, são 86 municípios com mais de 50,0% de suas crianças de 0 – 6 anos fora da escola no Maranhão.

Gráfico 10 – Indicadores do componente acesso à escola – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

A educação infantil em creches e pré-escolas é um dever do município e um direito da criança. É a primeira etapa da educação básica, tendo por finalidade “o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

(LDB, 2010, p. 25).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBA, 2010) a educação infantil subdivide-se em duas etapas: crianças de zero a três anos (creche) e de quatro a seis anos⁵⁵ (pré-escola). A criança que frequenta a educação infantil pode ter uma maior integração aos níveis fundamental e médio. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revela que uma criança com acesso à pré-escola tem 32% mais chances de concluir o ensino médio (UNICEF, 2011).

A construção de creches sempre foi gargalo para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente, para as mães pobres. Em 2000, havia 5,4 mil escolas de educação infantil no Maranhão (305 creches e 5,1 mil pré-escolas). Em 2011, a quantidade de escolas de educação infantil subiu para 11,2 mil⁵⁶ (2,0 mil creches e 9,2 mil pré-escolas). As obras do PAC 2 preveem a construção de 150 empreendimentos de creches e pré-escolas no Maranhão, no período de 2011 a 2014 (PAC 2, 2013) . A construção de creches do PAC 2 faz parte da Ação Brasil Carinhoso⁵⁷.

No que se refere às crianças e adolescentes de 7 a 17 anos fora da escola, o **Gráfico 10** mostra que a maioria dos municípios registrou significativas melhoras. Em 2000, havia municípios com até 31,0% de seus adolescentes fora da escola (Jenipapo dos Vieiras) enquanto o menor tinha 4,8% (Matinha). Em 2010, o percentual máximo passou para 18,5% (Jenipapo dos Vieiras) e o mínimo caiu para 3,0% (Porto Rico do Maranhão).

Apesar de, no geral, ter havido uma melhora, uma análise mais pontual revela que houve também retrocessos: na faixa etária de 7 – 14 anos (D4), 13 municípios registraram uma pior situação em 2010 (Maranhãozinho, Altamira do Maranhão, Miranda do Norte, Vila Nova dos Martírios, Vargem Grande, Estreito, Cantanhede, Senador Alexandre Costa, Matinha, Chapadinha, Itapecuru Mirim, Paço do Lumiar e São João Batista); e na faixa etária de 7 – 17 anos (D5), oito regrediram (Maranhãozinho, Estreito, Matinha, São Domingos do Azeitão, Bequimão, Luís Domingues, Bacabeira e Presidente Médici).

⁵⁵ Desde 2005, a lei nº 11.114 determinou a duração de nove anos para o ensino fundamental. Desta forma, a criança entra na escola aos 6 anos de idade, e não mais aos 7, e conclui aos 14 anos, ou seja, no 9º ano.

⁵⁶ 8,2% desse total (921) estão na Região Metropolitana de São Luís (Alcântara, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e São Luís). (SEDUC/MA, 2011)

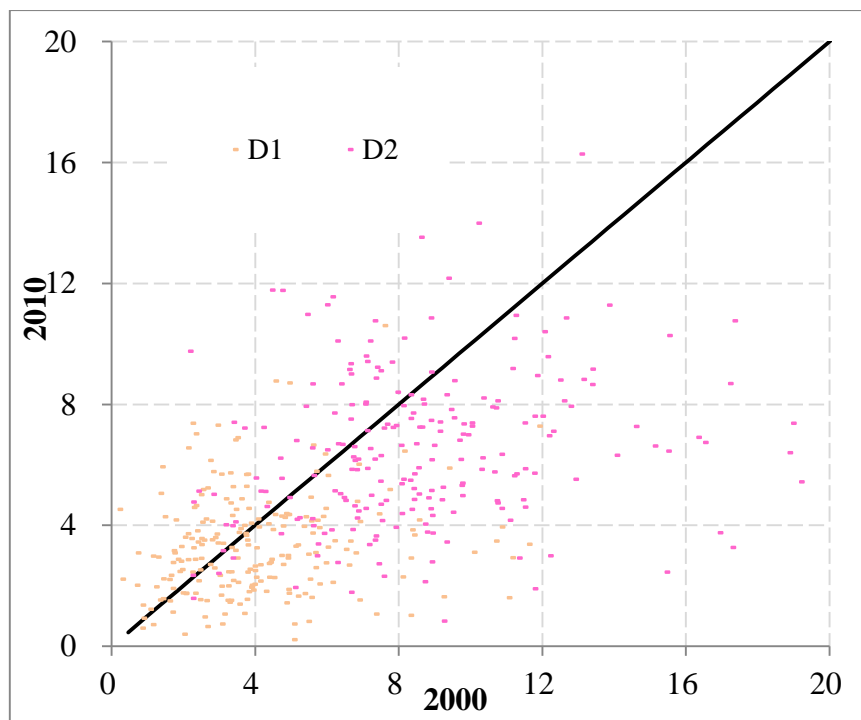
⁵⁷ A Ação Brasil Carinhoso é uma medida do Plano Brasil Sem Miséria para lidar com o problema da situação de extrema pobreza. Foi lançada pela Presidenta Dilma, em maio de 2011, para retirar da miséria famílias com filhos entre 0 e 6 anos. Essa ação é construída sobre três pilares: Renda: Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP); Educação: Ampliação da oferta de vagas em creches; e Saúde: Medidas para enfrentar alguns dos principais problemas de saúde na infância. Em dezembro de 2012, o Brasil Carinhoso foi ampliado para atender famílias com crianças e adolescentes de 7 a 15 anos. (MDS, 2013).

A baixa escolaridade resulta de um processo de exclusão que tem suas origens nos primeiros anos de vida das crianças. Quem hoje está na faixa etária de 12 a 17 anos e tem poucos anos de estudo, quase sempre, teve uma trajetória de educação marcada pela falta de acesso à educação infantil e pela precariedade do ensino fundamental. (UNICEF, 2011, p. 31).

Um dos agravantes da permanência das crianças/adolescentes na escola é o trabalho infantil. Os indicadores do componente *Trabalho precoce* estão representados no **Gráfico 11**, abaixo (D1. criança/adolescente com até 14 anos trabalhando e D2. criança/adolescente com até 17 anos trabalhando).

Os indicadores D1 e D2 mostram que o *Trabalho infantil* ainda é uma realidade no Maranhão. Em 2010, 31 municípios apresentavam mais de 5% de suas crianças/adolescentes com até 14 anos trabalhando (com limite máximo de 10,6% em Paulino Neves). Quando a faixa etária se estende para até 17 anos, o número de municípios sobe para 150 (limite máximo de 16,3% em Paulino Neves).

Gráfico 11 – Indicadores do componente trabalho precoce – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

A legislação brasileira proíbe o trabalho formal até os 16 anos, exceto como aprendiz, a partir dos 14 anos.

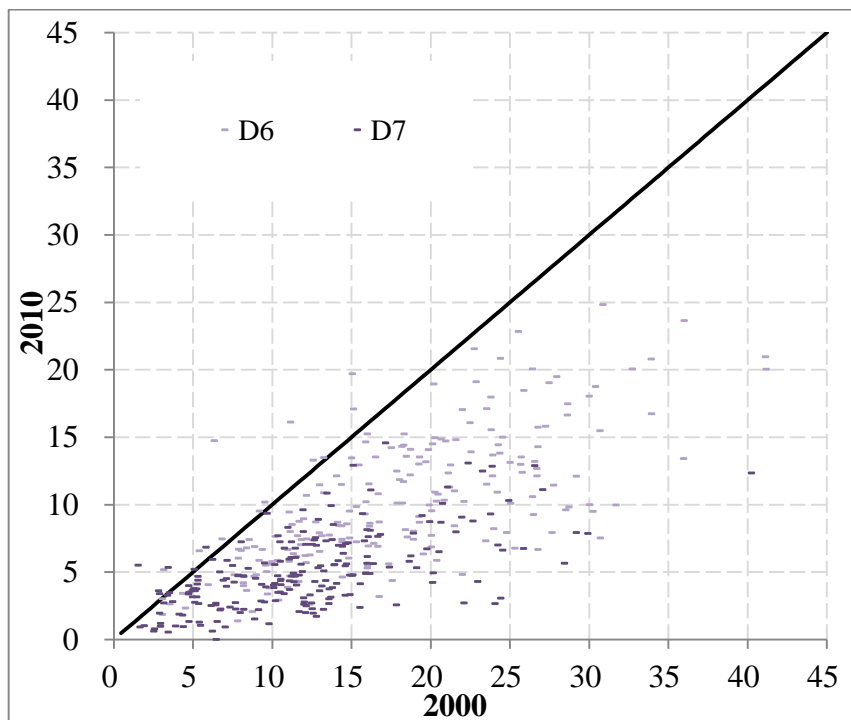
A exploração do trabalho adolescente é uma vulnerabilidade porque o trabalho quase sempre interfere na educação desses meninos e meninas, além de submetê-los a riscos

físicos e psicológicos, como acidentes, exposição a substâncias tóxicas e a movimentos repetitivos que comprometem a saúde desses adolescentes, ainda em fase de desenvolvimento. (UNICEF, 2011, p. 32).

Entre os adolescentes que trabalham, a situação mais comum é a combinação de trabalho e estudo. Estudos e pesquisas mostram que adolescentes que trabalham e estudam estão mais vulneráveis ao mau desempenho na escola, à repetência e à evasão. (UNICEF, 2011, p. 33).

Através do componente *Progresso escolar*, mediu-se o analfabetismo entre crianças e adolescentes de 10 – 17 anos (D6. analfabetismo entre crianças/adolescentes de 10 – 14 anos e D7. analfabetismo entre adolescente de 15 – 17 anos). O **Gráfico 12**, abaixo, mostra que, embora a maioria dos municípios tenha registrado uma significativa diminuição do analfabetismo nessa faixa etária, alguns seguiram na contramão desse resultado (Serrano do Maranhão, Cajari, Santa Quitéria do Maranhão, Bequimão, Altamira do Maranhão, Raposa, Milagres do Maranhão, Sítio Novo, São Francisco do Brejão, Viana, Olinda Nova do Maranhão, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Presidente Médici, Luís Domingues).

Gráfico 12 – Indicadores do componente progresso escolar – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

Entre os adolescentes de 10 – 14 anos, a situação é mais crítica. Mesmo com os limites máximo e mínimo reduzidos, respectivamente, de 41,1% (Fernando Falcão) para

24,8% (Beláqua) e de 3,1% (Paço do Lumiar) para 1,4% (Fortaleza dos Nogueiras), 11 municípios apresentaram um percentual superior a 20% (Serrano do Maranhão, Cajari, Santa Quitéria do Maranhão, Bequimão, Altamira do Maranhão, Raposa, Milagres do Maranhão, Sítio Novo, São Francisco do Brejão, Viana, Olinda Nova do Maranhão) e 99 municípios com mais de 10%.

Entre os adolescentes de 15 – 17 anos, a situação também é preocupante. Em 2000, o município de Fernando Falcão se destacava no pior patamar, por apresentar 40,2% de adolescentes analfabetos. Em 2010, o valor máximo reduziu para 14,6% (Aldeias Altas) e o mínimo caiu para 0,0% (Porto Rico do Maranhão). Todavia, seis municípios regrediram (Serrano do Maranhão, Tasso Fragoso, Cajari, Alto Parnaíba, Presidente Médici, Luís Domingues) e 13 apresentaram uma quantidade de adolescentes analfabetos superior a 10%.

Enfim, essa dimensão procurou dar uma visão geral sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes no Maranhão, desde o nascimento até a garantia do direito à educação. No geral, houve uma melhora nos indicadores, contudo, nem todos os municípios seguiram essa tendência. Infelizmente, o Maranhão ainda apresenta um quadro de desenvolvimento infantil bastante grave, inserido em um ciclo vicioso, identificado nesse trabalho no tripé: *trabalho infantil, evasão escolar e analfabetismo*. Esses fatos possuem diversos agravantes (como a infraestrutura das escolas), que se desdobram em outros fenômenos (como repetência, distorção idade-série e baixo rendimento escolar).

A falta de estrutura das escolas é um problema recorrente nos municípios maranhenses. Em 2011, aproximadamente, 27,2% das escolas do estado não funcionavam em prédio escolar, 43,6% não tinham abastecimento de água e 19,6% não tinham energia elétrica. Além disso, 57,4% dos professores do estado não tinham formação superior (SEDUC/MA, 2012). Essas carências se refletiram diretamente na oferta de vagas nas escolas e na qualidade do ensino.

A repetência e a distorção idade-série são fenômenos graves que têm sido combatidos pelo Governo Federal. Em 2010, a média da distorção idade-série, no ensino fundamental, dos municípios maranhenses era de 33,9% (com 47 municípios com valor superior a 40,0%). No ensino médio, a situação era mais grave, a média da distorção era de 53,6% (com 136 municípios com valor superior a 50%). (INEP, 2013).

Em 2009, um grande passo para a realização do direito de aprender foi dado com a promulgação da Emenda Constitucional 59, que prevê a obrigatoriedade da educação de 4 a 17 anos. Com essa mudança, o Estado precisa garantir a todas as crianças e adolescentes pelo

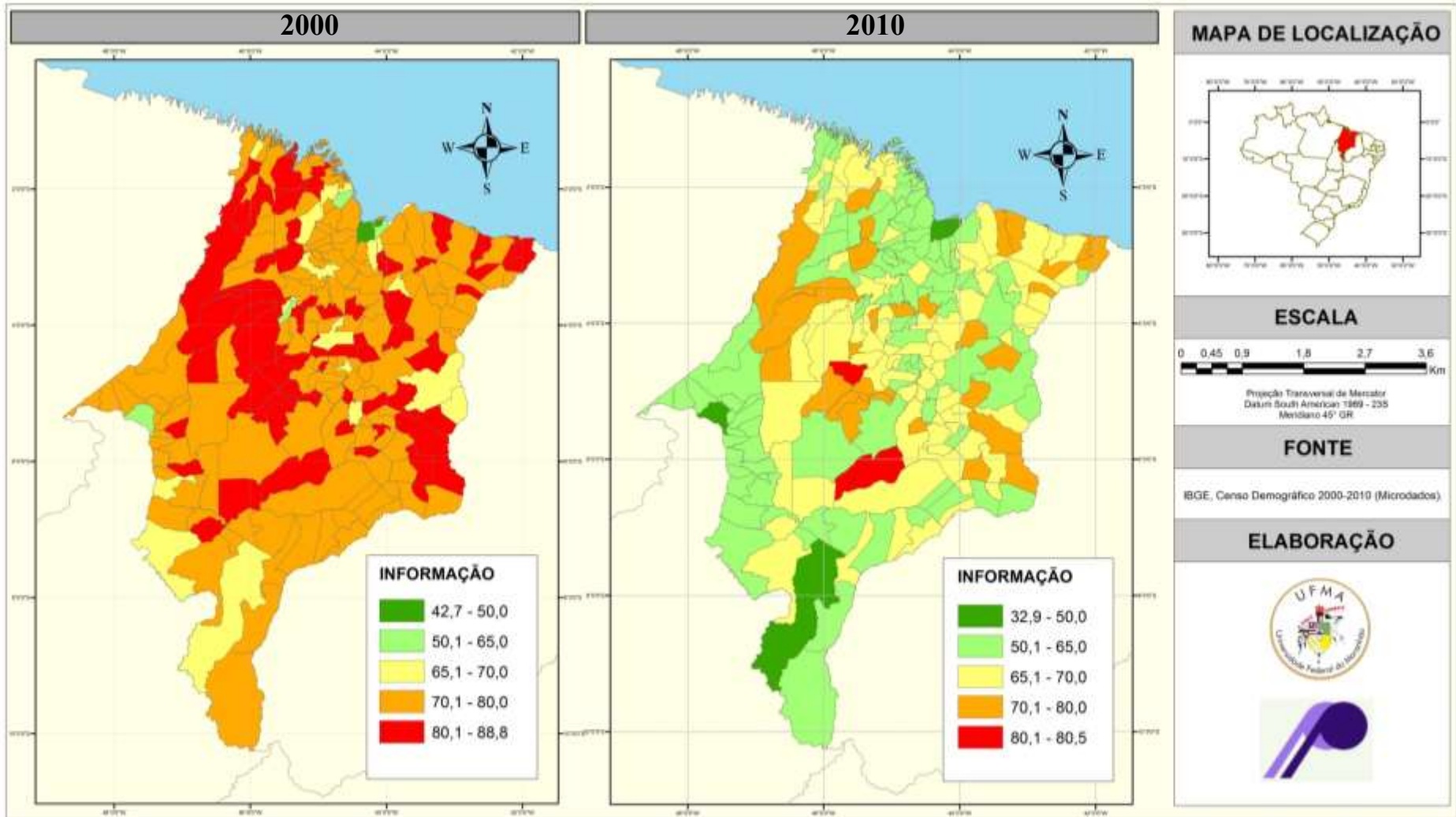
menos 14 anos de ensino. (UNICEF, 2011, p. 80).

Nesse contexto de universalização do acesso ao ensino fundamental e de constante aprimoramento do financiamento⁵⁸ da educação, detectar municípios com mais de 15,0% de seus adolescentes fora da escola e com mais de 10,0% analfabetos é deveras preocupante. Essa situação permite concluir que a importância da educação ainda não se materializou na garantia do direito de aprender para todos os adolescentes, o que significa não apenas garantir a matrícula ou ferramentas de financiamento e avaliação, mas assegurar o acesso à educação, a permanência na escola, a aprendizagem e a conclusão de cada etapa de ensino na idade adequada. (UNICEF, 2011, p. 81).

A próxima dimensão analisada é **Acesso ao Conhecimento**. O **Mapa, 4**, a seguir, apresenta a situação dos municípios nos anos 2000 e 2010. É evidente que houve uma significativa melhora nessa dimensão. Em 2000, as cores predominantes no mapa eram vermelha e laranja; em 2010, a maior parte dos municípios estava em amarelo ou verde. Os únicos municípios que permanecem em vermelho foram Marajá do Sena e Fernando Falcão.

⁵⁸ A principal forma de financiamento da educação é através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) o qual atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano, ou seja, o FUNDEB tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. (MEC, 2013c).

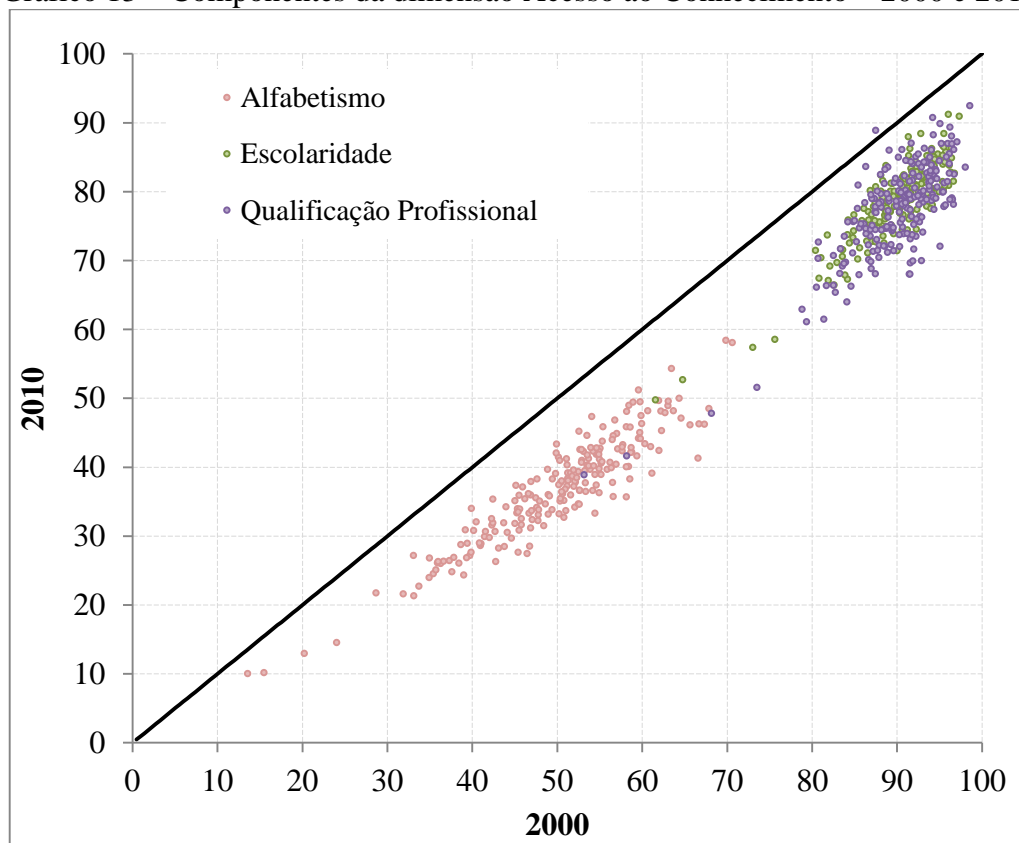
Mapa 4 – Dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000 e 2010



O *Acesso ao Conhecimento* possui três componentes (*analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional*) e seis indicadores. No **Gráfico 13**, a seguir, estão expressos os valores dos municípios nesses componentes, para os anos 2000 e 2010. Nota-se que o componente *Analfabetismo* apresentou uma grande dispersão e que os componentes, *escolaridade e qualificação profissional*, tiveram valores bem elevados.

No *Analfabetismo*, nenhum município regrediu, embora esse componente tenha chamado a atenção por sua dispersão, ou seja, há uma grande diferença entre o melhor e o pior município. O **Gráfico 13**, abaixo, mostra que, em 2010, havia quatro municípios com valor inferior a 20,00 (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Imperatriz) e que a maioria se encontrava entre 30,00 e 50,00, sendo que cinco municípios apresentaram valor acima desse intervalo (Marajá do Sena, Fernando Falcão, Lagoa Grande do Maranhão, Arame e Brejo de Areia).

Gráfico 13 – Componentes da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000 e 2010



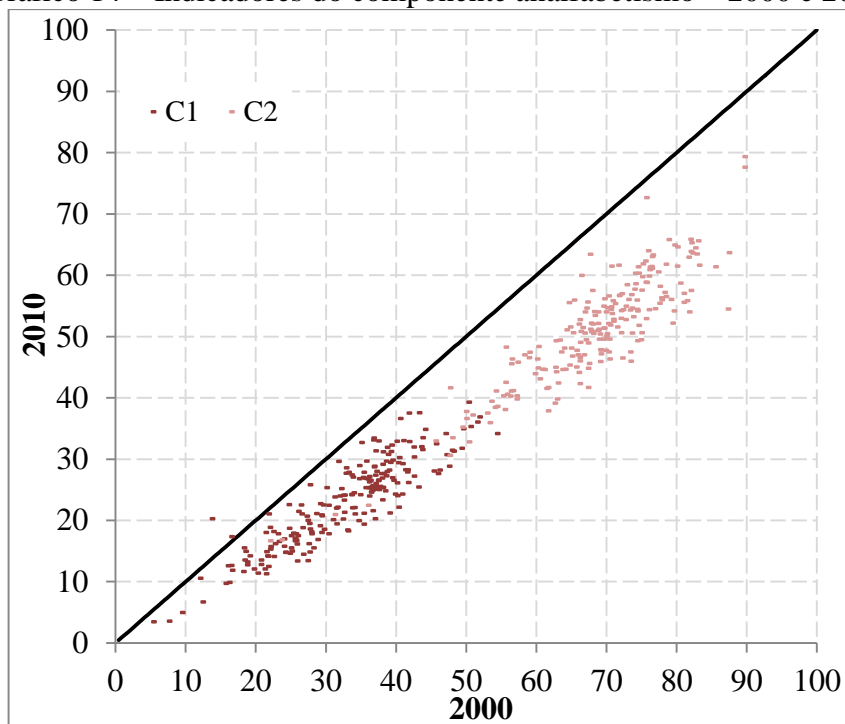
Fonte: IBGE

O componente *Analfabetismo* possui dois indicadores em cascata (C1. jovem e adulto analfabeto e C2. jovem e adulto analfabeto funcional), como descrito no **Gráfico 14**, logo à frente. No indicador C1, dois municípios regrediram por apresentarem um percentual

de adultos analfabetos superior em 2010 (Cajari e São Pedro dos Crentes).

Apesar da melhora nos indicadores, os valores ainda estão extremamente altos. Mais da metade dos municípios apresentou um percentual de jovens e adultos analfabetos acima de 24,0%. Em se tratando de analfabetos funcionais, 129 municípios têm mais de 50,0% da população nessa condição (o maior percentual era em Fernando Falcão, com 79,3% e o menor, em São Luís, com 16,7%).

Gráfico 14 – Indicadores do componente analfabetismo – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

Quando se analisa o analfabetismo apenas entre os jovens, percebe-se que o avanço foi mais significativo. Em 2000, os percentuais de jovens analfabetos e analfabetos funcionais eram de 14,6% e 41,6%, respectivamente. Em 2010, caíram para 5,9 e 24,2%, na mesma ordem.

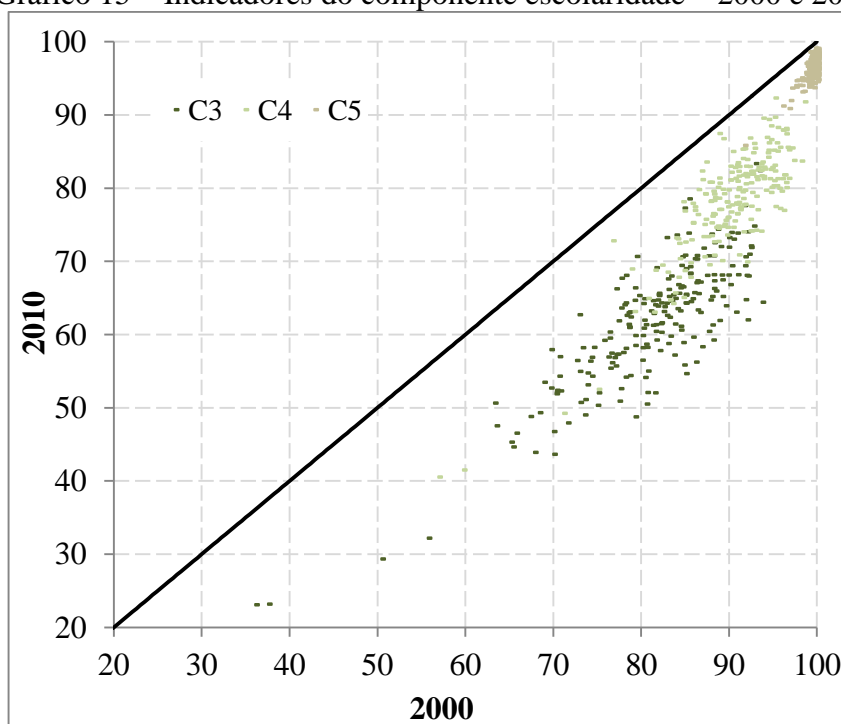
Para combater ao analfabetismo, o Ministério da Educação (MEC) criou em 2003, dentre outros, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). O PBA é direcionado à alfabetização de jovens, adultos e idosos. Para se matricular, é preciso ter mais de 15 anos e não ter iniciado a alfabetização. “O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade”. (MEC, 2013).

Os dados divulgados no portal do MEC mostram que dos 967 municípios atendidos pelo Brasil Alfabetizado entre 2008 e 2010, 73 eram do Maranhão. Nesse período,

213,5 mil jovens, adultos e idosos foram beneficiados pelo PBA no estado (MEC, 2012).

Passando para o componente *Escolaridade*, constatou-se uma melhora em todos os municípios. Esse componente investiga o percentual de jovem/adulto com fundamental incompleto (C3), de jovem/adulto com secundário incompleto (C4) e de adulto sem educação superior (C5). Em relação aos indicadores, verificou-se também que nenhum município regrediu. Entretanto, partindo-se de um quadro com alto percentual de analfabetismo, como detectado no componente anterior, não se pode esperar uma alta escolaridade. O **Gráfico 15**, abaixo, mostra que, na maioria dos municípios, o percentual de jovens e adultos sem fundamental completo era superior a 50,0% da população nessa faixa etária. E, quando se analisou a população com secundário incompleto, a maior parte dos municípios se encontrava acima de 70,0%. Em apenas quatro municípios, o percentual de jovens e adultos sem fundamental completo era inferior a 40,0% (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Imperatriz).

Gráfico 15 – Indicadores do componente escolaridade – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

Para as pessoas impedidas de concretizar seus estudos no período regular do sistema educacional, existe a possibilidade de matrícula nos programas de Educação de Jovens e Adultos, EJA⁵⁹. (EJA, 2013). Esta modalidade integra a educação básica destinada

⁵⁹ Fundamentada pela Lei 9.394, de 20/12/1996 – LDB e Parecer CNE/CEB nº. 11/2000.

ao atendimento de alunos que não tiveram, na idade apropriada, oportunidade de acesso ou mesmo de continuidade nos estudos, no ensino fundamental e/ou médio. Tratada como um instrumento capaz de auxiliar na tarefa de eliminação das “discriminações e na busca de uma sociedade mais justa”, simboliza uma possibilidade real de reparação das dívidas sociais, estendendo a todos os interessados o acesso e o domínio da escrita e da leitura como bens sociais, dentro ou fora das instituições de ensino. (TECSAÚDE, 2013).

A **Tabela 4**, abaixo, mostra a evolução das matrículas no EJA no estado do Maranhão dos anos 2000 a 2012. Houve uma significativa expansão no número de vagas nesse período. Em 2012, em todo o estado, foram de 175,3 mil matrículas (presenciais e semipresenciais).

Tabela 4 – Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Maranhão – 2000 a 2012

Ano	Total	Presencial		Semi-presencial	
		Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
2000	93.264	75.672	17.592	-	-
2001	136.874	120.258	16.616	-	-
2002	183.754	168.621	14.280	853	-
2003	294.006	274.631	17.828	1.547	-
2004	237.831	225.038	12.793	-	-
2005	239.495	221.776	16.270	910	539
2006	247.709	225.883	18.800	1.890	1.136
2007	209.920	184.384	18.809	4.535	2.192
2008	203.435	172.968	25.144	3.777	1.546
2009	205.070	171.758	28.710	2.628	1.974
2010	196.208	162.783	28.892	2.695	1.838
2011	188.326	155.954	30.001	1.325	1.046
2012	175.342	142.526	29.920	2.617	279

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Maranhão

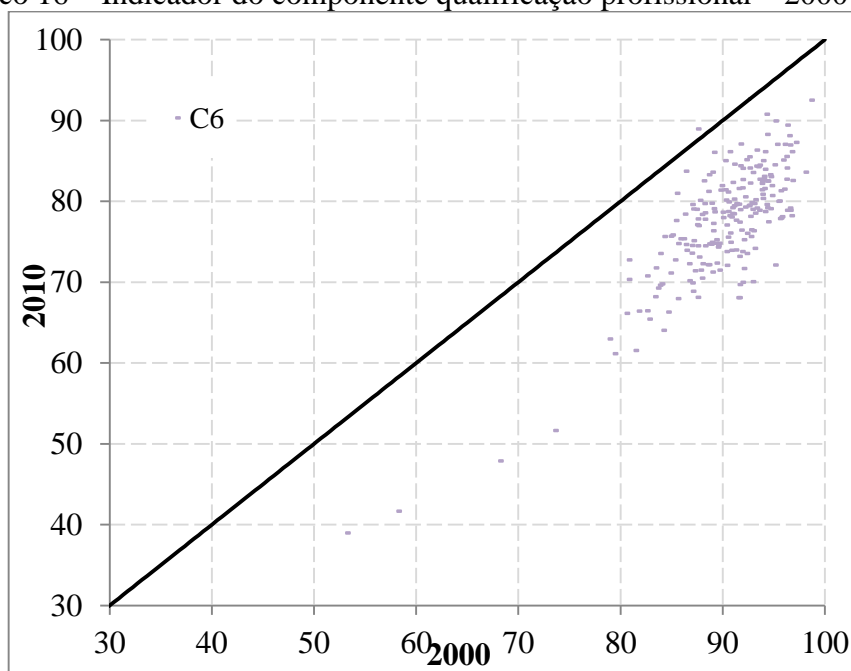
Tratando-se agora de adultos sem educação superior, o percentual é significativamente elevado no Maranhão. Em 2010, o município com menor percentual era São Luís, com 85,8%, e o município com maior indicador era Governador Newton Bello, com 99,9%. Esses indicadores, por outro lado, representaram um avanço em relação a 2000, quando em 37 municípios não existia uma pessoa sequer com educação superior e nenhum se encontrava abaixo de 90,0%.

A expansão no acesso à educação superior se deve, entre outros fatores, à ampliação no número de vagas e à interiorização das Universidades públicas e das Faculdades particulares. A interiorização deu-se tanto com a implantação de novos pólos, como através da

criação de novas modalidades de ensino. Dentre essas novas modalidades, pode-se citar o Programa de Qualificação de Docentes⁶⁰ (PQDs), que vem incentivando a qualificação de professores, e o ensino à distância, com aulas virtuais e/ou semipresenciais. A facilidade de financiamento nas Faculdades particulares também tem facilitado o acesso ao ensino superior, com programas como o ProUni⁶¹ e o FIES⁶².

No que se refere à *qualificação profissional*, com exceção do município Governador Eugênio Barros, todos os demais melhoraram (**Gráfico 16**, abaixo). Essa melhora, entretanto, não foi suficiente para se considerar que uma boa parcela da mão de obra no Maranhão esteja qualificada, pois dos 217 municípios do estado, apenas quatro têm um percentual de trabalhadores sem qualificação média ou alta inferior a 60,0% da população (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Imperatriz).

Gráfico 16 – Indicador do componente qualificação profissional – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

⁶⁰ Programa de Qualificação de Docentes (PQD), antigo Programa de Capacitação de Docentes (PROCAD), é desenvolvido desde 1993, pela Universidade Estadual do Maranhão, em parceria com Secretaria Estadual de Educação, com o objetivo de implantar uma política de recursos humanos voltada para os docentes do sistema educacional do Estado, que nos anos 90 apresentavam baixo nível de formação para o exercício do magistério. (DUARTE, 2007). Atualmente, o PQD está presente em 111 municípios do Maranhão (UEMA, 2012).

⁶¹ O ProUni (Programa Universidade para Todos) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. (BRASIL, 2013).

⁶² O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2013).

Embora todos os municípios, no geral, tenham melhorado no acesso à escola, os dados revelaram que ainda há um longo caminho a prosseguir. Em 2011, o Governo do Maranhão criou o Maranhão Profissional⁶³, cujo objetivo é “promover a formação profissional da população maranhense para garantir o seu acesso às oportunidades de emprego e renda advindos dos empreendimentos em implantação no Estado”. Até o ano de 2016, estão previstos R\$ 122,6 bilhões em investimentos públicos e privados no estado com previsão de geração de 245,6 mil novos postos de trabalhos. (MARANHÃO PROFISSIONAL, 2013).

O que se pode concluir ao analisar a dimensão Acesso ao Conhecimento é que o gargalo maior da escolaridade dos maranhenses está nas fases iniciais de educação, inclusive no combate ao analfabetismo, o qual, sobretudo, é uma decisão política, como pondera o Relatório Educação para Todos de 2011:

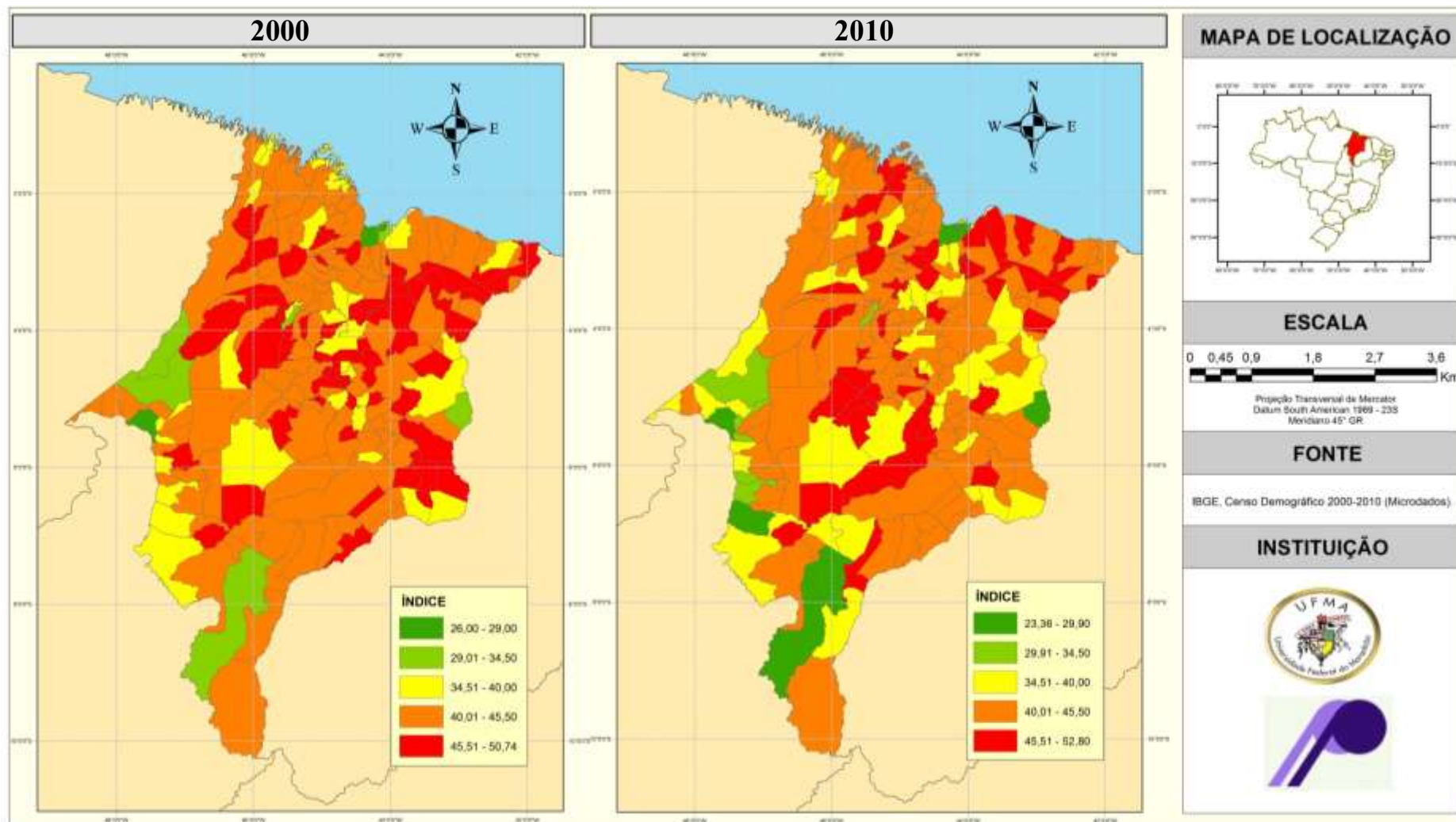
A falta de compromisso político é amplamente citada como uma razão para o lento progresso na alfabetização – e com razão. [...] Quando os líderes políticos reconhecem a necessidade de combater o analfabetismo, o progresso rápido é possível. (UNESCO, 2013, p. 14).

Durante a solenidade em que aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a Secretaria de Educação do Maranhão (SEDUC/MA) veiculou em uma entrevista, a um Jornal do Maranhão, que, paralelamente a esse Pacto, atuará também no combate ao analfabetismo clássico (jovens/adultos com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever), através do EJA e de outros programas estaduais em parceria com sociedade civil organizada.

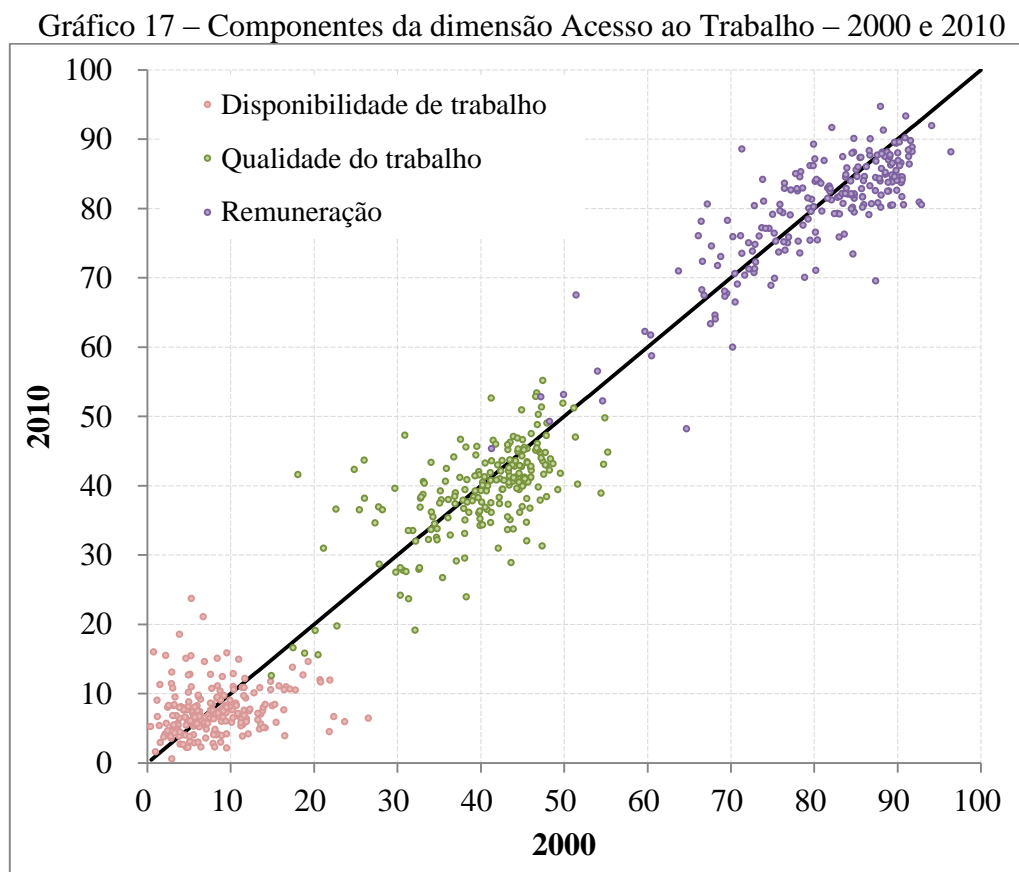
A análise a seguir é sobre a dimensão **Acesso ao trabalho**. O **Mapa 5**, a seguir, mostra que boa parte dos municípios apresentou um pior resultado no ano de 2010, relativamente ao ano de 2000 (mais precisamente, 87 municípios regrediram). Percebe-se que os mapas pouco se diferiram nos dois anos, demonstrando o mau resultado dos municípios nessa dimensão. Essas informações são preocupantes, uma vez que “o acesso ao trabalho representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de oportunidade para a utilização de meios.” (BARROS, et al, p. 19, 2006).

⁶³ Os níveis de educação previstos no Programa são: Formação Inicial e Continuada, Capacitação Técnica, Capacitação Tecnológica, Graduação e Pós-Graduação. O programa prevê ainda: a formação de docentes, o fortalecimento da estrutura física da rede de educação formal e do sistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado. (MARANHÃO PROFISSIONAL, 2013).

Mapa 5 – Dimensão Acesso ao Trabalho – 2000 e 2010



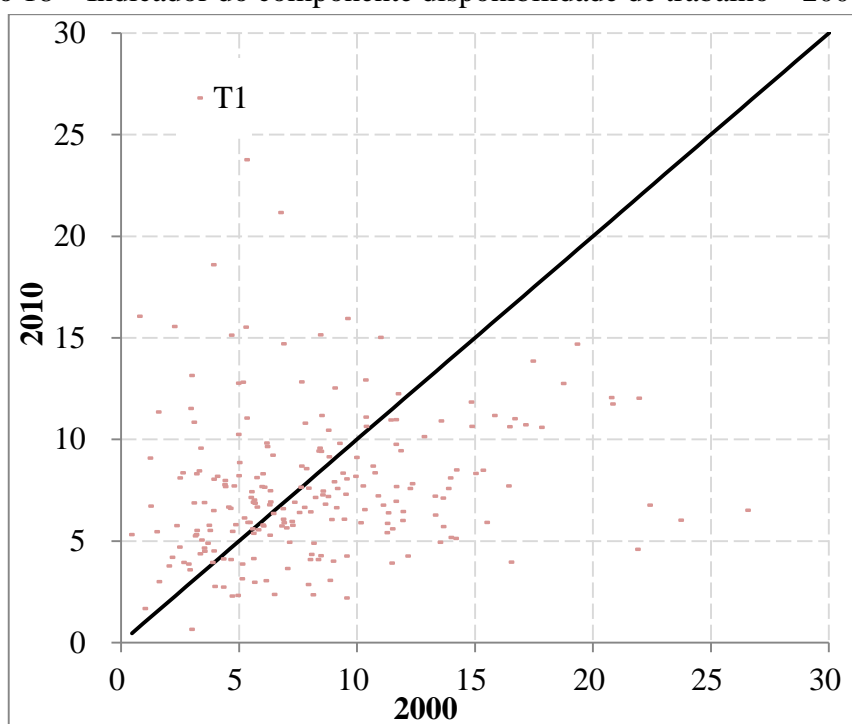
Essa dimensão possui três componentes (*Disponibilidade de trabalho, Qualidade do posto de trabalho e Remuneração*) e cinco indicadores. O **Gráfico 17**, abaixo, mostra os valores dos componentes, nos anos 2000 e 2010. Nota-se que em todos os componentes, tanto houve municípios com progressos como com regressos.



O componente *Disponibilidade de trabalho* possui apenas um indicador (T1. pessoas desocupadas em idade ativa). Em 2010, 102 municípios apresentaram um percentual de pessoas desocupadas superior ao registrado em 2000.

Pode-se notar no, **Gráfico 18**, a seguir, que, embora muitos municípios tenham registrado um baixo percentual de pessoas desocupadas (como Porto Rico do Maranhão, com 0,7% e Satubinha, com 1,7%), 61 municípios registraram uma taxa de desocupação superior à do estado (8,7%), sendo os mais elevados: Bom Lugar (23,8%), Ribamar Fiquene (21,2%), Santa Filomena do Maranhão (18,6%), Matões do Norte (16,1%), Esperantinópolis (16,0%), Marajá do Sena (15,6%), Milagres do Maranhão (15,5%), Bom Jesus das Selvas (15,1%), Santana do Maranhão (15,1%) e Peritoró (15,0%).

Gráfico 18 – Indicador do componente disponibilidade de trabalho – 2000 e 2010



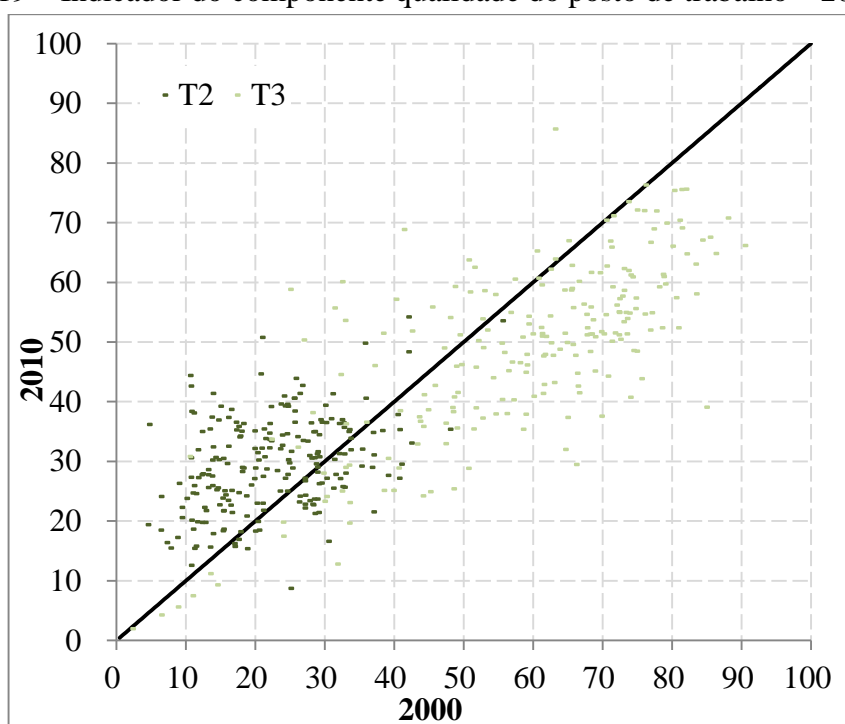
Fonte: IBGE

O componente *Qualidade do posto de trabalho* revela que muitas pessoas estão ocupadas no setor informal (T2) e em atividades agrícolas (T3) nos municípios maranhenses.

O **Gráfico 19** demonstra que, em 2010, houve uma elevação no percentual de pessoas ocupadas em atividades informais, relativamente a 2000. Apenas 51 municípios registram queda. A elevação nesse tipo de ocupação ocorreu em um contexto de também crescimento dos postos formais de trabalho. De 2000 a 2010, o estoque formal cresceu a uma taxa média de 8,4% ao ano (em 2000 eram 285,8 mil postos formais de trabalho, em 2010, subiu para 636,6 mil). Pode-se concluir, então, que a demanda de empregos formais nos municípios não está acompanhando o ritmo de crescimento das pessoas potencialmente ativas, as quais estão sendo absorvidas pelo setor informal.

No que se refere às pessoas ocupadas no setor agrícola, percebeu-se que, embora muitos municípios tenham registrado redução nesse tipo de ocupação, 37 aumentaram (em 2010, 119 municípios maranhenses possuíam mais de 50,0% de sua população ocupada em atividades agrícolas).

Gráfico 19 – Indicador do componente qualidade do posto de trabalho – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

Essa significativa parcela da população ocupada, no setor agrícola, dá-se em razão de o Maranhão ser o estado mais rural do Brasil, apesar do intenso êxodo nas últimas décadas. A **Tabela 5**, abaixo, demonstra a composição da população, por situação dos domicílios, nos anos de 1970 a 2010, no Brasil, no Nordeste e no Maranhão.

Tabela 5 – População do Brasil, Nordeste e Maranhão por situação do domicílio – 1970 a 2010

Localidade	Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000	2010	Cresc. a.a. (%)
	Total	93,1	119,0	146,8	169,8	190,8	1,8
Brasil	Urbana	55,9	67,6	75,6	81,3	84,4	1,0
	Rural	44,1	32,4	24,4	18,8	15,6	-2,6
	Total	28,1	34,8	42,5	47,7	53,1	1,6
Nordeste	Urbana	41,8	50,5	60,7	69,1	73,1	1,4
	Rural	58,2	49,5	39,4	30,9	26,9	-1,9
	Total	3,0	4,0	4,9	5,7	6,6	2,0
Maranhão	Urbana	25,2	31,4	40,0	59,5	63,1	2,3
	Rural	74,8	68,6	60,0	40,5	36,9	-1,8

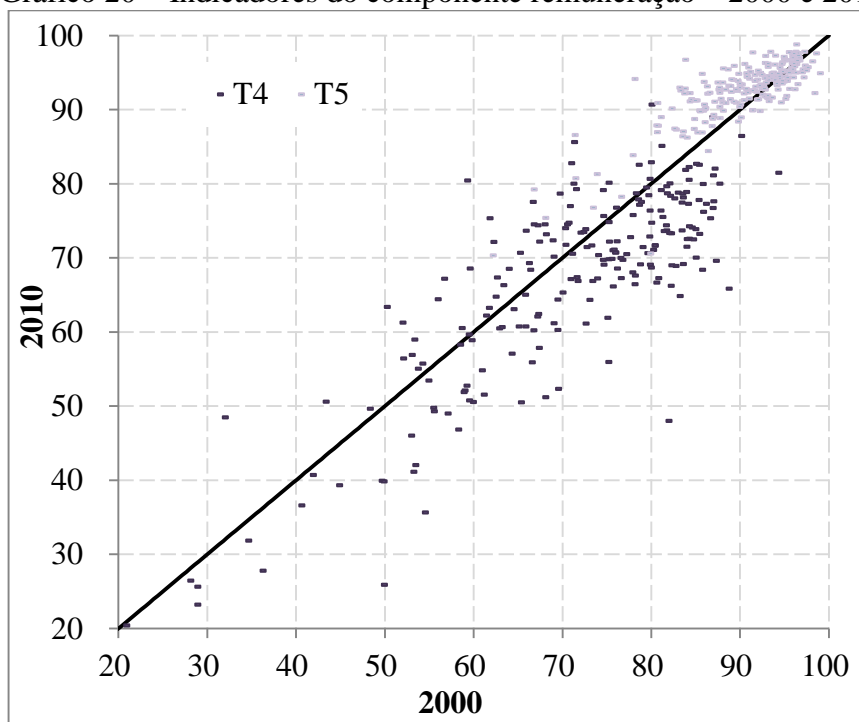
Fonte: IBGE

Em 1970, a população rural do Maranhão representava 74,8% do total da população do estado. No Nordeste, o percentual era de 58,1% e no Brasil era de 44,1%. Em

1991, a população rural do Maranhão caiu para 60,0% e em 2010 ficou em 36,9% (um decréscimo médio de 1,8% ao ano de 1970 a 2010, enquanto, no mesmo período, o decréscimo médio do Nordeste foi de 2,9% a.a. e o do Brasil foi de 2,6% a.a.). Mas, quando se analisa pelo viés da urbanização, de 1970 a 2010, o Maranhão apresentou o maior crescimento médio da população urbana (2,3% a.a.), quando comparado ao Nordeste (1,4% a.a.) e ao Brasil (1,0%).

No que se refere à *remuneração*, percebe-se que o indicador T4 (rendimento até 1 salário mínimo) apresentou uma grande dispersão e que o indicador T5 (rendimento até 2 salários mínimos) é bastante elevado, conforme pode ser verificado no **Gráfico 20**, abaixo.

Gráfico 20 – Indicadores do componente remuneração – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

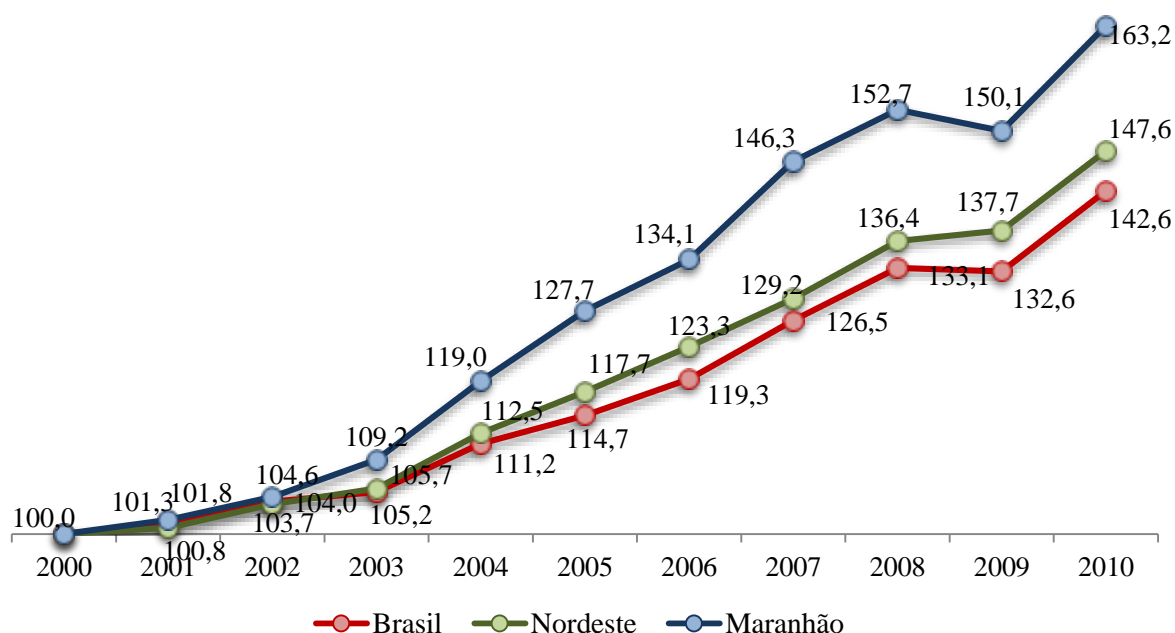
O percentual de pessoas ocupadas que recebiam menos de um salário mínimo no Maranhão variava de 20,4% (São Luís) a 90,7% (Fernando Falcão), sendo que 89,4% dos municípios têm mais da metade de sua população ocupada recebendo menos de um salário mínimo. Quando o teto subia para dois salários, os percentuais variavam de 70,4% (São Luís) para 98,8% (Fernando Falcão), ou seja, nos municípios maranhenses, a maioria das pessoas ocupadas tem uma remuneração inferior a dois salários mínimos.

A baixa remuneração nos municípios se deve ao fato de a maior parte da população estar ocupada em atividades agrícolas (agricultura familiar, principalmente) e no setor informal, onde a produtividade do trabalho é pequena (no caso da agricultura familiar) e

não há regulação dos salários. As ocupações formais, na maioria dos municípios do Maranhão, estão restritas, praticamente, aos cargos públicos em prefeituras e em órgãos do Estado (em sua maioria escolas).

O mau desempenho do acesso ao trabalho contrasta com o bom desempenho econômico do Maranhão, na primeira década dos anos 2000. Nesse período, o estado registrou um crescimento econômico superior ao do Nordeste e ao do Brasil, como mostra o **Gráfico 21**, abaixo. O crescimento do PIB nesse íterim foi de 63,2% e o da população foi de 15,3%, revelando que houve um aumento da produtividade do estado na década. (CARVALHO, 2013).

Gráfico 21 – Crescimento real acumulado do PIB (volume) – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2000 a 2010



Fonte: CARVALHO, 2013

Em decorrência desse maior crescimento, a participação do Maranhão no Nordeste e no Brasil subiu de 8,1% e 1,0% para 8,9% e 1,2%, respectivamente. Quanto ao ranking estadual, o Maranhão manteve a 16ª posição no tamanho do PIB e a 10ª posição no tamanho populacional em toda a primeira década de 2000. (CARVALHO, 2013)

A **Tabela 6**, abaixo, mostra o desempenho do produto e do emprego no âmbito nacional e maranhense na primeira década dos anos 2000. Para melhor estruturar a análise,

dividiu-se esse período em dois momentos⁶⁴ (2000-2004 e 2005-2009). Verificou-se que o crescimento econômico brasileiro foi melhor na segunda metade da década, enquanto o emprego teve melhor desempenho na primeira. Quanto à elasticidade da ocupação em função do desempenho da economia, verificou-se que houve um arrefecimento da capacidade do país de gerar novos postos de trabalho frente a um aumento da produção. (CARVALHO, 2013).

Tabela 6 – Taxas médias anuais de variação real do Valor Adicionado Bruto e do número de pessoas ocupadas, e elasticidade ocupação/valor adicionado – Brasil e Maranhão (2000 a 2009)

Região Geográfica	Indicador	2000-2004	2005-2009
Brasil	Var. do Valor Adicionado Bruto (em % a.a)*	2,7	3,7
	Var. da População Ocupada (em % a.a)	4,2	1,5
	Elasticidade da Ocupação	1,6	0,4
Maranhão	Var. do Valor Adicionado Bruto (em % a.a)*	4,4	4,1
	Var. da População Ocupada (em % a.a)	0,3	-1,0
	Elasticidade da Ocupação	0,1	-0,2

Fonte: CARVALHO, 2013

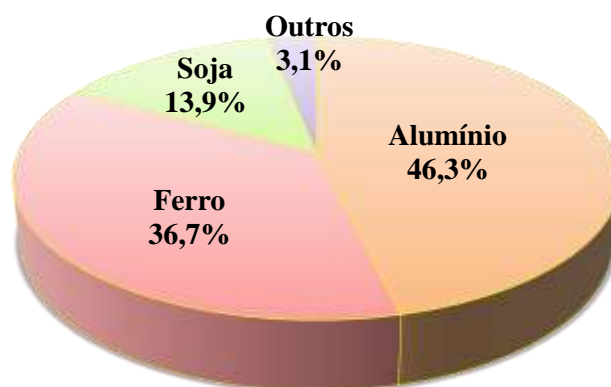
No Maranhão, tanto a produção como o emprego apresentaram melhor desempenho na primeira metade da década. Mas é importante destacar que, embora tenha havido uma sensível redução da produção maranhense na segunda metade, a produção ainda permaneceu acima do nível nacional. Por outro lado, o desempenho do mercado de trabalho, já pouco significativo no primeiro período analisado, passou a ser negativo no segundo.

A partir disso, conclui-se que o bom desempenho da economia do estado, ou melhor, o aumento do produto agregado (VA) não foi capaz de produzir um impulso da mesma magnitude na geração de novos postos de trabalho na primeira década de 2000. (CARVALHO, 2013). Consequência direta do modelo de desenvolvimento do Maranhão, baseado na produção de *commodities* para o comércio exterior, com poucos efeitos multiplicadores na economia.

As principais *commodities* exportadas pelo Maranhão são ferro, alumínio e soja. O **Gráfico 22** mostra a composição média das exportações maranhenses por complexos no período de 2000 a 2010. Percebe-se que os três complexos corresponderam a 96,9% das exportações maranhenses nesse período.

⁶⁴ Como Calculou-se o crescimento acumulado com base nas PNADS, não foi possível utilizar o ano de 2010 (CENSO).

Gráfico 22 – Composição média das exportações maranhenses por complexos – 2000 a 2010



Fonte: MDIC

A **Tabela 7**, abaixo, mostra os 15 principais países destino das exportações maranhenses no período de 2001 a 2010. Percebe-se que os países Asiáticos ganharam espaço, com destaque para a China e para o Japão, que passaram a ter maior representatividade a partir de 2005. O que evidencia que o crescimento do produto maranhense esteve atrelado à maior participação desses países na pauta de exportação do estado.

Tabela 7 – Principais países destino das exportações maranhenses – 2001 a 2010

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	544	652	740	1.231	1.501	1.713	2.177	2.836	1.233	2.920
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 China	3,7	2,6	3,1	5,3	13,4	13,3	15,2	16,8	16,7	18,4
2 Japão	1,9	2,0	3,3	0,9	1,6	2,1	5,1	7,1	1,6	13,7
3 EUA	27,1	25,8	25,3	31,5	29,8	27,3	22,6	27,2	23,6	8,6
4 Espanha	0,0	0,1	7,1	7,3	5,8	7,2	5,0	7,1	5,6	7,8
5 Itália	0,1	0,0	0,3	1,8	5,0	1,8	2,1	2,0	1,0	5,9
6 Islândia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8
7 Canadá	0,1	0,1	0,7	2,8	3,1	2,3	0,3	0,5	3,5	4,6
8 Áustria	0,0	0,0	0,0	1,7	1,8	2,1	2,7	2,2	2,8	4,2
9 Países Baixos	29,7	25,1	16,4	14,8	13,3	13,9	14,2	9,2	9,8	4,0
10 Alemanha	0,1	0,1	0,0	1,2	1,8	0,1	0,0	0,2	1,1	3,8
11 Argentina	10,5	8,7	7,5	5,0	2,7	2,4	4,1	2,8	2,0	3,0
12 Coreia do Sul	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	1,3	0,5	2,9
13 Suíça	4,4	13,0	9,1	4,5	5,7	10,3	12,1	7,9	10,0	1,9
14 Reino Unido	0,7	1,1	1,0	0,0	1,1	0,1	1,1	1,2	0,0	1,8
15 Colômbia	0,0	0,0	0,0	0,4	0,7	3,6	3,3	2,4	3,2	1,7
Demais Países	21,8	21,2	26,3	22,7	14,2	13,6	12,2	12,0	18,8	13,0

Fonte: MDIC

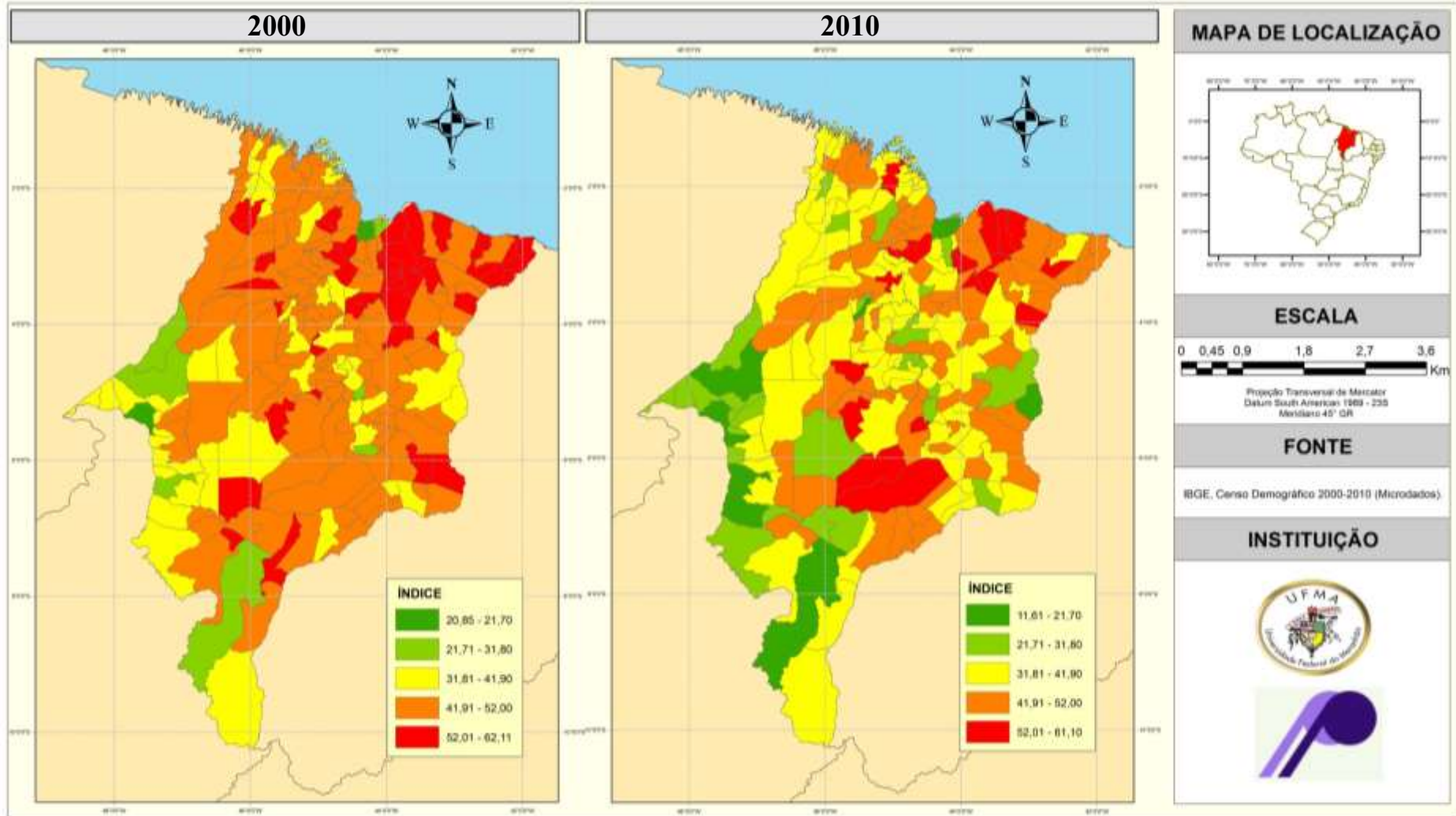
Esses dados retificam o lugar que o Maranhão ocupa na divisão internacional do

trabalho: uma economia de enclave, especializada em bens primários e dependente do comércio exterior e, conseqüentemente, sem significativos efeitos multiplicadores no mercado de trabalho.

No que se refere à **Escassez de Recursos**. O **Mapa 6** a seguir, traz a espacialização da dimensão, mostrando que a maioria dos municípios melhorou o suficiente para subir de intervalo de classe. Todavia, alguns não seguiram essa tendência, 39 municípios regrediram nessa dimensão, dentre eles, Marajá do Sena, Jatobá, Serrano do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Santa Filomena do Maranhão, Fernando Falcão e Primeira Cruz.

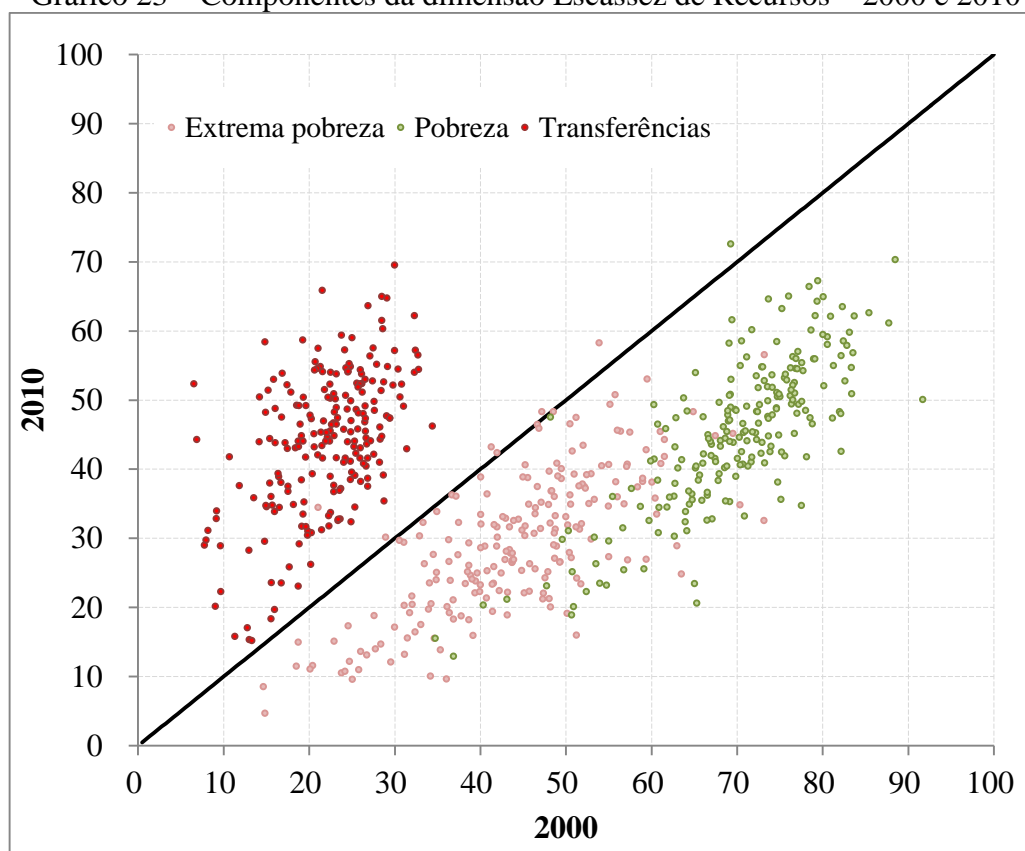
A dimensão Escassez de Recursos possui três componentes com um indicador cada: *Extrema pobreza* (R1. renda domiciliar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza), *Pobreza* (R2. renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza) e *Capacidade de geração de renda* (R3. maior parte da renda familiar advém de transferências).

Mapa 6 – Dimensão Escassez de Recursos – 2000 e 2010



O **Gráfico 23** mostra o comportamento dos indicadores em 2000 e 2010. É notório que quase a totalidade dos municípios diminuiu seu percentual de indigentes e de pobres. Os que andaram na contramão desse resultado foram: Marajá do Sena (que tinha 53,9% de extremamente pobres e 69,2% de pobres em 2000 e passou para 58,3% e 72,6% em 2010, respectivamente), Jatobá (passou de 21,0% de extremamente pobres em 2000 para 34,5% em 2010), Arame (41,2% para 43,3%), Serrano do Maranhão (47,2% para 48,4%) e Itaipava do Grajaú (41,9% para 42,4%).

Gráfico 23 – Componentes da dimensão Escassez de Recursos – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

Em 2010, os dados do Censo apontaram que o Maranhão é o Estado com maior percentual de pessoas extremamente pobres do país, com 25,8% de sua população vivendo nessa situação (1,7 milhão de pessoas). A maior parte dessas pessoas está na zona rural (62,9%), revelando que a pobreza do Maranhão é essencialmente rural. Dos 217 municípios do estado, 173 têm mais de 50% da sua população miserável vivendo no campo (os maiores são Jenipapo dos Vieiras, com 95,6%, Marajá do Sena, com 92,6% e Santana do Maranhão, com 90,2%).

A pesar de estar foram do recorte temporal de análise feito nesse trabalho, é

importante citar que, em maio de 2011, a presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). O PBSM é direcionado aos brasileiros que vivem em lares, cuja renda familiar é de até R\$ 70 por pessoa. O Plano agrega ações de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica. O principal objetivo do Plano Brasil Sem Miséria é *eleva a renda* e as condições de bem-estar da população (grifo nosso). (BRASIL, 2012).

Dentre essas ações, a principal medida do Plano para lidar com a extrema pobreza entre as crianças é a Ação Brasil Carinhoso⁶⁵, a qual visa tirar dessa situação as famílias com filhos na faixa etária de 0 a 15 anos. (MDS, 2012). O início do pagamento do benefício, em junho de 2012 (quando era considerada a idade máxima de 6 anos), promoveu a redução imediata da extrema pobreza em 40% no país. Entre as crianças de 0 a 6 anos, a redução foi de 62%. (MDS, 2012b). No Maranhão, a redução total da extrema pobreza foi de 48% (MARANHÃO, 2012).

O componente *Capacidade de geração de renda* se refere aos domicílios que têm maior parte da renda proveniente de transferências (aposentadorias e transferências direta de renda). O **Gráfico 23**, exposto anteriormente, revela que todos os municípios apresentaram elevação nesse componente, em 2010, o que significa que mais domicílios passaram a depender de transferências de renda.

Essa maior dependência das transferências se deu em um contexto de ampliação delas. A **Tabela 8**, a seguir, mostra a evolução na concessão de aposentadorias e do BPC⁶⁶, no

⁶⁵ Um dos dados mais alarmantes dos diagnósticos que embasaram o desenho do Plano Brasil Sem Miséria foi a constatação de que, dentre a população que se encontrava em situação de extrema pobreza na época do lançamento do Plano, cerca de 42% eram menores de 15 anos (MDS, 2012). Por isso, muitas estratégias do Brasil Sem Miséria estão voltadas para a redução da extrema pobreza entre as crianças. Uma série de inovações foram implementadas no Programa Bolsa Família com esse objetivo: 1) criação do benefício para superação da pobreza extrema - Ação Brasil Carinhoso; 2) reajuste de 45% no valor do benefício para crianças e adolescentes; 3) ampliação do limite de 3 para 5 filhos; 4) implantação do Benefício Variável à Gestantes (BVG) e do Benefício Variável à Nutrízes (BVN). (BRASIL, 2012).

A Ação Brasil Carinhoso, lançada em maio de 2012, tem como meta a superação da miséria em todas as famílias com crianças de 0 a 6 anos, além de ampliar acesso à creche, pré-escola e saúde. Para isso, o benefício para superação da extrema pobreza assegura renda de pelo menos R\$ 70 por pessoa às famílias, extremamente pobres, com crianças nessa faixa etária. (MDS, 2012b).

No mês de novembro de 2012, a faixa etária da Ação Brasil Carinhoso foi ampliada para beneficiar as famílias do Programa Bolsa Família com pelo menos um filho de até 15 anos. Com isso, das 22,1 milhões de pessoas em situação de miséria, cadastradas no CadÚnico, em janeiro de 2011 em todo o país, 19,5 milhões superaram a miséria, dentre elas, 16,4 milhões na faixa etária de 7 a 15 anos. (MDS, 2013).

No Maranhão, até o mês de fevereiro de 2013, 343,2 mil Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) estavam sendo pagos. O real impacto da Ação Brasil Carinhoso sobre a erradicação da miséria só poderá ser apurado com os dados da PNAD 2013, que estará disponível no segundo semestre de 2014.

⁶⁶ O BPC foi criado em 1993, através da Lei 8.742 — a “Lei Orgânica da Assistência Social” (LOAS) que regulamentou a substituição da Renda Mensal Vitalícia (RMV), para a qual havia, como um dos requisitos, a realização de 12 contribuições mensais à previdência social, pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou

Estado do Maranhão, no período de 2000 a 2011. O total de aposentadorias concedidas cresceu, em média, 4,7% ao ano (passou de 21,5 mil em 2000 para 35,7 mil em 2011), crescimento que foi impulsionado, principalmente, pela aposentadoria rural, que passou de 18,7 mil em 2000 para 31,6 mil em 2011 (crescimento médio de 4,9% a.a.). A concessão do BPC cresceu em ritmo mais acelerado, 8,9% ao ano (saiu de 94,8 mil em 2004 e chegou em 172,8 mil em 2011), com destaque para o benefício aos idosos, que passou de 43,0 mil para 86,7 mil nesse mesmo período (crescimento de 10,6% a.a.). Em 2012, foram pagos 178,2 mil benefícios do BPC, sendo que 90,5 mil foram para Pessoas Com Deficiências (PCD) e 87,7 mil para idosos.

Tabela 8 – Aposentadorias e BPCs concedidas no Maranhão – 2000 a 2011

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Cresc. (a.a.)
Aposentadoria ¹ (mil pessoas)													
Total	21,5	23,9	31,3	26,1	27,1	28,9	24,9	25,7	30,7	38,9	39,8	35,7	4,7
Urbano	2,8	2,3	2,6	3,5	4,5	4,5	3,1	2,6	3,9	4,5	4,2	4,1	3,6
Rural	18,7	21,6	28,7	22,7	22,7	24,4	21,8	23,1	26,8	34,4	35,6	31,6	4,9
Benefício de Prestação Continuada (BPC) (mil pessoas)													
Total	-	-	-	-	94,8	108,5	119,7	129,6	142,6	154,1	166,2	172,8	8,9
PCD ²	-	-	-	-	51,9	57,0	60,3	63,3	68,6	73,4	80,8	86,1	7,5
Idosos	-	-	-	-	43,0	51,5	59,4	66,3	74,0	80,8	85,4	86,7	10,6

1. Aposentadoria por idade, por tempo e por invalidez

2. Pessoas com Deficiência

Fonte: MPAS / MDS

O Programa de Transferência de Renda (PTR) mais significativo no país é o Bolsa Família⁶⁷. Os dados da **Tabela 9**, logo a seguir, mostram a evolução na concessão de

amparo assistencial, de valor correspondente a um salário mínimo mensal. O BPC, nas suas modalidades — idoso e pessoa portadora de deficiência (PPD) —, não mais se diferencia entre clientela rural e urbana e também não prevê mais o requisito de contribuição prévia, mas que a renda familiar mensal per capita do candidato ao benefício seja menor que 1/4 do salário mínimo. Na modalidade BPC-Idoso a idade de acesso é de 67 anos (para homens e mulheres, caindo a 65 anos em 2000) e na modalidade BPC-PPD incluem-se, além da invalidez já contemplada pela RMV, também as deficiências congênitas. O BPC passou a ser concedido a partir de janeiro de 1996, é financiado por recursos orçamentários e seu pagamento é efetuado pelo INSS. O seu rápido crescimento quantitativo deu-se principalmente na modalidade PPD, onde o fato de os critérios de concessão, ao permitirem a inclusão na cobertura do benefício de deficientes físicos e mentais congênitos sem necessidade de contribuição prévia, incluiu um novo grupo populacional entre os beneficiários do INSS, do qual somente aos poucos o Brasil vem tendo um retrato mais definido. (SCHWARZER, p. 11, 200).

⁶⁷ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda, foi criado em 2003 pelo Governo Federal com o objetivo de unir todos os demais programas de transferência de renda do Governo (inicialmente, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) e, em 2006, já estava presente em todos os 5.563 municípios brasileiros. (SILVA, 2008, p. 23).

Atualmente, o PBF integra o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais. O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. O Programa atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional de acordo com o perfil e tipos de benefícios. O

benefícios no Brasil e no Maranhão. Enquanto a quantidade de famílias beneficiadas no Brasil cresceu em média 11,7% a.a. de 2004 a 2012, nesse mesmo período, o crescimento no Maranhão foi de 14,8% a.a., o que fez a participação do estado na concessão de benefícios, no país, subir de 5,8% para 6,8%. Em 2012, foram transferidos, aproximadamente, de R\$ 1,6 bilhão em benefícios do PBF no Maranhão.

Tabela 9 – Benefícios do Programa Bolsa Família concedidos no Maranhão – 2004 a 2010

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Cresc. (a.a.)
Famílias (mil)										
BR	6.571,8	8.700,4	10.965,8	11.043,1	10.558,0	12.370,9	12.778,2	13.352,3	13.902,2	11,7
MA	380,7	532,1	706,9	737,5	729,6	846,3	871,3	920,0	951,6	14,8
MA/BR	5,8	6,1	6,4	6,7	6,9	6,8	6,8	6,9	6,8	-

Fonte: MDS

De fato, a expansão na concessão de aposentadorias rurais, do BPC e do Bolsa Família, tem impactado, significativamente, a renda das classes mais pobres. A **Tabela 10** mostra a distribuição da população maranhense por intervalos de segmentos de rendimentos dos anos 2001 a 2011. Verificou-se que o segmento *sem rendimento* vem diminuindo, concomitantemente, ao aumento dos segmentos de até três salários mínimos. Conclui-se, então, que está havendo uma migração das pessoas sem rendimento para os segmentos superiores. Contudo, o segmento *sem rendimento* ainda é bastante significativo, compreendendo 30,5% da população do estado.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalha com cinco tipos de benefícios: Benefício Básico (na valor de R\$ 70, concedidos apenas a famílias extremamente pobres, com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70); Benefício Variável (no valor de R\$ 32, concedidos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes – limitado a cinco benefícios por família); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) (no valor de R\$ 38, concedidos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos – limitado a dois jovens por família); Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) (com valor calculado caso a caso, e concedido para famílias migradas de Programas Remanescentes ao PBF); e Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) (com valor correspondente ao necessário para que a todas as famílias beneficiárias do PBF – com crianças entre zero e seis anos – superem os R\$ 70,00 de renda mensal por pessoa). O Valor total do Bolsa Família pode variar de R\$ 70,0 a R\$ 306,00, sendo que esse valor máximo não se aplica às famílias beneficiárias do Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância – BSP.

A seleção das famílias para o PBF é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instrumento de coleta de dados que tem por objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. A gestão do PBF é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. (MDS, 2013).

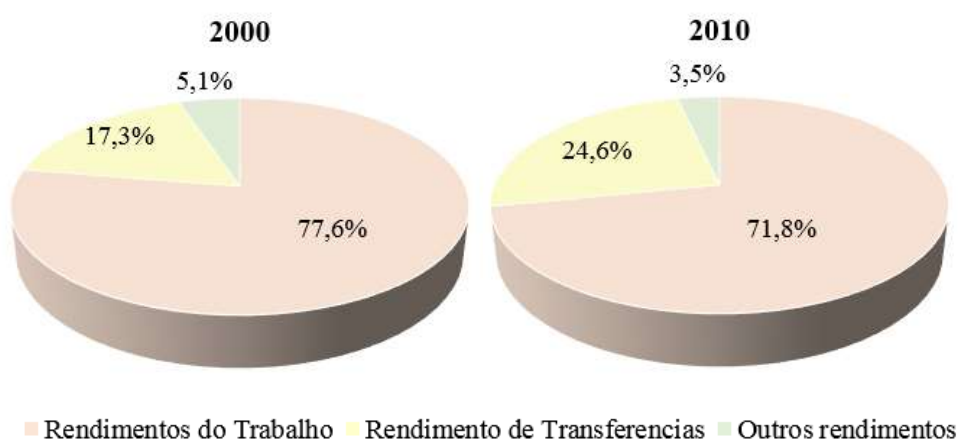
Tabela 10 – Distribuição de pessoas por segmentos de rendimento no Maranhão

Classes de rendimento	2001	2002	2003	2005	2007	2008	2009	2011	Cresc. (a.a.)
Total (Mil)	138.852	141.633	144.298	152.250	157.777	160.514	162.746	166.987	1,9
Percentual									
Até 1/2 SM	4,99	6,67	7,79	7,88	7,16	8,10	8,03	6,94	3,4
Mais de 1/2 a 1 SM	13,91	15,12	15,28	17,24	16,89	16,79	17,12	16,68	1,8
Mais de 1 a 2 SM	16,76	17,24	17,09	19,40	20,69	21,43	21,90	22,44	3,0
Mais de 2 a 3 SM	8,30	8,16	8,58	7,28	8,16	8,37	7,70	9,05	0,9
Mais de 3 a 5 SM	7,45	6,95	7,11	6,82	6,26	6,59	6,70	5,94	-2,2
Mais de 5 a 10 SM	5,52	5,19	4,56	4,45	4,50	4,09	3,93	4,08	-3,0
Mais de 10 a 20 SM	2,47	2,14	2,06	1,68	1,69	1,59	1,53	1,38	-5,7
Mais de 20 SM	1,13	1,05	0,93	0,67	0,59	0,58	0,51	0,49	-8,0
Sem rendimento	38,54	36,64	35,68	33,81	32,85	31,14	31,11	30,45	-2,3
Sem declaração	0,93	0,84	0,77	1,20	1,32	1,46	2,55	10,6	10,6

Fonte: IBGE

O **Gráfico 24**, a seguir, mostra a composição da fonte de rendimentos, com abertura em rendimento do trabalho e transferências de renda (Programas de Transferência de Renda e aposentadoria). Percebe-se que as Transferências ganharam participação em detrimento do rendimento do trabalho: em 2000, 17,3% dos rendimentos da população maranhense advinham de transferências; em 2010, esse percentual subiu para 24,6%, enquanto os rendimentos do trabalho caíram de 77,6% para 71,8%, respectivamente.

Gráfico 24 – Composição da fonte de rendimento da população no estado do Maranhão – 2000 e 2010



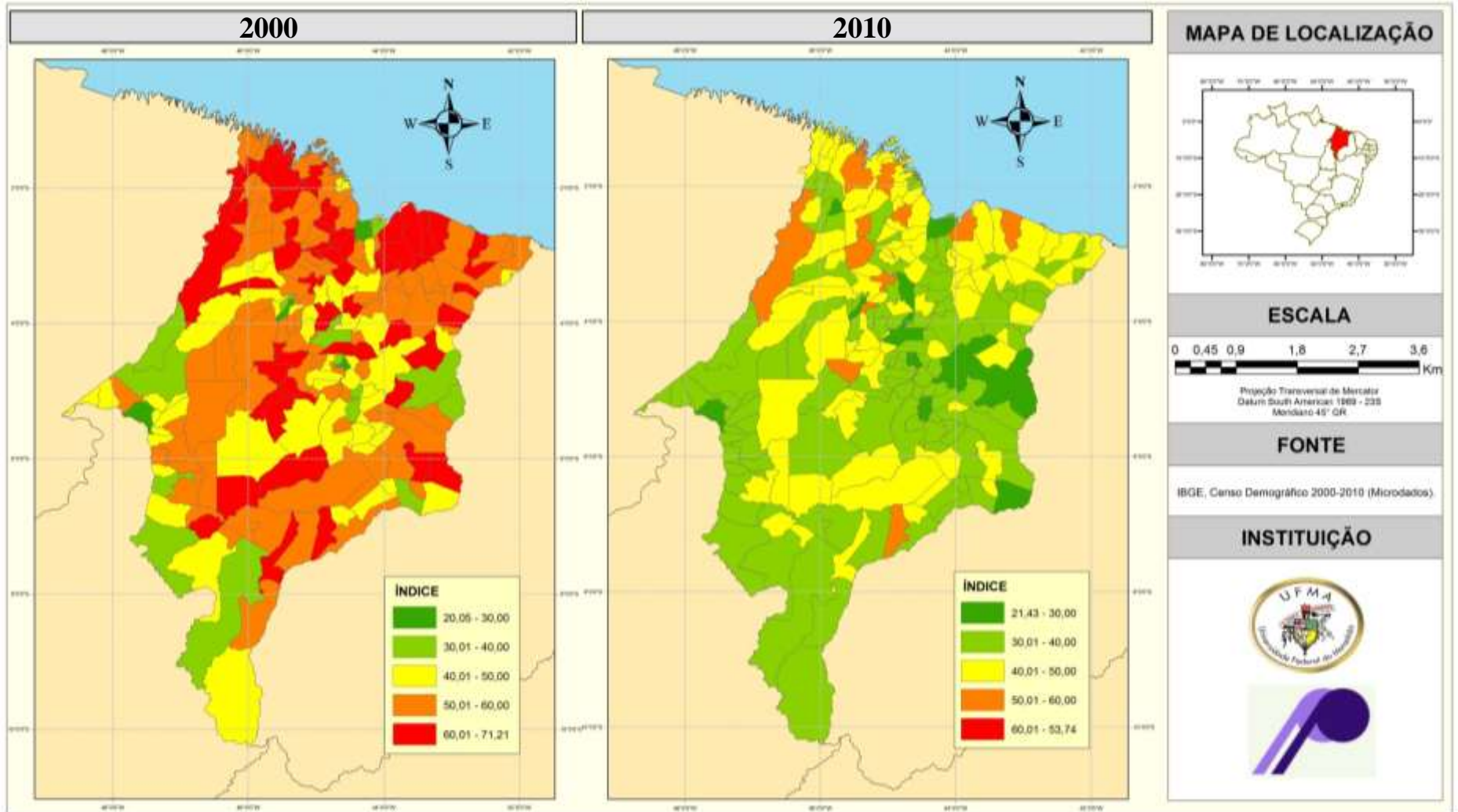
Fonte: IBGE

Concluiu-se, através da dimensão escassez de recursos, que houve uma melhora nos rendimentos das famílias maranhenses, quando comparados os anos 2000 e 2010, e que

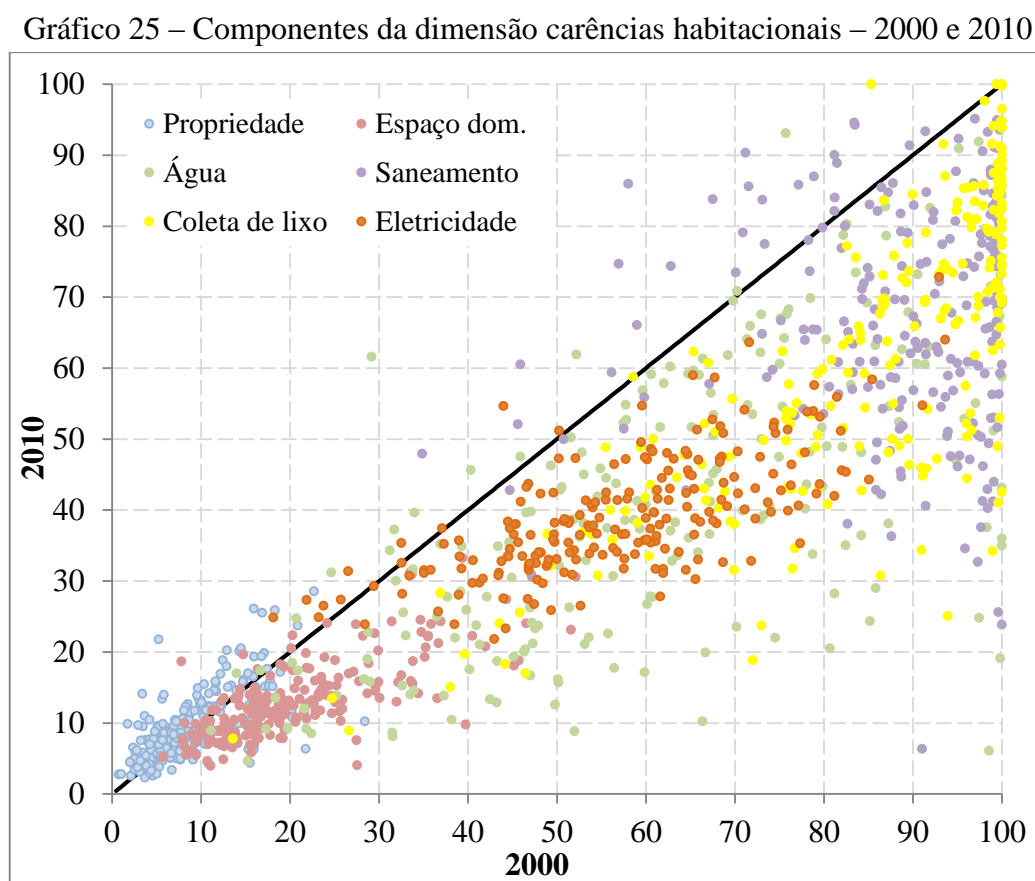
essa melhora esteve assentada, principalmente, nas transferências de renda. Todavia, a dimensão, em si, não apresentou um significativo avanço, pois, uma elevação das transferências na composição do rendimento é computada como um fator negativo, ao demonstrar a incapacidade das famílias em gerar rendimentos.

Por fim, tem-se a dimensão **Carências Habitacionais**. O **Mapa 7**, a seguir, mostra a que os municípios apresentaram uma situação bem melhor nessa dimensão, em 2010, em relação a 2000.

Mapa 7 – Dimensão Carências Habitacionais

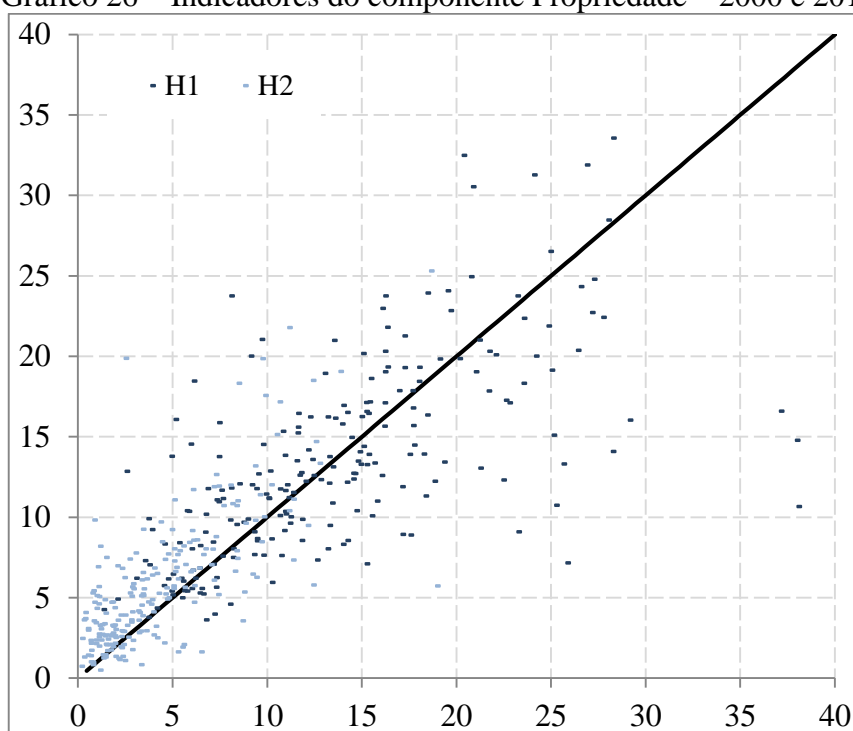


A dimensão Carências Habitacionais possui seis dimensões (*Propriedade, Espaço domiciliar, Acesso a abastecimento de água, Acesso a saneamento, Acesso à coleta de lixo e Acesso á energia elétrica*) e nove indicadores. O **Gráfico 25**, a seguir, mostra os componentes em cada ano. Nota-se que, em todos os componentes, houve municípios que regrediram.



No componente *Propriedade*, foi onde mais municípios regrediram (141 ao todo), Como pode ser observado no **Gráfico 26**, abaixo. Esse componente possui dois indicadores (H1. domicílio não é próprio e H2. domicílio não é próprio nem cedido). No estado do Maranhão, 15,9% dos domicílios não eram próprios e 7,3% não eram próprios nem cedidos em 2000; em 2010, os percentuais sobem para 16,9% e 10,2%, respectivamente. Os municípios com maiores indicadores são Imperatriz (com 31,9% domicílios que não são próprios e 25,3% que não são próprios nem cedidos), Governador Edison Lobão (com 33,6% e 18,3%, respectivamente), Balsas (30,5% e 21,8%) e Estreito (21,4% e 19,8%).

Gráfico 26 – Indicadores do componente Propriedade – 2000 e 2010



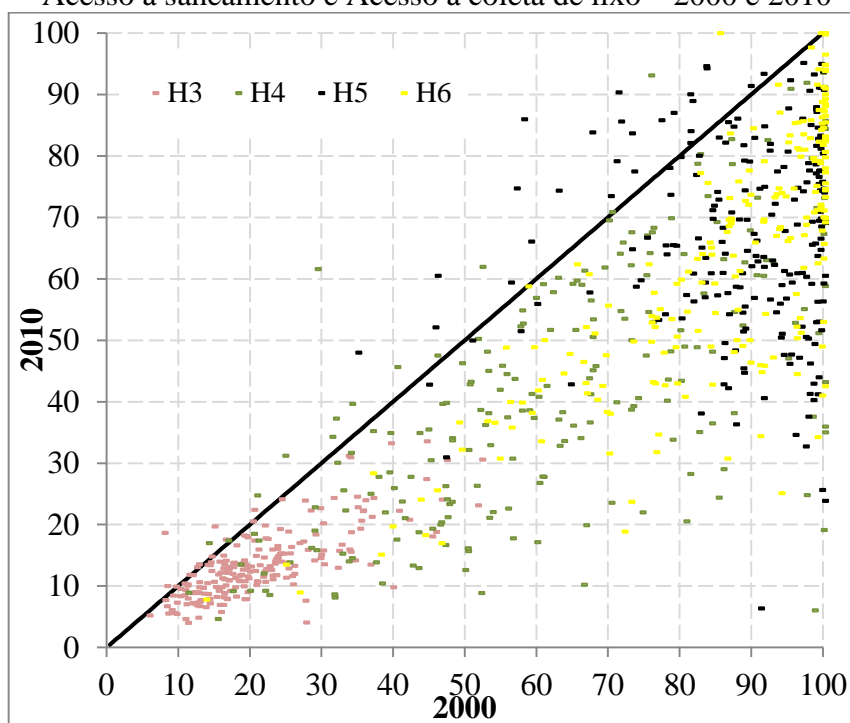
Fonte: IBGE

No componente *Espaço domiciliar*, que possui um indicador (H3. domicílio com até 3 cômodos), quase todos os municípios melhoraram, apenas 12 regrediram (Lagoa do Mato, Bela Vista do Maranhão, Marajá do Sena, Sambaíba, Itaipava do Grajaú, Serrano do Maranhão, Governador Archer, São José dos Basílios, Passagem Franca, Balsas, Arame e Cururupu) (**Gráfico 27**, abaixo). Os avanços nesse componente foram significativos, pois, em 2000, havia municípios com mais de 50% dos seus domicílios com até 3 cômodos (São João Batista e Presidente Juscelino), em 2010, o percentual máximo cai para 33,6% (Santo Amaro do Maranhão).

Esses dois componentes expressam o déficit habitacional dos municípios. O déficit habitacional do estado está em torno de 500 mil moradias, sendo que o nacional é de 8 milhões. Aproximadamente, 2,3 milhões de pessoas vivem sem moradia adequada no Maranhão, quase um terço da população (IMPARCIAL, 2011).

Os componentes *acesso a abastecimento de água* (H4. acesso inadequado à água), *acesso a saneamento* (H5. esgotamento sanitário inadequado) e *acesso à coleta de lixo* (H6. lixo não é coletado) também possuem um indicador cada. O **Gráfico 27**, abaixo, e *acesso à coleta de lixo* mostra que esses indicadores são bastante dispersos.

Gráfico 27 – Indicadores dos componentes Espaço domiciliar, Abastecimento de água, Acesso à saneamento e Acesso à coleta de lixo – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

No que se refere ao *abastecimento de água*, 46,7% dos domicílios do estado não tinham abastecimento pela rede geral em 2000. Em 2010, o percentual caiu para 34,9%, e desses, 30,7% eram abastecidos através de poços. Na contramão da melhoria do estado, 13 municípios retrocederam (Bela Vista do Maranhão, São Félix de Balsas, Araganã, Paraibano, Rosário, São Francisco do Brejão, Nova Iorque, São Luís, São José de Ribamar, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Trizidela do Vale e Presidente Vargas). Os maiores percentuais de domicílios com acesso inadequado à água, em 2010, foram em Santo Amaro do Maranhão (99,5%), São Félix de Balsas (93,1%), Pedro do Rosário (91,9%), Marajá do Sena (91,2%) e Santa Helena com (91,0%).

Tratando-se do *acesso ao saneamento*, que mede o esgotamento sanitário inadequado (H5), constatou-se que, no geral, houve uma melhora (em 2000 74,8% dos domicílios do estado não tinham rede geral de esgoto ou fossa séptica, em 2010, esse percentual caiu para 59,7%). Contudo, 25 municípios não seguiram essa tendência de melhora (dentre eles, Porto Franco, Miranda do Norte, Balsas, Pindaré-Mirim, Santa Inês, São João dos Patos, Imperatriz, Dom Pedro e Cururupu).

No tocante ao *acesso à coleta de lixo*, que investiga se o lixo não é coletado por serviço de limpeza (H.6), percebe-se que o estado apresentou uma melhora em 2010 (44,2%)

em relação a 2000 (65,5%). Em apenas seis municípios, isso não foi constatado (Presidente Vargas, Bela Vista do Maranhão, Serrano do Maranhão, Poção de Pedras, Bacurituba e Luís Domingues).

Mesmo com a maioria dos municípios apresentando avanço em 2010, não se pode negar que as condições de saneamento básico no Maranhão são bastante críticas. Daí a importância de se computar esses indicadores em uma análise acerca da pobreza, uma vez que eles estão diretamente relacionados às condições de saúde:

É reconhecido que esse é um importante fator de influência no bem-estar da população e elemento fundamental na análise das condições de vida das famílias. Um domicílio com saneamento considerado inadequado é aquele que conjuga as formas mais degradantes à saúde e ao meio ambiente simultaneamente, a saber: lixo não coletado (ou seja, enterrado, queimado, jogado em terreno baldio, rio, lago ou mar, entre outros); sem tratamento de esgoto sanitário (ou seja escoado para fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outro); e sem abastecimento de água por rede geral (ou seja, acesso à água via poços ou nascentes, carro-pipa, armazenamento da água da chuva, rios, açudes etc.). (IBGE, p. 73, 2010).

As muitas doenças, vinculadas à falta de saneamento, interferem na qualidade de vida da população e até mesmo no desenvolvimento do país. A maior parte delas é de fácil prevenção, todavia, causam muitas mortes, como o caso da diarreia entre crianças menores de 5 anos no Brasil. Os índices de mortalidade infantil também estão associados ao acesso a serviços de água, esgoto e destino adequado do lixo. (PARANÁ, 2013).

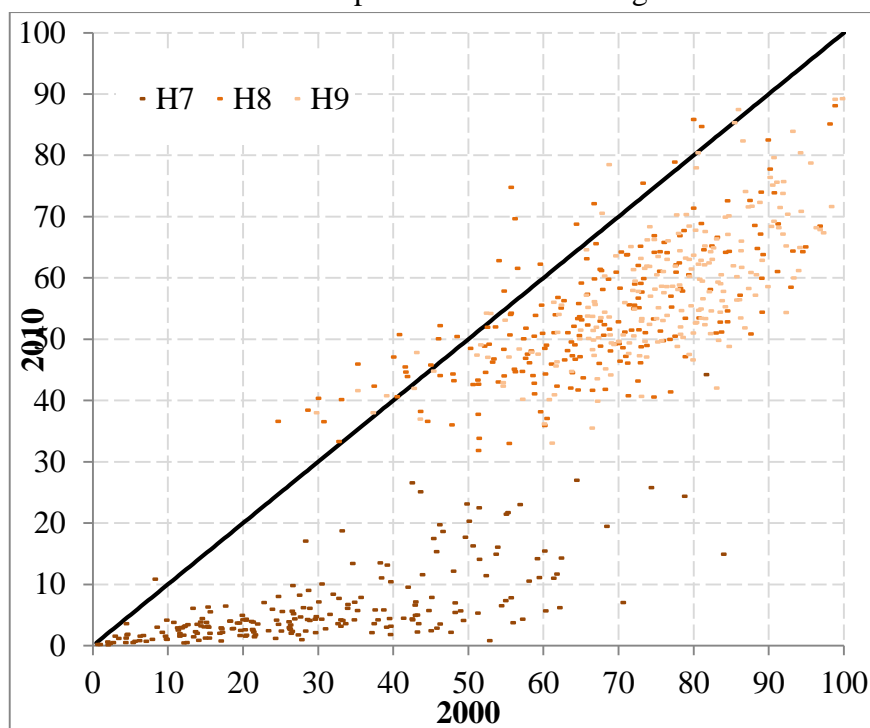
Algumas das principais doenças relacionadas à falta de saneamento são: amebíase, ancilostomíase, ascaridíase, cisticercose, cólera, dengue, diarreia, desenterias, elefantíase, esquistossomose, febre amarela, febre paratifoide, febre tifoide, giardíase, hepatite, infecções na pele e nos olhos, leptospirose, malária, poliomielite, teníase e tricuriase. (PARANÁ, 2013).

É importante frisar que os custos com prevenção dessas doenças são menores do que os que se tem com a cura e a perda de vidas por causa delas. Poderiam também otimizar os gastos públicos com saúde, se o dinheiro investido em tratamento de doenças, vinculadas à falta de saneamento, pudesse ser direcionado para outras questões. (PARANÁ, 2013).

O componente *Acesso à energia elétrica* possui três indicadores (H7. sem acesso à eletricidade; H8. não tem ao menos um dos itens: televisão ou rádio; H9. não tem ao menos um dos itens: televisão, rádio ou geladeira), como demonstra o **Gráfico 28**, abaixo. Nesse componente, 11 municípios regrediram (Bela Vista do Maranhão, São Luís, Imperatriz, Santa Inês, Dom Pedro, Pedreiras, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Luís Domingues, Balsas e Trizidela do Vale). Esse decréscimo foi impulsionado principalmente pelo indicador H8, mais precisamente, pela ausência de rádio (em 2000, 34,1% dos domicílios não tinham rádio e

37,2% não tinham TV, em 2010, 42,8% não tinham rádio e apenas 11,7% não tinham TV). No que se refere à ausência de geladeira, em 2000, 46,2% não a possuíam, em 2010, o percentual caiu para 15,5%.

Gráfico 28 – Indicadores do componente acesso a energia elétrica – 2000 e 2010



Fonte: IBGE

Um dos fatores que influenciaram no aumento de domicílios com TV e geladeira foi a expansão no acesso à energia elétrica. Em 2000, 22,3% dos domicílios do estado não possuíam eletricidade, em 2010, esse percentual torna-se residual (3,8%).

O maior acesso à energia elétrica foi ocasionado, principalmente, pelo Programa Luz Para Todos⁶⁸, criado em novembro de 2003, pelo o Governo Federal, com o objetivo de levar energia elétrica, gratuitamente, a milhões de lares brasileiros que, na época, permaneciam sem acesso a uma fonte confiável e permanente de eletricidade.

A meta inicial de atender a 10 milhões de pessoas foi alcançada, em maio de 2009, e até março de 2012, o Programa já chegou para cerca de 14,4 milhões de moradores rurais de todo o país. Os investimentos chegaram a R\$ 20 bilhões, dos quais, R\$ 14,5 bilhões são do Governo Federal. (MME, 2013).

⁶⁸ O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais. (BRASIL, 2013)

Outro fator que influenciou a expansão na aquisição de bens foi o aumento da massa de rendimento do estado. A **Tabela 11**, abaixo, mostra a evolução na massa de rendimentos, no estado do Maranhão, no período de 2001 a 2011. O crescimento médio nesse período foi de 5,2% ao ano, com destaque para as classes até 3 salários.

Tabela 11 – Massa de rendimentos por classes de rendimento (em R\$ mil) – 2001 a 2011

Classes de rendimento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	Cresc. a.a.
Total	1.502	1.475	1.552	1.695	1.563	2.137	2.138	2.240	2.548	2.483	5,2
Até 1/2 SM	53	66	63	76	95	108	91	109	123	126	9,0
Mais de 1/2 a 1 SM	250	289	333	313	382	419	464	509	558	565	8,5
Mais de 1 a 2 SM	298	297	307	327	409	447	496	577	622	632	7,8
Mais de 2 a 3 SM	144	145	142	131	160	197	219	220	232	260	6,1
Mais de 3 a 5 SM	179	153	169	171	150	180	231	245	310	232	2,6
Mais de 5 a 10 SM	221	221	219	222	162	237	299	269	292	271	2,1
Mais de 10 a 20 SM	169	98	142	177	112	237	189	202	255	220	2,7
Mais de 20 SM	180	204	167	263	89	297	149	106	138	140	-2,5

Fonte: IBGE

Essa elevação da massa de rendimentos decorreu de vários fatores, dentre eles, a política de valorização do salário mínimo⁶⁹, implementada em 2000. De 2000 a 2010, em termos reais, a valorização média anual do salário mínimo foi de 4,4% ao ano, e se comparados 2012 e 2010, o crescimento foi de 66,8%. Outro fator foi a expansão dos Programas de Transferência de Renda (PTR), sendo o principal deles o Programa Bolsa Família (PBF). Em média, de 2004 a 2012, o Programa injetou R\$ 991,0 milhões por ano no Maranhão. Vale ressaltar também, as transferências do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual no mesmo período, injetou em média 901,4 milhões por ano no estado (**Tabela 12**, logo a seguir).

⁶⁹ Desde 2002, o salário mínimo vem sendo ajustado anualmente. Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Como resultados dessas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00 e continuou a ser atualizado anualmente. Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010. (DIEESE, 2012).

Tabela 12 – Valores PBF e BPC – 2004 a 2012

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Cresc. (a.a.)
PBF (R\$ milhão)										
MA	564,2	391,0	755,4	883,6	1.001,7	1.132,0	1.226,9	1.376,4	1.587,4	13,8
BPC (R\$ milhão)										
Total	405,3	506,2	652,6	743,9	835,9	984,9	1.108,9	1.180	1.198,1	24,2
PCD ²	230,4	270,6	334,6	368,0	404,0	469,9	533,8	580,4	1.587,4	20,8
Idosos	56,9	53,4	51,3	49,5	48,3	47,7	48,1	49,2	132,5	28,0

2. Pessoa com deficiência

Fonte: MDS

O último fator a se apontar é a participação das Transferências Constitucionais (TC), nas Receitas Totais dos municípios, que representam mais da metade. A **Tabela 13**, abaixo, mostra a evolução da arrecadação das Receitas Totais municipais e das Transferências Constitucionais municipais. No período de 2000 a 2010, as Receitas cresceram à taxa média de 8,2% a.a., enquanto as TC cresceram 8,1% a.a. Dentre as TC, destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que vem ganhando espaço em detrimento do Fundo de Participação Municipal (FPM). No período em questão, o FUNDEB cresceu à taxa de 10,8% a.a. enquanto o FPM cresceu 5,08% a.a.. Em 2010, o montante do primeiro foi de R\$ 2,1 bilhões e o do segundo R\$ 1,8 bi.

Tabela 13 – Transferências Constitucionais para os municípios do Estado do Maranhão (em R\$ Mil) – 2000 a 2010

Ano	Receita Total (a)	Transferências Constitucionais				(b/a)	(c/a)	(d/a)
		Total (b)	FPM (c)	Fundef / Fundeb (d)	Outras			
2000	2.893.692	1.792.743	1.018.988	744.230	29.524	62,0	35,2	25,7
2001	3.180.947	1.863.314	1.092.159	745.553	25.602	58,6	34,3	23,4
2002	3.513.136	1.960.492	1.177.533	757.468	25.491	55,8	33,5	21,6
2003	3.076.217	1.859.950	1.107.499	727.838	24.612	60,5	36,0	23,7
2004	3.503.423	2.102.253	1.146.272	912.892	43.089	60,0	32,7	26,1
2005	4.098.067	2.425.489	1.382.702	991.354	51.433	59,2	33,7	24,2
2006	5.220.272	2.170.773	1.239.950	885.624	45.199	41,6	23,8	17,0
2007	5.336.699	3.032.637	1.539.789	1.450.237	42.611	56,8	28,9	27,2
2008	6.066.067	3.852.025	1.957.264	1.846.952	47.809	63,5	32,3	30,4
2009	6.402.992	3.883.046	1.769.970	2.085.346	27.730	60,6	27,6	32,6
2010	6.384.702	3.908.990	1.792.377	2.080.954	35.660	61,2	28,1	32,6
Crescimento (% a.a.)						Média		
2000-2010	8,2	8,1	5,8	10,8	1,9	58,2	31,5	25,9

Fonte: STN

Enfim, mesmo com os avanços apresentados na dimensão Carências Habitacionais, ainda há muito a se melhorar. Como já citado, o déficit habitacional do Maranhão ainda é o maior do país, muitos domicílios sofrem por falta de saneamento, de abastecimento de água, de coleta de lixo e uma significativa proporção das residências não possui eletrodomésticos básicos, como rádio, televisão ou geladeira.

4 CONCLUSÃO

A construção do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM) não esgota a investigação acerca da mensuração da pobreza no Estado do Maranhão – essa de forma alguma foi a intenção deste trabalho. O intento foi analisar a dinâmica da pobreza na primeira década de 2000 a partir de alguns indicadores indispensáveis ao estudo do fenômeno, não deixando de lado, nas análises, o seu caráter estrutural. Por isso, optou-se pela construção de um Índice municipal e multidimensional.

O IPMM, por ser um Índice municipal, possibilita a comparação dos municípios maranhenses tanto entre si como em relação ao estado. Além disso, o IPMM foi formulado de forma a permitir que seja comparado com ele mesmo, no decorrer dos anos, possibilitando apreender a evolução de cada município.

Tendo essas informações em vista, a principal conclusão a que se chegou com a construção do IPMM é que houve uma redução da pobreza tanto no estado do Maranhão como em todos os municípios, quando comparados os anos 2000 e 2010. Constatou-se também, que o desempenho dos municípios não foi homogêneo. Enquanto em alguns o progresso foi bem acentuado, em outros houve apenas uma sensível melhora.

Ao comparar o Índice estadual com a média⁷⁰ dos Índices municipais, percebeu-se que os valores foram bem próximos, sendo que o estadual apresentou um resultado um pouco melhor nos dois anos analisados. Em 2000, as únicas dimensões que apresentaram um melhor desempenho no âmbito municipal (média) em relação ao estadual, foram acesso ao trabalho e desenvolvimento infantil. Em 2010, apenas o desenvolvimento infantil foi melhor nos municípios. Todavia, ao analisar o Índice estadual com cada um dos Índices municipais, verificou-se que, apenas 22 municípios registraram um Índice de pobreza melhor que o estadual, em cada um dos anos em questão. Essas observações nos permitem concluir que o grau de pobreza mostra-se mais intenso na escala municipal do que na estadual.

A opção por um indicador sintético se deu pela possibilidade de sintetizar em um único número as mais diversas situações socioeconômicas. Todavia, “devido à natureza multidimensional da pobreza humana, as situações sociais não podem ser completamente ordenadas” (BARROS, 2006, p. 9). Mesmo que se afirme que em certo período ocorreu uma melhora ou uma piora da pobreza em determinada localidade, “tudo o que poderia ser afirmado é que melhoramos em algumas dimensões e pioramos em outras.” (BARROS, 2006,

⁷⁰ Média ponderada pela população.

p. 9).

Essa citação descreve cabalmente o comportamento do IPMM. Pois, por mais que em todos os municípios tenha-se verificado uma melhora no Índice, a análise desagregada por dimensões revelou que houve muitos retrocessos. Dentre as seis dimensões analisadas, apenas uma (acesso ao conhecimento) não apresentou municípios com uma pior situação em 2010, relativamente a 2000. Nas demais pelo menos um município regrediu: acesso ao trabalho (87 municípios), escassez de recursos (38), carências habitacionais (3) e vulnerabilidade (1).

Para ter uma visão geral do desempenho das dimensões, retomou-se com o **Diagrama 2**, abaixo, o esquema das dimensões, dessa vez destacando-o com as cores azul (melhor situação) e vermelha (pior situação). Para compreender mais facilmente a análise a seguir, relembra-se o fato de que as dimensões representam, “em parte, a falta de acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em parte, a existência de necessidades básicas insatisfeitas, isto é, fins que não puderam ser alcançados”. (BARROS et al, 2006, p. 16). O diagrama foi elaborado de forma a representar a inter-relação entre as dimensões, “partindo daquelas mais relacionadas ao acesso aos meios para concluir com as dimensões mais relacionadas à consecução de fins”. (BARROS et al, 2006, p. 16).

Nota-se que as dimensões mais relacionadas ao acesso a meios receberam a cor vermelha e as mais relacionadas à consecução dos fins receberam a cor azul. Ou seja, as dimensões *fins* foram as que mais progrediram nos municípios, enquanto as dimensões *meios* foram as que mais regrediram. A dimensão vulnerabilidade é a única que não representa nem *meios*, nem *fins*, e, apesar da dimensão acesso ao conhecimento ter apresentado os maiores progressos nos municípios quando comparados os anos 2000 e 2010, ainda é a dimensão com os piores resultados.

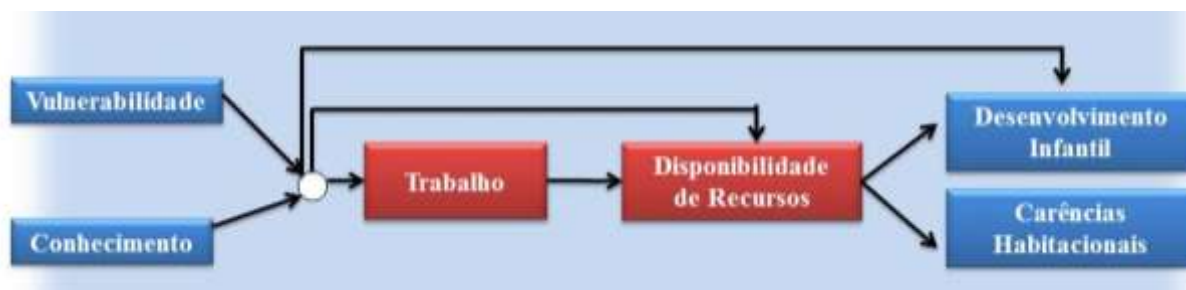


Diagrama 2 – Dimensões do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM)
Fonte: BARROS et al, 2006

O mau desempenho do acesso ao trabalho e da escassez de recursos, contrastam com o bom desempenho econômico do Maranhão na primeira década dos anos 2000. Nesse

período, o estado registrou um crescimento econômico superior ao do Nordeste e ao do Brasil. O crescimento do PIB nesse período foi de 63,2% e o da população foi de apenas 15,3%, revelando que houve um aumento da produtividade do estado na década.

Isso nos leva a concluir que o bom desempenho da economia do estado, ou melhor, o aumento do produto agregado (VA), não foi capaz de produzir um impulso da mesma magnitude na geração de novos postos de trabalho na primeira década de 2000. Consequência direta do modelo de desenvolvimento do Maranhão, baseado na produção de *commodities* para o comércio exterior, com poucos efeitos multiplicadores na economia. A partir daí, entende-se o mau desempenho da dimensão acesso ao trabalho e, conseqüentemente, da escassez de recurso.

Pode-se então afirmar que a evolução da pobreza no Estado na primeira década dos anos 2000 não decorreu de fatores endógenos ao padrão de crescimento econômico maranhense nesse período. Esteve sim, apoiada, em grande parte, nos programas sociais federais, na elevação das transferências diretas de renda para a população (acompanhadas das suas condicionalidades), nas Transferências Constitucionais para o Estado e para os municípios e, também, na política de valorização do salário mínimo. Tal evidência é refletida pelo desempenho negativo das dimensões acesso ao trabalho e escassez de recursos em muitos municípios, pela situação ainda grave da dimensão acesso ao conhecimento e pelo bom desempenho das dimensões desenvolvimento infantil, carências habitacionais e vulnerabilidade.

Ao chegar a essas conclusões, o IPMM mostra-se como um importante instrumento de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas, por permitir captar as especificidades do Maranhão, como o estado mais pobre da federação, e dos seus municípios. Esse é o primeiro passo para se chegar a estratégias mais eficientes e eficazes de combate a pobreza.

Espera-se, portanto, que o esforço materializado nessa dissertação contribua para subsidiar os gestores públicos na condução dos rumos mais adequados dos municípios maranhenses na área de enfrentamento à pobreza, redundando em contínuas melhorias para população. Mesmo que não se altere o caráter estrutural do fenômeno da pobreza.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório do Desenvolvimento Mundial**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,menuPK:3817202~pagePK:64026187~piPK:141126~theSitePK:3817167,00.html>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirella; FRANCO, Samuel. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 1227, IPEA. 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **O que é o Prouni**. Disponível em <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em : 6 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Aeps InfoLogos**. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

_____. **O que é o FIES**. Disponível em <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em: 8 jan. 2013b.

_____. **FUNDEB**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12327&Itemid=669>. Acesso em: 8 fev. 2013c.

_____. **Secretaria de Educação, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=817&id=12280&option=com_content&view=article>. Acesso em: 5 fev. 2013d.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia – MME. **Luz para todos: O que é**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/programa-luz-para-todos>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Matriz de Informação social**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGImenu/internet.php>>. Acesso em: 6 dez. 2012a.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria: 1 ano de resultado**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/documentos>>. Acesso em: 15 dez. 2012b.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria: resultados de junho/2011 a dezembro/2012**. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br/banners/caderno-de-graficos-bsm-2011-2012-v2.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. **Ministra destaca a superação da extrema pobreza pelos beneficiários do Bolsa Família**. Disponível em: <[www.mds.gov.br/Sala de Imprensa/Noticias/2013/02](http://www.mds.gov.br/Sala_de_Imprensa/Noticias/2013/02)>. Acesso em: 23 fev. 2013b.

_____. **Bolsa Família**. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores de programas: Guia Metodológico**. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

CARVALHO, Dionatan Silva. **POBREZA RURAL NO MARANHÃO**: uma análise a partir das características das famílias residentes em área rural no período de 2000 a 2010. São Luís, 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, universidade Federal do Maranhão.

CODES, Ana Luiza Machado de. **Modelagem de Equações Estruturais**: Uma contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2005.

Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL. **Anuário Estadístico de América latina e Caribe**. Disponível em: <http://www.Eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/42166/P42166.xml&xsl=/dey_pe/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 20 nov. 2011.

DEDECCA, Cláudio Salvadori, et al. Uma abordagem multidimensional da pobreza rural segundo a perspectiva da política pública In:___ MIRANDA, Carlos e TIBURCIO, Breno (org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. p. 17-54. Disponível em: <http://iicaforumdrs.org.br/iica2011/adm/arquivosup/dee2c039602cc8377e428081b945a331Volume%2016_final_29mai0.pdf>. Acesso: 1 dez. 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATISTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS - DIEESE. **Política de valorização do salário mínimo**. Nota Técnica n. 118, dez. 2012. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/infollowww.dieese.org.br/notatecnica/.../notaTec118salarioMinimo2013.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

DRAIBE, Sônia. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. São Paulo: **Revistausp** - n.17, p. 86 - 101, 1993.

DUARTE. Ana Lúcia Cunha. Política de formação de professores para a educação básica no Maranhão: uma revisão necessária. In:___ Anais do **XXIII Simpósio da ANPAE**; 2007; Porto Alegre, BR. Associação de Políticas e Administração da Educação – ANPAE; 2007. Trabalho n. 26. Disponível em: <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simpósio2007/23.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2013.

FERNANDES, M. G. M.; SANTOS, S. R. Políticas públicas e direitos do idoso: desafios da agenda social do brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: **Achegas, Revista de Ciência Política** - v.6, n.34, p. 49-60, 2007.

FERREIRA, Lícia Caroline Birino. **A pobreza no Maranhão em anos recentes**: dimensão de determinações. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2008.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **O controle da pobreza na ordem do capital**: a

centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal. 2007. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Mapa do fim da fome**. Disponível em: <http://portal.fgv.br/pt-br/busca?cx=010578076968944729182%3Atuq_vfqmc_10&cof=FORID%3A11&query=%E2%80%9CMapa+do+Fim+da+Fome%E2%80%9D&form_build_id=form-e7e1e5fc2d7d65210980d4f0b9b3e90f&form_token=6c4f515060f3557c6ee5b2a0875b5060&form_id=google_cse_results_searchbox_form>. Acesso em: 20 nov. 2011.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **O direito de ser adolescente**: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

GLOBO UNIVERSIDADE. **Centro de Desenvolvimento e planejamento Regional da Universidade de Minas Gerais (Cedeplar/UFMA)**. Rio de Janeiro, 30 out. 2010. Disponível em: <<http://globouniversidade.globo.com/GloboUniversidade/0,,8735,00.html>>. Acesso em: 30 out. 2010.

GRUPO DE AVALIAÇÃO E ESTUDO DA POBREZA E DE POLÍTICAS DIRECIONADAS À POBREZA – GAEPP. **Objetivos**. Disponível em: <http://www.gaep.ufma.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=19>. Acesso em: 2 jan 2013.

GUIMARÃES, J.R.S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Salvador: **ANPUR, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** – v.7, n.1, p. 73-90, 2005.

HAYEK, Friedrich. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985. v. 2.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOFFMANN, R. **Distribuição de Renda**: Medidas de Desigualdade e Pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

HOLANDA, Felipe Macedo de. Perspectivas para a economia maranhense. **Indicadores de Conjuntura Econômica Maranhense**. São Luís, v. 2, n. 2, p. 15-23, out./dez. 2009.

IMIRANTE. **Maranhão Profissional apresenta balanço positivo**. São Luís, 2012. Disponível em <<http://imirante.globo.com/noticias/2012/12/18/pagina326366.shtml>>. Acesso em: 6 jan. 2013.

IMPARCIAL, O. **Déficit habitacional no Maranhão é o maior do país**. Disponível em: <www.oimparcial.com.br/app/noticia/urbano/2011/01/.../index.shtml> Acesso em: 16 jan. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Indicadores educacionais**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>> Acesso em: 18 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 jan 2012.

_____. **Indicadores Sociais municipais**: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/.../indicadores_sociais_municipais/indicadores>. Acesso em: 6 dez. 2012.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Previdência e assistência social: efeitos no rendimento familiar e sua dimensão nos estados. **Comunicado de Presidente** n. 58. 2010a. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 30 set. 2010.

_____. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por região e por estado no Brasil. **Comunicado de Presidente** n. 38. 2010b. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 30 set. 2010.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Índice de Desenvolvimento Municipal**. São Luís: IMESC, 2012. v. 3.

_____. **Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2009. v. 5.

_____. **Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos divulga o PIB do Estado do Maranhão – Período 2006-2010**. São Luís: IMESC, 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília, abr/jun, 2005

_____. **Indicadores sociais na formulação de políticas públicas**. Disponível em <<http://www.cedeps.com.br/>>. Acesso em: 2 set. 2011.

_____. **Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Disponível em: <<http://www.gestaosocial.org.br/>>. Acesso em: 2 set. 2011.

JANNUZZI, P. M. & PASQUALI, F. A. Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 75-94, 1999.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. 2009. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Uberlândia, 2009. 212f.. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. Brasília, Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 6 jan. 2013.

LE MOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

LIMA, Roberval Felipe Pereira de. **Espacialização dos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – por cartogramas corocromáticos estatísticos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/Santa Catarina, 2006,

MACHADO, Kenys . Implicações teóricas do conceito de pobreza no combate à pobreza. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 17 n. 1, p. 685-693, abr./jun. 2007. Disponível em: <<Http://www.sie.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. **Anuário Estatístico 2010**. São Luís: SEDUC, 2011.

_____. Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. **Anuário Estatístico 2011**. São Luís: SEDUC, 2012.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar. **Viva Oportunidades**. São Luís, 2012.

MARANHÃO PROFISSIONAL. **Conheça o Programa**. São Luís, 2013. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/maranhaoprofissional/conheca-o-programa/>>. Acesso em: 6 jan. 2013.

MARTINI, Ricardo Agostini. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza**. 2009. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20369.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fonte, 1977.

_____. **O Capital**. Livro 1. O processo de produção do capital. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 2, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVILVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2009.

MENCHER, S. The Problem of Measuring Poverty. **British Journal of Sociology**, vol. 18, n. 1.1967.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Bases teóricas, metodologia de elaboração, e aplicabilidade de indicadores intra-urbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/São Paulo, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Relatório de monitoramento global de educação para todos 2011**. Disponível em: <www.euvocetodospelaeducacao.org.br/?p=1732>. Acesso em: 10 fev. 2013.

PARANÁ, Companhia de Saneamento do – Sanepar. **Doenças relacionadas com a falta de saneamento**. Disponível <http://educando.sanepar.com.br/ensino_medio/doen%C3%A7as-relacionadas-com-falta-de-saneamento>. Acesso em: 6 jan. 2013.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: um ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PERREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

PROGRAMA DAS UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em 20 nov. 2010.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC 2. **Creches e pré-escolas**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/comunidade-cidada/creches-e-pre-escolas>>. Acesso em 15 jan. 2013.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Brasília: Ed Universitária de Brasília, 1981.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se Trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RUA, M. G. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores**. Mimeo, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2004.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza: Economia Política da Distribuição de Renda**. Petrópolis: Garamond, 2001.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobreza e desigualdade no 3º mundo**. São Paulo: Nobel, 1994.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica**. Pensamento Plural, Pelotas, 2007.

SCHWARZER, Helmut. Impactos Socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso do Pará. **Texto para discussão** n. 729, IPEA. 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família no enfrentamento da pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, 184 p. jan./jun. 2002.

_____. POBREZA E SUAS DIFERENTES EXPRESSÕES: questões teórico-conceituais e empíricas. In: ____ SILVA, Maria Ozanira Silva (org.). **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**. São Luís: EDUFMA, 2012.

SILVA, Lília Penha Viana. **Pobreza e suas formas de resistência e enfrentamento no município de Beláqua – MA**. 2004. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

SOTO, Fernández Silvia. El concepto de pobreza em la teoria marxista. **Serviço Social e Sociedade**. Brasil, v. 24, n. 73, mar. 2003.

TECSAÚDE. EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Disponível em: <tecsaude.sp.gov.br/pdf/EJA.pdf> Acesso em: 5 jan. 2013.

TOTAL QUALIDADE. **O que significa trade-off na gestão de operações?**. Disponível em: <<http://www.totalqualidade.com.br/2010/05/o-que-significa-trade-off-na-gestao-de.html>.> Acesso em: 6 nov. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA. **GRADUAÇÃO**: Cursos do Programa de Qualificação – PQD. Disponível em: < <http://www.uema.br/graduacao/cursos-da-uema>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA. **Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa é lançado no Maranhão**. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=41277>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

ANEXOS

Anexo A – Mapa Político do Estado do Maranhão – por Regiões de planejamento do Governo



Anexo B – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2000

(Continua)

Vulnerabilidade 2000	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	Municípios	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge
Maranhão	6,53	12,59	26,81	45,20	59,52	7,17	26,39	18,26
Açailândia	6,61	12,76	27,16	45,49	60,34	4,83	23,41	19,8
Afonso Cunha	8,45	15,50	29,94	48,13	62,56	7,41	20,88	24,8
Água Doce do Maranhão	6,99	12,58	27,57	47,08	60,71	9,03	19,69	20,0
Alcântara	4,85	12,30	25,78	45,27	58,92	8,61	30,80	16,9
Aldeias Altas	7,94	14,24	28,56	47,49	61,20	7,31	22,55	20,6
Altamira do Maranhão	7,60	15,68	29,04	47,11	60,86	7,65	19,67	23,6
Alto Alegre do Maranhão	5,94	12,24	26,44	45,13	59,63	7,79	23,37	19,7
Alto Alegre do Pindaré	9,02	16,92	30,88	50,84	64,38	6,20	17,19	22,8
Alto Parnaíba	6,82	16,01	29,00	48,55	60,50	7,48	31,78	17,7
Amapá do Maranhão	10,68	20,52	32,84	51,44	65,83	4,47	19,71	26,3
Amarante do Maranhão	8,37	16,95	30,60	49,90	63,48	6,05	18,67	23,4
Anajatuba	7,08	13,90	26,04	45,11	58,98	9,55	28,38	17,4
Anapurus	7,41	14,90	29,12	47,69	61,01	7,28	22,26	21,2
Apicum-Açu	7,35	15,83	32,54	51,97	63,97	6,71	23,42	22,5
Araguanã	7,91	13,87	29,10	49,17	62,62	7,05	18,70	18,3
Araioses	5,79	12,46	27,98	47,22	60,37	9,36	22,92	18,8
Arame	8,33	14,51	32,83	52,21	66,22	5,30	16,09	25,3
Arari	5,49	10,89	25,89	44,44	59,40	8,12	23,98	15,9
Axixá	6,29	12,48	27,60	47,45	62,24	8,58	27,66	16,9
Bacabal	5,93	11,08	24,70	42,28	57,32	8,43	31,22	16,2
Bacabeira	6,22	12,34	28,14	48,32	61,95	6,79	28,30	20,6
Bacuri	9,35	15,98	30,55	50,53	62,76	8,73	31,91	20,4
Bacurituba	8,06	11,42	26,41	44,74	57,53	11,37	27,11	18,3
Balsas	7,89	14,79	29,26	47,01	61,08	5,93	26,23	20,9
Barão de Grajaú	5,02	11,00	24,39	42,83	56,31	8,82	25,91	15,7
Barra do Corda	7,03	13,03	28,18	47,15	60,32	7,75	21,11	20,5
Barreirinhas	8,48	15,48	31,96	51,73	64,81	6,77	20,51	24,5
Belágua	12,76	27,81	38,73	56,28	68,11	5,77	13,58	31,4
Bela Vista do Maranhão	8,06	15,10	28,40	47,62	61,85	8,40	24,04	19,6
Benedito Leite	4,65	9,54	25,93	45,26	56,53	9,85	21,60	15,3
Bequimão	5,07	9,49	24,51	44,75	58,82	9,35	32,77	13,7
Bernardo do Mearim	3,97	9,41	26,14	43,84	57,32	8,38	27,15	17,1
Boa Vista do Gurupi	7,91	18,01	34,54	53,18	65,07	5,95	27,66	28,6
Bom Jardim	5,61	14,13	29,13	48,67	62,07	7,56	20,07	21,5
Bom Jesus das Selvas	9,32	18,29	29,64	48,84	63,14	5,13	17,82	22,5
Bom Lugar	7,54	13,33	27,38	46,09	60,80	7,38	20,16	20,1
Brejo	6,22	13,15	26,69	45,80	59,39	8,51	23,87	18,3
Brejo de Areia	10,74	20,41	33,02	51,25	65,50	5,33	11,44	28,9
Buriti	7,75	15,95	30,77	49,74	62,64	7,75	21,00	23,6
Buriti Bravo	4,52	12,64	28,76	47,07	60,04	8,16	26,73	19,3
Buriticupu	8,97	18,12	31,51	50,76	65,02	4,06	10,93	24,4
Buritirana	7,88	13,64	29,39	48,49	62,39	7,61	21,23	20,6
Cachoeira Grande	10,73	20,33	37,68	55,94	67,24	5,63	21,54	29,5
Cajapió	6,96	13,95	27,73	48,61	62,36	8,21	28,00	18,0
Cajari	8,41	18,12	31,46	50,29	63,15	7,37	22,04	24,1

Anexo B – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2000

(Continuação)

Vulnerabilidade 2000	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	Municípios	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge
Maranhão	6,53	12,59	26,81	45,20	59,52	7,17	26,39	18,26
Açailândia	6,61	12,76	27,16	45,49	60,34	4,83	23,41	19,8
Afonso Cunha	8,45	15,50	29,94	48,13	62,56	7,41	20,88	24,8
Água Doce do Maranhão	6,99	12,58	27,57	47,08	60,71	9,03	19,69	20,0
Alcântara	4,85	12,30	25,78	45,27	58,92	8,61	30,80	16,9
Aldeias Altas	7,94	14,24	28,56	47,49	61,20	7,31	22,55	20,6
Altamira do Maranhão	7,60	15,68	29,04	47,11	60,86	7,65	19,67	23,6
Alto Alegre do Maranhão	5,94	12,24	26,44	45,13	59,63	7,79	23,37	19,7
Alto Alegre do Pindaré	9,02	16,92	30,88	50,84	64,38	6,20	17,19	22,8
Alto Parnaíba	6,82	16,01	29,00	48,55	60,50	7,48	31,78	17,7
Amapá do Maranhão	10,68	20,52	32,84	51,44	65,83	4,47	19,71	26,3
Amarante do Maranhão	8,37	16,95	30,60	49,90	63,48	6,05	18,67	23,4
Anajatuba	7,08	13,90	26,04	45,11	58,98	9,55	28,38	17,4
Anapurus	7,41	14,90	29,12	47,69	61,01	7,28	22,26	21,2
Apicum-Açu	7,35	15,83	32,54	51,97	63,97	6,71	23,42	22,5
Araguanã	7,91	13,87	29,10	49,17	62,62	7,05	18,70	18,3
Araioses	5,79	12,46	27,98	47,22	60,37	9,36	22,92	18,8
Arame	8,33	14,51	32,83	52,21	66,22	5,30	16,09	25,3
Arari	5,49	10,89	25,89	44,44	59,40	8,12	23,98	15,9
Axixá	6,29	12,48	27,60	47,45	62,24	8,58	27,66	16,9
Bacabal	5,93	11,08	24,70	42,28	57,32	8,43	31,22	16,2
Bacabeira	6,22	12,34	28,14	48,32	61,95	6,79	28,30	20,6
Bacuri	9,35	15,98	30,55	50,53	62,76	8,73	31,91	20,4
Bacurituba	8,06	11,42	26,41	44,74	57,53	11,37	27,11	18,3
Balsas	7,89	14,79	29,26	47,01	61,08	5,93	26,23	20,9
Barão de Grajaú	5,02	11,00	24,39	42,83	56,31	8,82	25,91	15,7
Barra do Corda	7,03	13,03	28,18	47,15	60,32	7,75	21,11	20,5
Barreirinhas	8,48	15,48	31,96	51,73	64,81	6,77	20,51	24,5
Belágua	12,76	27,81	38,73	56,28	68,11	5,77	13,58	31,4
Bela Vista do Maranhão	8,06	15,10	28,40	47,62	61,85	8,40	24,04	19,6
Benedito Leite	4,65	9,54	25,93	45,26	56,53	9,85	21,60	15,3
Bequimão	5,07	9,49	24,51	44,75	58,82	9,35	32,77	13,7
Bernardo do Mearim	3,97	9,41	26,14	43,84	57,32	8,38	27,15	17,1
Boa Vista do Gurupi	7,91	18,01	34,54	53,18	65,07	5,95	27,66	28,6
Bom Jardim	5,61	14,13	29,13	48,67	62,07	7,56	20,07	21,5
Bom Jesus das Selvas	9,32	18,29	29,64	48,84	63,14	5,13	17,82	22,5
Bom Lugar	7,54	13,33	27,38	46,09	60,80	7,38	20,16	20,1
Brejo	6,22	13,15	26,69	45,80	59,39	8,51	23,87	18,3
Brejo de Areia	10,74	20,41	33,02	51,25	65,50	5,33	11,44	28,9
Buriti	7,75	15,95	30,77	49,74	62,64	7,75	21,00	23,6
Buriti Bravo	4,52	12,64	28,76	47,07	60,04	8,16	26,73	19,3
Buriticupu	8,97	18,12	31,51	50,76	65,02	4,06	10,93	24,4
Buritirana	7,88	13,64	29,39	48,49	62,39	7,61	21,23	20,6
Cachoeira Grande	10,73	20,33	37,68	55,94	67,24	5,63	21,54	29,5
Cajapió	6,96	13,95	27,73	48,61	62,36	8,21	28,00	18,0
Cajari	8,41	18,12	31,46	50,29	63,15	7,37	22,04	24,1

Anexo B – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2000

(Continuação)

Vulnerabilidade 2000	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge	V8. metade ou menos dos membros encontram-se em idade ativa
Itapecuru Mirim	7,74	14,11	28,32	47,44	60,87	8,33	32,04	18,4
Itinga do Maranhão	6,14	13,09	27,56	45,53	60,81	4,67	22,77	18,5
Jatobá	5,82	12,28	29,46	48,48	62,43	6,96	19,19	22,3
Jenipapo dos Vieiras	7,45	14,91	33,53	52,28	65,35	7,06	14,17	26,6
João Lisboa	6,56	12,81	27,49	46,73	60,93	7,15	24,96	19,3
Joselândia	8,06	14,72	28,37	46,34	60,85	7,67	19,56	21,1
Junco do Maranhão	8,20	18,58	29,99	49,03	63,20	5,48	18,78	21,9
Lago da Pedra	6,53	12,82	28,02	46,38	60,02	7,76	24,23	18,9
Lago do Junco	5,60	12,19	28,61	46,75	61,01	7,01	18,41	21,2
Lago Verde	8,75	16,14	29,66	49,10	63,32	7,10	23,32	20,8
Lagoa do Mato	6,97	13,18	25,99	44,70	59,78	7,11	18,81	20,5
Lago dos Rodrigues	5,78	11,76	26,33	46,34	59,94	8,67	23,75	18,6
Lagoa Grande do Maranhão	8,06	18,58	32,59	52,13	65,77	4,89	13,57	25,3
Lajeado Novo	6,85	14,16	28,35	46,97	60,07	7,29	17,74	20,5
Lima Campos	4,86	10,02	23,49	42,34	54,70	10,42	27,20	14,4
Loreto	6,63	12,16	29,41	48,19	60,71	7,51	18,16	22,4
Luís Domingues	8,61	14,89	29,12	47,83	61,72	7,70	26,47	21,2
Magalhães de Almeida	7,69	13,78	26,96	45,84	60,10	8,71	19,32	19,0
Maracaçumé	8,34	15,52	29,53	47,99	62,61	6,36	22,72	19,5
Marajá do Sena	9,96	19,48	35,04	52,65	67,24	4,11	12,61	27,2
Maranhãozinho	7,28	16,02	30,52	49,95	62,96	6,42	18,17	21,7
Mata Roma	6,57	13,49	29,13	48,43	61,78	7,81	18,82	22,1
Matinha	6,10	12,15	26,38	46,34	60,46	8,55	22,64	18,8
Matões	7,49	14,04	28,49	46,88	60,42	8,48	20,75	20,0
Matões do Norte	6,74	15,54	30,58	48,58	60,87	6,75	21,14	23,5
Milagres do Maranhão	6,81	16,52	31,65	49,61	61,25	7,83	16,15	21,6
Mirador	7,35	15,18	29,63	48,19	60,99	7,41	22,23	21,8
Miranda do Norte	4,98	11,79	25,64	44,84	59,90	7,65	28,48	16,5
Mirinzal	8,73	14,63	27,31	46,68	61,23	8,30	30,89	19,4
Monção	8,90	17,24	33,31	51,33	63,99	6,95	22,54	24,6
Montes Altos	6,91	12,67	27,13	45,40	58,99	8,24	20,03	20,4
Morros	10,66	17,84	33,61	51,62	65,27	6,96	18,85	24,2
Nina Rodrigues	7,28	15,85	32,55	53,01	64,70	6,53	23,60	21,2
Nova Colinas	9,13	17,29	30,67	50,34	63,60	5,53	16,61	23,9
Nova Iorque	5,18	12,16	26,09	43,18	55,98	10,19	23,14	19,2
Nova Olinda do Maranhão	5,38	13,87	28,75	48,64	61,68	6,69	24,00	20,2
Olho d'Água das Cunhãs	6,08	11,49	24,88	42,72	57,31	8,50	23,47	17,3
Olinda Nova do Maranhão	8,15	14,00	27,02	48,48	61,95	7,42	23,35	18,9
Paço do Lumiar	5,34	10,88	23,97	41,22	57,52	4,79	29,98	17,2
Palmeirândia	6,21	10,88	26,25	46,12	60,76	8,32	30,58	17,7
Paraibano	5,17	8,74	26,07	44,73	57,81	8,21	23,48	15,4
Parnarama	8,12	14,40	27,84	47,49	61,30	7,43	20,44	21,3
Passagem Franca	7,67	14,44	27,48	44,42	58,62	9,01	23,19	16,6
Pastos Bons	6,38	12,13	26,88	45,23	57,95	8,62	20,49	17,9
Paulino Neves	12,38	18,94	34,16	53,25	65,02	7,94	19,18	24,6
Paulo Ramos	9,05	15,87	29,84	48,26	62,29	7,10	19,50	23,9

Anexo B – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2000

(Continuação)

Vulnerabilidade 2000	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge	V8. metade ou menos dos membros encontram-se em idade ativa
Pedreiras	4,88	10,05	23,29	39,92	55,11	8,90	28,57	14,4
Pedro do Rosário	7,95	15,85	30,97	50,87	63,85	6,97	20,43	23,0
Penalva	7,56	14,89	30,49	49,54	62,58	8,09	22,60	19,8
Peri Mirim	6,61	11,79	24,86	41,96	55,60	9,23	29,49	17,5
Peritoró	6,61	13,70	27,62	45,14	58,46	8,36	28,99	17,6
Pindaré-Mirim	5,27	11,90	26,43	45,70	60,16	8,50	28,90	18,0
Pinheiro	5,68	10,19	24,93	44,50	59,26	7,93	30,84	15,2
Pio XII	5,34	12,10	28,52	47,02	61,00	7,72	21,70	23,0
Pirapemas	6,92	12,56	29,41	48,35	61,25	8,28	28,13	19,9
Poção de Pedras	4,51	9,22	24,06	44,03	59,31	8,09	21,56	18,4
Porto Franco	8,13	12,73	25,92	44,40	58,81	7,67	26,38	18,8
Porto Rico do Maranhão	5,50	10,89	24,34	45,33	59,59	8,15	29,46	13,8
Presidente Dutra	5,77	10,81	25,67	43,32	57,87	7,93	24,35	17,2
Presidente Juscelino	7,49	17,40	33,70	52,71	63,49	7,40	14,68	25,7
Presidente Médici	8,27	13,55	28,99	47,29	61,80	7,57	19,92	19,2
Presidente Sarney	7,70	15,33	31,14	49,81	63,30	7,76	25,08	22,7
Presidente Vargas	8,34	17,89	36,60	54,75	65,93	5,89	19,50	32,0
Primeira Cruz	9,23	19,39	32,45	51,89	65,31	6,91	20,10	25,2
Raposa	8,13	15,87	28,30	46,55	62,41	4,46	22,50	21,0
Riachão	7,18	13,44	27,86	46,59	60,09	8,28	25,07	20,5
Ribamar Fiquene	6,21	15,29	29,20	47,51	61,64	6,29	19,60	20,0
Rosário	7,24	14,17	27,73	47,43	60,87	8,14	29,29	17,9
Sambaíba	6,98	14,12	31,25	48,35	61,30	7,43	22,66	24,2
Santa Filomena do	9,61	18,15	30,83	48,88	63,42	5,79	18,81	22,5
Santa Helena	7,38	12,86	27,50	47,34	61,42	8,00	28,03	17,6
Santa Inês	5,84	12,15	24,84	42,95	58,32	8,15	29,24	15,7
Santa Luzia	8,87	17,04	30,41	49,58	63,20	6,63	19,65	22,8
Santa Luzia do Paruá	8,55	13,98	28,54	48,94	61,50	7,71	21,52	18,7
Santa Quitéria do	8,02	16,29	31,53	50,84	63,61	6,73	19,10	23,3
Santa Rita	7,59	12,87	28,24	46,89	60,43	8,37	26,17	19,9
Santana do Maranhão	8,69	17,43	32,05	51,10	63,51	8,11	16,38	25,0
Santo Amaro do Maranhão	11,25	17,72	33,33	53,54	66,33	7,01	19,28	24,6
Santo Antônio dos Lopes	5,82	12,23	26,43	44,48	58,67	7,77	22,78	19,4
São Benedito do Rio Preto	7,34	16,54	31,55	51,03	63,77	7,29	16,46	24,0
São Bento	5,55	10,21	24,77	44,75	59,03	8,79	33,71	14,8
São Bernardo	7,02	14,17	28,56	48,10	61,59	8,46	21,32	21,9
São Domingos do Azeitão	6,59	15,24	29,08	47,34	59,06	7,04	19,76	21,4
São Domingos do	7,91	15,41	27,78	46,14	59,87	7,18	21,26	20,1
São Félix de Balsas	4,65	11,03	27,93	45,73	58,63	7,35	16,25	19,5
São Francisco do Brejão	4,91	13,51	26,45	46,34	60,85	6,91	20,11	15,6
São Francisco do	6,43	12,42	26,98	44,23	57,18	9,48	20,97	18,3
São João Batista	4,70	10,12	26,88	46,25	60,21	8,64	19,88	17,5
São João do Carú	11,08	19,30	33,02	50,86	65,18	5,44	14,84	24,8
São João do Paraíso	6,33	14,83	29,13	47,43	60,98	7,04	16,16	20,9
São João do Soter	7,87	15,14	28,09	45,83	59,65	8,65	24,22	18,4
São João dos Patos	5,66	9,16	23,84	41,10	54,71	9,86	28,90	15,9

Anexo B – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2000

(Conclusão)

Vulnerabilidade 2000	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge	V8. metade ou menos dos membros encontram-se em idade ativa
São José de Ribamar	6,09	11,31	25,20	43,71	58,90	5,10	27,58	18,2
São José dos Basílios	8,31	14,41	28,38	48,23	61,29	7,32	19,69	20,6
São Luís	4,62	8,70	21,08	38,01	54,60	5,69	35,40	12,7
São Luís Gonzaga do	6,58	13,58	28,05	45,48	59,15	7,38	23,07	21,0
São Mateus do Maranhão	7,07	13,83	27,24	45,63	58,82	8,50	26,31	18,9
São Pedro da Água Branca	8,83	15,35	28,51	47,86	61,11	7,44	22,42	21,0
São Pedro dos Crentes	7,47	13,11	29,48	50,21	63,71	5,24	16,72	20,8
São Raimundo das	5,34	10,89	28,68	47,10	59,30	8,95	23,60	17,8
São Raimundo do Doca	7,79	16,39	31,90	51,92	64,56	5,62	13,39	24,8
São Roberto	6,25	13,64	30,57	49,64	63,66	6,30	17,36	26,8
São Vicente Ferrer	7,76	10,88	28,34	48,03	61,49	8,75	29,42	17,5
Satubinha	6,83	13,08	28,30	48,93	62,98	7,37	17,73	19,5
Senador Alexandre Costa	6,70	11,74	29,35	46,41	58,65	9,14	27,44	19,9
Senador La Rocque	7,60	13,61	27,34	45,82	60,25	8,62	24,21	19,0
Serrano do Maranhão	7,79	13,67	30,42	48,44	61,33	7,26	29,15	19,3
Sítio Novo	9,94	16,70	29,76	48,48	61,97	7,49	16,37	21,9
Sucupira do Norte	6,34	12,75	28,09	45,61	57,87	8,77	21,76	19,3
Sucupira do Riachão	4,56	11,15	26,34	43,53	56,38	9,31	22,50	19,7
Tasso Fragoso	7,34	16,15	32,23	49,89	61,25	6,79	22,04	22,8
Timbiras	7,33	14,67	29,58	48,85	61,44	7,87	22,59	22,0
Timon	6,49	12,46	24,94	42,58	57,88	7,00	27,68	16,9
Trizidela do Vale	3,73	9,14	22,97	42,38	55,80	9,83	28,95	15,9
Tufilândia	7,13	12,58	29,61	47,70	62,38	8,02	23,24	21,0
Tuntum	7,18	14,10	27,93	46,68	60,20	7,72	19,75	21,7
Turiação	8,64	17,90	32,42	51,47	64,75	6,36	22,41	24,1
Turilândia	4,74	12,94	27,55	47,52	61,51	7,17	18,84	19,9
Tutóia	7,31	16,31	31,41	50,94	63,70	7,34	19,77	22,1
Urbano Santos	8,35	15,82	31,74	51,88	64,48	7,15	15,19	23,5
Vargem Grande	8,48	16,30	30,65	49,63	62,09	7,79	25,45	21,9
Viana	7,29	13,35	27,76	47,30	61,08	7,97	24,07	18,0
Vila Nova dos Martírios	4,29	12,69	28,90	47,62	60,73	6,88	19,04	20,9
Vitória do Mearim	8,20	15,04	28,90	48,34	61,64	7,65	26,01	19,5
Vitorino Freire	6,37	12,54	25,85	43,91	57,54	9,43	25,46	17,7
Zé Doca	6,62	12,78	27,33	47,70	61,78	7,41	22,65	19,9

Fonte: IBGE

Anexo C – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2010

(Continua)

Vulnerabilidade 2010	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	Municípios	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge
Maranhão	4,46	8,60	22,27	37,27	51,32	8,63	31,43	10,61
Açailândia	4,81	8,96	22,49	37,40	51,72	6,77	27,61	10,2
Afonso Cunha	5,11	10,06	27,03	45,22	58,33	7,49	23,17	16,1
Água Doce do Maranhão	4,24	9,05	23,10	38,91	52,50	10,43	23,13	11,0
Alcântara	3,73	8,11	21,70	35,85	49,51	10,23	33,97	8,9
Aldeias Altas	4,88	10,27	26,45	42,17	55,59	8,40	26,74	16,5
Altamira do Maranhão	4,06	7,42	22,57	39,10	53,29	8,48	24,81	11,2
Alto Alegre do Maranhão	4,48	9,43	24,55	39,20	53,58	7,97	29,14	12,8
Alto Alegre do Pindaré	6,40	11,06	25,83	43,40	56,15	8,76	22,77	13,2
Alto Parnaíba	4,48	8,91	23,98	40,60	53,20	9,25	36,09	8,6
Amapá do Maranhão	7,06	13,52	28,00	44,33	58,36	7,14	24,70	13,8
Amarante do Maranhão	7,96	13,36	27,86	43,40	55,85	8,69	23,74	15,1
Anajatuba	5,23	8,55	20,87	35,54	49,62	10,47	27,11	10,7
Anapurus	4,98	10,58	25,03	40,39	54,51	7,77	23,94	12,1
Apicum-Açu	5,59	9,38	23,26	41,15	55,75	7,13	29,82	11,8
Araguanã	5,02	10,26	25,40	40,85	54,18	7,57	19,16	15,0
Araioses	3,93	9,50	23,04	38,63	52,26	10,50	24,32	12,9
Arame	6,74	12,85	28,40	45,13	58,84	6,97	19,41	17,1
Arari	4,31	8,09	21,26	36,67	50,73	9,35	26,41	11,5
Arixá	4,55	9,15	23,20	38,86	53,07	9,75	29,13	12,0
Bacabal	4,34	8,28	21,58	35,44	49,10	9,77	36,46	9,3
Bacabeira	4,54	9,08	23,04	38,71	53,84	7,49	29,71	12,5
Bacuri	4,20	7,86	21,89	39,85	54,02	10,17	37,33	11,5
Bacurituba	4,47	9,56	21,97	36,92	48,78	12,86	36,47	11,0
Balsas	4,52	9,47	23,10	38,21	53,37	6,36	31,87	10,4
Barão de Grajaú	2,81	5,97	18,73	33,00	47,45	10,61	32,64	9,0
Barra do Corda	4,30	8,94	22,61	38,69	51,96	10,08	27,14	11,6
Barreirinhas	6,23	11,33	28,04	44,60	58,34	6,71	24,72	13,2
Belágua	7,98	16,25	32,02	50,35	63,54	5,84	12,84	16,0
Bela Vista do Maranhão	5,13	8,80	24,34	39,78	53,94	9,39	31,10	12,7
Benedito Leite	3,75	7,08	19,61	33,84	47,39	12,18	27,05	8,6
Bequimão	4,52	6,89	20,18	34,71	48,33	12,19	34,74	9,0
Bernardo do Mearim	4,29	8,42	20,95	34,31	47,04	11,12	22,45	11,6
Boa Vista do Gurupi	6,40	12,53	28,66	46,23	59,26	7,28	32,70	14,8
Bom Jardim	6,03	11,45	25,81	41,58	54,65	8,90	26,87	13,1
Bom Jesus das Selvas	5,36	10,29	26,07	41,45	57,18	5,78	21,38	13,9
Bom Lugar	4,60	9,37	23,93	38,02	51,48	7,88	19,93	13,7
Brejo	4,75	9,69	25,03	39,97	52,90	9,50	27,60	12,1
Brejo de Areia	5,37	10,38	25,32	44,41	57,15	6,81	19,29	12,8
Buriti	6,51	12,55	27,70	44,10	57,05	8,70	24,44	15,9
Buriti Bravo	4,58	8,39	23,51	39,90	52,49	11,07	26,65	11,2
Buriticupu	5,72	10,79	27,30	44,13	58,15	6,24	23,01	14,6
Buritirana	3,89	8,55	24,74	40,97	53,12	10,02	26,94	13,4
Cachoeira Grande	4,84	10,07	28,01	47,69	60,49	7,17	21,81	14,2
Cajapió	5,31	11,70	23,91	38,90	53,52	9,62	30,93	12,4
Cajari	5,18	10,21	26,34	42,23	55,78	7,88	26,40	14,9

Anexo C – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2010

(Continuação)

Vulnerabilidade 2010	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	Municípios	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge
Campestre do Maranhão	4,36	9,05	22,78	38,96	53,42	7,82	26,29	11,0
Cândido Mendes	5,78	9,80	24,68	40,46	55,28	8,23	27,65	12,5
Cantanhede	5,22	8,86	24,20	40,56	54,89	7,79	29,58	12,1
Capinzal do Norte	3,40	7,61	21,40	35,86	48,85	11,63	28,48	9,2
Carolina	4,14	8,53	21,78	37,18	49,40	11,34	31,49	8,7
Carutapera	7,07	11,42	24,50	41,21	56,61	7,59	27,39	13,4
Caxias	3,96	7,72	21,83	35,72	49,44	10,48	36,74	10,1
Cedral	5,45	8,91	21,26	35,62	48,77	9,81	34,06	8,8
Central do Maranhão	3,80	8,72	26,70	42,86	55,07	9,68	41,59	11,6
Centro do Guilherme	5,49	11,38	25,39	41,86	58,41	5,70	20,48	13,2
Centro Novo do Maranhão	6,71	11,59	28,34	44,36	58,79	5,22	20,82	17,0
Chapadinha	5,30	9,97	24,54	39,40	53,93	8,83	29,10	13,2
Cidelândia	5,04	8,20	24,48	39,27	52,11	9,20	24,75	12,8
Codó	5,15	9,24	23,31	38,26	51,70	10,57	35,52	11,1
Coelho Neto	4,47	9,63	24,52	39,46	53,10	9,06	30,47	12,1
Colinas	5,17	10,30	23,04	40,07	53,90	8,39	30,25	12,6
Conceição do Lago-Açu	7,37	12,61	29,04	45,00	57,94	6,68	24,11	15,6
Coroatá	4,01	8,47	23,29	38,27	51,56	10,08	31,33	11,1
Cururupu	4,42	8,07	21,69	37,08	48,90	10,91	38,42	8,9
Davinópolis	4,08	9,57	23,72	38,77	52,92	9,94	32,51	10,6
Dom Pedro	4,87	8,50	21,67	36,33	49,13	9,96	30,23	9,7
Duque Bacelar	6,32	11,22	26,61	44,05	57,03	8,15	24,13	15,5
Esperantinópolis	4,05	9,22	22,02	37,57	51,04	10,31	29,64	10,8
Estreito	5,41	10,41	21,61	35,56	50,62	6,95	29,41	10,0
Feira Nova do Maranhão	4,57	9,63	24,29	42,40	54,06	8,97	22,46	11,5
Fernando Falcão	6,23	12,08	28,11	44,62	58,32	7,30	16,12	11,7
Formosa da Serra Negra	4,80	10,32	23,55	41,33	56,08	6,99	22,12	13,9
Fortaleza dos Nogueiras	4,72	9,14	22,39	39,67	53,81	8,18	25,51	11,9
Fortuna	5,00	9,66	23,81	40,52	52,00	10,74	23,40	10,9
Godofredo Viana	5,56	9,71	22,43	37,92	53,00	6,85	24,09	10,5
Gonçalves Dias	4,69	9,18	22,94	37,87	50,02	10,76	25,82	12,8
Governador Archer	4,27	7,16	22,18	36,59	50,64	10,82	29,58	10,9
Governador Edison Lobão	4,96	9,25	23,12	37,99	52,13	8,18	29,31	11,1
Governador Eugênio Barros	5,17	10,42	24,12	39,75	52,34	10,39	26,45	11,9
Governador Luiz Rocha	4,40	8,37	22,70	38,82	51,98	9,74	25,65	11,3
Governador Newton Bello	4,80	11,02	26,20	41,92	56,17	8,02	23,47	14,9
Governador Nunes Freire	5,55	11,49	27,12	43,18	58,31	6,66	27,47	14,9
Graça Aranha	4,21	8,13	19,68	33,86	47,82	12,18	27,72	9,7
Grajaú	6,09	11,92	25,60	42,18	56,51	7,47	27,07	13,0
Guimarães	4,00	7,40	20,18	35,07	48,00	12,65	40,45	12,0
Humberto de Campos	8,21	14,24	29,83	46,55	59,89	7,50	25,21	16,4
Icatu	3,90	8,38	25,18	43,22	56,51	9,23	25,93	14,0
Igarapé do Meio	5,65	12,50	25,73	41,69	56,03	8,55	29,32	13,8
Igarapé Grande	3,35	6,91	20,23	34,17	47,51	11,30	23,40	9,4
Imperatriz	3,97	7,53	19,10	33,02	47,37	8,17	34,98	7,9
Itaipava do Grajaú	7,06	12,91	26,77	44,23	59,18	6,98	19,30	14,7

Anexo C – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2010

(Continuação)

Vulnerabilidade 2010	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	Municípios	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge
Itapecuru Mirim	4,35	8,69	23,27	39,01	53,51	9,03	33,04	11,6
Itinga do Maranhão	5,37	9,65	22,80	39,05	51,82	7,59	26,69	11,9
Jatobá	5,32	9,88	25,00	42,48	54,91	8,20	19,92	12,7
Jenipapo dos Vieiras	6,87	12,33	27,83	45,24	58,07	7,70	18,46	13,8
João Lisboa	4,22	8,70	21,25	37,00	50,47	10,16	31,55	10,1
Joselândia	5,42	10,02	23,60	38,47	52,34	9,91	23,06	11,1
Junco do Maranhão	4,97	11,05	25,06	42,06	55,06	7,68	25,70	11,4
Lago da Pedra	4,10	8,77	22,92	38,91	52,52	9,63	29,09	11,5
Lago do Junco	4,38	10,05	23,20	39,68	53,34	8,54	24,17	12,2
Lago Verde	5,50	10,50	26,20	42,50	55,74	8,67	24,73	15,6
Lagoa do Mato	3,68	7,89	21,63	36,54	51,58	9,47	20,18	11,8
Lago dos Rodrigues	4,07	8,02	21,54	37,29	48,94	11,23	25,51	10,9
Lagoa Grande do Maranhão	5,05	10,47	27,24	45,32	58,20	6,96	21,15	12,0
Lajeado Novo	4,40	9,02	22,22	38,22	50,67	9,39	24,45	11,5
Lima Campos	3,52	6,44	21,00	34,28	47,15	12,00	30,20	9,3
Loreto	4,22	7,67	21,78	38,21	53,01	9,35	27,90	10,7
Luís Domingues	4,69	9,30	21,90	38,62	53,60	8,81	28,79	11,8
Magalhães de Almeida	4,97	8,70	22,38	37,92	52,07	9,20	21,34	10,6
Maracaçumé	5,87	11,33	26,20	42,69	56,22	7,98	29,61	12,1
Marajá do Sena	5,91	12,57	28,65	47,15	59,89	4,59	14,81	15,3
Maranhãozinho	4,31	8,09	21,24	37,14	53,08	6,90	21,54	11,9
Mata Roma	5,74	10,43	26,12	41,40	55,43	8,39	23,40	12,5
Matinha	4,79	9,02	22,05	37,38	51,04	9,43	28,75	12,9
Matões	5,84	10,72	25,99	41,79	54,02	10,14	27,84	13,2
Matões do Norte	5,05	8,71	24,70	39,75	53,61	7,31	19,03	9,6
Milagres do Maranhão	5,56	11,33	28,04	43,90	56,73	7,98	19,25	16,9
Mirador	4,39	8,40	23,59	41,49	54,29	9,06	25,09	13,0
Miranda do Norte	3,47	7,53	20,42	34,81	49,85	7,94	27,53	8,4
Mirinzal	3,87	7,95	22,81	38,13	51,34	10,10	34,74	12,7
Monção	4,66	10,39	26,48	43,61	57,00	8,00	28,45	16,8
Montes Altos	4,36	8,71	23,13	38,91	50,96	10,10	26,02	10,9
Morros	4,46	8,92	26,50	45,23	59,20	7,72	26,13	14,8
Nina Rodrigues	7,09	12,73	28,44	46,79	60,75	6,52	22,97	14,4
Nova Colinas	4,52	9,57	24,79	42,37	54,76	9,31	22,25	14,9
Nova Iorque	4,19	8,20	20,37	36,24	48,82	12,68	33,79	10,6
Nova Olinda do Maranhão	3,89	7,97	23,19	39,49	53,36	9,04	28,02	14,0
Olho d'Água das Cunhãs	3,03	5,81	20,49	34,88	48,65	10,26	30,70	10,0
Olinda Nova do Maranhão	5,81	10,06	24,33	39,13	54,49	8,12	28,99	13,4
Paço do Lumiar	3,47	7,20	19,07	32,46	47,12	6,16	33,68	8,4
Palmeirândia	4,51	8,36	22,31	37,04	51,43	9,46	38,94	13,2
Paraibano	2,88	7,13	19,64	35,93	49,59	11,30	28,74	7,8
Parnarama	4,68	8,74	24,71	39,80	52,61	9,86	25,25	13,4
Passagem Franca	4,71	9,26	23,09	38,99	51,23	10,21	27,15	11,6
Pastos Bons	5,07	9,78	22,63	38,23	51,17	10,40	30,20	11,5
Paulino Neves	5,01	10,77	27,78	46,36	60,31	8,13	25,99	15,4
Paulo Ramos	4,78	8,81	24,51	40,52	54,24	9,16	23,67	11,3

Anexo C – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2010

(Continuação)

Vulnerabilidade 2010	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	Municípios	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge
Pedreiras	3,77	7,75	19,98	33,61	46,88	11,10	34,15	9,2
Pedro do Rosário	7,23	13,63	28,66	44,60	58,00	7,50	24,85	15,7
Penalva	6,02	10,80	25,11	42,21	56,36	8,71	29,97	12,6
Peri Mirim	4,24	7,82	20,42	33,57	47,50	10,58	34,53	10,0
Peritoró	3,49	8,87	24,85	38,99	52,26	9,82	36,12	14,8
Pindaré-Mirim	4,72	9,00	23,72	38,40	52,30	9,92	35,76	11,9
Pinheiro	3,96	8,00	20,79	35,81	50,13	9,66	36,84	9,9
Pio XII	4,99	9,57	23,77	39,82	53,39	9,99	28,97	11,8
Pirapemas	5,69	10,33	25,60	41,95	55,52	9,00	30,87	12,3
Poço de Pedras	3,71	8,15	20,51	35,00	47,71	11,00	26,50	11,5
Porto Franco	4,70	9,20	20,77	35,98	50,25	8,75	28,71	8,5
Porto Rico do Maranhão	4,54	9,80	21,41	35,46	47,56	11,41	30,27	10,4
Presidente Dutra	4,20	8,75	19,95	34,70	49,12	9,18	28,66	8,9
Presidente Juscelino	5,27	12,07	27,88	45,96	60,14	7,19	27,13	16,0
Presidente Médici	4,23	7,64	23,68	38,86	53,51	9,41	28,03	12,4
Presidente Sarney	5,32	10,16	26,23	42,49	56,67	9,45	32,62	13,7
Presidente Vargas	4,30	10,82	26,44	44,21	57,87	8,51	28,23	15,2
Primeira Cruz	5,68	9,54	28,05	45,51	58,53	8,00	26,16	15,5
Raposa	5,37	8,89	22,96	37,86	52,70	6,16	33,07	11,1
Riachão	3,22	8,68	22,81	37,97	50,43	11,00	30,42	10,0
Ribamar Fiquene	4,26	8,19	23,62	39,00	52,48	9,00	27,55	10,8
Rosário	3,56	7,87	22,00	37,10	52,29	9,14	32,63	10,3
Sambaíba	5,19	9,89	22,78	40,97	52,40	10,35	26,37	11,6
Santa Filomena do	5,92	9,41	24,67	41,33	55,17	7,83	19,96	14,6
Santa Helena	5,52	9,45	24,43	38,96	53,80	8,61	33,17	12,7
Santa Inês	4,26	8,21	21,59	36,02	49,48	9,53	36,04	9,1
Santa Luzia	5,86	10,45	26,13	42,28	55,69	8,54	26,97	13,6
Santa Luzia do Paruá	5,28	9,98	22,84	39,14	53,85	8,97	25,43	11,4
Santa Quitéria do Maranhão	5,80	11,42	26,37	42,75	56,38	8,53	23,69	13,9
Santa Rita	5,32	9,31	22,26	37,25	52,30	8,67	30,83	10,8
Santana do Maranhão	4,45	9,50	24,05	41,11	55,91	9,25	20,77	14,8
Santo Amaro do Maranhão	5,74	9,93	27,63	46,09	60,55	7,19	22,05	14,2
Santo Antônio dos Lopes	4,15	8,33	21,10	36,29	49,21	10,29	24,75	10,1
São Benedito do Rio Preto	6,58	12,43	28,11	45,82	58,52	8,99	24,81	14,6
São Bento	3,58	6,28	19,38	33,84	48,67	9,50	34,45	9,8
São Bernardo	6,07	10,54	24,82	40,36	53,83	9,27	24,20	12,0
São Domingos do Azeitão	5,52	10,37	24,84	40,87	53,75	8,77	24,23	13,5
São Domingos do Maranhão	5,44	8,30	22,59	38,53	51,37	9,47	23,48	10,1
São Félix de Balsas	5,52	9,26	20,55	36,55	49,22	10,69	22,68	9,5
São Francisco do Brejão	4,62	9,01	24,10	39,51	52,30	8,45	25,27	14,1
São Francisco do Maranhão	3,15	6,55	20,28	36,72	48,73	12,13	27,42	11,5
São João Batista	4,04	7,96	21,87	36,22	49,73	10,59	29,94	11,9
São João do Carú	7,25	13,48	28,60	45,82	58,49	6,48	20,81	15,7
São João do Paraíso	5,09	9,15	22,52	38,79	50,93	9,95	27,51	11,4
São João do Soter	5,09	10,44	26,89	42,50	53,73	10,47	30,94	14,1
São João dos Patos	3,45	7,47	19,75	33,78	46,84	12,07	29,23	9,3

Anexo C – Indicadores da dimensão Vulnerabilidade – 2010

(Conclusão)

Vulnerabilidade 2010	Fecundidade		Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens			Atenção e cuidados especiais com idosos	Dependência demográfica	
	Municípios	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano	V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos	V3. Presença de criança	V4. Presença de criança ou adolescente	V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	V6. Presença de idoso	V7. Ausência de cônjuge
São José de Ribamar	3,59	7,10	19,61	33,59	48,97	6,16	34,73	8,7
São José dos Basílios	3,59	7,51	22,27	39,15	52,08	10,48	26,19	11,1
São Luís	3,20	6,10	16,74	29,19	44,54	7,69	40,60	6,2
São Luís Gonzaga do	3,81	8,03	23,06	38,53	51,30	9,84	27,17	14,0
São Mateus do Maranhão	4,93	8,31	22,93	38,65	52,24	9,98	32,88	10,6
São Pedro da Água Branca	5,52	10,53	24,14	40,90	54,35	8,57	30,68	11,1
São Pedro dos Crentes	2,60	8,49	21,94	39,13	53,11	9,13	22,56	11,4
São Raimundo das	4,35	8,11	22,08	38,62	52,60	10,29	29,59	10,9
São Raimundo do Doca	5,08	9,40	24,00	42,29	55,59	7,89	15,71	14,6
São Roberto	6,32	11,96	24,84	40,51	54,60	7,08	16,16	11,3
São Vicente Ferrer	4,30	7,38	22,42	37,71	52,92	9,61	34,06	12,4
Satubinha	4,81	9,54	26,74	43,46	57,41	6,95	17,73	17,9
Senador Alexandre Costa	5,30	9,24	24,61	40,75	54,85	9,75	31,68	13,0
Senador La Rocque	5,26	9,15	23,93	39,41	52,45	10,47	27,47	13,2
Serrano do Maranhão	7,03	12,40	26,95	42,28	54,86	8,48	37,64	15,1
Sítio Novo	4,98	9,66	22,44	39,61	52,45	8,79	21,71	11,4
Sucupira do Norte	5,00	9,59	22,19	37,97	51,29	10,63	23,98	9,7
Sucupira do Riachão	3,69	8,01	20,47	37,21	49,26	12,20	27,91	10,1
Tasso Fragoso	5,42	11,87	25,45	42,67	56,18	8,28	27,91	13,7
Timbiras	4,68	9,07	23,85	40,57	54,56	9,14	26,02	13,5
Timon	3,73	7,37	20,76	35,13	48,79	8,46	33,85	9,2
Trizidela do Vale	4,92	9,27	21,50	34,90	48,23	10,51	31,11	9,0
Tufilândia	6,60	12,30	29,00	43,91	55,35	9,77	29,18	14,5
Tuntum	4,38	8,76	22,71	38,64	51,18	10,02	24,14	12,2
Turiaçu	5,44	10,89	26,98	44,07	57,51	7,61	29,95	14,0
Turilândia	4,47	9,72	27,70	43,63	57,50	7,15	34,23	15,3
Tutóia	5,89	10,47	25,62	43,05	57,17	7,92	26,40	13,4
Urbano Santos	5,98	13,04	27,79	44,79	59,52	7,37	22,70	14,6
Vargem Grande	4,35	8,41	25,64	41,62	56,32	8,16	27,69	13,7
Viana	4,61	9,53	23,11	39,31	52,93	9,16	29,62	11,1
Vila Nova dos Martírios	4,68	9,34	24,81	39,53	54,64	7,77	22,00	12,6
Vitória do Mearim	4,88	9,94	23,40	39,63	53,45	9,13	29,63	9,4
Vitorino Freire	4,36	8,50	22,20	37,76	50,11	10,86	29,25	10,7
Zé Doca	5,10	9,01	23,30	38,93	52,79	8,91	27,31	13,0

Fonte: IBGE

Anexo D – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000

(Continua)

Acesso ao Conhecimento 2000	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior	C6. Trabalhador sem qualificação média ou alta
Maranhão	24,87	54,98	68,94	81,76	97,60	81,86
Açailândia	21,54	55,30	73,46	87,60	98,52	85,50
Afonso Cunha	39,15	74,78	86,19	91,44	100,00	91,41
Água Doce do Maranhão	36,59	82,86	91,64	95,06	99,79	94,96
Alcântara	25,66	62,53	76,95	89,68	99,05	90,28
Aldeias Altas	45,49	75,75	85,25	89,20	100,00	89,04
Altamira do Maranhão	37,25	67,78	81,46	89,60	99,53	88,55
Alto Alegre do Maranhão	41,51	73,87	88,11	95,37	99,39	93,74
Alto Alegre do Pindaré	45,78	78,09	89,11	93,83	99,31	93,48
Alto Parnaíba	21,20	66,65	78,20	88,20	97,54	87,89
Amapá do Maranhão	36,70	80,82	91,69	97,26	100,00	96,70
Amarante do Maranhão	28,99	71,82	85,50	93,94	99,46	94,28
Anajatuba	35,20	70,04	82,80	91,66	99,90	93,70
Anapurus	36,30	68,91	77,79	84,64	99,87	85,39
Apicum-Açu	27,32	74,18	87,95	94,78	99,80	94,51
Araguanã	38,23	73,43	84,92	93,66	100,00	93,19
Araioses	47,01	82,07	89,85	94,63	99,83	94,01
Arame	40,39	78,66	88,19	94,96	99,41	94,67
Arari	24,81	57,01	72,90	85,76	98,84	86,06
Axixá	16,26	47,45	69,99	83,48	98,96	87,44
Bacabal	23,83	50,71	67,29	83,72	97,75	82,71
Bacabeira	23,99	61,45	80,51	93,49	99,71	90,64
Bacuri	29,14	68,68	83,08	91,75	99,02	90,86
Bacurituba	32,94	68,60	85,71	94,50	100,00	95,58
Balsas	15,99	50,20	67,80	83,17	96,74	81,37
Barão de Grajaú	27,51	63,12	76,27	85,98	99,37	84,81
Barra do Corda	31,76	68,58	80,04	88,06	99,46	86,83
Barreirinhas	38,86	74,14	84,96	90,52	99,44	91,79
Belágua	50,40	80,81	91,77	96,39	100,00	96,63
Bela Vista do Maranhão	32,62	73,14	88,37	94,60	100,00	94,01
Benedito Leite	31,01	74,30	87,35	95,04	100,00	91,81
Bequimão	21,86	60,98	74,26	88,15	99,39	89,28
Bernardo do Mearim	36,75	72,07	83,19	92,32	99,16	92,65
Boa Vista do Gurupi	26,31	71,86	86,57	94,93	99,25	91,96
Bom Jardim	41,12	78,26	88,12	94,35	99,92	93,48
Bom Jesus das Selvas	37,80	75,32	89,78	94,65	99,35	93,83
Bom Lugar	38,97	73,94	82,99	93,51	99,56	94,23
Brejo	35,07	65,17	77,61	87,64	99,63	86,29
Brejo de Areia	46,85	81,79	87,87	92,77	99,84	93,37
Buriti	37,94	71,85	79,64	88,78	99,85	90,19
Buriti Bravo	37,33	70,40	81,75	88,57	99,54	89,05
Buriticupu	37,36	72,91	86,14	92,69	99,40	91,59
Buritirana	33,85	70,24	84,66	95,67	100,00	95,50
Cachoeira Grande	39,93	77,38	87,95	94,04	100,00	93,89
Cajapió	35,19	69,76	81,54	91,18	99,62	93,79
Cajari	13,54	76,70	89,03	94,28	99,79	95,54

Anexo D – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000

(Continuação)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior	C6. Trabalhador sem qualificação média ou alta
Campestre do Maranhão	27,47	66,00	77,53	89,35	99,38	88,74
Cândido Mendes	22,96	68,04	81,74	92,36	99,44	91,83
Cantanhede	36,03	66,38	78,51	87,75	99,73	86,86
Capinzal do Norte	38,48	70,68	84,42	92,34	99,85	93,05
Carolina	21,06	56,22	70,55	84,04	97,88	83,32
Carutapera	22,52	69,00	83,69	91,73	99,27	90,13
Caxias	29,18	55,38	70,31	82,88	97,53	82,50
Cedral	15,83	54,05	73,77	86,95	99,21	87,15
Central do Maranhão	34,43	65,98	83,65	90,79	99,80	91,56
Centro do Guilherme	45,98	87,13	93,71	96,12	100,00	95,68
Centro Novo do Maranhão	40,15	81,82	92,36	96,35	99,59	96,13
Chapadinha	32,39	64,74	76,14	87,85	99,11	89,58
Cidelândia	29,52	63,76	82,11	91,70	99,89	90,83
Codó	36,39	67,87	79,19	87,87	99,15	87,42
Coelho Neto	36,49	65,97	78,58	88,72	99,15	86,34
Colinas	37,30	67,60	78,66	85,96	98,63	85,31
Conceição do Lago-Açu	41,68	82,66	92,72	96,38	100,00	95,95
Coroatá	37,99	69,37	79,12	89,13	99,33	88,99
Cururupu	18,21	60,08	74,51	86,29	99,02	88,11
Davinópolis	27,73	61,45	81,43	92,91	99,23	92,84
Dom Pedro	27,69	57,13	70,58	84,81	99,36	84,97
Duque Bacelar	40,72	66,21	78,12	86,76	99,37	89,25
Esperantinópolis	33,64	69,45	80,14	90,76	99,41	91,15
Estreito	16,43	56,07	73,50	88,62	98,96	87,86
Feira Nova do Maranhão	28,59	81,26	92,06	98,12	100,00	98,00
Fernando Falcão	51,68	89,48	93,38	98,49	100,00	98,56
Formosa da Serra Negra	24,84	81,83	89,14	95,85	99,89	95,33
Fortaleza dos Nogueiras	20,05	58,74	76,53	88,57	99,60	86,58
Fortuna	37,50	65,04	77,96	88,41	99,08	89,40
Godofredo Viana	25,70	67,15	84,99	92,30	99,18	91,52
Gonçalves Dias	37,88	72,71	83,26	92,18	99,49	93,70
Governador Archer	35,77	69,88	81,88	87,82	99,81	87,42
Governador Edison Lobão	24,93	61,24	80,65	92,37	99,10	91,69
Governador Eugênio Barros	36,85	72,53	83,50	90,11	99,77	90,38
Governador Luiz Rocha	36,84	73,42	86,38	95,58	100,00	96,44
Governador Newton Bello	43,59	82,45	90,36	96,03	99,79	96,13
Governador Nunes Freire	37,84	71,31	87,56	95,35	99,32	94,17
Graça Aranha	34,66	65,99	83,02	90,58	98,88	90,97
Grajaú	30,80	64,12	77,28	88,16	99,18	87,31
Guimarães	11,85	45,45	63,44	81,50	98,18	80,69
Humberto de Campos	28,44	72,57	84,34	91,39	99,67	92,50
Icatu	27,19	71,60	84,98	92,49	100,00	92,67
Igarapé do Meio	39,97	73,17	88,07	94,62	99,77	94,01
Igarapé Grande	31,25	60,26	74,24	87,45	99,42	87,04
Imperatriz	12,21	35,83	55,71	75,05	96,02	73,49
Itaipava do Grajaú	47,98	85,34	91,71	95,39	100,00	94,24

Anexo D – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000

(Continuação)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior	C6. Trabalhador sem qualificação média ou alta
Itapecuru Mirim	29,36	55,46	69,65	83,86	99,13	83,78
Itinga do Maranhão	24,56	59,91	78,11	90,68	98,82	88,95
Jatobá	38,78	73,59	88,16	92,97	100,00	92,78
Jenipapo dos Vieiras	47,79	79,49	88,93	94,37	99,51	93,21
João Lisboa	27,99	62,73	79,24	91,90	98,81	91,51
Joselândia	40,10	74,11	84,54	90,83	99,46	88,03
Junco do Maranhão	36,81	75,83	87,75	95,16	100,00	94,33
Lago da Pedra	35,94	67,51	78,42	88,09	99,21	88,09
Lago do Junco	38,64	69,74	81,89	88,27	99,92	88,12
Lago Verde	41,37	77,33	85,88	93,07	99,65	92,84
Lagoa do Mato	38,38	78,99	90,02	95,96	100,00	94,70
Lagoa dos Rodrigues	33,46	69,68	81,58	89,24	100,00	90,38
Lagoa Grande do Maranhão	51,38	75,46	85,35	88,76	99,85	87,46
Lajeado Novo	26,53	75,41	88,75	96,34	99,73	96,50
Lima Campos	36,62	70,32	80,98	88,70	99,66	88,77
Loreto	25,12	68,58	82,52	90,93	99,10	85,53
Luís Domingues	18,93	54,23	74,07	87,06	99,21	86,63
Magalhães de Almeida	39,42	69,39	81,51	89,76	99,88	90,25
Maracaçumé	31,44	67,29	80,55	90,86	99,22	90,60
Marajá do Sena	50,16	89,48	92,91	95,14	100,00	94,16
Maranhãozinho	40,63	81,60	91,96	95,01	99,25	92,94
Mata Roma	33,43	68,85	80,43	90,08	99,75	91,53
Matinha	22,35	56,99	73,76	85,44	100,00	86,95
Matões	39,05	77,17	86,17	90,78	99,87	90,97
Matões do Norte	49,14	75,37	85,42	93,22	100,00	92,54
Milagres do Maranhão	34,86	81,94	88,61	94,17	99,40	96,45
Mirador	34,53	75,53	85,43	91,86	98,81	92,57
Miranda do Norte	25,54	56,44	72,96	84,79	98,98	84,56
Mirinzal	18,58	47,49	63,22	78,79	99,13	82,47
Monção	32,19	70,09	84,95	92,61	99,68	93,16
Montes Altos	21,32	66,01	82,01	92,47	99,73	91,52
Morros	35,96	67,81	76,26	85,75	98,86	87,67
Nina Rodrigues	36,85	56,31	68,86	76,69	99,77	80,72
Nova Colinas	25,35	70,17	80,11	89,79	99,08	83,92
Nova Iorque	33,05	64,61	78,08	88,15	98,43	87,01
Nova Olinda do Maranhão	32,44	69,36	78,49	87,16	99,34	87,38
Olho d'Água das Cunhãs	37,94	68,15	82,15	91,46	99,10	89,92
Olinda Nova do Maranhão	25,88	64,54	80,04	91,14	99,74	91,96
Paço do Lumiar	7,41	23,48	37,51	59,69	97,02	58,13
Palmeirândia	27,07	68,72	82,71	92,36	99,13	92,19
Paraibano	35,85	70,57	82,42	90,81	99,95	90,42
Parnarama	43,54	76,27	86,96	93,49	99,77	92,71
Passagem Franca	36,53	71,53	82,75	91,89	99,03	91,22
Pastos Bons	31,28	66,58	79,20	87,22	99,14	84,19
Paulino Neves	42,34	74,72	82,95	90,05	99,92	91,01
Paulo Ramos	40,84	74,39	85,98	93,11	98,96	92,06

Anexo D – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000

(Continuação)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior	C6. Trabalhador sem qualificação média ou alta
Pedreiras	21,92	49,81	65,11	79,11	98,16	78,81
Pedro do Rosário	36,44	80,31	90,90	95,29	100,00	95,20
Penalva	25,36	70,08	84,36	90,75	99,74	91,22
Peri Mirim	23,06	60,02	76,83	90,32	99,21	90,73
Peritoró	42,28	74,88	86,28	92,52	99,85	92,22
Pindaré-Mirim	25,49	53,15	71,55	85,44	99,12	83,54
Pinheiro	18,56	53,37	70,23	84,24	98,67	84,77
Pio XII	40,23	70,52	81,60	90,93	99,41	89,66
Pirapemas	37,24	66,85	78,44	88,92	98,85	89,45
Poção de Pedras	32,66	67,07	79,14	88,74	99,91	88,47
Porto Franco	18,03	52,77	69,94	84,67	96,88	84,07
Porto Rico do Maranhão	15,50	62,43	80,32	91,49	100,00	93,00
Presidente Dutra	25,42	56,17	69,62	82,27	98,19	83,26
Presidente Juscelino	42,98	73,24	86,12	91,00	99,59	91,82
Presidente Médici	32,84	63,94	80,59	89,21	98,94	83,74
Presidente Sarney	36,21	77,60	91,86	96,53	100,00	96,39
Presidente Vargas	39,65	65,48	78,61	87,05	99,34	88,55
Primeira Cruz	32,34	67,46	79,36	87,28	99,40	86,29
Raposa	21,25	53,88	74,92	88,15	99,16	86,89
Riachão	27,21	66,72	81,84	91,60	98,95	90,13
Ribamar Fiquene	23,81	67,17	84,77	92,97	99,29	91,78
Rosário	20,54	49,26	65,67	80,69	99,82	80,50
Sambaíba	22,32	69,50	81,18	90,96	99,61	88,88
Santa Filomena do	41,41	73,79	90,12	96,35	99,60	96,65
Santa Helena	26,48	65,83	82,18	91,50	99,65	90,44
Santa Inês	19,52	47,83	65,32	81,35	98,98	79,33
Santa Luzia	42,35	78,24	88,14	93,81	99,65	93,76
Santa Luzia do Paruá	29,15	64,90	79,99	91,11	99,93	90,73
Santa Quitéria do Maranhão	34,53	73,34	83,33	89,59	99,28	90,83
Santa Rita	25,75	59,58	76,36	88,65	98,69	85,21
Santana do Maranhão	47,35	87,26	92,34	94,37	99,82	93,93
Santo Amaro do Maranhão	33,89	75,98	87,54	95,64	100,00	95,79
Santo Antônio dos Lopes	36,33	70,99	84,01	91,40	99,56	90,54
São Benedito do Rio Preto	36,13	64,42	77,03	85,71	99,69	88,95
São Bento	24,03	55,63	70,27	84,89	99,48	87,56
São Bernardo	35,93	67,90	77,60	86,84	99,72	86,20
São Domingos do Azeitão	27,53	67,64	80,40	89,47	99,10	88,40
São Domingos do Maranhão	33,75	70,76	84,27	91,61	99,20	92,08
São Félix de Balsas	29,88	75,83	84,96	92,55	99,85	94,23
São Francisco do Brejão	24,48	65,51	84,40	93,79	99,78	93,46
São Francisco do Maranhão	39,88	76,41	83,90	90,28	99,88	90,57
São João Batista	24,64	62,87	77,41	89,06	98,91	88,87
São João do Carú	54,20	81,48	89,81	92,23	100,00	91,65
São João do Paraíso	18,09	65,86	78,11	90,47	99,34	89,17
São João do Soter	43,93	79,91	90,82	95,98	99,69	96,21
São João dos Patos	21,61	58,11	73,22	86,40	98,64	86,92

Anexo D – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2000

(Conclusão)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior	C6. Trabalhador sem qualificação média ou alta
São José de Ribamar	9,29	31,09	50,41	71,09	97,51	68,12
São José dos Basílios	37,71	70,79	86,29	95,31	100,00	95,89
São Luís	5,20	21,84	36,08	56,91	91,69	53,13
São Luís Gonzaga do	38,50	74,99	85,41	91,81	99,61	93,09
São Mateus do Maranhão	33,45	66,11	80,21	90,96	99,51	90,96
São Pedro da Água Branca	33,54	67,16	81,20	90,79	99,50	90,26
São Pedro dos Crentes	16,33	74,78	85,77	96,09	100,00	95,02
São Raimundo das	21,42	58,83	72,55	87,98	99,33	88,16
São Raimundo do Doca	41,63	76,21	84,83	91,65	100,00	91,45
São Roberto	43,09	83,02	91,97	94,31	99,73	93,95
São Vicente Ferrer	30,14	63,54	75,04	89,67	99,86	91,17
Satubinha	43,39	76,29	84,80	93,76	99,74	95,04
Senador Alexandre Costa	39,30	70,44	82,90	90,01	99,84	89,79
Senador La Rocque	36,68	69,87	82,15	93,10	99,56	92,90
Serrano do Maranhão	31,58	77,65	90,21	96,66	100,00	96,12
Sítio Novo	21,80	71,95	83,75	93,55	99,60	92,47
Sucupira do Norte	26,22	68,91	81,26	89,74	99,71	92,25
Sucupira do Riachão	35,54	74,19	86,60	95,08	100,00	94,59
Tasso Fragoso	18,33	62,56	72,84	87,88	99,80	87,50
Timbiras	49,37	75,96	84,43	91,01	99,73	92,48
Timon	21,56	49,79	68,32	84,12	98,24	81,67
Trizidela do Vale	27,41	62,60	77,03	89,66	99,77	88,80
Tufilândia	36,98	79,21	89,51	96,69	100,00	95,42
Tuntum	35,41	71,60	84,60	90,98	99,75	91,43
Turiaçu	28,94	79,41	90,66	96,24	99,92	96,19
Turilândia	39,22	79,88	92,17	97,03	100,00	97,05
Tutóia	38,37	72,15	84,14	90,01	99,81	88,54
Urbano Santos	35,47	65,73	77,22	85,55	99,27	87,71
Vargem Grande	45,16	74,39	84,09	91,45	99,62	92,42
Viana	20,54	55,08	70,72	84,19	99,41	85,74
Vila Nova dos Martírios	31,98	69,06	86,81	94,71	100,00	94,56
Vitória do Mearim	30,15	60,63	75,65	87,14	99,39	87,85
Vitorino Freire	35,19	66,96	80,22	89,28	99,20	89,87
Zé Doca	32,19	63,35	76,47	90,19	99,37	89,53

Fonte: IBGE

Anexo E – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2010

(Continua)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	Municípios	C1.Jovem/ Adulto analfabeto	C2.Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior
Maranhão	17,11	41,01	50,60	67,95	93,90	66,41
Açailândia	14,14	38,07	49,00	69,48	94,84	67,94
Afonso Cunha	32,26	57,58	70,29	84,03	94,84	68,03
Água Doce do Maranhão	33,41	65,59	77,58	89,66	98,11	84,48
Alcântara	16,15	44,99	55,67	75,94	96,58	72,05
Aldeias Altas	32,46	63,97	73,82	86,72	98,26	86,03
Altamira do Maranhão	32,96	57,49	64,03	78,05	95,46	74,71
Alto Alegre do Maranhão	26,18	60,35	68,14	85,01	97,93	82,44
Alto Alegre do Pindaré	27,65	57,20	67,45	82,85	98,04	82,72
Alto Parnaíba	18,02	50,55	62,60	76,38	94,66	72,24
Amapá do Maranhão	28,83	55,56	69,38	83,75	95,31	82,56
Amarante do Maranhão	22,70	52,94	64,46	82,58	96,71	82,45
Anajatuba	21,16	52,10	62,60	79,69	97,69	82,19
Anapurus	25,53	47,85	57,50	78,10	97,30	80,95
Apicum-Açu	16,19	49,30	61,26	82,80	97,13	83,26
Araguanã	24,81	54,60	64,27	83,52	98,40	79,12
Araioses	30,70	63,61	73,19	86,61	96,56	86,09
Arame	36,62	65,79	72,53	85,15	96,56	81,92
Arari	17,51	39,78	54,94	75,28	97,19	75,34
Arixá	12,64	30,58	43,61	64,19	94,12	68,11
Bacabal	15,77	37,19	48,77	65,65	94,75	65,39
Bacabeira	14,75	37,86	50,48	74,10	97,27	74,90
Bacuri	20,88	51,16	62,34	80,55	94,50	82,32
Bacurituba	18,30	52,13	64,84	81,26	98,07	77,93
Balsas	9,87	32,79	43,84	64,66	90,83	61,50
Barão de Grajaú	18,59	49,38	60,31	77,42	95,79	75,67
Barra do Corda	23,96	50,96	59,82	76,49	94,98	73,56
Barreirinhas	21,22	54,40	65,34	82,78	96,55	81,64
Belágua	35,31	57,04	64,73	80,02	97,95	78,17
Bela Vista do Maranhão	27,68	54,30	65,89	82,52	97,47	83,92
Benedito Leite	23,79	61,39	68,05	83,11	97,88	84,06
Bequimão	15,31	44,63	54,26	72,66	98,10	72,33
Bernardo do Mearim	20,26	46,46	59,76	74,15	95,68	75,62
Boa Vista do Gurupi	21,05	50,62	62,98	80,31	95,82	75,23
Bom Jardim	28,27	61,78	70,72	85,14	96,99	84,44
Bom Jesus das Selvas	26,90	62,31	68,08	88,49	97,61	85,02
Bom Lugar	29,47	58,60	66,13	82,38	98,17	82,53
Brejo	27,01	55,91	67,64	80,77	96,48	74,63
Brejo de Areia	34,15	65,87	73,69	85,42	96,64	84,26
Buriti	25,38	54,20	65,31	80,63	97,67	80,13
Buriti Bravo	25,03	54,42	64,69	80,07	94,97	78,65
Buriticupu	25,18	56,01	67,04	86,09	98,21	84,37
Buritirana	22,07	46,33	58,86	77,18	97,69	77,85
Cachoeira Grande	26,11	58,20	65,16	79,70	96,43	82,75
Cajapió	19,35	50,02	60,38	77,37	97,26	80,31
Cajari	20,26	54,51	68,11	84,78	98,40	81,28

Anexo E – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2010

(Continuação)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	Municípios	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior
Campestre do Maranhão	14,84	42,28	52,57	75,04	97,24	74,68
Cândido Mendes	17,78	54,05	63,87	81,86	96,77	82,68
Cantanhede	25,34	51,46	60,93	78,16	95,39	74,49
Capinzal do Norte	27,93	55,85	66,61	80,70	95,79	78,49
Carolina	12,06	45,56	54,27	73,02	94,02	71,74
Carutapera	16,18	47,13	61,40	81,96	96,07	81,39
Caxias	20,75	42,50	52,33	68,50	93,97	66,44
Cedral	12,59	41,08	54,69	73,34	96,16	71,36
Central do Maranhão	19,93	46,57	57,18	76,50	98,87	78,95
Centro do Guilherme	28,20	54,45	64,37	81,79	98,39	78,09
Centro Novo do Maranhão	22,12	63,89	71,86	87,94	97,39	84,10
Chapadinha	21,28	48,10	56,89	73,47	96,29	71,46
Cidelândia	18,55	48,10	61,45	77,77	96,78	79,19
Codó	24,91	50,81	59,82	75,21	95,83	74,49
Coelho Neto	25,64	52,76	63,05	77,07	95,53	73,90
Colinas	26,57	52,16	62,36	76,93	95,77	77,59
Conceição do Lago-Açu	32,86	63,44	74,77	87,39	96,93	87,03
Coroatá	27,60	54,93	64,64	79,83	95,80	79,05
Cururupu	13,51	48,36	58,19	76,37	96,84	77,75
Davinópolis	17,81	41,66	52,01	74,19	97,13	70,02
Dom Pedro	18,10	45,79	56,92	76,85	96,10	75,80
Duque Bacelar	29,26	59,96	68,07	82,31	96,85	75,22
Esperantinópolis	27,07	51,34	60,82	77,80	95,82	77,62
Estreito	11,82	40,29	51,07	72,66	94,64	70,48
Feira Nova do Maranhão	16,84	55,81	67,97	83,65	96,43	83,59
Fernando Falcão	36,88	79,32	82,33	91,75	98,80	92,50
Formosa da Serra Negra	15,51	57,49	65,16	79,55	95,67	79,96
Fortaleza dos Nogueiras	11,39	46,51	56,10	74,77	94,37	72,26
Fortuna	25,54	50,59	64,01	74,62	93,99	74,32
Godofredo Viana	13,36	41,65	54,62	75,72	96,76	77,40
Gonçalves Dias	29,12	58,43	67,96	82,93	95,65	81,39
Governador Archer	26,74	54,69	65,60	78,26	95,60	77,81
Governador Edison Lobão	14,98	41,52	54,97	77,48	97,53	76,42
Governador Eugênio Barros	31,32	52,77	65,37	82,13	96,28	81,14
Governador Luiz Rocha	27,39	50,54	65,57	79,95	96,16	79,12
Governador Newton Bello	33,46	64,43	73,00	87,89	99,10	85,51
Governador Nunes Freire	23,32	51,55	60,39	81,24	96,03	79,56
Graça Aranha	24,18	45,99	65,15	81,28	97,12	79,42
Grajaú	20,11	51,07	61,83	79,17	96,14	78,99
Guimarães	10,56	32,96	47,50	68,75	95,03	70,32
Humberto de Campos	21,11	54,96	66,32	85,28	97,36	84,09
Icatu	19,98	56,68	64,23	79,37	96,31	76,46
Igarapé do Meio	24,02	47,47	59,23	79,37	95,65	78,72
Igarapé Grande	22,00	43,07	56,84	73,32	95,65	75,11
Imperatriz	6,66	22,46	32,14	52,47	91,17	51,60
Itaipava do Grajaú	31,26	61,37	70,56	88,26	98,60	88,26

Anexo E – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2010

(Continuação)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	Municípios	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior
Itapecuru Mirim	22,52	48,27	57,92	73,16	96,69	73,51
Itinga do Maranhão	18,71	46,35	58,09	77,93	95,63	77,23
Jatobá	28,21	53,20	67,28	81,50	97,17	79,00
Jenipapo dos Vieiras	31,43	64,94	71,99	86,14	97,23	86,30
João Lisboa	15,53	39,78	48,71	69,90	95,76	68,06
Joselândia	29,41	55,92	70,59	83,44	96,16	82,51
Junco do Maranhão	25,54	54,37	64,68	77,45	94,73	77,43
Lago da Pedra	26,26	51,19	62,95	79,55	96,76	79,71
Lago do Junco	30,74	53,98	65,31	78,69	94,52	78,54
Lago Verde	27,90	55,43	65,67	81,14	96,59	83,55
Lagoa do Mato	29,64	56,05	66,80	81,27	96,34	80,68
Lagoa dos Rodrigues	24,23	47,71	59,20	74,77	96,99	75,53
Lagoa Grande do Maranhão	36,03	72,68	78,52	87,42	97,98	88,93
Lajeado Novo	14,48	52,92	61,89	80,74	97,36	78,85
Lima Campos	28,75	51,88	63,19	78,60	96,46	79,72
Loreto	17,93	54,00	63,76	79,76	96,84	74,75
Luís Domingues	14,20	38,58	56,35	75,02	94,79	70,15
Magalhães de Almeida	26,52	51,37	61,31	75,99	97,29	77,06
Maracaçumé	22,14	45,58	58,20	77,77	97,83	76,05
Marajá do Sena	39,26	77,64	83,33	92,28	98,06	90,75
Maranhãozinho	24,30	54,02	61,96	80,98	97,32	79,69
Mata Roma	24,19	50,41	58,64	76,72	98,88	69,69
Matinha	14,08	40,30	53,08	69,77	95,62	68,83
Matões	31,25	60,54	70,78	83,15	96,85	80,25
Matões do Norte	31,73	58,88	68,27	82,84	96,64	82,24
Milagres do Maranhão	32,70	65,28	74,36	86,89	97,57	86,94
Mirador	26,77	58,79	68,35	81,50	96,61	78,13
Miranda do Norte	16,70	41,13	50,70	68,69	96,23	66,26
Mirinzal	12,74	41,62	50,60	68,93	94,90	70,75
Monção	24,07	56,63	65,45	84,82	97,38	84,33
Montes Altos	14,86	49,06	57,79	74,11	96,20	73,15
Morros	27,16	52,03	59,48	75,17	95,38	80,08
Nina Rodrigues	26,02	46,32	53,42	72,76	94,97	72,72
Nova Colinas	16,65	49,54	64,21	79,74	96,28	69,75
Nova Iorque	27,83	51,55	64,29	78,29	93,17	79,01
Nova Olinda do Maranhão	24,12	49,56	61,00	79,14	97,54	77,08
Olho d'Água das Cunhãs	31,20	53,44	64,30	78,55	95,29	77,95
Olinda Nova do Maranhão	21,46	45,35	58,16	77,00	97,11	71,67
Paço do Lumiar	3,55	16,80	23,14	41,44	93,63	41,63
Palmeirândia	20,65	49,55	64,26	82,26	98,53	85,11
Paraibano	25,31	53,73	63,09	80,91	95,99	78,71
Parnarama	31,56	61,09	71,76	83,26	97,66	79,83
Passagem Franca	33,09	61,65	73,20	83,87	96,59	79,71
Pastos Bons	19,42	47,00	58,47	75,70	95,69	75,61
Paulino Neves	27,19	49,47	58,74	81,07	94,98	84,56
Paulo Ramos	33,02	51,79	70,31	82,42	96,63	80,54

Anexo E – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2010

(Continuação)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	Municípios	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior
Pedreiras	15,70	36,59	45,26	63,09	94,00	62,94
Pedro do Rosário	21,54	58,71	68,14	86,18	97,61	87,02
Penalva	17,06	47,46	61,10	78,80	98,17	79,56
Peri Mirim	16,54	44,87	56,83	74,61	98,62	73,92
Peritoró	31,96	59,74	67,32	82,28	97,19	73,51
Pindaré-Mirim	17,82	35,93	47,88	67,79	95,09	69,22
Pinheiro	13,20	39,41	51,86	70,33	95,51	71,11
Pio XII	30,24	61,49	69,09	82,26	95,14	81,36
Pirapemas	26,50	49,45	61,35	77,06	94,55	74,52
Poção de Pedras	28,57	55,60	66,35	81,34	96,11	81,19
Porto Franco	11,65	37,48	46,70	65,04	91,95	64,02
Porto Rico do Maranhão	9,68	39,10	54,10	73,98	95,42	74,13
Presidente Dutra	16,95	41,12	52,67	69,44	93,12	68,16
Presidente Juscelino	25,44	45,97	56,21	70,85	96,59	69,96
Presidente Médici	18,41	44,63	52,05	74,73	94,95	69,58
Presidente Sarney	24,58	56,32	68,06	85,55	97,97	88,09
Presidente Vargas	24,30	45,01	54,38	70,59	95,80	72,11
Primeira Cruz	23,30	63,41	70,63	83,53	97,22	83,68
Raposa	11,27	38,43	50,29	70,78	97,14	69,86
Riachão	13,41	54,00	65,41	85,37	96,58	84,99
Ribamar Fiquene	16,95	44,82	55,81	78,85	97,62	73,75
Rosário	12,80	35,18	46,50	64,88	96,24	66,13
Sambaíba	18,18	56,14	64,61	81,61	96,26	83,56
Santa Filomena do Maranhão	28,24	57,70	73,90	88,13	98,65	86,13
Santa Helena	18,77	52,04	61,60	77,66	96,70	79,91
Santa Inês	12,04	33,49	44,59	63,04	93,77	61,12
Santa Luzia	30,35	56,50	66,27	81,56	97,05	80,83
Santa Luzia do Paruá	18,02	46,80	56,47	77,20	96,97	78,01
Santa Quitéria do Maranhão	28,94	56,83	64,53	78,13	96,80	78,46
Santa Rita	17,47	43,94	55,37	74,46	97,01	72,74
Santana do Maranhão	28,85	63,67	72,07	89,37	98,93	83,05
Santo Amaro do Maranhão	21,04	61,30	70,73	85,53	97,95	85,06
Santo Antônio dos Lopes	25,03	55,37	63,50	79,45	93,70	78,20
São Benedito do Rio Preto	26,50	55,51	66,21	77,87	98,13	76,32
São Bento	14,75	40,56	52,13	72,58	98,24	73,07
São Bernardo	23,98	50,51	63,57	81,13	95,51	78,39
São Domingos do Azeitão	25,82	50,76	61,32	75,57	96,69	72,14
São Domingos do Maranhão	24,51	52,50	63,21	79,68	94,94	79,27
São Félix de Balsas	25,34	59,85	68,98	81,85	97,02	79,19
São Francisco do Brejão	22,56	47,75	60,56	81,25	97,11	78,86
São Francisco do Maranhão	32,89	63,29	73,56	84,98	97,16	86,11
São João Batista	14,61	42,38	50,86	70,05	96,72	71,21
São João do Carú	34,17	62,93	71,90	86,79	99,04	87,07
São João do Paraíso	15,49	44,13	54,12	75,47	95,93	74,79
São João do Soter	34,81	64,63	73,81	87,92	97,74	89,39
São João dos Patos	21,04	47,00	58,14	79,77	94,85	79,58

Anexo E – Indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento – 2010

(Conclusão)

Acesso ao Conhecimento 2010	Alfabetismo		Escolaridade			Qualificação Profissional
	Municípios	C1. Jovem/ Adulto analfabeto	C2. Analfabeto funcional (até a 4ª série)	C3. Jovem/Adulto com fundamental incompleto	C4. Jovem/Adulto com secundário incompleto	C5. Adulto sem educação superior
São José de Ribamar	4,97	20,96	29,31	49,19	93,76	47,85
São José dos Basílios	27,64	52,81	63,33	80,30	98,16	81,46
São Luís	3,44	16,66	23,06	40,49	85,82	38,92
São Luís Gonzaga do Maranhão	31,89	61,83	69,24	82,96	96,52	80,15
São Mateus do Maranhão	27,40	50,80	61,91	78,03	97,06	78,41
São Pedro da Água Branca	22,04	48,93	61,22	76,44	96,30	73,74
São Pedro dos Crentes	17,31	50,62	59,61	76,94	96,22	72,08
São Raimundo das Mangabeiras	14,19	47,43	56,40	76,13	95,24	74,46
São Raimundo do Doca Bezerra	37,49	61,44	70,82	85,35	97,11	81,55
São Roberto	37,56	61,64	74,01	84,18	97,74	81,56
São Vicente Ferrer	17,83	44,58	52,01	74,60	97,23	73,96
Satubinha	32,02	63,02	77,22	89,52	98,66	89,91
Senador Alexandre Costa	29,82	54,85	67,56	81,09	96,96	81,92
Senador La Rocque	25,06	50,46	60,27	77,00	94,23	76,33
Serrano do Maranhão	29,63	55,99	69,35	85,17	98,48	82,71
Sítio Novo	18,87	56,98	64,90	81,63	95,90	79,50
Sucupira do Norte	22,48	45,89	62,84	77,42	96,13	76,03
Sucupira do Riachão	29,65	54,16	67,15	82,30	96,88	83,00
Tasso Fragoso	14,92	49,29	62,67	80,78	97,03	76,97
Timbiras	34,96	60,88	69,39	82,93	96,37	85,47
Timon	12,48	37,77	49,31	67,79	94,66	66,38
Trizidela do Vale	19,48	44,23	57,26	73,55	98,18	74,91
Tufilândia	28,01	52,18	63,87	81,29	95,71	80,01
Tuntum	26,85	56,72	66,45	80,02	97,01	79,63
Turiaçu	19,10	54,15	63,03	81,78	97,83	78,88
Turilândia	26,92	61,47	70,92	85,45	98,40	87,26
Tutóia	27,24	54,37	65,62	82,98	97,16	83,26
Urbano Santos	25,33	46,98	57,27	72,90	97,28	71,47
Vargem Grande	28,04	60,33	66,80	81,75	98,15	79,42
Viana	13,54	40,33	52,27	72,40	95,38	75,32
Vila Nova dos Martírios	25,15	47,76	58,29	80,07	98,93	79,06
Vitória do Mearim	22,43	44,63	59,16	79,21	97,23	78,33
Vitorino Freire	27,82	54,61	64,86	79,22	93,93	78,63
Zé Doca	20,20	47,50	57,44	77,67	96,43	74,77

Fonte: IBGE

Anexo F – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2000

(Continua)

Acesso ao Trabalho 2000	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola	T4. Rendimento menor 1s salário mínimo	T5. Rendimento menor 2 s salários mínimos
Maranhão	11,82	24,13	42,04	57,72	83,11
Açailândia	10,31	38,87	23,79	34,37	73,62
Afonso Cunha	2,93	20,78	65,97	81,70	93,00
Água Doce do Maranhão	6,27	4,51	73,75	82,49	93,50
Alcântara	8,71	10,78	59,72	77,62	91,58
Aldeias Altas	11,37	15,33	72,20	78,50	90,44
Altamira do Maranhão	7,28	28,33	66,38	74,97	93,10
Alto Alegre do Maranhão	20,72	17,77	64,72	79,96	91,39
Alto Alegre do Pindaré	9,19	18,47	66,36	70,60	88,37
Alto Parnaíba	17,40	35,66	48,88	58,94	86,62
Amapá do Maranhão	8,41	26,63	62,60	65,62	87,21
Amarante do Maranhão	6,74	24,04	68,06	71,77	91,40
Anajatuba	1,17	8,59	70,87	82,72	95,04
Anapurus	4,72	27,53	64,33	79,74	90,54
Apicum-Açu	5,59	12,56	32,71	79,52	93,81
Araguanã	3,66	28,03	61,01	80,15	95,61
Araioses	7,55	16,38	65,27	82,00	96,78
Arame	5,94	13,01	73,50	61,54	86,03
Arari	11,04	28,31	40,61	62,64	82,54
Axixá	10,10	20,33	47,80	72,12	91,48
Bacabal	14,96	25,85	29,75	55,26	83,75
Bacabeira	12,77	31,00	43,09	53,97	88,62
Bacuri	5,44	23,65	52,75	75,79	92,00
Bacurituba	4,36	12,97	60,92	81,88	94,98
Balsas	13,58	36,81	23,84	35,99	73,19
Barão de Grajaú	6,26	28,93	47,20	60,91	89,53
Barra do Corda	10,18	21,78	54,39	65,58	85,15
Barreirinhas	4,58	12,06	58,23	79,33	92,20
Belágua	0,38	7,02	87,81	94,05	98,74
Bela Vista do Maranhão	7,79	26,10	54,31	66,52	90,26
Benedito Leite	18,67	18,62	57,12	74,32	92,59
Bequimão	3,85	10,91	68,64	84,33	94,22
Bernardo do Mearim	2,10	20,55	72,85	81,78	96,91
Boa Vista do Gurupi	22,34	36,57	32,80	58,40	88,98
Bom Jardim	13,45	17,60	65,34	74,94	92,59
Bom Jesus das Selvas	8,39	31,31	59,09	59,66	86,05
Bom Lugar	5,26	24,39	86,09	87,43	96,00
Brejo	5,57	14,04	66,11	80,32	92,80
Brejo de Areia	8,49	13,49	80,67	83,18	97,05
Buriti	3,45	9,21	81,90	85,14	94,48
Buriti Bravo	7,70	23,90	59,84	77,93	91,66
Buriticupu	8,32	24,33	51,53	51,74	80,44
Buritirana	3,12	24,91	71,77	75,89	93,70
Cachoeira Grande	4,79	11,03	80,08	80,89	95,66
Cajapió	3,31	7,59	77,51	89,87	98,30
Cajari	1,97	4,32	74,73	85,56	97,89

Anexo F – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2000

(Continuação)

Acesso ao Trabalho 2000	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
		Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
Campestre do Maranhão	11,79	28,11	48,35	54,27	86,14
Cândido Mendes	16,46	16,23	49,19	66,40	93,30
Cantanhede	11,67	18,04	71,10	87,04	98,14
Capinzal do Norte	5,55	13,55	71,54	84,76	96,24
Carolina	11,44	29,16	38,88	58,02	80,51
Carutapera	11,60	33,47	32,07	61,97	92,36
Caxias	13,81	28,99	32,26	58,72	84,58
Cedral	6,81	26,17	40,04	74,95	94,44
Central do Maranhão	2,85	13,58	73,82	81,44	94,78
Centro do Guilherme	21,82	16,30	70,56	75,29	92,20
Centro Novo do Maranhão	7,73	15,90	75,38	69,27	91,09
Chapadinha	7,88	21,12	58,70	74,82	91,13
Cidelândia	13,59	40,50	55,25	58,61	85,69
Codó	9,87	21,35	48,17	69,18	89,77
Coelho Neto	13,49	27,87	35,76	53,47	84,06
Colinas	8,58	25,45	55,61	70,66	87,84
Conceição do Lago-Açu	4,63	10,80	41,19	71,30	95,50
Coroatá	7,58	19,66	61,22	76,34	92,53
Cururupu	5,51	28,71	26,75	68,64	87,31
Davinópolis	11,26	31,83	33,33	53,20	87,77
Dom Pedro	8,86	35,55	38,28	52,80	80,33
Duque Bacelar	3,03	17,06	72,78	83,33	94,96
Esperantinópolis	9,53	27,78	58,85	70,26	89,95
Estreito	11,20	32,61	31,58	49,66	79,64
Feira Nova do Maranhão	15,44	26,91	75,76	78,37	91,67
Fernando Falcão	1,52	24,87	62,93	79,80	96,07
Formosa da Serra Negra	6,36	8,79	80,37	85,57	94,02
Fortaleza dos Nogueiras	8,71	28,74	48,38	65,09	84,54
Fortuna	5,55	28,70	57,87	72,81	87,45
Godofredo Viana	11,59	12,66	38,21	63,08	89,37
Gonçalves Dias	8,40	13,60	74,52	70,08	89,28
Governador Archer	13,24	20,07	67,47	73,13	88,71
Governador Edison Lobão	14,77	42,25	44,99	49,39	86,76
Governador Eugênio Barros	4,28	15,47	73,14	75,70	93,87
Governador Luiz Rocha	2,59	12,20	74,55	80,80	95,33
Governador Newton Bello	5,27	10,48	83,28	81,43	95,58
Governador Nunes Freire	11,58	25,36	56,00	59,30	86,31
Graça Aranha	3,14	19,67	72,32	79,61	92,25
Grajaú	8,16	33,20	48,26	54,68	82,06
Guimarães	11,41	28,22	31,17	69,43	90,68
Humberto de Campos	4,91	20,80	50,68	79,42	95,65
Icatu	6,82	11,24	24,83	80,81	92,53
Igarapé do Meio	8,74	15,87	63,60	73,67	91,80
Igarapé Grande	12,08	21,83	67,04	70,99	91,39
Imperatriz	13,89	32,33	8,63	28,65	67,82
Itaipava do Grajaú	7,58	10,49	83,18	59,02	83,58

Anexo F – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2000

(Continuação)

Acesso ao Trabalho 2000	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
Municípios	T1. Pessoas ocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola	T4. Rendimento menor 1s salário mínimo	T5. Rendimento menor 2 s salários mínimos
Itapecuru Mirim	11,88	22,87	45,60	62,91	87,43
Itinga do Maranhão	15,27	36,74	25,87	31,75	71,12
Jatobá	4,02	15,17	76,62	56,42	77,88
Jenipapo dos Vieiras	8,92	19,75	75,97	78,33	91,14
João Lisboa	9,45	40,29	43,90	52,96	83,31
Joselândia	9,50	17,35	32,28	75,38	90,16
Junco do Maranhão	8,79	28,90	58,89	66,11	92,59
Lago da Pedra	9,06	26,17	52,47	63,70	88,08
Lago do Junco	1,19	16,75	78,97	81,39	93,30
Lago Verde	8,00	20,13	70,38	81,82	95,65
Lagoa do Mato	3,70	30,32	78,48	82,03	95,85
Lagoa dos Rodrigues	4,88	19,74	68,38	81,16	94,49
Lagoa Grande do Maranhão	3,08	13,69	80,86	74,32	94,69
Lajeado Novo	7,49	35,06	68,19	64,82	89,00
Lima Campos	3,91	23,36	64,66	75,66	90,44
Loreto	23,67	28,53	49,45	55,72	83,45
Luís Domingues	5,06	25,45	44,64	64,26	84,87
Magalhães de Almeida	2,88	20,22	67,51	83,25	95,05
Maracaçumé	8,43	29,85	39,69	59,22	83,05
Marajá do Sena	2,19	12,44	81,13	70,74	89,07
Maranhãozinho	16,62	25,09	68,69	64,96	90,90
Mata Roma	4,33	28,63	61,33	81,95	93,96
Matinha	4,49	19,99	61,07	75,00	92,64
Matões	4,58	15,20	75,84	76,52	93,07
Matões do Norte	0,72	24,43	72,86	84,02	96,43
Milagres do Maranhão	5,22	6,16	90,28	79,71	93,71
Mirador	3,35	21,00	72,16	79,56	92,45
Miranda do Norte	14,80	30,05	29,56	56,81	84,08
Mirinzal	4,93	26,91	53,15	74,39	89,69
Monção	3,47	13,69	62,92	79,55	93,61
Montes Altos	10,29	29,95	65,48	69,75	89,47
Morros	2,28	17,38	64,88	79,19	91,74
Nina Rodrigues	5,60	13,28	71,20	86,36	94,69
Nova Colinas	8,36	32,78	61,46	62,22	87,75
Nova Iorque	5,39	30,66	51,88	75,42	90,59
Nova Olinda do Maranhão	26,49	30,90	44,03	62,37	85,44
Olho d'Água das Cunhãs	7,87	38,03	48,69	71,35	88,45
Olinda Nova do Maranhão	5,47	11,55	76,85	85,14	95,72
Paço do Lumiar	17,76	26,95	10,79	27,84	66,52
Palmeirândia	7,06	12,13	70,32	83,57	95,65
Paraibano	9,33	22,08	58,35	61,16	85,60
Parnarama	5,90	16,81	70,24	80,54	94,73
Passagem Franca	6,13	25,60	67,96	76,94	92,06
Pastos Bons	3,61	28,92	51,50	72,31	88,76
Paulino Neves	3,80	13,24	48,54	84,79	96,99
Paulo Ramos	2,43	23,45	69,93	78,77	92,83

Anexo F – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2000

(Continuação)

Acesso ao Trabalho 2000	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
		Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
Pedreiras	10,61	27,28	33,38	55,21	83,23
Pedro do Rosário	6,23	9,21	85,24	83,98	96,39
Penalva	9,39	14,58	59,12	77,39	94,38
Peri Mirim	4,33	10,60	78,57	84,71	95,06
Peritoró	10,93	22,02	64,40	74,90	94,33
Pindaré-Mirim	12,18	28,33	28,02	61,46	86,85
Pinheiro	11,22	20,86	43,52	64,02	87,43
Pio XII	14,12	26,91	52,46	70,85	92,90
Pirapemas	5,75	14,47	72,10	83,70	93,86
Poção de Pedras	8,29	36,80	62,30	78,28	94,22
Porto Franco	10,68	40,83	30,02	44,59	76,35
Porto Rico do Maranhão	2,93	20,89	45,24	74,34	93,20
Presidente Dutra	7,18	32,27	40,40	59,23	82,33
Presidente Juscelino	5,10	11,52	56,52	80,16	94,47
Presidente Médici	8,97	55,37	46,93	49,98	82,91
Presidente Sarney	3,46	9,91	77,12	78,59	92,59
Presidente Vargas	13,25	10,97	78,78	85,09	95,65
Primeira Cruz	5,07	15,09	51,33	71,07	93,16
Raposa	15,77	31,84	10,37	43,10	84,27
Riachão	11,59	29,34	56,21	65,96	85,76
Ribamar Fiquene	6,70	35,17	51,20	49,61	85,44
Rosário	16,40	29,29	32,75	60,68	85,24
Sambaíba	3,86	24,47	65,34	67,89	89,30
Santa Filomena do	3,84	21,79	71,35	78,01	96,74
Santa Helena	9,91	23,30	42,35	66,95	89,54
Santa Inês	14,15	26,91	13,30	41,66	77,67
Santa Luzia	11,87	23,65	67,54	68,75	89,69
Santa Luzia do Paruá	12,28	24,52	55,29	68,76	91,97
Santa Quitéria do Maranhão	5,53	17,35	69,60	81,50	94,65
Santa Rita	17,07	28,14	43,97	59,52	84,70
Santana do Maranhão	4,61	10,39	84,71	88,49	97,21
Santo Amaro do Maranhão	6,94	11,41	60,32	86,88	96,21
Santo Antônio dos Lopes	2,54	15,71	72,61	71,45	93,33
São Benedito do Rio Preto	7,96	10,59	78,34	83,89	96,18
São Bento	10,32	17,50	58,69	73,77	92,89
São Bernardo	9,10	24,35	66,20	83,16	94,51
São Domingos do Azeitão	4,95	26,52	62,81	66,32	90,16
São Domingos do Maranhão	3,87	25,35	61,05	67,14	85,66
São Félix de Balsas	6,83	17,86	72,11	73,02	90,78
São Francisco do Brejão	8,48	47,84	61,59	52,73	80,82
São Francisco do Maranhão	6,43	15,22	76,68	86,70	95,88
São João Batista	3,03	18,51	69,39	83,95	94,17
São João do Carú	5,30	14,19	77,92	67,74	87,81
São João do Paraíso	6,08	33,29	62,20	65,56	88,65
São João do Soter	2,80	6,23	84,15	86,76	95,83
São João dos Patos	6,79	32,00	33,28	67,04	86,55

Anexo F – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2000

(Conclusão)

Acesso ao Trabalho 2000	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
		Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
São José de Ribamar	20,78	28,71	6,28	28,63	71,22
São José dos Basílios	3,29	13,67	81,18	81,01	96,02
São Luís	21,88	27,59	2,12	20,63	61,89
São Luís Gonzaga do	6,98	12,11	79,87	83,33	95,34
São Mateus do Maranhão	9,00	24,07	43,35	66,92	85,76
São Pedro da Água Branca	19,26	40,56	50,45	48,08	84,95
São Pedro dos Crentes	7,95	14,79	69,64	72,35	94,85
São Raimundo das	9,50	33,48	48,81	67,10	85,84
São Raimundo do Doca	1,54	24,63	50,49	86,68	96,09
São Roberto	1,44	17,02	73,29	83,74	97,38
São Vicente Ferrer	2,41	12,98	60,53	83,99	95,24
Satubinha	0,95	17,89	81,78	86,64	95,26
Senador Alexandre Costa	4,65	16,33	73,65	77,89	93,67
Senador La Rocque	6,00	32,57	65,85	66,47	89,65
Serrano do Maranhão	3,14	10,52	73,49	83,69	96,30
Sítio Novo	8,07	20,70	68,08	70,05	90,48
Sucupira do Norte	5,15	15,89	74,11	84,48	95,28
Sucupira do Riachão	4,27	41,85	54,01	75,86	92,89
Tasso Fragoso	10,82	21,83	56,73	67,83	89,85
Timbiras	5,94	11,23	71,07	85,92	94,54
Timon	16,36	31,15	14,31	40,36	80,38
Trizidela do Vale	13,91	32,53	22,10	53,06	87,40
Tufilândia	5,68	17,64	73,26	82,96	95,80
Tuntum	6,39	18,04	65,51	77,64	92,87
Turiação	3,23	14,36	62,33	76,28	92,50
Turilândia	6,23	14,50	64,26	82,36	95,78
Tutóia	9,50	15,14	36,96	75,51	91,93
Urbano Santos	5,70	15,04	74,25	79,72	94,00
Vargem Grande	4,92	10,52	74,70	85,49	95,90
Viana	7,21	19,64	52,56	70,43	91,14
Vila Nova dos Martírios	6,11	41,82	67,93	51,81	83,53
Vitória do Mearim	5,97	19,15	56,95	69,19	88,13
Vitorino Freire	8,09	21,23	61,20	72,48	90,75
Zé Doca	10,26	32,49	47,20	58,21	87,56

Fonte: IBGE

Anexo G – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2010

(Continua)

Acesso ao Trabalho 2010	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
		Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
Maranhão	8,65	28,46	31,83	51,44	86,11
Açailândia	11,09	27,63	19,80	31,86	81,31
Afonso Cunha	13,14	50,74	29,48	48,01	91,17
Água Doce do Maranhão	6,91	36,18	40,70	68,92	95,01
Alcântara	7,19	24,67	51,36	68,07	92,42
Aldeias Altas	10,95	25,05	57,22	69,13	94,95
Altamira do Maranhão	6,91	21,27	41,45	69,82	94,42
Alto Alegre do Maranhão	12,05	35,04	37,33	71,10	94,73
Alto Alegre do Pindaré	9,80	24,21	60,12	77,02	95,43
Alto Parnaíba	13,84	40,58	41,53	52,77	88,80
Amapá do Maranhão	9,41	33,47	47,77	73,69	93,67
Amarante do Maranhão	5,73	39,28	55,82	73,43	92,57
Anajatuba	9,07	17,24	66,87	78,80	95,31
Anapurus	7,70	30,95	51,46	74,77	94,53
Apicum-Açu	2,96	19,74	53,61	72,90	93,72
Araguanã	5,76	22,79	59,56	71,64	96,40
Araioses	7,64	21,42	58,68	73,34	95,43
Arame	8,30	28,60	61,94	75,35	93,15
Arari	6,75	30,58	38,48	60,49	87,31
Arixá	5,90	18,46	54,08	73,49	93,09
Bacabal	8,32	34,14	23,29	49,33	86,26
Bacabeira	10,13	25,51	32,89	55,75	91,43
Bacuri	7,14	32,69	58,61	76,81	94,98
Bacurituba	7,67	25,62	52,41	78,39	96,72
Balsas	7,11	31,07	17,45	27,80	76,77
Barão de Grajaú	7,47	26,23	32,96	51,56	88,38
Barra do Corda	7,70	32,23	37,94	60,76	89,94
Barreirinhas	6,60	27,73	50,83	70,67	92,80
Belágua	5,30	16,40	70,78	81,48	94,91
Bela Vista do Maranhão	8,55	23,18	57,94	74,52	96,16
Benedito Leite	12,74	15,36	60,52	69,75	91,81
Bequimão	6,49	38,07	45,12	74,10	95,68
Bernardo do Mearim	4,20	44,64	62,28	73,39	94,37
Boa Vista do Gurupi	6,75	28,96	36,28	60,55	94,03
Bom Jardim	4,92	34,24	58,94	74,85	94,31
Bom Jesus das Selvas	15,14	27,78	52,98	50,57	92,18
Bom Lugar	23,77	24,99	64,80	80,03	97,82
Brejo	7,01	30,64	44,72	66,69	91,61
Brejo de Areia	7,45	37,37	52,35	77,50	95,95
Buriti	6,89	22,29	64,73	82,56	96,39
Buriti Bravo	6,65	40,91	40,87	67,65	91,40
Buriticupu	9,43	34,59	38,95	61,29	90,91
Buritirana	5,31	31,65	56,17	68,60	94,46
Cachoeira Grande	5,79	15,39	75,38	85,12	97,57
Cajapió	9,56	15,46	71,95	86,45	97,58
Cajari	3,76	19,38	72,11	80,00	96,51

Anexo G – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2010

(Continuação)

Acesso ao Trabalho 2010	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
		Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
Campestre do Maranhão	9,43	22,69	25,37	35,66	84,41
Cândido Mendes	3,96	22,67	51,19	77,56	94,91
Cantanhede	12,24	28,87	50,11	69,63	92,26
Capinzal do Norte	4,12	27,54	51,49	70,05	93,47
Carolina	5,59	36,96	30,46	46,87	87,86
Carutapera	7,67	31,95	44,52	72,17	93,22
Caxias	7,59	30,73	24,99	52,12	88,77
Cedral	6,06	24,17	57,14	80,16	96,20
Central do Maranhão	3,58	25,93	61,21	79,70	96,65
Centro do Guilherme	4,58	38,66	44,25	69,90	94,72
Centro Novo do Maranhão	10,80	37,36	43,83	52,34	89,93
Chapadinha	7,59	30,74	37,89	61,94	89,97
Cidelândia	5,70	27,14	49,78	51,91	90,70
Codó	8,18	28,71	39,03	60,28	90,69
Coelho Neto	10,90	30,55	36,56	55,08	91,13
Colinas	6,80	38,40	48,20	67,17	89,87
Conceição do Lago-Açu	2,28	18,61	68,81	79,31	95,69
Coroatá	8,69	35,08	47,63	67,30	92,71
Cururupu	5,60	23,66	50,33	72,39	92,73
Davinópolis	6,38	36,32	19,65	42,08	91,00
Dom Pedro	6,05	49,76	25,13	56,93	87,89
Duque Bacelar	6,87	35,27	53,36	69,20	91,84
Esperantinópolis	15,95	36,41	47,89	74,54	93,43
Estreito	5,40	25,63	12,80	25,92	70,62
Feira Nova do Maranhão	5,90	22,16	71,99	77,18	94,08
Fernando Falcão	11,34	8,70	85,64	90,69	98,82
Formosa da Serra Negra	9,22	26,32	57,41	76,24	94,85
Fortaleza dos Nogueiras	10,45	31,60	40,79	50,53	87,39
Fortuna	5,37	28,16	46,52	64,34	88,88
Godofredo Viana	10,96	21,76	51,43	66,32	92,56
Gonçalves Dias	4,26	30,19	55,56	71,79	90,94
Governador Archer	7,20	31,44	54,62	66,91	92,42
Governador Edison Lobão	11,84	33,06	24,88	39,97	89,31
Governador Eugênio Barros	4,11	24,39	54,94	70,76	93,32
Governador Luiz Rocha	3,94	27,92	57,32	76,38	95,28
Governador Newton Bello	11,04	42,60	58,04	73,70	96,31
Governador Nunes Freire	9,75	40,57	38,00	68,57	92,30
Graça Aranha	8,30	32,14	50,43	69,12	92,04
Grajaú	7,14	34,96	38,29	53,47	90,17
Guimarães	3,91	23,69	55,69	78,69	95,71
Humberto de Campos	10,23	22,97	58,37	78,47	97,02
Icatu	14,70	24,56	58,79	79,17	96,31
Igarapé do Meio	9,14	23,45	48,75	67,22	91,44
Igarapé Grande	4,25	33,62	56,32	80,01	93,91
Imperatriz	8,09	25,75	5,58	23,25	75,39
Itaipava do Grajaú	12,83	27,33	63,04	80,47	96,75

Anexo G – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2010

(Continuação)

Acesso ao Trabalho 2010	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
		Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
Itapecuru Mirim	6,45	28,44	42,71	60,66	92,29
Itinga do Maranhão	8,47	34,80	32,35	48,50	86,60
Jatobá	8,17	21,68	51,97	67,20	94,15
Jenipapo dos Vieiras	4,01	18,28	76,28	82,57	97,72
João Lisboa	7,30	37,81	24,22	41,14	87,07
Joselândia	2,19	24,76	60,06	71,06	92,22
Junco do Maranhão	3,06	21,44	46,13	68,40	91,80
Lago da Pedra	6,63	41,37	37,24	68,56	92,71
Lago do Junco	6,72	16,19	69,90	74,42	94,59
Lago Verde	4,33	19,89	62,70	80,07	96,39
Lagoa do Mato	5,51	16,60	61,32	69,01	96,19
Lagoa dos Rodrigues	2,32	28,88	53,70	73,62	95,13
Lagoa Grande do Maranhão	5,24	32,43	70,39	79,16	96,87
Lajeado Novo	6,39	29,19	51,37	60,79	91,09
Lima Campos	2,76	32,07	49,88	70,76	92,82
Loreto	6,02	29,58	46,18	64,43	92,22
Luís Domingues	3,14	36,52	38,61	63,11	91,28
Magalhães de Almeida	11,51	30,19	51,17	78,70	93,90
Maracaçumé	11,17	39,36	25,09	59,68	92,59
Marajá do Sena	15,55	22,26	75,50	82,78	95,91
Maranhãozinho	11,01	28,86	50,86	70,69	95,10
Mata Roma	7,98	31,21	42,86	66,24	94,22
Matinha	6,66	22,98	50,95	72,20	93,66
Matões	4,08	21,76	54,66	69,77	94,53
Matões do Norte	16,05	27,79	58,66	72,62	96,64
Milagres do Maranhão	15,51	18,45	66,16	82,91	97,29
Mirador	5,04	35,39	54,95	76,41	92,91
Miranda do Norte	10,63	27,17	28,00	49,04	92,25
Mirinzal	8,20	26,74	52,00	69,08	93,50
Monção	4,50	17,88	63,91	80,66	96,10
Montes Altos	12,92	36,48	49,58	65,34	93,91
Morros	5,76	16,91	66,93	79,50	95,29
Nina Rodrigues	6,85	15,62	59,24	75,37	93,82
Nova Colinas	9,57	28,03	47,90	64,78	93,66
Nova Iorque	5,90	37,11	50,19	66,18	92,34
Nova Olinda do Maranhão	6,50	41,31	41,14	67,36	94,86
Olho d'Água das Cunhãs	2,85	35,15	45,91	67,42	93,24
Olinda Nova do Maranhão	7,42	27,25	54,86	73,24	94,37
Paço do Lumiar	10,59	24,29	7,47	26,50	79,24
Palmeirândia	4,94	35,00	70,37	81,89	97,33
Paraibano	8,33	33,42	35,38	62,24	89,86
Parnarama	7,67	15,73	54,58	67,27	94,48
Passagem Franca	9,64	43,88	48,38	70,52	93,41
Pastos Bons	4,88	34,45	45,79	73,87	94,12
Paulino Neves	3,94	35,41	59,30	82,71	97,82
Paulo Ramos	8,09	39,61	51,35	71,46	91,94

Anexo G – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2010

(Continuação)

Acesso ao Trabalho 2010	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
		Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
Pedreiras	8,68	33,39	23,09	49,79	86,43
Pedro do Rosário	5,28	20,58	67,51	82,25	97,01
Penalva	6,07	22,72	54,26	72,83	95,27
Peri Mirim	7,77	20,15	60,95	73,88	94,36
Peritoró	15,01	39,17	31,97	55,98	90,99
Pindaré-Mirim	7,57	34,97	38,16	63,28	91,09
Pinheiro	5,85	27,45	36,68	57,11	90,39
Pio XII	5,12	22,79	53,85	70,56	94,53
Pirapemas	5,55	36,91	55,04	71,53	93,56
Poção de Pedras	4,08	21,54	62,19	77,89	94,25
Porto Franco	8,36	29,50	24,09	39,36	78,24
Porto Rico do Maranhão	0,65	21,79	55,84	75,67	94,18
Presidente Dutra	5,95	36,98	28,87	50,78	87,48
Presidente Juscelino	12,81	31,93	54,91	71,76	93,54
Presidente Médici	7,91	53,53	49,00	63,42	92,96
Presidente Sarney	4,64	23,75	68,91	77,57	97,25
Presidente Vargas	6,27	25,94	59,69	77,80	95,49
Primeira Cruz	3,86	18,37	62,49	85,62	97,83
Raposa	11,16	31,29	30,80	50,61	91,42
Riachão	6,94	36,51	45,16	69,31	90,08
Ribamar Fiquene	21,16	32,04	35,42	39,87	86,94
Rosário	10,61	26,33	28,98	54,84	89,80
Sambaíba	8,04	39,20	62,80	73,22	92,75
Santa Filomena do	18,59	34,69	71,14	78,71	95,07
Santa Helena	9,10	25,00	51,81	74,39	94,82
Santa Inês	8,48	27,18	11,17	40,72	83,87
Santa Luzia	6,01	34,40	52,37	70,17	93,00
Santa Luzia do Paruá	7,81	30,25	40,35	61,19	89,84
Santa Quitéria do Maranhão	6,90	35,86	51,72	78,72	97,13
Santa Rita	10,72	34,94	35,86	58,92	91,26
Santana do Maranhão	15,12	44,35	39,08	65,85	95,33
Santo Amaro do Maranhão	5,64	19,84	65,22	82,07	97,63
Santo Antônio dos Lopes	8,35	29,63	57,66	66,90	91,66
São Benedito do Rio Preto	6,42	38,36	52,38	77,30	96,63
São Bento	10,64	34,08	44,88	70,41	94,02
São Bernardo	7,59	39,52	42,61	73,73	93,88
São Domingos do Azeitão	8,85	42,70	43,19	55,91	91,30
São Domingos do Maranhão	4,50	40,54	51,40	72,19	93,75
São Félix de Balsas	5,90	28,95	51,16	71,70	94,19
São Francisco do Brejão	7,26	35,33	50,92	46,06	89,01
São Francisco do Maranhão	2,36	18,64	66,67	81,16	95,86
São João Batista	10,84	20,80	61,60	80,55	94,54
São João do Carú	5,91	25,25	59,24	74,54	95,60
São João do Paraíso	3,04	35,32	54,35	65,03	93,20
São João do Soter	3,86	24,09	67,07	77,65	97,48
São João dos Patos	6,58	27,12	29,35	62,43	87,78

Anexo G – Indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho – 2010

(Conclusão)

Acesso ao Trabalho 2010	Disponibilidade de trabalho	Qualidade do posto de trabalho		Remuneração	
		Municípios	T1. Pessoas desocupadas	T2. Pessoas ocupadas no setor informal	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
São José de Ribamar	11,74	29,04	4,27	25,64	80,77
São José dos Basílios	4,36	41,39	69,08	75,55	95,02
São Luís	12,02	23,40	1,94	20,44	70,35
São Luís Gonzaga do	3,64	19,73	66,03	78,18	95,01
São Mateus do Maranhão	12,53	27,13	37,46	62,13	88,32
São Pedro da Água Branca	14,68	35,32	28,83	49,65	86,93
São Pedro dos Crentes	4,08	39,20	37,54	61,18	91,49
São Raimundo das	8,06	33,87	35,57	57,88	90,23
São Raimundo do Doca	3,00	29,71	63,74	76,73	96,16
São Roberto	5,45	36,52	53,92	72,57	95,76
São Vicente Ferrer	4,70	27,72	60,68	74,29	95,05
Satubinha	1,68	28,29	75,59	89,01	97,78
Senador Alexandre Costa	5,47	25,10	54,84	66,46	94,03
Senador La Rocque	7,64	31,24	47,76	60,25	90,39
Serrano do Maranhão	5,52	12,55	73,51	78,89	97,30
Sítio Novo	2,35	32,19	61,64	74,02	94,47
Sucupira do Norte	6,13	32,53	60,86	72,51	92,82
Sucupira do Riachão	2,72	54,16	43,98	72,26	95,79
Tasso Fragoso	7,22	36,33	46,64	51,24	88,96
Timbiras	5,78	15,81	65,86	77,32	95,14
Timon	7,71	30,30	9,32	36,63	86,98
Trizidela do Vale	5,16	35,67	33,68	59,00	92,98
Tufilândia	8,11	18,19	51,34	64,87	96,23
Tuntum	6,35	36,32	55,76	75,81	96,24
Turiação	8,45	25,56	49,84	70,03	94,27
Turilândia	6,78	30,28	58,70	78,03	97,61
Tutóia	4,26	30,46	46,02	71,15	93,26
Urbano Santos	6,67	23,82	48,56	68,71	92,71
Vargem Grande	12,76	30,60	48,43	68,41	92,79
Viana	5,76	27,10	49,04	74,78	92,63
Vila Nova dos Martírios	9,82	48,35	51,30	56,43	92,85
Vitória do Mearim	5,73	26,02	40,27	64,39	90,91
Vitorino Freire	4,88	33,83	41,37	71,50	91,52
Zé Doca	6,54	36,43	36,38	58,31	91,47

Fonte: IBGE

Anexo H – Indicadores da dimensão Escassez de Recursos – 2000 e 2010

(Continua)

Escassez de Recursos	Extrema Pobreza 2000	Pobreza 2000	Capacidade de geração de renada 2000	Extrema Pobreza 2010	Pobreza 2010	Capacidade de geração de renada 2010
Municípios	R1.Renda do miciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliar per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências	R1.Renda do miciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliar per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências
Maranhão	34,82	60,05	20,02	22,04	35,50	34,47
Açailândia	20,36	47,69	9,00	11,65	23,14	20,21
Afonso Cunha	57,12	80,51	32,27	40,74	58,09	54,05
Água Doce do Maranhão	52,13	76,65	30,36	37,51	52,56	54,51
Alcântara	48,63	72,57	25,46	36,08	49,37	48,67
Aldeias Altas	47,94	75,49	22,81	34,92	53,27	46,74
Altamira do Maranhão	45,62	74,59	22,46	34,99	51,15	54,07
Alto Alegre do Maranhão	43,38	74,69	28,63	31,67	50,54	39,19
Alto Alegre do Pindaré	45,20	74,59	14,17	40,68	58,51	50,49
Alto Parnaíba	36,45	60,67	22,84	23,94	38,43	36,78
Amapá do Maranhão	40,02	72,42	6,83	33,48	51,82	44,31
Amarante do Maranhão	48,65	72,23	17,43	27,15	44,31	43,03
Anajatuba	49,44	74,99	32,37	38,66	50,54	57,27
Anapurus	45,21	69,73	22,42	31,80	48,66	39,03
Apicum-Açu	51,69	78,75	19,26	23,43	46,59	33,55
Araguanã	60,57	83,33	20,22	33,52	54,74	47,32
Araioses	54,16	77,68	27,60	40,55	54,31	48,56
Arame	41,24	71,69	14,14	43,27	60,19	44,00
Arari	34,02	57,62	21,51	23,56	37,23	41,63
Axixá	44,80	70,72	25,63	25,39	45,34	45,86
Bacabal	29,48	59,06	23,31	12,16	25,61	32,61
Bacabeira	39,60	71,62	22,29	25,03	41,09	31,83
Bacuri	50,61	74,84	22,09	27,26	44,98	44,65
Bacurituba	48,23	72,20	29,06	36,89	53,52	64,79
Balsas	25,02	50,64	15,52	9,65	18,96	18,42
Barão de Grajaú	39,33	64,38	28,19	22,17	34,96	41,03
Barra do Corda	38,82	63,05	25,31	24,71	40,21	39,15
Barreirinhas	52,64	76,17	24,18	35,06	50,69	41,63
Belágua	73,13	88,43	24,78	56,61	70,36	54,88
Bela Vista do Maranhão	47,52	76,64	24,40	24,31	45,19	48,71
Benedito Leite	36,65	68,87	28,56	36,31	47,92	60,37
Bequimão	56,77	77,97	32,69	35,02	48,55	56,53
Bernardo do Mearim	32,01	64,71	25,20	20,46	36,46	43,33
Boa Vista do Gurupi	38,46	70,92	27,51	25,22	45,58	42,20
Bom Jardim	48,72	76,33	22,89	31,35	49,48	44,88
Bom Jesus das Selvas	40,00	69,18	8,15	38,89	50,87	31,19
Bom Lugar	51,78	80,11	26,08	32,15	52,10	53,83
Brejo	58,95	75,60	26,14	38,25	53,78	52,41
Brejo de Areia	57,16	81,13	14,97	26,92	47,45	34,62
Buriti	48,91	76,47	26,85	40,91	56,32	63,70
Buriti Bravo	42,86	73,19	29,37	26,95	40,96	47,43
Buriticupu	32,87	63,70	7,73	30,41	50,35	29,03
Buritirana	48,01	74,73	22,83	21,32	38,19	50,94
Cachoeira Grande	59,45	79,40	17,37	53,07	67,28	52,25
Cajapió	56,34	78,59	28,46	45,55	60,18	61,54
Cajari	51,15	80,89	15,16	47,51	62,14	51,48

Anexo H – Indicadores da dimensão Escassez de Recursos – 2000 e 2010

(Continuação)

Escassez de Recursos	Extrema Pobreza 2000	Pobreza 2000	Capacidade de geração de renada 2000	Extrema Pobreza 2010	Pobreza 2010	Capacidade de geração de renada 2010
Municípios	R1.Renda do miciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliar per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências	R1.Renda do miciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliar per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências
Campestre do Maranhão	36,00	65,26	16,71	9,69	20,66	23,59
Cândido Mendes	33,26	69,06	19,06	32,36	50,70	44,86
Cantanhede	60,03	83,51	32,73	38,19	56,87	54,45
Capinzal do Norte	47,07	69,86	25,92	35,24	48,54	54,41
Carolina	31,69	54,97	23,59	19,25	29,63	32,83
Carutapera	43,65	72,48	14,91	26,56	46,69	34,79
Caxias	32,35	60,76	25,29	16,48	30,84	34,55
Cedral	40,51	67,86	21,63	28,93	49,71	47,01
Central do Maranhão	45,18	73,55	24,22	30,42	47,66	50,72
Centro do Guilherme	73,10	91,66	9,11	32,59	50,11	32,90
Centro Novo do Maranhão	44,42	74,58	7,91	32,81	48,90	29,80
Chapadinha	41,87	68,02	25,43	28,89	44,18	42,36
Cidelândia	29,95	63,90	15,92	17,21	32,41	33,90
Codó	41,51	67,89	26,79	23,51	39,35	38,75
Coelho Neto	34,81	66,05	19,05	24,06	42,26	38,51
Colinas	43,50	66,96	20,96	27,88	43,63	42,12
Conceição do Lago-Açu	46,27	76,68	11,81	30,76	51,07	37,68
Coroatá	47,01	72,13	26,47	31,43	45,29	46,87
Cururupu	36,09	65,09	17,49	20,13	40,21	37,57
Davinópolis	31,12	62,64	23,36	13,24	30,35	32,80
Dom Pedro	18,67	50,24	20,21	15,01	31,11	30,87
Duque Bacelar	48,32	72,86	27,43	36,93	54,84	57,58
Esperantinópolis	41,53	67,38	23,29	25,95	41,60	47,49
Estreito	27,69	54,71	15,93	14,04	23,24	19,74
Feira Nova do Maranhão	46,63	69,26	21,28	37,54	53,05	54,88
Fernando Falcão	50,44	79,30	21,49	46,60	64,34	65,92
Formosa da Serra Negra	69,46	82,79	16,00	45,22	57,97	48,82
Fortaleza dos Nogueiras	45,09	64,74	19,08	22,14	35,64	31,78
Fortuna	43,66	65,18	28,23	26,59	40,50	46,13
Godofredo Viana	47,27	70,64	16,49	21,25	40,75	34,52
Gonçalves Dias	28,91	61,64	27,84	30,21	45,92	55,21
Governador Archer	38,62	66,92	25,94	26,13	42,03	43,12
Governador Edison Lobão	34,12	64,97	17,63	10,10	23,49	25,89
Governador Eugênio Barros	43,69	70,01	28,37	26,87	41,62	51,43
Governador Luiz Rocha	46,36	68,97	22,39	33,57	46,99	52,33
Governador Newton Bello	54,98	81,94	20,33	27,37	48,36	39,38
Governador Nunes Freire	39,40	71,77	9,14	23,87	45,46	34,02
Graça Aranha	36,27	69,53	21,73	29,82	43,93	51,55
Grajaú	33,91	62,60	18,82	19,80	36,14	29,21
Guimarães	43,38	68,78	30,58	28,39	45,49	50,49
Humberto de Campos	55,13	80,02	22,43	49,44	64,97	50,29
Icatu	52,92	76,86	29,94	39,37	56,05	57,22
Igarapé do Meio	47,87	75,55	19,53	25,19	41,95	41,79
Igarapé Grande	34,58	67,06	26,69	15,55	32,84	43,70
Imperatriz	14,79	36,82	12,73	4,75	12,97	17,09
Itaipava do Grajaú	41,91	69,05	15,81	42,41	58,25	53,03

Anexo H – Indicadores da dimensão Escassez de Recursos – 2000

(Continuação)

Escassez de Recursos	Extrema Pobreza 2000	Pobreza 2000	Capacidade de geração de renada 2000	Extrema Pobreza 2010	Pobreza 2010	Capacidade de geração de renada 2010
Municípios	R1.Renda do miciliari per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliari per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências	R1.Renda do miciliari per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliari per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências
Itapecuru Mirim	37,41	65,98	26,81	32,33	47,62	37,57
Itinga do Maranhão	22,89	49,56	9,61	15,16	29,89	28,94
Jatobá	21,00	48,17	16,74	34,52	47,57	47,57
Jenipapo dos Vieiras	55,71	75,22	26,61	50,79	63,28	44,54
João Lisboa	26,69	56,72	21,42	13,16	25,49	31,27
Joselândia	51,54	73,62	26,52	31,34	47,40	49,21
Junco do Maranhão	45,68	78,08	15,52	22,40	41,83	36,09
Lago da Pedra	31,96	65,60	23,13	21,69	39,19	41,68
Lago do Junco	48,86	76,96	21,33	28,90	48,14	45,38
Lago Verde	51,21	77,50	24,81	16,02	34,80	49,93
Lagoa do Mato	59,34	78,48	24,85	27,00	47,46	47,04
Lagoa dos Rodrigues	40,01	70,24	27,12	28,66	44,67	44,14
Lagoa Grande do Maranhão	55,97	81,22	14,88	36,06	55,01	48,27
Lajeado Novo	33,40	60,29	15,35	26,36	41,51	44,46
Lima Campos	31,05	61,78	31,00	20,36	34,56	49,16
Loreto	51,14	71,12	24,49	31,68	44,15	54,10
Luís Domingues	41,92	62,81	18,67	31,68	47,50	44,08
Magalhães de Almeida	55,78	75,74	30,76	38,24	52,95	52,32
Maracaçumé	36,81	62,08	13,47	18,33	35,99	35,91
Marajá do Sena	53,85	69,22	6,51	58,31	72,61	52,37
Maranhãozinho	62,94	83,36	16,40	28,97	50,96	38,97
Mata Roma	51,91	74,05	28,25	37,90	53,67	44,36
Matinha	42,99	72,88	24,01	28,17	43,93	45,79
Matões	41,57	69,12	26,00	32,03	47,17	52,37
Matões do Norte	61,47	85,38	15,99	41,87	62,68	43,88
Milagres do Maranhão	45,50	71,08	16,82	38,84	56,27	53,90
Mirador	46,62	70,47	23,74	46,53	58,61	59,44
Miranda do Norte	27,56	55,42	19,81	18,87	36,07	31,09
Mirinzal	41,35	67,74	24,80	23,42	38,38	38,52
Monção	48,13	73,53	19,23	32,26	51,98	44,12
Montes Altos	41,94	71,68	25,52	30,20	41,77	52,49
Morros	58,33	76,81	23,04	37,47	54,62	50,23
Nina Rodrigues	57,43	79,08	26,17	45,41	62,25	51,20
Nova Colinas	70,30	82,08	22,16	34,89	48,08	50,46
Nova Iorque	47,34	66,48	27,56	22,09	36,26	49,84
Nova Olinda do Maranhão	50,09	68,51	16,65	19,19	40,26	38,12
Olho d'Água das Cunhãs	39,97	65,95	26,79	23,31	40,91	41,64
Olinda Nova do Maranhão	50,70	70,33	24,98	42,64	55,04	59,06
Paço do Lumiar	18,48	40,31	11,29	11,53	20,40	15,84
Palmeirândia	49,41	77,52	27,35	40,10	55,45	52,82
Paraibano	34,48	59,87	22,42	27,68	41,23	45,59
Parnarama	53,26	74,08	24,65	35,65	47,87	55,30
Passagem Franca	48,54	68,59	25,86	29,10	44,53	52,33
Pastos Bons	50,37	68,03	22,56	27,99	43,34	46,52
Paulino Neves	61,06	82,12	29,75	40,84	56,46	52,20
Paulo Ramos	46,37	73,64	21,98	25,60	44,83	45,35

Anexo H – Indicadores da dimensão Escassez de Recursos – 2000 e 2010

(Continuação)

Escassez de Recursos	Extrema Pobreza 2000	Pobreza 2000	Capacidade de geração de renada 2000	Extrema Pobreza 2010	Pobreza 2010	Capacidade de geração de renada 2010
Municípios	R1.Renda do miciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliar per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências	R1.Renda do miciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliar per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências
Pedreiras	24,68	50,72	24,84	12,22	25,20	32,43
Pedro do Rosário	54,97	80,51	20,51	40,70	59,18	45,16
Penalva	43,86	73,92	24,79	26,96	43,34	41,20
Peri Mirim	50,46	77,14	29,12	36,30	49,43	54,88
Peritoró	47,99	72,96	24,10	39,72	54,82	57,31
Pindaré-Mirim	38,60	66,48	23,64	18,24	36,71	37,22
Pinheiro	36,36	63,95	22,46	19,29	33,90	33,76
Pio XII	45,74	75,16	26,54	26,34	42,51	45,52
Pirapemas	52,37	76,21	23,13	39,24	54,72	53,81
Poço de Pedras	43,69	73,81	25,73	27,89	42,57	48,16
Porto Franco	20,07	43,06	15,54	11,11	21,24	23,64
Porto Rico do Maranhão	42,18	69,09	17,17	22,49	44,07	43,86
Presidente Dutra	25,98	53,47	19,78	13,68	26,34	30,50
Presidente Juscelino	64,85	83,66	14,80	48,38	62,22	58,46
Presidente Médici	31,01	64,14	18,90	29,44	48,44	46,55
Presidente Sarney	46,39	73,56	22,34	34,47	49,94	44,11
Presidente Vargas	59,35	78,91	20,94	42,83	55,99	54,61
Primeira Cruz	46,81	73,63	20,68	45,95	64,68	55,59
Raposa	31,43	64,11	9,65	15,63	31,13	22,34
Riachão	42,93	66,56	24,45	32,94	45,01	43,99
Ribamar Fiquene	43,15	65,86	15,66	22,24	35,54	34,83
Rosário	43,11	69,09	22,26	18,95	35,37	33,30
Sambaíba	51,22	70,50	34,37	24,27	42,57	46,27
Santa Filomena do	48,50	69,35	20,61	48,37	61,65	54,37
Santa Helena	38,20	67,46	22,83	23,50	41,13	37,70
Santa Inês	23,74	52,35	20,16	10,56	22,34	26,25
Santa Luzia	42,59	72,24	18,36	33,16	48,41	43,10
Santa Luzia do Paruá	39,10	70,81	19,58	15,99	33,24	31,74
Santa Quitéria do	48,59	76,49	18,49	30,79	50,09	49,27
Santa Rita	49,30	71,24	23,52	26,65	40,46	36,96
Santana do Maranhão	55,98	82,27	29,95	45,66	63,54	69,58
Santo Amaro do Maranhão	67,41	87,68	25,68	44,90	61,19	51,94
Santo Antônio dos Lopes	37,36	66,84	21,44	27,64	44,07	43,45
São Benedito do Rio Preto	61,48	83,09	24,27	44,33	59,83	54,71
São Bento	40,04	69,22	26,28	32,10	49,00	48,10
São Bernardo	54,91	77,51	28,46	34,72	49,85	44,79
São Domingos do Azeitão	43,86	70,64	17,82	32,61	46,65	51,18
São Domingos do	30,49	60,68	18,71	29,76	46,53	43,33
São Félix de Balsas	34,89	60,23	21,01	33,90	49,36	57,53
São Francisco do Brejão	34,22	58,68	14,77	20,58	34,63	29,62
São Francisco do	51,48	72,37	32,26	37,62	48,37	62,24
São João Batista	60,99	82,38	28,44	45,50	58,59	65,04
São João do Carú	50,17	74,87	10,64	31,98	50,90	41,82
São João do Paraíso	40,69	62,70	15,36	21,42	37,99	38,05
São João do Soter	50,51	76,48	28,68	34,99	52,19	52,69
São João dos Patos	33,01	53,28	26,62	17,58	30,22	40,48

Anexo H – Indicadores da dimensão Escassez de Recursos – 2000 e 2010

(Conclusão)

Escassez de Recursos	Extrema Pobreza 2000	Pobreza 2000	Capacidade de geração de renada 2000	Extrema Pobreza 2010	Pobreza 2010	Capacidade de geração de renada 2010
Municípios	R1.Renda do miciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliar per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências	R1.Renda do miciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	R2.Renda do miciliar per capita inferior à linha de pobreza	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências
São José de Ribamar	25,77	50,84	12,95	11,03	20,16	15,39
São José dos Basílios	37,14	71,07	21,51	36,14	49,14	54,15
São Luís	14,61	34,68	13,26	8,58	15,56	15,27
São Luís Gonzaga do	49,97	74,56	26,54	33,16	48,76	47,39
São Mateus do Maranhão	39,01	65,43	23,98	24,12	38,46	41,06
São Pedro da Água Branca	28,34	59,69	18,11	14,73	32,63	34,93
São Pedro dos Crentes	48,14	75,09	16,34	20,12	35,69	39,41
São Raimundo das	41,40	60,82	25,97	19,44	34,52	38,25
São Raimundo do Doca	44,94	77,01	19,58	38,93	54,56	49,24
São Roberto	58,91	80,00	18,75	38,74	59,50	49,25
São Vicente Ferrer	49,02	74,09	26,51	39,06	51,88	53,03
Satubinha	51,97	78,36	21,90	43,51	66,46	44,11
Senador Alexandre Costa	38,63	66,63	29,00	29,37	44,45	47,75
Senador La Rocque	37,71	68,62	26,31	18,79	35,42	40,86
Serrano do Maranhão	47,15	75,98	19,21	48,35	65,06	58,71
Sítio Novo	40,75	65,11	19,29	36,45	54,02	50,46
Sucupira do Norte	48,71	68,89	27,05	33,30	48,50	56,40
Sucupira do Riachão	42,40	70,34	23,13	25,01	40,66	48,94
Tasso Fragoso	40,77	64,33	25,89	25,36	36,90	41,64
Timbiras	57,06	79,06	24,52	40,42	56,02	54,21
Timon	24,15	53,90	18,67	10,81	23,55	23,12
Trizidela do Vale	24,52	56,62	28,73	17,38	31,54	35,45
Tufilândia	63,46	82,11	23,13	24,90	42,62	46,54
Tuntum	44,82	68,36	22,89	31,21	46,19	48,32
Turiaçu	52,24	73,16	20,08	37,27	52,84	47,83
Turilândia	52,89	76,27	17,50	29,91	51,52	36,84
Tutóia	49,24	72,76	31,38	26,57	42,36	42,97
Urbano Santos	60,40	82,56	24,95	35,85	52,78	39,61
Vargem Grande	50,92	77,06	29,38	39,31	57,08	47,42
Viana	39,88	68,77	25,27	22,35	40,47	44,11
Vila Nova dos Martírios	35,28	66,45	12,93	13,92	32,65	28,32
Vitória do Mearim	36,31	62,70	20,54	26,68	43,27	43,28
Vitorino Freire	34,85	63,49	24,81	25,10	41,40	45,42
Zé Doca	36,81	69,80	19,34	21,12	38,98	35,32

Fonte: IBGE

Anexo I – Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000

(Continua)

Desenvolvimento Infantil 2000	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
Maranhão	3,40	7,52	69,36	8,41	12,78	14,55	9,74	0,12	18,28
Açailândia	2,04	6,68	69,18	6,48	12,03	4,87	5,46	0,11	16,96
Afonso Cunha	5,05	9,23	81,29	6,17	9,26	18,90	9,12	1,27	28,68
Água Doce do Maranhão	4,07	6,70	75,40	17,78	21,82	30,39	23,26	0,00	20,02
Alcântara	3,76	8,40	70,60	8,53	10,94	11,52	4,34	0,00	19,55
Aldeias Altas	3,96	8,89	67,23	7,98	12,19	25,52	17,13	0,24	20,75
Altamira do Maranhão	1,59	5,69	67,91	5,57	10,95	15,12	19,09	0,21	21,83
Alto Alegre do Maranhão	3,36	5,59	90,66	20,22	23,41	14,65	12,08	0,36	16,98
Alto Alegre do Pindaré	4,49	9,16	84,27	17,07	18,63	26,76	13,77	0,00	20,55
Alto Parnaíba	3,41	6,73	72,09	9,17	12,68	12,14	2,82	0,00	24,90
Amapá do Maranhão	5,70	10,58	81,84	7,73	12,25	27,45	11,93	0,00	23,27
Amarante do Maranhão	3,58	8,64	70,93	10,56	17,19	15,31	12,98	0,18	17,87
Anajatuba	4,70	9,78	59,90	8,59	14,19	16,40	11,38	0,23	22,54
Anapurus	9,37	15,50	65,66	6,62	10,98	18,71	13,35	0,13	16,90
Apicum-Açu	1,41	3,99	83,85	7,71	13,58	18,50	13,56	0,00	20,95
Araguanã	3,66	7,41	58,72	3,83	8,95	25,04	12,72	0,00	19,90
Araioses	2,47	5,97	83,29	23,91	27,88	27,74	21,58	0,00	17,97
Arame	3,96	7,29	80,97	18,05	22,37	33,90	23,86	0,00	17,53
Arari	3,07	6,27	54,02	5,14	9,97	9,96	10,14	0,00	18,23
Axixá	4,36	9,48	48,91	3,90	8,28	7,84	3,13	0,20	24,91
Bacabal	2,98	7,20	65,85	8,79	14,10	12,98	9,58	0,24	19,14
Bacabeira	0,71	2,81	62,19	2,68	5,93	16,05	4,96	0,00	15,06
Bacuri	3,66	7,93	63,96	6,78	11,50	21,98	11,19	0,10	23,43
Bacurituba	7,34	11,76	53,42	4,24	9,56	11,36	11,68	0,47	23,17
Balsas	2,39	6,83	72,80	9,34	13,59	11,11	6,70	0,22	17,32
Barão de Grajaú	2,25	6,48	74,91	8,20	15,40	14,42	6,41	0,00	17,09
Barra do Corda	3,70	8,36	75,30	9,71	14,91	14,86	12,68	0,06	21,55
Barreirinhas	6,85	12,47	80,38	16,92	21,73	27,63	13,69	0,13	17,97
Belágua	8,53	14,58	67,97	7,86	14,28	30,86	29,18	0,00	17,98
Bela Vista do Maranhão	2,76	6,39	66,77	7,88	10,50	15,98	10,74	0,00	17,81
Benedito Leite	1,82	3,42	68,19	5,59	9,96	11,32	7,47	0,00	21,73
Bequimão	3,75	8,88	71,81	4,72	7,91	3,14	3,39	0,00	14,58
Bernardo do Mearim	5,38	13,36	66,49	6,09	12,18	9,92	9,78	0,00	15,01
Boa Vista do Gurupi	1,21	3,33	58,70	4,19	6,45	12,13	5,29	0,00	19,42
Bom Jardim	4,05	8,86	81,45	20,35	23,78	26,70	17,38	0,15	23,97
Bom Jesus das Selvas	2,03	5,71	78,64	13,68	18,08	19,24	16,16	0,06	15,35
Bom Lugar	5,53	11,24	68,99	8,07	15,19	14,38	16,82	0,24	23,42
Brejo	3,04	7,88	75,69	6,29	11,87	15,84	14,89	0,00	17,03
Brejo de Areia	4,92	10,19	77,43	12,78	19,76	30,24	20,64	0,00	18,77
Buriti	11,89	17,33	71,63	5,09	9,78	17,83	11,20	0,15	23,48
Buriti Bravo	2,46	6,65	63,73	12,14	16,74	18,39	11,44	0,15	18,67
Buriticupu	2,10	6,74	89,17	16,34	22,40	20,36	15,88	0,09	16,87
Buritirana	4,79	9,51	67,23	4,87	10,46	20,03	13,04	0,00	21,75
Cachoeira Grande	3,15	7,56	73,50	11,67	13,48	27,23	13,71	0,00	6,44
Cajapió	10,07	16,51	61,49	4,90	11,39	25,86	13,44	0,00	16,72
Cajari	11,04	16,91	68,14	6,12	12,02	11,15	5,81	0,00	22,19

Anexo I – Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000

(Continuação)

Desenvolvimento Infantil 2000	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
Campestre do Maranhão	3,02	8,87	60,54	7,38	14,68	8,36	6,20	0,48	15,76
Cândido Mendes	3,52	7,09	73,09	9,46	14,84	20,93	15,97	0,11	19,41
Cantanhede	3,48	7,46	72,43	6,91	12,95	17,51	10,50	0,00	17,44
Capinzal do Norte	3,11	7,50	75,08	8,62	14,90	21,58	14,17	0,00	25,06
Carolina	4,87	10,01	73,91	9,77	13,99	9,17	6,74	0,00	24,86
Carutapera	1,89	4,24	70,79	9,51	15,51	11,23	9,27	0,00	14,29
Caxias	2,82	7,04	72,31	9,55	12,21	17,87	9,33	0,03	19,86
Cedral	1,05	4,12	56,63	3,59	7,94	8,73	4,74	0,17	22,86
Central do Maranhão	5,93	11,98	71,31	8,78	11,81	20,04	10,08	0,35	19,12
Centro do Guilherme	0,28	2,39	82,73	23,08	23,17	22,74	15,10	0,00	24,04
Centro Novo do Maranhão	5,16	9,30	78,66	13,97	18,99	24,24	19,44	0,00	24,49
Chapadinha	8,35	14,05	69,30	5,82	11,12	21,47	11,37	0,15	16,89
Cidelândia	2,85	8,67	65,03	5,15	10,65	14,70	8,87	0,00	22,50
Codó	4,00	8,39	76,00	12,32	17,09	21,18	16,37	0,14	22,79
Coelho Neto	1,58	4,29	79,50	10,78	12,91	14,35	10,53	0,26	22,53
Colinas	2,64	7,37	76,34	7,88	13,84	24,99	14,59	0,14	19,20
Conceição do Lago-Açu	2,10	5,38	77,27	22,03	28,41	27,95	25,84	0,00	30,78
Coroatá	6,13	10,70	82,24	12,70	16,31	16,66	15,88	0,00	20,22
Cururupu	4,70	8,38	66,08	6,70	12,92	6,42	5,37	0,00	15,85
Davinópolis	3,05	7,55	60,23	2,88	8,17	10,97	5,09	0,17	20,83
Dom Pedro	3,53	9,72	62,66	4,76	12,57	15,99	11,68	0,40	18,84
Duque Bacelar	9,22	17,28	63,88	8,42	12,79	32,71	24,53	0,35	14,80
Esperantinópolis	2,54	8,09	77,84	15,45	18,05	11,97	10,47	0,25	21,21
Estreito	3,31	9,11	78,03	4,34	11,04	12,97	7,59	0,12	12,86
Feira Nova do Maranhão	4,33	11,14	87,76	8,51	12,51	16,74	7,96	0,36	13,64
Fernando Falcão	2,32	7,05	89,59	16,13	23,46	41,15	40,23	0,00	15,43
Formosa da Serra Negra	3,72	6,64	85,90	16,83	19,61	17,35	10,35	0,00	20,05
Fortaleza dos Nogueiras	3,29	7,45	76,32	4,39	7,50	7,81	4,10	0,00	12,28
Fortuna	3,22	8,52	75,95	7,88	14,63	19,28	11,80	0,18	22,04
Godofredo Viana	2,90	7,64	60,28	9,98	15,10	19,52	13,23	0,00	15,59
Gonçalves Dias	5,49	11,43	80,02	14,97	18,33	20,24	14,61	0,00	15,47
Governador Archer	3,20	7,30	73,64	10,32	15,71	14,12	10,33	0,00	25,72
Governador Edison Lobão	1,70	5,60	69,78	4,64	8,77	8,16	4,38	0,00	12,69
Governador Eugênio Barros	4,52	8,31	68,06	4,39	9,31	23,81	13,85	0,09	27,03
Governador Luiz Rocha	8,40	15,11	68,77	5,40	9,89	20,83	10,35	0,00	21,71
Governador Newton Bello	4,11	8,53	71,15	17,11	21,88	22,48	18,89	0,13	23,76
Governador Nunes Freire	2,29	6,79	80,65	14,25	16,66	30,70	17,83	0,33	19,29
Graça Aranha	4,27	11,07	67,00	7,27	12,22	14,38	13,76	0,00	24,61
Grajaú	3,85	9,30	68,23	11,45	14,64	20,11	11,89	0,12	19,82
Guimarães	1,95	4,92	55,55	8,59	11,73	5,95	2,51	0,00	22,82
Humberto de Campos	3,47	6,84	74,04	17,05	23,15	21,47	16,15	0,19	22,44
Icatu	2,30	5,20	76,28	8,33	12,05	9,56	4,71	0,00	13,58
Igarapé do Meio	2,37	6,17	72,41	11,90	15,20	30,68	11,07	0,00	23,75
Igarapé Grande	3,41	8,59	64,01	5,67	8,81	10,34	5,25	0,00	25,30
Imperatriz	2,44	6,80	53,92	2,48	6,37	4,33	2,93	0,07	14,65
Itaipava do Grajaú	2,27	5,56	69,98	13,00	18,99	33,92	28,42	0,19	21,21

Anexo I – Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000

(Continuação)

Desenvolvimento Infantil 2000	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
Itapecuru Mirim	3,75	7,09	70,60	5,13	9,26	12,14	8,19	0,00	19,83
Itinga do Maranhão	2,49	7,04	70,25	9,29	16,49	12,06	10,18	0,39	14,83
Jatobá	5,58	12,63	60,08	3,77	9,03	20,46	12,65	0,00	28,71
Jenipapo dos Vieiras	2,51	8,11	83,18	29,19	31,04	26,41	21,95	0,33	19,73
João Lisboa	3,30	9,19	60,73	4,76	10,01	14,19	7,67	0,40	22,35
Joselândia	1,72	4,20	74,96	17,54	21,32	23,87	16,66	0,00	16,33
Junco do Maranhão	2,23	4,44	71,99	6,09	10,86	23,46	12,52	0,00	26,50
Lago da Pedra	3,28	7,33	68,89	6,42	11,81	19,69	14,68	0,26	23,38
Lago do Junco	4,87	9,43	77,77	9,21	11,96	11,05	14,87	0,00	24,73
Lago Verde	5,91	11,18	75,48	7,06	11,99	14,04	11,08	0,00	15,17
Lagoa do Mato	1,94	4,67	80,88	14,06	19,55	18,89	13,57	0,00	13,91
Lagoa dos Rodrigues	6,61	12,76	71,04	5,86	13,03	13,12	15,52	0,00	15,44
Lagoa Grande do Maranhão	1,38	4,73	68,32	9,66	17,51	41,11	23,76	0,00	21,60
Lajeado Novo	3,87	7,60	68,82	3,64	9,46	20,03	13,13	1,33	13,27
Lima Campos	2,80	7,30	76,40	10,98	16,46	14,88	9,51	0,32	18,23
Loreto	0,83	2,23	68,04	10,23	15,05	20,37	14,42	0,26	22,55
Luís Domingues	2,56	6,26	59,19	1,70	7,53	10,75	5,06	0,37	25,48
Magalhães de Almeida	4,75	10,84	70,86	13,10	16,44	25,76	12,77	0,00	20,61
Maracaçumé	3,86	8,79	78,56	13,29	17,90	23,52	11,33	0,33	16,14
Marajá do Sena	5,06	8,89	77,52	15,83	22,76	24,39	26,55	0,28	30,82
Maranhãozinho	2,01	3,67	76,07	5,81	11,17	26,55	24,91	0,36	28,81
Mata Roma	6,88	12,19	65,16	5,70	8,19	21,98	11,17	0,00	13,69
Matinha	4,33	10,71	61,25	1,75	4,77	13,57	5,31	0,00	19,83
Matões	4,40	10,63	79,15	14,06	19,35	25,70	18,74	0,37	26,07
Matões do Norte	5,94	9,74	64,70	15,93	19,49	28,64	12,11	0,00	20,95
Milagres do Maranhão	11,14	18,86	76,89	11,65	17,42	12,56	16,05	0,00	15,53
Mirador	3,22	8,10	80,01	11,89	18,58	16,10	8,03	0,00	17,59
Miranda do Norte	1,62	6,09	59,55	3,52	10,64	8,88	8,19	0,40	19,87
Mirinzal	5,64	11,48	57,02	3,67	7,53	10,96	3,89	0,24	17,83
Monção	5,57	9,66	69,76	11,96	16,64	26,68	14,59	0,18	20,81
Montes Altos	1,86	5,56	71,88	6,51	11,66	7,58	6,90	0,00	16,07
Morros	2,92	5,97	67,36	5,00	6,92	22,86	13,38	0,00	18,07
Nina Rodrigues	6,77	12,89	59,37	7,30	11,73	18,44	14,78	0,00	24,45
Nova Colinas	1,66	2,23	82,70	13,51	17,10	11,69	7,01	0,00	18,64
Nova Iorque	1,91	6,37	78,98	15,80	22,38	26,47	24,40	0,00	19,46
Nova Olinda do Maranhão	2,77	6,72	80,23	12,96	21,38	17,57	12,78	0,22	24,91
Olho d'Água das Cunhãs	4,46	8,95	57,79	7,18	17,48	24,19	20,52	0,00	24,50
Olinda Nova do Maranhão	4,90	10,83	62,95	2,85	7,17	13,24	5,21	0,00	22,14
Paço do Lumiar	0,68	3,15	60,21	3,66	7,14	3,05	1,65	0,05	14,65
Palmeirândia	3,43	8,87	66,53	7,16	11,04	14,38	10,15	0,00	18,20
Paraibano	3,72	7,78	64,45	6,09	10,83	10,40	12,88	0,28	19,76
Parnarama	4,43	9,74	70,41	8,58	13,52	28,61	21,05	0,00	25,48
Passagem Franca	3,92	8,04	73,16	12,45	19,77	22,08	15,97	0,24	23,33
Pastos Bons	2,46	6,26	69,88	10,93	17,38	8,98	6,52	0,32	14,76
Paulino Neves	7,58	13,06	77,87	7,50	10,98	30,00	13,25	0,61	20,09
Paulo Ramos	6,50	12,27	68,21	9,43	14,66	18,17	19,93	0,00	25,64

Anexo I – Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000

(Continuação)

Desenvolvimento Infantil 2000	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
Pedreiras	4,11	8,45	67,93	7,19	12,11	9,36	7,10	0,00	15,87
Pedro do Rosário	8,12	13,83	73,02	7,48	15,30	29,99	15,80	0,29	22,05
Penalva	1,45	5,11	69,81	10,93	15,57	16,15	10,49	0,23	19,63
Peri Mirim	5,46	8,69	77,90	9,38	13,04	11,06	6,44	0,00	23,06
Peritoró	2,64	6,65	79,95	11,88	17,96	29,17	22,08	0,00	24,38
Pindaré-Mirim	1,68	4,70	64,65	4,50	8,04	11,58	5,11	0,16	19,76
Pinheiro	3,71	7,89	57,89	6,28	10,75	11,79	7,82	0,05	17,30
Pio XII	2,32	6,66	77,34	17,85	21,70	24,53	22,35	0,00	15,78
Pirapemas	5,32	9,76	78,10	7,88	11,54	18,31	11,45	0,27	24,80
Poção de Pedras	7,72	13,37	54,97	5,01	8,98	15,91	12,47	0,00	25,26
Porto Franco	4,00	10,00	66,77	7,44	12,10	8,83	2,88	0,00	18,28
Porto Rico do Maranhão	2,62	8,76	59,03	3,25	6,87	3,06	6,45	0,35	20,35
Presidente Dutra	6,88	12,57	64,83	6,40	11,64	14,81	12,38	0,11	18,91
Presidente Juscelino	3,95	7,33	78,04	13,55	16,96	19,28	11,98	0,49	24,93
Presidente Médici	1,26	2,24	71,35	4,16	6,86	12,54	2,88	0,66	19,49
Presidente Sarney	6,80	11,83	71,94	18,20	22,63	28,72	20,14	0,20	20,04
Presidente Vargas	4,75	8,54	76,78	9,07	13,11	22,52	12,57	0,14	10,88
Primeira Cruz	2,19	6,18	67,88	9,42	16,54	24,35	15,98	0,20	15,47
Raposa	1,12	3,35	79,35	6,48	12,74	5,39	4,73	0,00	17,81
Riachão	2,11	5,42	88,04	11,18	13,06	12,36	3,43	0,38	22,02
Ribamar Fiquene	2,00	5,09	67,13	7,07	13,15	8,52	3,51	0,00	28,32
Rosário	2,35	5,56	62,51	5,70	10,35	9,64	4,70	0,09	21,92
Sambaíba	0,20	2,16	68,98	10,50	16,27	8,38	6,24	0,24	27,86
Santa Filomena do Maranhão	3,73	11,33	73,36	3,26	10,74	26,41	24,04	0,00	21,86
Santa Helena	3,03	6,59	75,41	10,02	16,09	15,45	11,96	0,00	19,81
Santa Inês	2,22	6,33	65,06	5,54	9,70	8,02	6,14	0,34	14,65
Santa Luzia	2,59	7,05	89,65	15,84	22,24	18,26	19,74	0,25	24,77
Santa Luzia do Paruá	3,34	7,09	72,47	7,23	13,69	15,29	10,75	0,00	21,38
Santa Quitéria do Maranhão	10,68	16,31	75,99	7,80	12,86	15,04	12,90	0,00	20,91
Santa Rita	1,13	3,37	60,86	3,05	7,48	11,11	7,85	0,13	24,32
Santana do Maranhão	8,30	15,43	87,28	10,78	15,81	31,68	20,11	0,00	20,41
Santo Amaro do Maranhão	3,48	7,17	69,95	12,73	18,50	24,77	15,54	0,35	15,04
Santo Antônio dos Lopes	2,47	7,17	76,87	14,26	18,81	16,74	11,96	0,17	19,79
São Benedito do Rio Preto	5,86	9,69	75,92	11,05	14,38	20,19	10,97	0,10	21,84
São Bento	3,33	7,80	69,59	7,72	11,34	8,16	4,98	0,11	16,80
São Bernardo	5,09	8,61	74,76	6,55	10,79	20,25	8,47	0,11	20,35
São Domingos do Azeitão	1,40	5,89	53,80	5,40	9,03	16,50	16,21	0,00	14,49
São Domingos do Maranhão	7,42	13,12	77,35	7,30	12,69	16,01	10,51	0,26	17,93
São Félix de Balsas	5,76	11,18	75,80	16,07	17,66	12,36	9,67	0,56	14,52
São Francisco do Brejão	5,35	10,72	56,77	5,67	13,06	6,82	7,11	0,00	13,16
São Francisco do Maranhão	4,53	9,36	82,69	10,90	16,68	19,84	15,04	0,25	22,47
São João Batista	2,44	5,13	56,02	3,10	8,55	9,81	5,33	0,07	21,87
São João do Carú	3,27	6,62	79,54	16,57	21,89	35,94	29,91	0,48	24,18
São João do Paraíso	5,51	11,23	75,53	7,21	12,02	13,23	5,22	0,00	14,04
São João do Soter	4,83	10,67	73,66	10,96	16,64	21,24	18,64	0,16	23,05
São João dos Patos	5,75	11,75	71,03	6,70	10,58	7,86	9,49	0,00	22,58

Anexo I – Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2000

(Conclusão)

Desenvolvimento Infantil 2000	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
São José de Ribamar	0,86	2,94	59,87	4,31	7,50	4,51	2,55	0,07	13,15
São José dos Basílios	8,08	15,48	65,18	5,41	11,29	23,96	12,01	0,00	23,05
São Luís	0,84	3,07	56,23	3,41	6,37	3,52	1,92	0,09	13,09
São Luís Gonzaga do Maranhão	6,18	12,15	81,62	14,72	21,64	25,67	14,46	0,00	20,11
São Mateus do Maranhão	3,82	8,29	81,98	10,57	14,79	21,09	12,12	0,10	18,17
São Pedro da Água Branca	1,68	6,44	67,91	4,83	9,26	11,45	8,93	0,00	22,00
São Pedro dos Crentes	3,56	8,03	76,69	13,03	18,04	11,67	3,71	0,00	22,52
São Raimundo das Mangabeiras	5,45	9,51	75,08	8,81	11,49	9,69	2,95	0,00	26,25
São Raimundo do Doca Bezerra	8,30	17,20	59,79	5,07	10,17	28,50	22,65	0,44	26,55
São Roberto	4,35	10,27	78,09	25,70	28,55	35,99	24,22	0,00	18,62
São Vicente Ferrer	11,60	19,18	60,47	4,55	9,15	23,91	11,07	0,26	22,45
Satubinha	10,85	18,95	77,82	14,10	20,04	19,23	13,88	0,32	21,71
Senador Alexandre Costa	2,92	8,31	63,45	3,37	11,82	26,75	20,73	0,30	23,18
Senador La Rocque	4,91	8,85	57,34	2,55	8,09	18,30	15,08	0,00	22,18
Serrano do Maranhão	5,54	8,91	69,29	5,51	11,48	6,33	1,53	0,26	15,91
Sítio Novo	5,15	10,30	85,64	9,82	13,98	9,52	6,66	0,32	23,71
Sucupira do Norte	5,65	11,75	70,10	9,44	14,38	15,01	10,53	0,00	18,03
Sucupira do Riachão	4,84	8,33	77,45	9,42	13,22	18,02	8,16	0,00	13,69
Tasso Fragoso	3,25	8,70	78,96	10,09	14,90	11,82	3,42	0,00	18,71
Timbiras	5,99	11,49	77,66	17,06	21,39	26,76	27,05	0,43	21,32
Timon	1,32	4,68	73,50	7,83	12,21	10,16	7,66	0,21	18,71
Trizidela do Vale	2,71	7,47	63,77	6,75	11,51	12,74	7,14	0,14	15,07
Tufilândia	3,88	8,05	71,92	5,87	13,24	16,67	11,52	0,00	9,56
Tuntum	5,67	12,03	70,43	8,10	15,30	18,69	14,05	0,23	16,51
Turiação	3,79	7,14	77,36	12,96	17,42	15,89	13,58	0,00	21,69
Turilândia	3,78	10,33	74,35	20,41	26,55	23,78	22,96	0,00	26,78
Tutóia	2,72	6,12	76,54	11,00	14,79	20,66	13,92	0,18	20,29
Urbano Santos	4,90	9,11	78,14	13,94	15,32	19,89	7,33	0,00	16,45
Vargem Grande	6,58	11,49	76,54	8,87	14,46	23,51	15,68	0,00	19,66
Viana	3,77	8,87	65,20	5,01	9,07	9,19	5,04	0,00	19,47
Vila Nova dos Martírios	1,34	7,46	66,56	4,76	12,10	12,96	10,08	0,00	27,91
Vitória do Mearim	4,88	9,90	72,91	8,95	12,95	25,30	12,51	0,13	20,67
Vitorino Freire	5,99	12,12	64,18	8,40	12,38	18,21	14,16	0,30	20,74
Zé Doca	1,75	6,62	69,95	8,30	13,65	16,13	11,44	0,14	18,02

Fonte: IBGE

Anexo J– Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2010

(Continua)

Desenvolvimento Infantil 2010	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
Maranhão	2,99	5,89	48,57	3,66	7,20	8,68	4,06	0,13	14,33
Açailândia	1,74	3,85	55,30	2,15	6,23	3,60	1,04	0,10	12,71
Afonso Cunha	0,21	0,83	48,69	3,66	5,51	8,01	2,21	0,18	15,24
Água Doce do Maranhão	3,94	6,26	44,59	1,88	7,25	18,76	12,47	0,00	17,93
Alcântara	3,34	5,70	59,23	3,23	7,54	6,13	1,79	0,23	10,93
Aldeias Altas	2,65	4,32	51,64	5,21	11,83	22,83	14,56	0,23	19,59
Altamira do Maranhão	1,50	2,99	45,93	8,93	10,70	17,08	5,32	0,15	11,54
Alto Alegre do Maranhão	2,17	3,98	55,32	3,88	8,95	7,14	1,98	0,23	15,35
Alto Alegre do Pindaré	2,27	4,84	43,70	3,58	7,11	6,66	3,85	0,27	17,31
Alto Parnaíba	3,16	4,64	53,18	3,93	7,51	7,46	3,61	0,00	12,29
Amapá do Maranhão	4,17	7,91	51,60	2,13	6,18	19,03	9,60	0,00	15,13
Amarante do Maranhão	4,87	8,17	54,12	3,91	7,51	9,84	3,61	0,22	13,51
Anajatuba	4,30	7,35	45,49	3,68	7,10	7,12	4,72	0,00	13,05
Anapurus	5,88	10,27	46,92	1,71	4,05	14,08	4,36	0,00	14,63
Apicum-Açu	2,22	5,56	47,42	3,38	6,99	7,59	2,65	0,16	16,27
Araguanã	1,08	2,73	50,44	3,17	5,51	10,09	7,54	0,37	9,46
Araioses	3,56	6,49	43,51	3,62	7,79	11,43	7,98	0,11	16,24
Arame	2,50	6,18	51,61	10,11	14,74	20,79	12,83	0,23	11,13
Arari	3,40	6,69	44,24	0,69	4,82	5,77	5,55	0,17	16,51
Axixá	2,28	4,42	37,89	1,64	4,62	6,01	2,70	0,00	13,97
Bacabal	2,34	4,99	49,19	2,61	6,41	6,53	3,88	0,11	13,77
Bacabeira	3,08	5,01	59,61	1,85	6,22	6,93	3,15	0,00	17,05
Bacuri	3,99	8,39	42,37	2,28	6,09	4,82	4,70	0,00	21,47
Bacurituba	1,06	1,90	35,67	1,29	4,54	4,70	2,06	0,50	12,08
Balsas	2,16	6,19	56,14	4,74	9,02	4,69	2,17	0,04	11,35
Barão de Grajaú	3,25	4,82	54,36	4,42	7,53	4,61	2,55	0,11	11,70
Barra do Corda	3,73	7,71	49,87	4,22	7,09	9,53	4,29	0,14	16,56
Barreirinhas	6,01	8,80	56,39	3,99	6,04	7,93	3,14	0,35	16,97
Belágua	4,17	7,27	50,64	4,25	4,75	24,82	7,92	0,69	24,06
Bela Vista do Maranhão	4,13	6,67	46,58	1,43	3,59	15,23	3,38	0,13	22,45
Benedito Leite	2,87	4,11	41,72	2,43	6,34	6,37	5,49	0,35	12,96
Bequimão	3,50	6,16	55,38	3,73	8,56	5,18	3,28	0,27	13,36
Bernardo do Mearim	4,28	8,65	40,99	1,96	4,06	5,58	1,15	0,24	8,80
Boa Vista do Gurupi	1,96	3,98	52,26	1,87	5,83	5,69	4,67	0,37	12,67
Bom Jardim	4,21	7,46	46,28	2,58	7,50	12,13	5,36	0,12	17,83
Bom Jesus das Selvas	1,74	3,38	51,45	11,41	16,05	13,01	8,09	0,00	13,06
Bom Lugar	4,14	5,69	49,44	5,17	8,59	7,23	7,77	0,00	9,20
Brejo	1,98	3,93	46,23	3,81	7,10	9,31	3,32	0,00	16,05
Brejo de Areia	8,71	13,99	51,21	6,25	11,34	9,48	8,68	0,00	15,40
Buriti	7,27	10,76	45,06	0,84	4,76	12,49	7,23	0,34	16,61
Buriti Bravo	2,90	5,85	48,19	2,61	6,17	8,15	6,76	0,17	19,39
Buriticupu	2,86	6,14	58,65	3,29	7,75	10,26	4,94	0,25	15,10
Buritirana	4,26	8,78	44,92	1,96	6,92	7,71	5,46	0,48	18,65
Cachoeira Grande	4,87	7,22	51,98	7,18	10,50	15,80	9,92	0,40	30,41
Cajapió	3,10	6,73	44,22	2,90	7,71	18,45	10,85	0,81	20,19
Cajari	1,60	3,75	55,74	3,30	7,83	16,12	6,83	0,00	15,68

Anexo J– Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2010

(Continuação)

Desenvolvimento Infantil 2010	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
Campestre do Maranhão	1,68	5,15	48,97	2,12	7,92	3,64	0,62	0,00	13,66
Cândido Mendes	3,76	7,13	41,19	3,21	6,28	14,72	5,65	0,18	19,07
Cantanhede	2,11	4,69	46,84	8,74	11,45	14,21	5,78	0,00	15,37
Capinzal do Norte	1,06	4,15	45,48	6,01	8,77	14,80	6,97	0,00	14,55
Carolina	2,91	7,28	52,93	4,89	8,43	5,86	2,25	0,00	12,72
Carutapera	2,80	5,11	45,52	1,72	5,54	8,52	2,84	0,37	17,41
Caxias	2,59	4,55	53,47	4,63	7,71	10,12	4,08	0,14	17,05
Cedral	1,22	5,12	49,65	1,86	5,14	2,05	3,47	0,00	22,84
Central do Maranhão	4,55	7,60	43,46	1,41	4,78	9,54	3,83	0,25	16,16
Centro do Guilherme	2,21	5,12	47,26	8,23	12,71	21,54	12,90	0,36	13,69
Centro Novo do Maranhão	1,65	3,44	50,08	12,02	15,07	14,42	9,18	0,47	16,34
Chapadinha	3,84	6,31	57,40	7,29	10,81	11,00	4,26	0,00	15,94
Cidelândia	3,59	8,01	45,19	0,95	4,67	8,57	1,50	0,17	13,30
Codó	2,28	4,85	54,06	2,85	7,24	11,29	5,63	0,24	18,55
Coelho Neto	2,20	4,62	57,57	3,37	7,20	11,49	4,05	0,17	19,37
Colinas	5,23	9,22	58,67	2,66	8,26	13,13	5,46	0,10	13,99
Conceição do Lago-Açu	3,71	7,93	42,19	2,68	5,86	19,48	6,73	0,31	17,92
Coroatá	2,10	4,81	53,40	3,77	7,29	6,91	4,88	0,04	15,77
Cururupu	2,99	5,21	50,81	3,00	6,22	2,57	1,29	0,13	15,43
Davinópolis	0,73	2,30	44,72	1,23	4,95	6,68	2,76	0,00	18,17
Dom Pedro	1,38	5,31	47,18	3,76	8,58	5,28	4,76	0,00	10,90
Duque Bacelar	1,63	3,26	40,86	4,02	5,01	20,04	6,61	0,63	21,19
Esperantinópolis	3,50	7,95	47,05	2,76	6,46	8,95	7,25	0,10	14,45
Estreito	3,26	7,41	62,01	6,48	13,16	11,45	4,25	0,20	9,45
Feira Nova do Maranhão	4,75	9,18	71,97	3,22	7,90	3,18	1,98	0,28	11,80
Fernando Falcão	7,02	9,59	66,07	7,44	10,23	20,03	12,34	0,00	13,04
Formosa da Serra Negra	5,29	9,00	57,07	4,70	7,98	5,61	3,49	0,14	17,53
Fortaleza dos Nogueiras	1,52	5,46	45,84	2,60	5,70	1,38	1,87	0,00	11,03
Fortuna	1,99	5,90	56,74	2,58	7,54	8,67	5,57	0,00	13,88
Godofredo Viana	3,71	7,34	45,58	3,31	7,54	6,33	2,22	0,38	16,96
Gonçalves Dias	2,21	4,84	47,97	2,34	6,62	10,91	7,09	0,11	13,92
Governador Archer	1,52	3,50	40,37	3,57	6,70	8,68	4,72	0,00	13,61
Governador Edison Lobão	3,15	5,65	57,86	2,21	6,28	3,98	0,96	0,00	10,91
Governador Eugênio Barros	4,35	8,31	52,74	1,51	5,08	15,54	8,52	0,51	20,17
Governador Luiz Rocha	3,67	6,62	48,32	1,32	4,61	10,31	7,69	0,00	17,99
Governador Newton Bello	2,15	5,03	54,70	4,99	9,46	16,06	7,87	0,22	15,67
Governador Nunes Freire	2,87	5,84	46,50	3,82	7,47	7,52	2,55	0,00	17,67
Graça Aranha	1,81	4,17	49,08	2,66	8,08	8,43	7,40	0,37	12,80
Grajaú	4,06	8,31	53,75	3,67	7,36	14,51	5,04	0,14	14,82
Guimarães	1,76	4,92	39,36	6,32	8,06	4,05	0,60	0,00	15,80
Humberto de Campos	2,91	4,46	47,35	3,11	5,87	8,42	4,88	0,47	19,48
Icatu	1,74	4,24	52,00	5,17	6,16	5,50	3,98	0,07	18,11
Igarapé do Meio	3,44	7,71	46,11	2,93	6,20	15,47	5,96	0,38	16,34
Igarapé Grande	6,82	13,53	48,37	1,44	6,16	5,85	4,09	0,00	12,82
Imperatriz	1,54	4,24	41,15	1,55	4,84	3,40	1,19	0,14	11,83
Itaipava do Grajaú	4,58	8,67	52,12	3,17	6,69	16,74	5,65	0,77	19,72

Anexo J– Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2010

(Continuação)

Desenvolvimento Infantil 2010	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
Itapecuru Mirim	2,44	5,87	49,16	5,77	9,05	10,68	4,67	0,14	14,87
Itinga do Maranhão	4,10	8,00	47,86	2,70	7,39	6,21	2,88	0,00	14,41
Jatobá	6,64	10,86	47,94	1,96	7,27	10,78	7,38	0,33	23,23
Jenipapo dos Vieiras	5,18	10,19	63,61	19,24	18,53	20,05	9,06	0,46	13,65
João Lisboa	2,46	5,26	46,03	0,79	4,25	8,45	2,24	0,00	16,57
Joselândia	3,09	7,23	54,86	1,89	6,26	12,13	7,63	0,39	14,09
Junco do Maranhão	7,37	11,78	58,08	1,83	6,55	7,32	7,03	0,65	23,67
Lago da Pedra	4,73	8,86	49,65	2,52	5,74	13,18	5,59	0,15	13,95
Lago do Junco	4,35	7,83	54,99	5,23	8,01	9,44	4,76	0,00	18,97
Lago Verde	6,35	10,18	42,29	2,74	5,58	12,13	4,34	0,00	18,04
Lagoa do Mato	2,53	6,22	41,56	2,28	6,84	7,43	3,01	0,20	18,76
Lagoa dos Rodrigues	3,47	7,93	47,79	2,77	6,69	7,69	2,36	0,14	10,14
Lagoa Grande do Maranhão	5,93	11,76	61,63	4,01	9,67	20,96	9,30	0,12	22,30
Lajeado Novo	1,95	4,82	55,00	1,82	5,63	6,86	3,95	0,00	11,91
Lima Campos	5,77	10,76	38,10	2,05	6,88	7,53	2,76	0,00	16,57
Loreto	0,59	1,58	43,35	3,29	6,66	5,85	6,89	0,21	14,79
Luís Domingues	0,96	2,76	48,83	1,66	7,88	6,76	5,20	0,00	13,00
Magalhães de Almeida	2,70	6,35	45,96	3,23	8,75	12,38	6,97	0,00	15,27
Maracaçumé	1,95	4,91	55,45	1,43	5,87	11,52	4,90	0,11	12,16
Marajá do Sena	0,73	2,78	47,73	9,04	16,76	20,83	12,89	0,00	16,25
Maranhãozinho	3,60	7,22	48,98	9,88	13,69	13,20	10,31	0,00	11,94
Mata Roma	1,53	2,99	51,42	3,21	5,58	17,03	6,08	0,11	14,76
Matinha	4,05	8,11	50,64	3,29	6,69	7,74	4,38	0,20	16,02
Matões	2,78	5,76	48,63	2,45	6,79	13,52	6,18	0,00	17,14
Matões do Norte	2,76	5,39	43,55	3,92	8,01	17,47	7,05	0,00	10,68
Milagres do Maranhão	2,93	6,39	50,37	2,70	6,26	13,29	7,62	0,00	10,64
Mirador	2,45	5,52	45,03	4,33	9,89	11,53	7,24	0,00	21,63
Miranda do Norte	2,34	3,84	43,92	6,37	10,27	6,89	2,23	0,06	13,89
Mirinzal	3,09	7,38	38,64	2,37	4,78	3,86	0,99	0,24	12,79
Monção	3,74	6,80	45,03	3,02	6,73	12,67	3,27	0,29	17,54
Montes Altos	2,47	4,22	52,24	2,60	4,97	4,80	4,38	0,00	12,57
Morros	7,31	11,28	51,26	3,64	5,95	19,09	7,29	0,00	15,92
Nina Rodrigues	3,09	5,51	51,70	3,90	8,12	13,58	7,17	0,33	21,54
Nova Colinas	1,13	2,34	57,70	3,58	8,38	8,76	0,92	0,34	10,29
Nova Iorque	3,30	8,68	49,06	2,33	7,07	9,25	3,06	0,20	13,22
Nova Olinda do Maranhão	3,52	6,60	36,73	1,81	4,87	4,36	1,71	0,28	11,47
Olho d'Água das Cunhãs	3,86	6,64	45,98	4,61	7,10	10,92	6,49	0,00	20,38
Olinda Nova do Maranhão	1,88	4,55	53,30	1,59	3,98	13,47	3,74	0,00	15,42
Paço do Lumiar	2,02	4,02	43,68	4,08	6,56	1,84	0,93	0,09	9,79
Palmeirândia	4,52	9,07	43,19	2,93	7,16	7,42	4,15	0,00	14,09
Paraibano	5,68	9,39	35,44	3,49	8,66	2,91	5,31	0,26	18,13
Parnarama	2,87	4,98	45,18	2,76	7,33	16,63	11,30	0,20	19,40
Passagem Franca	1,85	5,37	40,58	2,80	8,15	10,22	8,15	0,00	13,89
Pastos Bons	5,01	10,09	46,30	2,58	8,27	4,80	1,33	0,25	13,95
Paulino Neves	10,59	16,27	45,70	1,92	5,74	9,99	5,08	0,00	17,52
Paulo Ramos	3,20	7,10	40,75	2,30	8,16	14,31	8,73	0,11	13,23

Anexo J– Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2010

(Continuação)

Desenvolvimento Infantil 2010	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
Pedreiras	2,69	6,69	49,18	2,61	6,40	6,65	3,95	0,10	14,29
Pedro do Rosário	6,45	11,28	46,79	1,98	6,48	18,04	7,30	0,43	15,32
Penalva	4,28	6,80	43,89	2,37	6,02	8,61	3,52	0,41	17,50
Peri Mirim	0,81	2,13	51,25	3,08	8,21	5,79	2,67	0,00	14,66
Peritoró	0,65	1,78	50,36	4,36	6,44	12,10	2,70	0,16	12,10
Pindaré-Mirim	2,76	5,55	35,37	2,13	6,56	7,68	3,60	0,40	18,39
Pinheiro	3,66	7,29	42,21	3,45	8,29	7,03	4,72	0,08	15,88
Pio XII	4,65	7,98	48,61	5,32	9,50	14,99	13,06	0,21	18,10
Pirapemas	3,96	7,01	46,44	6,68	11,33	15,22	6,07	0,37	16,27
Poção de Pedras	5,18	9,16	41,58	2,28	5,43	10,20	2,71	0,00	17,01
Porto Franco	3,25	7,38	47,38	2,25	6,95	4,66	1,94	0,08	11,77
Porto Rico do Maranhão	1,51	3,77	46,04	0,91	3,03	3,01	0,00	0,28	17,09
Presidente Dutra	4,12	8,11	52,52	3,04	7,94	6,01	3,30	0,24	14,09
Presidente Juscelino	2,04	3,64	47,35	1,46	4,62	13,53	2,62	0,00	20,10
Presidente Médici	2,94	4,77	32,42	4,08	7,00	7,39	3,40	0,00	11,82
Presidente Sarney	4,78	8,95	37,85	2,65	6,06	9,83	4,92	0,00	17,80
Presidente Vargas	3,97	7,25	46,73	5,22	7,08	13,90	1,95	0,14	18,67
Primeira Cruz	3,56	5,13	36,71	4,11	6,38	13,80	6,14	0,00	17,46
Raposa	0,71	2,91	44,97	3,36	7,32	6,56	1,31	0,20	11,12
Riachão	6,55	10,97	61,68	3,96	6,23	2,60	0,55	0,22	12,13
Ribamar Fiquene	0,40	1,93	51,68	2,56	6,16	7,39	3,47	0,00	11,30
Rosário	3,81	6,56	47,96	3,82	7,91	5,04	3,37	0,00	15,13
Sambaíba	4,52	9,75	62,14	3,64	9,59	6,77	5,94	0,00	20,44
Santa Filomena do Maranhão	1,55	2,91	47,20	0,84	5,72	10,57	2,66	0,43	8,49
Santa Helena	5,69	9,15	39,42	8,03	11,79	12,93	7,99	0,14	16,35
Santa Inês	2,45	5,04	51,77	2,86	5,95	6,59	2,51	0,12	15,67
Santa Luzia	4,21	8,07	54,59	4,32	7,74	11,69	6,72	0,26	18,30
Santa Luzia do Paruá	5,27	9,41	46,62	2,82	6,88	7,24	6,75	0,29	15,76
Santa Quitéria do Maranhão	3,47	6,91	51,74	4,59	8,05	19,70	8,89	0,11	16,98
Santa Rita	2,98	7,41	45,21	2,68	6,61	7,99	4,76	0,23	15,20
Santana do Maranhão	1,02	2,44	51,70	3,63	6,70	9,97	4,22	0,00	14,82
Santo Amaro do Maranhão	6,90	10,09	43,77	5,98	10,37	7,93	4,11	0,00	16,05
Santo Antônio dos Lopes	3,35	6,53	41,84	1,48	4,50	8,71	3,08	0,26	12,45
São Benedito do Rio Preto	4,28	6,17	61,08	3,77	6,83	18,93	8,29	0,12	18,47
São Bento	4,32	7,24	51,19	4,45	8,46	4,19	3,67	0,19	16,98
São Bernardo	3,30	7,24	47,06	5,48	8,49	14,95	5,27	0,17	18,04
São Domingos do Azeitão	1,57	3,73	41,60	2,86	10,91	13,53	11,08	0,18	18,05
São Domingos do Maranhão	4,38	8,82	48,60	2,16	5,99	5,47	4,37	0,00	12,87
São Félix de Balsas	2,06	5,63	62,37	3,51	11,07	6,26	9,34	0,16	10,50
São Francisco do Brejão	1,74	4,74	41,75	4,45	8,61	7,46	4,50	0,00	21,35
São Francisco do Maranhão	8,77	12,16	52,94	5,18	8,16	14,06	4,75	0,00	17,28
São João Batista	2,52	4,20	40,96	3,24	6,85	3,81	2,65	0,00	13,80
São João do Carú	5,73	9,34	51,21	2,99	6,74	13,41	7,85	0,53	17,39
São João do Paraíso	4,92	10,94	59,01	2,02	6,46	10,86	3,14	0,18	13,50
São João do Soter	4,38	7,88	45,51	2,18	6,54	12,93	5,79	0,72	21,09
São João dos Patos	3,92	7,60	48,44	2,45	6,27	6,70	5,67	0,12	15,13

Anexo J– Indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil – 2010

(Conclusão)

Desenvolvimento Infantil 2010	Trabalho precoce		Acesso à escola			Progresso escolar		Mortalidade infantil	
	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando	D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola	D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola	D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto	D8. Mãe com filho que já tenha morrido	D9. Mãe que teve filho nascido morto
São José de Ribamar	0,92	2,40	48,46	2,77	6,05	2,33	0,78	0,05	10,02
São José dos Basílios	2,29	6,45	43,85	2,35	7,02	8,20	2,77	0,00	18,66
São Luís	1,36	3,16	43,74	3,11	5,48	2,62	1,01	0,05	9,84
São Luís Gonzaga do Maranhão	3,49	6,95	43,08	5,72	8,62	12,99	6,38	0,15	19,07
São Mateus do Maranhão	2,54	5,48	56,90	3,94	8,00	12,34	2,48	0,05	15,70
São Pedro da Água Branca	1,91	4,92	45,46	4,05	7,46	4,31	4,52	0,00	16,65
São Pedro dos Crentes	3,89	6,64	71,79	2,13	6,72	4,28	2,79	0,26	15,66
São Raimundo das Mangabeiras	3,04	7,55	51,19	1,96	4,91	3,37	0,97	0,26	15,45
São Raimundo do Doca Bezerra	2,92	8,68	42,46	2,49	6,75	9,61	8,79	0,46	21,98
São Roberto	2,73	5,84	50,57	3,19	5,59	23,64	6,99	0,18	17,79
São Vicente Ferrer	3,37	5,43	35,83	2,81	7,14	13,66	3,69	0,00	17,72
Satubinha	3,94	7,37	56,56	11,35	14,57	9,12	5,52	0,00	19,70
Senador Alexandre Costa	3,41	7,53	42,70	5,10	9,79	15,74	10,09	0,43	14,48
Senador La Rocque	1,75	4,54	44,55	1,32	5,05	14,40	4,80	0,10	20,06
Serrano do Maranhão	1,61	3,74	42,85	4,58	8,66	14,73	5,49	0,13	19,86
Sítio Novo	3,35	6,22	69,72	3,44	9,42	10,19	5,00	0,13	13,30
Sucupira do Norte	2,59	5,72	49,23	3,05	7,55	13,44	4,46	0,61	18,39
Sucupira do Riachão	1,43	4,52	57,60	4,00	9,05	11,84	4,72	0,37	12,56
Tasso Fragoso	1,45	4,03	53,36	3,17	7,82	7,41	5,34	0,00	19,05
Timbiras	3,28	5,86	57,50	7,92	13,29	14,30	11,10	0,21	17,67
Timon	1,52	3,71	47,37	3,14	5,92	7,64	2,72	0,02	12,62
Trizidela do Vale	2,70	6,30	46,37	3,35	8,56	8,70	5,86	0,19	15,75
Tufilândia	2,01	4,38	37,36	0,47	4,36	10,80	4,03	0,00	9,13
Tuntum	5,78	10,40	44,17	4,24	9,27	12,19	4,14	0,20	15,86
Turiação	1,80	3,36	43,63	3,42	6,19	14,64	3,75	0,00	18,12
Turilândia	4,56	8,20	38,77	6,34	9,68	17,97	4,28	0,00	14,29
Tutóia	6,14	11,56	47,70	3,37	6,11	14,86	5,55	0,28	17,81
Urbano Santos	4,36	7,11	57,06	3,87	6,37	9,96	2,39	0,00	20,83
Vargem Grande	2,68	4,59	50,60	11,06	13,85	17,11	9,32	0,12	12,24
Viana	5,68	10,86	54,99	2,16	6,74	9,51	3,76	0,19	17,89
Vila Nova dos Martírios	5,05	9,10	50,33	6,95	10,95	7,90	4,04	0,26	17,16
Vitória do Mearim	3,00	6,99	45,02	1,64	4,41	6,75	2,27	0,14	18,51
Vitorino Freire	5,65	9,58	40,51	2,99	6,98	10,11	5,84	0,00	16,13
Zé Doca	4,17	7,51	48,89	4,63	7,34	8,40	4,71	0,10	16,43

Anexo L– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2000

(Continua)

Carencias Habitacionais 2000	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido	H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado	H6. Lixo não é coletado	H7. Sem acesso a eletricidade	H8. Não tem ao menos a um dos itens: televisão ou rádio	H9. Não tem ao menos a um dos itens: televisão, rádio ou geladeira
Maranhão	15,92	7,34	21,37	46,70	74,75	65,51	20,26	52,58	61,04
Açailândia	27,97	13,81	17,47	29,00	86,47	38,03	5,97	37,22	45,16
Afonso Cunha	8,04	2,47	22,47	82,09	93,85	98,98	45,57	77,85	82,81
Água Doce do Maranhão	4,70	1,04	15,37	85,83	93,32	99,46	16,67	65,06	73,48
Alcântara	6,01	2,22	28,71	56,65	87,25	82,59	44,82	63,47	75,06
Aldeias Altas	12,40	0,75	21,89	80,27	95,27	86,92	62,14	75,32	83,73
Altamira do Maranhão	11,18	2,80	12,30	80,68	94,80	99,56	16,93	58,51	68,04
Alto Alegre do Maranhão	14,73	7,12	16,01	60,14	83,23	91,66	17,01	53,77	69,80
Alto Alegre do Pindaré	6,69	0,92	14,14	59,85	97,44	86,58	26,33	71,88	80,59
Alto Parnaíba	23,49	8,24	19,00	44,65	73,08	80,75	42,31	67,67	71,75
Amapá do Maranhão	7,39	2,87	23,54	99,08	96,06	99,39	13,18	88,74	95,34
Amarante do Maranhão	12,99	4,11	24,19	59,34	92,49	84,65	45,55	69,97	78,68
Anajatuba	4,47	0,61	45,19	72,91	85,56	100,00	48,02	78,01	85,05
Anapurus	7,60	0,93	12,21	60,54	85,70	99,11	43,15	75,24	77,93
Apicum-Açu	6,66	3,14	20,93	60,71	91,41	100,00	21,19	72,68	86,64
Araguanã	11,07	0,31	18,27	52,21	98,65	65,36	25,97	67,87	78,15
Araioses	10,83	2,24	23,91	76,06	93,97	89,58	42,30	63,39	77,57
Arame	11,57	5,87	20,16	78,43	88,72	75,38	42,70	78,48	84,46
Arari	10,61	3,31	24,74	43,40	64,53	96,63	19,76	51,06	61,21
Axixá	6,13	1,28	23,91	82,45	94,23	99,88	14,78	51,93	67,41
Bacabal	16,15	7,36	19,69	32,62	56,18	36,93	7,67	41,65	50,91
Bacabeira	5,29	1,76	26,65	47,96	88,77	99,55	15,10	52,52	67,89
Bacuri	8,90	2,04	18,13	62,79	97,98	100,00	32,79	70,83	83,98
Bacurituba	6,71	0,73	34,78	94,87	87,77	100,00	47,45	66,30	79,73
Balsas	20,81	11,11	14,40	44,94	56,96	46,47	13,11	46,02	52,20
Barão de Grajaú	17,63	5,30	15,52	47,55	98,10	67,84	37,74	47,58	57,00
Barra do Corda	15,43	7,62	18,41	33,82	84,95	59,39	25,94	57,43	65,71
Barreirinhas	3,67	1,10	21,68	75,16	99,87	82,15	42,77	75,85	79,16
Belágua	7,37	2,20	32,00	98,58	98,76	98,79	52,60	87,37	92,05
Bela Vista do Maranhão	10,20	3,27	14,77	29,17	87,99	85,34	8,05	55,44	68,51
Benedito Leite	17,52	0,72	8,82	39,82	87,59	98,63	32,96	70,95	74,53
Bequimão	3,66	0,61	25,28	90,55	99,01	99,95	39,44	68,01	78,36
Bernardo do Mearim	21,65	2,69	15,67	100,00	88,90	79,34	16,83	51,12	60,94
Boa Vista do Gurupi	9,73	1,02	35,86	99,59	89,64	80,44	9,59	63,81	80,88
Bom Jardim	9,46	3,38	18,77	47,94	85,16	83,91	27,28	64,45	74,86
Bom Jesus das Selvas	19,29	9,16	19,32	54,59	99,12	76,24	30,27	65,52	73,58
Bom Lugar	11,77	2,34	15,98	79,80	99,40	96,99	11,35	55,20	66,25
Brejo	10,69	2,60	12,63	65,99	82,67	97,93	38,52	61,56	72,54
Brejo de Areia	11,78	2,52	12,53	100,00	99,59	99,78	53,46	82,76	86,01
Buriti	13,14	1,45	19,20	78,51	95,88	96,93	61,13	83,29	87,08
Buriti Bravo	15,28	5,07	14,08	53,27	99,45	93,93	31,33	70,35	80,01
Buriticupu	17,20	9,55	19,53	51,90	91,52	92,71	21,05	61,34	71,65
Buritirana	17,96	3,84	21,87	66,68	99,33	86,30	19,44	63,60	77,99
Cachoeira Grande	3,72	0,61	41,97	100,00	96,76	99,22	53,69	82,92	91,27
Cajapió	1,30	0,27	35,14	87,34	97,32	100,00	33,72	69,82	83,42
Cajari	7,14	2,07	46,54	87,01	94,19	95,05	61,94	80,49	85,49

Anexo L– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2000

(Continuação)

Carcências Habitacionais 2000	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido					H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado
Campestre do Maranhão	17,19	7,24	20,33	17,33	83,49	93,94	11,95	64,54	72,82
Cândido Mendes	7,06	1,92	29,95	90,44	90,87	91,43	24,49	77,39	87,53
Cantanhede	18,31	3,26	23,21	50,54	87,46	87,14	39,25	73,52	83,53
Capinzal do Norte	11,54	2,81	15,39	51,40	91,40	83,61	20,90	60,15	72,85
Carolina	26,53	8,36	17,64	37,69	59,84	56,27	28,10	55,36	61,11
Carutapera	8,15	3,55	39,41	75,54	88,79	87,27	11,66	61,18	79,46
Caxias	17,98	8,10	17,31	32,76	67,14	56,03	19,03	43,42	54,40
Cedral	5,39	1,52	12,66	38,16	96,99	91,48	6,87	62,97	74,83
Central do Maranhão	7,98	1,92	11,04	100,00	99,37	100,00	34,56	70,72	81,23
Centro do Guilherme	5,90	1,43	30,09	95,81	99,00	94,78	39,39	72,36	82,24
Centro Novo do Maranhão	20,33	4,56	33,82	98,12	99,12	99,34	45,16	84,48	94,06
Chapadinha	22,01	5,96	16,58	62,04	82,28	84,01	35,02	57,12	65,63
Cidelândia	23,51	12,09	16,14	53,13	99,82	82,76	18,34	55,89	66,30
Codó	29,10	11,31	23,23	33,02	76,75	48,94	26,30	54,51	65,76
Coelho Neto	13,21	4,98	23,43	43,27	70,91	55,47	13,65	45,99	58,20
Colinas	24,81	9,64	19,29	67,24	84,34	79,27	32,81	66,55	75,02
Conceição do Lago-Açu	6,39	1,36	34,68	51,58	100,00	100,00	44,50	77,90	88,60
Coroatá	25,08	6,56	29,57	41,34	81,65	64,34	28,65	63,01	71,86
Cururupu	11,31	2,43	11,74	63,34	83,41	90,22	17,45	67,32	77,34
Davinópolis	22,55	8,31	18,50	42,48	78,44	99,83	3,20	40,31	54,39
Dom Pedro	19,48	12,52	16,76	50,17	62,82	53,91	4,20	40,59	52,75
Duque Bacelar	9,73	1,68	19,90	67,57	91,06	100,00	25,01	67,18	73,29
Esperantinópolis	10,10	3,56	8,99	47,00	92,90	79,13	13,65	57,90	69,14
Estreito	24,05	9,68	21,80	28,30	82,38	45,83	24,49	69,46	72,70
Feira Nova do Maranhão	17,66	3,12	32,51	92,82	95,04	93,76	78,56	96,58	98,12
Fernando Falcão	2,02	0,12	33,53	100,00	98,99	100,00	83,77	98,60	98,60
Formosa da Serra Negra	14,17	1,77	35,54	91,37	98,77	87,90	74,13	90,48	91,74
Fortaleza dos Nogueiras	22,43	3,65	18,92	53,02	98,71	60,53	38,20	71,19	74,59
Fortuna	16,91	6,34	12,65	31,93	81,21	79,88	27,11	55,96	67,58
Godofredo Viana	7,53	3,86	29,53	67,56	90,06	86,76	20,05	77,29	87,39
Gonçalves Dias	15,31	6,06	9,95	55,76	77,75	87,41	14,89	71,77	77,67
Governador Archer	17,08	5,22	12,31	50,12	89,08	84,24	21,41	60,01	71,11
Governador Edison Lobão	28,23	8,43	18,84	38,56	88,42	54,61	11,47	41,42	52,34
Governador Eugênio Barros	13,37	2,31	19,39	49,78	90,44	82,86	37,22	76,22	81,27
Governador Luiz Rocha	14,50	2,77	12,81	31,56	88,46	100,00	14,61	64,17	77,48
Governador Newton Bello	7,28	1,15	21,60	74,97	99,14	99,40	57,86	79,10	86,06
Governador Nunes Freire	14,93	5,51	16,34	97,05	84,96	91,14	26,17	68,41	79,17
Graça Aranha	14,50	3,34	11,72	52,00	79,85	97,38	2,75	59,50	74,02
Grajaú	21,68	8,00	25,48	39,18	96,93	59,92	32,54	66,78	73,91
Guimarães	7,25	1,78	10,98	46,43	99,47	99,74	15,07	57,40	70,37
Humberto de Campos	6,36	2,25	44,32	85,79	94,29	94,88	35,47	79,77	89,94
Icatu	4,11	1,05	36,72	91,77	98,78	95,76	49,12	76,71	91,10
Igarapé do Meio	21,20	9,37	16,93	43,24	88,63	100,00	19,35	64,32	76,94
Igarapé Grande	13,97	5,81	13,54	59,03	79,24	59,09	4,42	51,20	59,88
Imperatriz	26,84	18,59	16,14	11,12	34,85	13,62	0,76	29,82	35,05
Itaipava do Grajaú	6,06	0,81	16,38	97,45	97,37	100,00	29,39	89,92	93,97

Anexo L– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2000

(Continuação)

Carencias Habitacionais 2000	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido	H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado	H6. Lixo não é coletado	H7. Sem acesso a eletricidade	H8. Não tem ao menos a um dos itens: televisão ou rádio	H9. Não tem ao menos a um dos itens: televisão, rádio ou geladeira
Itapecuru Mirim	14,89	5,58	25,60	46,57	73,59	75,75	17,99	63,97	73,89
Itinga do Maranhão	27,70	10,17	12,72	21,61	81,49	43,58	11,04	58,70	65,47
Jatobá	14,66	0,64	14,12	19,75	96,40	100,00	15,20	77,24	86,32
Jenipapo dos Vieiras	4,95	1,70	33,72	78,75	97,89	96,27	54,18	89,70	92,95
João Lisboa	15,16	4,90	21,08	33,52	98,78	69,39	11,92	50,39	61,55
Joselândia	8,03	2,80	12,02	56,45	90,31	89,39	20,19	65,62	75,72
Junco do Maranhão	5,11	1,91	16,57	100,00	91,46	100,00	11,13	78,65	86,55
Lago da Pedra	16,29	7,12	13,75	86,90	94,37	60,36	21,72	58,52	68,49
Lago do Junco	8,13	1,21	13,88	76,03	93,95	80,87	15,29	59,96	72,81
Lago Verde	15,20	1,88	27,57	84,22	86,05	98,98	27,60	74,47	82,83
Lagoa do Mato	8,31	0,47	7,84	84,23	99,80	100,00	48,02	88,82	92,07
Lagoa dos Rodrigues	14,16	4,49	8,15	85,18	77,69	97,07	15,42	54,52	67,91
Lagoa Grande do Maranhão	17,70	12,38	14,14	98,32	98,77	96,47	56,98	92,99	96,09
Lajeado Novo	13,47	8,34	28,85	55,64	84,05	76,30	46,37	77,41	81,21
Lima Campos	11,58	5,99	16,54	47,22	78,29	75,95	18,07	58,56	68,71
Loreto	28,21	4,61	9,51	61,12	93,18	77,62	43,39	88,25	91,63
Luís Domingues	4,52	0,77	27,42	49,32	99,69	100,00	4,22	66,50	80,11
Magalhães de Almeida	14,57	1,88	14,99	46,31	98,92	84,10	13,87	59,39	66,94
Maracaçumé	12,21	4,38	19,38	84,85	88,55	87,70	6,08	55,47	71,94
Marajá do Sena	12,76	0,46	20,31	99,88	99,62	99,67	81,44	97,91	99,57
Maranhãozinho	9,14	0,25	23,59	72,99	97,86	99,76	24,21	64,64	80,16
Mata Roma	9,40	0,88	12,33	50,25	86,04	89,97	33,43	65,64	70,60
Matinha	6,56	4,12	22,87	65,32	88,69	98,88	24,10	64,57	72,36
Matões	17,09	1,68	14,25	67,15	95,34	97,15	60,08	72,35	83,08
Matões do Norte	13,22	1,33	39,75	75,06	92,66	100,00	51,25	76,59	85,50
Milagres do Maranhão	7,24	1,11	19,41	99,76	100,00	93,44	55,46	72,39	82,00
Mirador	7,41	1,04	20,46	59,65	86,62	86,65	49,36	79,77	85,73
Miranda do Norte	9,87	5,60	22,88	36,56	71,20	90,97	5,14	44,35	60,54
Mirinzal	9,25	3,94	11,06	77,92	99,73	99,81	13,45	60,82	68,79
Monção	7,10	1,39	29,96	62,97	92,27	98,90	29,51	71,91	82,39
Montes Altos	27,10	5,14	35,27	47,11	98,94	75,80	38,04	68,54	76,22
Morros	5,50	1,76	45,72	69,84	99,83	99,78	50,39	67,33	76,35
Nina Rodrigues	38,02	5,52	22,83	61,61	77,90	98,36	41,16	72,71	79,75
Nova Colinas	18,22	1,86	27,18	52,82	92,99	87,80	58,94	87,27	90,28
Nova Iorque	15,74	0,71	10,73	40,33	85,89	96,08	34,37	70,14	77,75
Nova Olinda do Maranhão	15,60	4,20	17,79	75,85	81,21	79,38	24,87	69,95	78,02
Olho d'Água das Cunhãs	14,83	4,73	11,91	64,76	70,13	75,78	11,87	52,06	66,52
Olinda Nova do Maranhão	5,70	1,42	23,60	80,33	98,17	100,00	36,91	76,80	82,98
Paço do Lumiar	14,38	9,29	28,21	39,31	44,72	69,52	2,07	30,53	37,10
Palmeirândia	4,94	1,38	17,82	70,87	99,38	99,08	30,25	68,66	80,73
Paraibano	24,14	11,10	9,47	24,66	99,26	69,90	10,53	51,13	63,50
Parnarama	16,16	3,36	20,79	65,87	89,75	88,83	48,72	73,33	81,83
Passagem Franca	37,09	3,36	9,44	53,61	100,00	95,94	26,12	84,27	87,97
Pastos Bons	13,52	2,67	10,84	47,31	99,87	66,62	23,67	62,52	73,54
Paulino Neves	3,47	1,66	33,80	100,00	85,98	100,00	64,21	88,66	91,63
Paulo Ramos	15,99	4,64	16,76	83,59	99,14	96,07	28,64	72,46	80,45

Anexo L– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2000

(Continuação)

Carencias Habitacionais 2000	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido					H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado
Municípios									
Pedreiras	19,05	12,71	13,20	20,28	50,78	39,65	4,16	28,39	38,87
Pedro do Rosário	15,20	6,46	25,74	97,43	99,70	98,00	70,38	90,94	93,89
Penalva	12,58	2,83	18,75	67,32	92,34	97,35	33,67	69,75	79,21
Peri Mirim	5,43	1,79	36,95	89,51	99,12	100,00	46,01	71,05	79,66
Peritoró	22,74	8,72	24,08	71,98	93,69	98,44	25,90	67,79	79,42
Pindaré-Mirim	15,18	6,68	22,21	13,99	67,53	66,29	4,32	45,81	61,82
Pinheiro	13,40	7,21	17,64	69,20	85,85	90,93	20,21	51,03	59,04
Pio XII	10,77	3,41	15,86	47,91	90,11	76,44	15,38	55,30	66,27
Pirapemas	10,03	4,06	23,53	45,89	94,55	93,16	28,49	70,60	80,97
Poço de Pedras	15,03	6,08	7,91	83,03	74,27	58,58	23,16	54,48	66,37
Porto Franco	24,91	9,29	17,38	28,73	58,02	73,00	14,13	48,25	54,67
Porto Rico do Maranhão	3,02	1,04	11,97	31,53	99,38	95,14	9,01	72,77	80,76
Presidente Dutra	23,17	10,45	12,32	20,91	58,99	52,87	5,37	44,79	55,15
Presidente Juscelino	2,52	1,00	51,58	72,96	98,39	96,12	54,75	81,95	88,89
Presidente Médici	10,99	0,33	15,76	40,95	97,67	99,61	28,09	71,48	83,97
Presidente Sarney	8,68	1,49	24,40	99,86	97,84	100,00	42,99	84,26	89,66
Presidente Vargas	10,93	0,17	18,92	70,28	86,90	98,54	38,95	74,50	79,99
Primeira Cruz	5,94	0,62	40,51	91,96	88,63	93,65	49,89	73,02	80,35
Raposa	3,84	1,80	47,24	28,79	89,42	89,47	2,48	50,05	64,70
Riachão	24,98	6,22	15,47	50,39	78,78	63,51	45,96	78,28	80,72
Ribamar Fiquene	20,72	5,04	25,92	67,08	83,27	78,57	30,76	60,23	66,99
Rosário	9,36	4,53	34,42	34,00	94,87	66,57	12,42	47,69	61,65
Sambaíba	25,60	2,29	8,16	62,75	99,10	100,00	55,02	85,95	88,12
Santa Filomena do	11,50	2,36	20,70	33,94	86,46	92,96	28,36	81,10	86,11
Santa Helena	8,46	2,98	15,05	95,20	99,18	73,23	37,36	67,36	75,68
Santa Inês	16,03	9,84	14,36	15,26	45,92	24,76	1,77	35,04	42,89
Santa Luzia	15,35	5,18	19,02	52,56	84,29	86,82	34,61	73,12	80,41
Santa Luzia do Paruá	13,89	4,70	16,46	73,26	81,99	77,51	21,05	57,64	71,21
Santa Quitéria do Maranhão	11,15	1,21	15,99	67,60	90,09	95,61	51,03	72,48	77,86
Santa Rita	13,25	7,35	24,73	57,69	99,49	93,58	16,85	58,38	71,78
Santana do Maranhão	5,57	0,72	19,22	99,83	98,54	99,11	55,72	94,69	97,05
Santo Amaro do Maranhão	4,89	0,90	44,42	99,75	99,07	99,57	59,22	84,02	90,47
Santo Antônio dos Lopes	11,73	3,80	10,55	64,83	80,63	67,04	21,13	53,86	65,46
São Benedito do Rio Preto	14,18	1,25	16,43	66,41	88,08	98,06	31,75	63,61	74,99
São Bento	7,58	3,29	25,92	55,56	91,54	88,09	26,64	56,02	64,60
São Bernardo	9,25	1,34	16,74	57,75	89,10	86,84	21,28	53,39	66,56
São Domingos do Azeitão	11,97	2,74	8,33	54,92	73,09	88,50	19,29	80,76	87,05
São Domingos do Maranhão	20,11	8,79	11,75	25,27	83,28	82,22	20,10	59,34	69,38
São Félix de Balsas	17,47	1,16	11,10	75,73	96,81	100,00	54,84	94,29	96,58
São Francisco do Brejão	16,19	7,05	15,63	31,72	77,18	68,89	12,31	47,85	61,41
São Francisco do Maranhão	25,81	5,22	16,03	72,90	98,42	100,00	68,22	83,45	85,85
São João Batista	7,97	2,12	52,14	88,77	87,52	100,00	38,88	70,97	81,35
São João do Carú	5,69	0,81	21,97	79,88	97,64	96,98	61,58	88,86	93,10
São João do Paraíso	27,22	3,38	35,50	58,70	82,75	84,56	49,58	75,28	81,26
São João do Soter	25,22	5,46	16,31	81,18	97,66	99,85	44,88	76,67	84,49
São João dos Patos	21,15	8,31	5,73	21,85	71,56	69,98	9,64	41,34	56,52

Anexo L– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2000

(Conclusão)

Carencias Habitacionais 2000	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido					H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado
São José de Ribamar	13,14	6,02	31,44	31,25	57,51	72,03	1,79	32,86	42,56
São José dos Basílios	15,47	1,89	11,26	66,37	90,57	93,51	18,45	62,58	75,48
São Luís	16,29	12,36	25,09	20,75	47,12	26,67	0,43	24,45	29,53
São Luís Gonzaga do	23,22	8,64	21,77	73,92	98,63	91,39	42,34	64,37	79,15
São Mateus do Maranhão	10,89	4,99	22,69	57,83	99,28	57,70	14,33	52,97	66,42
São Pedro da Água Branca	15,02	4,30	13,83	74,54	78,89	76,47	12,08	56,29	71,42
São Pedro dos Crentes	9,07	2,27	20,56	60,01	84,51	89,62	52,15	92,71	93,72
São Raimundo das	26,37	9,77	10,01	42,12	99,26	86,36	26,39	59,62	66,63
São Raimundo do Doca	9,40	1,59	13,28	87,28	96,14	100,00	29,87	80,81	85,20
São Roberto	12,11	2,40	18,94	52,98	97,31	96,04	41,73	67,50	76,20
São Vicente Ferrer	6,38	1,43	33,60	82,19	91,49	99,55	42,95	72,67	82,00
Satubinha	5,95	0,47	12,64	70,18	98,20	99,58	22,55	63,96	75,78
Senador Alexandre Costa	10,88	3,92	15,29	88,47	95,02	94,52	26,08	69,25	82,10
Senador La Rocque	17,63	6,99	18,55	37,32	95,68	60,83	9,54	53,17	68,65
Serrano do Maranhão	6,47	2,41	12,59	78,05	98,43	99,41	59,95	87,90	90,84
Sítio Novo	18,40	6,04	32,16	65,17	79,97	86,54	56,66	82,17	84,31
Sucupira do Norte	10,87	0,87	10,72	63,57	99,29	99,69	39,42	89,00	90,12
Sucupira do Riachão	18,79	2,19	9,13	47,03	100,00	100,00	26,47	74,52	78,77
Tasso Fragoso	9,65	2,02	18,27	56,34	75,18	68,21	51,19	91,00	92,26
Timbiras	37,94	18,92	29,67	57,49	92,30	84,16	47,80	74,41	83,31
Timon	20,97	11,32	22,48	18,39	45,64	49,28	9,41	32,52	43,38
Trizidela do Vale	18,42	10,59	16,14	16,70	85,14	44,18	6,50	39,82	51,40
Tufilândia	10,00	1,40	24,05	22,43	96,15	100,00	8,32	64,82	76,17
Tuntum	16,17	3,97	18,87	40,19	85,71	76,09	32,41	64,81	73,25
Turialça	5,79	2,75	36,55	82,57	96,84	96,58	27,79	84,26	90,46
Turilândia	4,88	1,03	20,61	98,79	99,80	99,80	42,66	78,66	86,14
Tutóia	6,80	2,85	25,13	71,75	99,63	93,25	27,41	61,68	73,85
Urbano Santos	11,65	1,70	17,41	75,36	86,38	96,40	33,05	72,87	81,79
Vargem Grande	10,16	3,16	27,79	60,63	99,49	89,31	43,65	75,71	83,28
Viana	10,62	3,27	23,36	71,38	81,62	76,96	29,44	58,14	66,79
Vila Nova dos Martírios	19,64	1,11	10,60	36,91	95,15	76,75	20,15	62,13	75,51
Vitória do Mearim	13,94	3,19	27,49	45,16	73,36	91,53	14,18	56,95	69,78
Vitorino Freire	16,13	5,02	15,43	71,46	97,78	69,73	11,34	59,96	67,11
Zé Doca	12,32	5,01	14,69	67,99	81,22	66,77	19,68	52,31	62,15

Fonte: IBGE

Anexo M– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2010

(Continua)

Carencias Habitacionais 2010	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido					H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado
Maranhão	16,89	10,12	14,70	34,86	59,65	44,21	3,80	47,68	51,13
Açailândia	28,45	19,05	13,81	15,86	85,48	15,10	0,77	42,33	44,78
Afonso Cunha	23,74	19,86	13,02	48,91	50,43	62,53	2,80	62,41	66,35
Água Doce do Maranhão	6,16	1,98	9,25	29,03	77,46	84,27	2,01	43,68	47,05
Alcântara	6,70	2,58	14,17	43,74	84,77	77,23	2,39	49,53	55,10
Aldeias Altas	12,58	5,42	17,79	64,05	47,70	69,60	14,29	51,30	57,76
Altamira do Maranhão	10,01	1,77	6,88	20,53	80,70	67,84	2,73	42,78	45,12
Alto Alegre do Maranhão	13,49	6,08	14,96	26,77	57,03	54,28	2,14	43,00	49,57
Alto Alegre do Pindaré	10,17	5,12	13,41	17,17	75,73	68,60	5,60	55,54	59,77
Alto Parnaíba	18,31	6,62	10,81	35,48	64,81	54,69	26,51	58,09	61,35
Amapá do Maranhão	13,76	5,54	16,53	51,20	68,83	72,06	1,40	73,96	78,70
Amarante do Maranhão	18,92	6,50	24,12	37,38	70,45	54,45	15,31	58,29	63,21
Anajatuba	5,74	2,15	18,12	38,72	66,01	80,65	6,96	58,26	61,95
Anapurus	11,16	4,33	8,88	27,83	60,95	82,34	3,56	61,06	64,38
Apicum-Açu	9,05	3,60	15,96	27,78	93,38	94,81	2,22	65,16	74,05
Araguanã	11,20	3,68	11,69	61,95	78,62	62,36	2,78	52,34	54,65
Araioses	9,16	2,93	19,29	68,30	51,08	73,67	4,33	42,02	48,81
Arame	15,59	6,59	20,53	48,23	44,69	62,39	4,91	67,71	70,08
Arari	10,10	6,10	11,39	34,91	42,84	51,24	4,20	37,70	40,89
Axixá	6,19	1,24	15,27	35,06	47,62	88,64	1,23	48,85	53,50
Bacabal	17,10	11,93	12,37	15,29	59,40	28,34	1,02	43,90	47,36
Bacabeira	8,40	3,26	16,98	34,10	55,49	48,98	6,26	49,15	54,36
Bacuri	9,87	3,60	10,90	37,11	85,04	88,11	3,13	63,75	69,90
Bacurituba	3,62	0,98	22,83	47,05	86,06	100,00	2,12	41,65	50,97
Balsas	30,53	21,76	14,82	30,49	74,71	17,02	6,05	52,16	54,20
Barão de Grajaú	16,78	7,91	6,94	23,34	59,22	51,11	4,17	36,02	40,15
Barra do Corda	18,61	10,70	13,62	31,70	74,14	48,91	2,92	51,75	55,17
Barreirinhas	9,89	3,27	14,68	67,06	74,09	63,25	7,12	65,78	68,41
Belágua	10,96	3,92	13,01	6,09	87,96	75,12	0,79	50,81	54,34
Bela Vista do Maranhão	5,94	0,83	19,70	61,60	69,69	100,00	10,80	74,77	78,47
Benedito Leite	8,89	0,83	6,10	25,94	36,32	74,15	18,72	63,77	66,21
Bequimão	3,78	1,39	15,32	73,23	82,81	94,84	3,17	41,77	50,26
Bernardo do Mearim	17,83	5,29	5,82	43,19	51,89	50,58	0,76	31,82	33,03
Boa Vista do Gurupi	14,52	4,60	23,96	69,69	91,38	40,83	4,11	52,10	59,44
Bom Jardim	12,67	5,12	13,79	33,71	83,03	65,90	8,19	55,77	60,47
Bom Jesus das Selvas	13,43	6,45	12,76	41,93	71,12	52,16	10,04	63,12	66,20
Bom Lugar	8,55	2,07	6,96	51,64	81,18	83,50	1,53	32,94	35,48
Brejo	7,61	2,54	8,91	59,04	38,09	82,92	5,81	42,30	47,26
Brejo de Areia	9,85	3,27	4,88	69,87	75,80	91,23	14,88	50,96	53,41
Buriti	8,03	2,06	18,13	69,89	34,62	85,66	10,96	52,77	58,25
Buriti Bravo	16,45	6,62	7,93	32,95	69,83	73,97	5,09	48,57	52,60
Buriticupu	19,28	11,38	11,29	38,70	84,82	47,24	2,62	53,94	57,90
Buritirana	18,44	6,39	10,68	19,95	83,31	67,65	2,44	47,30	51,97
Cachoeira Grande	7,03	2,34	20,82	84,41	52,24	79,22	16,02	66,58	71,45
Cajapió	4,25	1,31	19,35	54,62	50,56	96,52	6,67	49,23	60,47
Cajari	3,97	1,23	24,08	78,67	78,22	83,37	6,19	53,44	60,15

Anexo M– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2010

(Continuação)

Carcências Habitacionais 2010	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido					H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado
Campestre do Maranhão	21,26	12,64	17,41	9,19	94,26	25,11	3,07	50,57	52,94
Cândido Mendes	8,45	2,52	20,23	60,61	74,66	69,66	8,01	62,08	71,65
Cantanhede	11,30	2,91	13,69	43,28	48,34	63,80	4,38	48,95	56,27
Capinzal do Norte	15,22	5,66	9,39	26,33	63,57	75,61	3,91	49,00	53,35
Carolina	24,32	11,00	11,35	27,79	55,89	35,83	17,02	53,99	56,00
Carutapera	8,02	2,93	33,26	64,22	74,39	48,12	2,86	51,05	61,43
Caxias	19,31	10,83	11,98	25,61	57,81	40,00	3,67	38,18	42,30
Cedral	6,19	2,41	9,83	10,46	95,14	79,14	0,71	48,09	53,34
Central do Maranhão	9,81	1,34	8,00	35,99	91,06	90,99	4,17	47,19	52,33
Centro do Guilherme	14,54	7,49	13,55	52,86	84,64	66,18	1,78	56,66	63,00
Centro Novo do Maranhão	32,48	5,22	18,76	79,62	75,47	78,86	17,45	64,33	70,82
Chapadinha	20,08	9,16	12,75	57,87	66,60	49,01	5,71	50,02	53,74
Cidelândia	22,35	9,47	11,11	21,13	90,76	59,39	2,70	45,10	48,29
Codó	16,02	7,33	14,03	22,34	53,31	36,63	2,28	43,99	50,11
Coelho Neto	12,10	5,72	11,79	18,76	79,13	48,86	3,43	44,06	47,83
Colinas	21,88	8,47	13,25	41,21	69,76	59,20	4,21	59,80	63,45
Conceição do Lago-Açu	8,22	2,61	24,55	50,26	60,49	69,87	5,72	66,86	72,28
Coroatá	15,08	7,68	14,55	21,08	56,33	47,78	4,09	51,01	54,92
Cururupu	11,53	3,92	11,81	38,33	94,60	65,91	6,42	52,89	61,90
Davinópolis	17,27	7,91	11,86	13,36	73,68	65,73	1,14	40,61	42,90
Dom Pedro	24,06	14,69	12,69	15,70	74,37	36,59	1,20	50,72	54,17
Duque Bacelar	7,63	1,74	13,18	50,53	6,38	74,60	5,54	46,00	49,60
Esperantinópolis	12,86	6,16	8,48	26,25	62,27	48,90	1,98	46,12	49,12
Estreito	31,26	19,84	19,88	16,21	80,04	25,61	3,45	60,88	63,14
Feira Nova do Maranhão	15,68	4,16	16,74	62,42	46,17	68,44	24,33	68,41	71,62
Fernando Falcão	4,90	0,72	31,21	58,84	41,22	94,03	14,87	88,09	89,09
Formosa da Serra Negra	16,50	4,72	22,32	60,52	52,97	75,84	25,76	73,88	75,66
Fortaleza dos Nogueiras	12,31	4,72	18,27	45,01	77,16	43,56	11,03	55,59	58,12
Fortuna	17,86	6,83	6,72	30,07	82,15	59,89	1,75	69,64	70,50
Godofredo Viana	11,67	4,86	22,66	45,14	67,32	83,68	2,57	50,48	60,83
Gonçalves Dias	13,90	4,71	8,36	22,61	65,46	60,39	3,77	54,94	58,07
Governador Archer	11,89	6,15	13,09	16,16	69,61	42,77	1,75	44,30	47,64
Governador Edison Lobão	33,55	18,30	13,43	22,01	60,92	30,77	2,93	44,63	47,04
Governador Eugênio Barros	10,88	2,89	11,56	12,61	66,25	64,05	3,53	64,10	67,54
Governador Luiz Rocha	12,71	5,09	7,74	8,14	54,49	82,36	3,04	68,76	70,23
Governador Newton Bello	11,07	3,04	11,54	47,52	77,55	71,64	10,49	60,51	64,41
Governador Nunes Freire	16,23	8,21	14,16	55,09	57,32	44,83	1,99	59,75	63,02
Graça Aranha	12,37	3,87	8,89	8,85	79,80	68,77	1,54	55,51	57,01
Grajaú	20,29	11,99	16,39	28,54	74,27	41,83	7,68	65,54	68,33
Guimarães	6,24	2,80	10,07	20,39	94,97	84,64	3,14	46,85	50,68
Humberto de Campos	6,84	1,88	27,44	63,23	61,29	82,24	7,84	71,34	76,38
Icatu	4,35	2,56	21,28	63,03	87,18	85,34	4,09	56,98	68,15
Igarapé do Meio	13,04	6,26	9,25	12,93	81,76	90,06	1,61	53,32	58,62
Igarapé Grande	16,94	8,43	6,56	41,28	65,39	38,22	1,86	33,79	36,13
Imperatriz	31,87	25,30	13,51	8,93	47,97	7,81	0,18	40,33	41,57
Itaipava do Grajaú	18,44	9,82	17,59	24,82	60,32	79,77	4,27	77,74	80,37

Anexo M– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2010

(Continuação)

Carencias Habitacionais 2010	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido					H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado
Itapecuru Mirim	13,27	5,64	11,66	39,66	58,74	49,79	3,97	46,70	52,38
Itinga do Maranhão	22,41	12,01	7,48	12,08	88,93	24,07	2,90	53,88	57,17
Jatobá	10,40	1,72	7,19	9,27	47,15	93,86	2,98	78,89	82,31
Jenipapo dos Vieiras	6,45	2,08	30,98	33,81	46,22	85,44	6,49	82,45	83,90
João Lisboa	17,13	9,23	13,43	14,03	87,57	47,56	0,42	42,59	46,29
Joselândia	11,80	4,11	8,97	17,80	63,74	77,65	4,16	57,32	61,01
Junco do Maranhão	16,06	3,02	13,12	35,04	40,59	69,20	2,50	47,12	51,82
Lago da Pedra	19,32	11,89	10,47	82,76	67,80	33,55	3,53	50,48	53,61
Lago do Junco	7,49	2,72	8,71	52,98	58,97	61,16	1,19	35,90	40,66
Lago Verde	13,26	4,36	4,09	36,48	82,15	34,23	0,94	40,56	41,98
Lagoa do Mato	9,53	2,97	18,70	48,14	59,26	83,22	5,37	59,90	65,21
Lagoa dos Rodrigues	12,16	2,17	6,72	24,39	54,26	67,12	5,48	57,83	60,30
Lagoa Grande do Maranhão	14,48	5,79	7,21	37,57	81,64	53,63	4,29	64,34	68,17
Lajeado Novo	20,97	7,44	18,41	37,48	60,92	42,97	18,63	60,90	62,13
Lima Campos	16,44	6,69	7,88	24,14	78,06	43,22	3,96	41,03	44,12
Loreto	14,07	5,60	7,32	42,58	54,54	42,67	25,09	64,77	67,10
Luís Domingues	8,33	3,55	23,91	46,29	56,35	100,00	3,54	72,10	77,94
Magalhães de Almeida	12,69	2,62	9,85	20,05	56,28	65,06	0,83	38,12	43,53
Maracaçumé	16,21	8,46	17,92	69,24	51,45	50,03	1,51	54,21	59,46
Marajá do Sena	12,32	3,07	22,41	91,21	25,65	87,48	44,21	85,11	89,22
Maranhãozinho	12,01	3,62	14,87	50,03	41,28	53,01	4,11	47,12	52,71
Mata Roma	8,52	2,36	7,29	32,16	64,09	84,49	3,54	52,26	55,97
Matinha	5,22	2,49	11,11	59,70	79,25	71,23	1,17	53,66	57,76
Matões	8,92	2,62	13,88	36,64	59,40	81,02	5,63	43,15	49,77
Matões do Norte	13,76	3,36	9,81	60,63	63,03	73,30	14,08	49,95	56,34
Milagres do Maranhão	5,64	0,48	9,05	67,32	23,87	91,59	7,77	62,01	64,23
Mirador	15,86	5,07	12,45	56,88	54,27	73,14	17,67	85,81	87,45
Miranda do Norte	11,43	7,06	11,74	25,03	90,33	34,40	0,47	36,58	40,10
Mirinzal	7,68	2,68	10,30	40,18	93,76	71,15	2,24	45,93	49,39
Monção	7,08	1,31	15,82	32,85	80,89	91,60	4,71	58,97	64,85
Montes Altos	22,70	6,88	20,67	39,81	63,75	53,93	13,50	51,60	53,84
Morros	6,02	2,71	18,84	69,49	74,65	70,03	16,27	61,38	66,01
Nina Rodrigues	10,66	2,08	15,97	51,68	63,97	79,65	4,46	59,09	63,68
Nova Colinas	13,92	3,29	17,25	48,14	72,21	54,97	14,15	72,62	75,10
Nova Iorque	10,99	5,29	9,32	45,67	47,11	44,50	13,37	64,22	67,22
Nova Olinda do Maranhão	13,35	5,26	8,32	67,61	90,06	42,98	2,36	46,40	50,75
Olho d'Água das Cunhãs	14,06	4,98	7,17	59,21	73,49	52,88	1,67	44,53	47,34
Olinda Nova do Maranhão	5,41	2,09	14,56	48,99	65,56	74,44	2,08	55,19	59,31
Paço do Lumiar	14,94	9,79	22,30	34,92	42,80	38,38	0,31	36,50	38,00
Palmeirândia	5,16	1,43	16,64	39,94	66,54	94,12	4,31	48,07	54,92
Paraibano	20,00	10,40	5,47	31,25	77,60	31,61	3,75	42,62	44,74
Parnarama	20,30	6,55	10,70	34,09	62,06	72,69	5,64	51,03	57,71
Passagem Franca	16,58	5,23	9,91	22,07	69,11	57,51	3,35	54,59	57,14
Pastos Bons	16,15	7,40	7,04	21,23	74,11	52,18	5,91	56,28	61,92
Paulino Neves	7,29	2,65	15,57	85,70	49,54	77,33	26,98	67,10	73,78
Paulo Ramos	12,59	4,90	10,94	73,48	69,47	50,37	6,08	51,51	54,67

Anexo M– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2010

(Continuação)

Carencias Habitacionais 2010	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido					H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado
Pedreiras	19,82	13,33	9,72	18,52	50,00	19,72	0,46	38,41	40,73
Pedro do Rosário	7,09	1,62	10,30	91,93	80,40	85,82	6,99	61,02	64,91
Penalva	7,33	2,34	12,68	56,51	81,99	69,99	6,06	52,80	60,25
Peri Mirim	4,97	1,94	24,33	67,88	76,57	82,69	3,49	40,74	46,62
Peritoró	17,10	5,35	15,33	53,50	55,95	70,80	3,87	50,61	55,42
Pindaré-Mirim	16,57	8,03	17,70	17,00	83,83	46,48	1,74	50,05	54,00
Pinheiro	13,13	8,78	9,84	61,85	42,85	45,98	1,67	43,30	47,53
Pio XII	15,32	5,53	11,26	23,74	82,96	53,66	2,01	50,67	53,71
Pirapemas	11,15	3,22	16,08	47,55	56,82	67,01	8,97	51,14	56,58
Poço de Pedras	14,39	5,74	7,73	57,66	59,78	58,79	2,42	48,34	51,41
Porto Franco	26,50	13,18	13,72	19,06	85,97	23,72	3,82	50,40	53,05
Porto Rico do Maranhão	6,21	2,74	8,96	8,67	64,73	66,67	2,13	48,76	53,41
Presidente Dutra	23,73	15,12	9,03	17,41	66,08	36,84	0,67	45,73	47,06
Presidente Juscelino	12,85	6,92	23,17	67,57	42,95	81,29	7,33	58,09	62,84
Presidente Médici	12,01	4,08	9,81	23,80	37,58	41,04	2,35	51,46	55,27
Presidente Sarney	9,68	1,71	15,28	73,17	90,59	89,31	4,99	52,82	58,56
Presidente Vargas	10,19	2,46	14,21	70,85	70,83	79,19	13,13	64,16	67,75
Primeira Cruz	5,57	1,00	22,29	82,61	45,46	87,08	20,30	75,41	80,38
Raposa	9,22	3,20	30,55	22,83	79,09	50,03	0,49	48,48	51,48
Riachão	19,12	8,59	13,99	42,84	65,48	44,62	19,68	57,83	62,82
Ribamar Fiquene	24,93	11,07	12,02	43,86	59,41	53,44	2,70	37,04	39,87
Rosário	11,77	7,36	14,19	39,65	87,73	43,03	3,40	44,27	51,10
Sambaíba	13,29	1,35	10,04	60,21	43,98	78,02	21,66	57,15	60,50
Santa Filomena do	13,50	2,90	10,78	14,57	42,22	73,24	4,23	64,54	65,96
Santa Helena	12,07	7,77	8,23	90,95	91,11	49,83	5,80	48,82	53,04
Santa Inês	22,97	17,56	12,48	4,67	60,52	13,50	0,57	45,92	47,78
Santa Luzia	17,16	7,66	13,57	36,23	71,18	69,84	7,08	59,88	62,19
Santa Luzia do Paruá	15,79	7,71	7,97	39,30	76,92	47,98	2,49	47,56	49,38
Santa Quitéria do Maranhão	9,62	3,32	12,88	53,40	56,90	74,72	5,29	55,11	58,81
Santa Rita	9,48	5,19	13,83	38,57	68,51	68,13	2,87	44,06	50,52
Santana do Maranhão	5,43	0,88	7,89	19,13	49,38	87,51	3,73	65,05	67,35
Santo Amaro do Maranhão	5,41	2,15	33,55	93,51	53,06	86,28	11,06	64,14	69,19
Santo Antônio dos Lopes	12,76	4,58	8,49	36,10	57,36	60,74	3,81	62,81	64,57
São Benedito do Rio Preto	8,54	1,45	12,16	61,34	58,62	97,64	8,36	44,52	49,50
São Bento	7,56	4,53	13,30	44,52	74,99	61,30	4,34	44,66	50,06
São Bernardo	9,08	4,87	10,97	54,86	64,56	69,03	1,44	51,96	56,11
São Domingos do Azeitão	12,22	3,47	5,53	45,87	83,70	49,10	3,65	68,87	71,59
São Domingos do Maranhão	19,84	9,61	7,25	13,89	63,41	51,55	1,54	62,21	63,59
São Félix de Balsas	13,90	2,37	4,01	93,12	60,96	85,46	21,40	64,23	67,86
São Francisco do Brejão	23,75	8,00	12,22	37,26	85,83	42,58	0,45	43,19	45,58
São Francisco do Maranhão	7,16	1,61	8,19	62,21	40,30	75,54	19,41	51,16	56,42
São João Batista	4,58	1,15	30,58	62,67	58,75	88,31	2,96	46,06	53,34
São João do Carú	10,39	4,70	12,78	43,41	78,84	61,80	11,67	54,38	59,97
São João do Paraíso	24,77	9,23	22,20	38,61	65,09	59,25	23,10	64,23	65,18
São João do Soter	10,73	1,93	10,11	28,27	50,32	87,27	7,84	41,37	48,80
São João dos Patos	20,99	10,71	5,23	9,24	85,62	38,03	1,02	45,43	48,38

Anexo M– Indicadores da dimensão Carências Habitacionais– 2010

(Conclusão)

Carencias Habitacionais 2010	Propriedade		Espaço domiciliar	Acesso a abastecimento de água	Acesso a saneamento	Acesso a coleta de lixo	Acesso a energia elétrica		
	H1. Domicílio não é próprio	H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido		H3. Domicílio com até 3 cômodos	H4. Acesso inadequado a água	H5. Esgotamento sanitário inadequado	H6. Lixo não é coletado	H7. Sem acesso a eletricidade	H8. Não tem ao menos a um dos itens: televisão ou rádio
São José de Ribamar	16,23	11,70	24,32	34,32	51,49	18,89	0,14	40,14	41,96
São José dos Basílios	10,08	2,15	11,85	10,25	62,82	74,71	2,77	46,58	49,73
São Luís	21,79	18,49	18,86	24,79	30,96	8,96	0,15	36,57	37,96
São Luís Gonzaga do	9,08	3,55	12,36	40,58	65,79	69,30	4,18	41,69	47,49
São Mateus do Maranhão	10,35	5,55	12,64	52,73	74,40	39,89	4,42	46,23	49,82
São Pedro da Água Branca	20,17	9,69	13,46	22,02	87,02	31,78	3,21	61,55	65,08
São Pedro dos Crentes	20,00	6,81	14,90	40,79	71,94	46,38	11,38	58,43	61,19
São Raimundo das	20,35	10,02	9,58	27,81	77,64	30,78	9,77	50,91	55,63
São Raimundo do Doca	8,66	2,09	8,78	38,15	60,89	42,53	7,13	84,66	85,30
São Roberto	14,16	6,23	7,91	38,18	32,74	52,21	9,49	61,15	62,99
São Vicente Ferrer	5,29	2,67	15,94	78,76	61,95	88,81	2,18	46,11	50,88
Satubinha	8,02	1,43	10,67	23,56	69,33	85,31	7,02	49,04	57,55
Senador Alexandre Costa	11,65	4,11	11,92	52,44	60,72	73,42	2,60	49,14	54,56
Senador La Rocque	17,86	7,04	13,44	13,88	72,92	50,03	1,08	46,76	50,65
Serrano do Maranhão	5,56	1,09	13,54	43,64	93,29	100,00	15,40	68,51	75,57
Sítio Novo	16,34	8,57	15,75	51,70	53,56	69,64	23,01	65,20	67,09
Sucupira do Norte	13,84	3,43	4,66	33,62	70,92	81,83	10,40	63,79	68,36
Sucupira do Riachão	12,22	1,94	5,64	16,71	69,32	99,79	5,17	66,86	70,31
Tasso Fragoso	21,04	6,97	10,82	30,75	66,71	40,32	22,46	68,81	70,34
Timbiras	14,77	5,72	15,15	52,28	56,64	63,96	12,10	53,30	59,04
Timon	19,03	11,10	13,25	13,53	52,10	32,20	1,50	33,29	36,95
Trizidela do Vale	23,92	17,17	8,90	17,45	72,89	18,31	1,62	47,05	49,06
Tufilândia	11,18	4,03	13,96	8,56	74,81	86,55	2,97	53,14	58,57
Tuntum	19,02	6,84	9,97	17,55	68,29	57,76	3,57	59,15	61,51
Turialvo	10,36	3,62	13,49	80,31	86,06	79,86	6,15	72,57	79,62
Turilândia	13,78	5,68	10,15	71,54	85,04	63,33	6,58	53,38	61,69
Tutóia	11,76	5,86	12,90	65,93	74,33	73,76	4,67	56,79	61,84
Urbano Santos	12,60	4,71	13,09	54,59	57,67	81,01	4,08	57,67	62,44
Vargem Grande	8,65	2,81	15,91	59,14	51,66	72,07	11,54	49,73	54,39
Viana	11,74	5,10	14,38	64,12	60,85	55,08	2,11	48,06	51,92
Vila Nova dos Martírios	22,82	8,18	10,42	35,24	92,35	34,66	4,30	55,03	58,62
Vitória do Mearim	8,31	4,06	7,61	19,37	77,49	45,87	3,18	44,70	49,64
Vitorino Freire	15,64	8,04	9,55	54,80	77,65	55,68	1,91	48,47	50,19
Zé Doca	13,58	7,27	10,69	45,79	84,04	41,38	4,93	51,94	55,51

Fonte: IBGE